

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA**  
**NÚCLEO DE CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM EDUCAÇÃO**  
**MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO**

**TIAGO ALQUAZ MATIAS**

**FORMAÇÃO PARA O TRABALHO NA TRANSIÇÃO DO FORDISMO PARA A**  
**SOCIEDADE FLEXÍVEL: Os Desafios dos Institutos Federais de Educação,**  
**Ciência e Tecnologia**

**Porto Velho**

**2019**

TIAGO ALQUAZ MATIAS

**FORMAÇÃO PARA O TRABALHO NA TRANSIÇÃO DO FORDISMO PARA A  
SOCIEDADE FLEXÍVEL: Os Desafios dos Institutos Federais de Educação,  
Ciência e Tecnologia**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação – Mestrado Acadêmico em Educação, vinculado ao Núcleo de Ciências Humanas, da Universidade Federal de Rondônia, na linha de pesquisa de Políticas e Gestão Educacional como requisito para obtenção do grau de Mestre em Educação, sob orientação do Prof. Dr. Antônio Carlos Maciel.

Linha de Pesquisa: Políticas e Gestão Educacional.

Porto Velho

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Fundação Universidade Federal de Rondônia  
Gerada automaticamente mediante informações fornecidas pelo(a) autor(a)

---

M433f Matias, Tiago.

Formação para o trabalho na transição do fordismo para a sociedade flexível: os desafios dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia / Tiago Matias. -- Porto Velho, RO, 2019.

250 f. : il.

Orientador(a): Prof. Dr. Antônio Carlos Maciel

Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) - Fundação Universidade Federal de Rondônia

1.Fordismo. 2.Acumulação Flexível. 3.Educação Profissional. 4.Institutos Federais. 5.Campo Novo do Parecis. I. Maciel, Antônio Carlos. II. Título.

CDU 377(811.1)

TIAGO ALQUAZ MATIAS

**FORMAÇÃO PARA O TRABALHO NA TRANSIÇÃO DO FORDISMO PARA A  
SOCIEDADE FLEXÍVEL: Os Desafios dos Institutos Federais de Educação,  
Ciência e Tecnologia**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação – Mestrado Acadêmico em Educação, vinculado ao Núcleo de Ciências Humanas, da Universidade Federal de Rondônia, na linha de pesquisa de Políticas e Gestão Educacional como requisito para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Porto Velho/RO. Aprovado em: 27 de setembro de 2019.

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. Dr. Antônio Carlos Maciel**

(Orientador(a)/Presidente - PPGE/UNIR)

---

**Prof. Dr. Evaldo Piolli**

(Membro Externo – PPGE/UNICAMP)

---

**Profa. Dra. Aparecida Luzia Alzira Zuin**

(Membro Interno – PPGE/UNIR)

---

**Prof. Dr. Clarides Henrich de Barba**

(Membro Suplente – PPGE/UNIR)

## AGRADECIMENTOS

Ao corpo de servidores do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Educação-Mestrado Acadêmico em Educação (PPGE/UNIR), da Universidade Federal de Rondônia, pela manutenção e desenvolvimento da pesquisa na área educacional.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Antônio Carlos Maciel, pela confiança, pela parceria e pelos conselhos que me possibilitaram ser e “crescer” como um pesquisador na área educacional.

A minha orientadora, ao longo da Missão de Estudos realizada na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), pelo PROCAD – UNIR/UNICAMP/UFOPA, Profa. Dra. Debora Cristina Jeffrey, pela confiança, pela parceria e pelas experiências promovidas durante minha estada na UNICAMP.

Aos membros da banca examinadora da minha dissertação, Profa. Dra. Aparecida Luzia Alzira Zuin e Prof. Dr. Evaldo Piolli, pelas sugestões e contribuições à minha pesquisa.

Aos colegas e amigos do PPGE/UNIR, em especial da minha turma (2017), pela parceria, pelo companheirismo, pelos debates e pelo compartilhamento de experiências e conhecimentos.

Aos colegas e amigos do GEPALE/UNICAMP e do CIEPES/UNIR, pela recepção e também pelo compartilhamento de experiências e conhecimentos.

A minha família, pela paciência e por me apoiarem e me incentivarem constantemente em meus projetos.

Aos meus colegas e amigos de trabalho, do IFMT *Campus* Campo Novo do Parecis, em especial a Profa. Amanda Loiola de Carvalho, pela ajuda concedida ainda na fase de elaboração do projeto de pesquisa que viria a ser desenvolvido no mestrado.

*“Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência.”*

*(Karl Marx)*

## RESUMO

O sistema capitalista está atualmente num período de transição entre modelos de sociedade, sendo que cada um deles apresenta características específicas quanto ao perfil de trabalhador que melhor se enquadre nas relações vigentes de produção, o que acaba sendo utilizado como justificativa, no âmbito político, para a implementação de reformas educacionais. Esta pesquisa teve como tema de estudo a formação para o trabalho, entendendo a política educacional como estratégia de desenvolvimento. Destarte, o objetivo principal foi analisar os desafios da formação para o trabalho, nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, no período de transição do Fordismo para a Sociedade Flexível, especialmente na região de Campo Novo do Parecis, no estado de Mato Grosso. Assim, foram levantados os determinantes históricos e materiais das políticas econômicas, sociais e educacionais no Brasil a partir da década de 1930, com ênfase no delineamento político e pedagógico da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. A pesquisa demonstrou que a principal estratégia do modelo de sociedade flexível parte da estratificação dos trabalhadores em classes distintas de formação e modalidade de trabalho, que culmina numa crescente desigualdade de direitos. Sobre a realidade do setor industrial brasileiro, foi evidenciado que não se trata de uma tendência geral a adoção de tecnologias que visem a construção de um modelo de produção mais flexível, moderno e eficiente. Além disso, o processo de desenvolvimento e incrementação tecnológica se dá de maneira extremamente desigual, fazendo com que grande parcela das indústrias brasileiras permaneça vinculada ao modelo tradicional-fordista e às estratégias de obtenção de lucro baseadas na exploração do trabalho humano vivo, em detrimento da dinamicidade organizacional e tecnológica. Constatou-se, nesse cenário, que há uma combinação das estratégias de mais-valia absoluta e relativa, na qual o número de trabalhadores cresce, enquanto, por outro lado, o nível salarial cai. Fato demonstrado através dos dados socioeconômicos e do mercado de trabalho de Campo Novo do Parecis. Diante das características e abrangência da atuação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, constata-se que este modelo institucional vem atendendo exatamente o que é preconizado pelo sistema de acumulação flexível, formando o trabalhador intelectual/flexível e o trabalhador multitarefa. Com base nas características de Campo Novo do Parecis, especialmente as de caráter econômico, um dos desafios que é colocado para o IFMT é a diversificação e desenvolvimento de outras potencialidades do município, uma vez que as atividades econômicas orbitam a agropecuária. A ampliação da rede federal de educação profissional e tecnológica, associada à implementação de um novo modelo institucional, representou uma inflexão no âmbito das políticas públicas na era neoliberal. No entanto, a conjuntura socioeconômica e política atual vem potencializando o empreendedimentismo no âmbito da formação superior e intensificando-o no ensino médio. O risco, nesse contexto, é que, sob a égide do sistema de acumulação flexível, se dissemine um discurso empreendedor desvinculado da inovação tecnológica e que acabe minando as potencialidades do modelo de educação que vem sendo desenvolvido pela rede federal de educação profissional e tecnológica.

**Palavras-chaves:** Fordismo. Acumulação Flexível. Educação Profissional. Institutos Federais. Campo Novo do Parecis.

## ABSTRACT

The capitalist system is currently in a period of transition between models of society, each one has specific characteristics about the worker profile that best fits the current relations of production, which serves as a political justification for the implementation of educational reforms. This research had as a subject of study the education for work, understanding the educational policy as a development strategy. Thus, the main objective was to analyze the challenges of education for work at the Federal Institutes of Education, Science and Technology, in the transition period from Fordism to the Flexible Society, especially in the region of Campo Novo do Parecis, in the state of Mato Grosso. Thus, the historical and material determinants of economic, social and educational policies in Brazil were raised from the 1930s, with emphasis on the political and pedagogical build of the Federal Network of Professional and Technological Education. The study showed that the main strategy of the flexible society model is based on the stratification of workers into distinct classes of education and working mode, culminating an increasing inequality of rights. The reality of Brazilian manufacturing has been shown that is not a general trend to use technologies to build a more flexible, modern and efficient production model. Also, the technological development process is extremely uneven, making the most part of Brazilian manufacturers to remain linked to the traditional-Fordist model and profit-making strategies based on the exploitation of living human labor, to the detriment of organizational dynamism and technological. In this scenario, it was found that there is a combination of the absolute and relative surplus-value strategies, in which the number of workers grows, while, on the other hand, the wage level falls. This fact is demonstrated by the socioeconomic and labor market data of Campo Novo do Parecis. In front of the characteristics and scope of the Federal Institutes of Education, Science and Technology, it can be seen that this institutional model has been meeting exactly what is advocated by the flexible accumulation system, forming the intellectual / flexible worker and the multitasking worker. Based on the characteristics of Campo Novo de Parecis, especially its economic character, one of the challenges it posed for IFMT is the diversification and development of other potentialities of the municipality, since economic activities orbit agriculture. The expansion of the federal network of professional and technological education, associated with the implementation of a new institutional model, represented an inflection in public policy in the neoliberal era. However, the current socio-economic and political conjuncture has been empowering entrepreneurship within higher education and intensifying it in high school. The risk, in this context, is that, under the auspices of the flexible accumulation system, it is disseminated an entrepreneurial discourse disengaged from technological innovation that undermines the potentialities of the education model being developed by the federal network of professional and technological education.

**Key-words:** Fordism. Flexible Accumulation. Professional Education. Federal Institutes. Campo Novo do Parecis.



## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b>	– Estrutura do Ensino Comercial conforme o Decreto n. 20.158, de 30 de junho de 1931.....	39
<b>Figura 2</b>	– Escola secundária (12 a 18 anos) na visão Escolanovista.....	41
<b>Figura 3</b>	– Ensino técnico profissional após as Leis Orgânicas do Ensino.....	50
<b>Figura 4</b>	– Evolução da pobreza e indigência no Brasil (1977-1998).....	69
<b>Figura 5</b>	– Dinâmica capitalista.....	70
<b>Figura 6</b>	– Ciclo Econômico.....	72
<b>Figura 7</b>	– Fatores que afetaram a decisão de investimento das organizações em tecnologias digitais, de acordo com pesquisa realizada pela CNI em 2018.....	88
<b>Figura 8</b>	– Estrutura do ensino médio e técnico no Brasil de acordo com a Lei n. 9.394/96 e o Decreto n. 2.208/97.....	123
<b>Figura 9</b>	– Organização da educação profissional técnica de nível médio.....	162
<b>Figura 10</b>	– Mapa de localização de Campo Novo do Parecis.....	167
<b>Figura 11</b>	– Evolução e Projeção do IFDM Emprego e Renda.....	195
<b>Figura 12</b>	– Disposição dos <i>campi</i> do IFMT.....	200

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b>	– Vínculos empregatícios na modalidade de trabalho intermitente e em tempo parcial entre janeiro-dezembro de 2018 .....	78
<b>Tabela 2</b>	– Indústrias brasileiras que utilizam tecnologias digitais de acordo com pesquisa realizada pela Confederação Nacional da Indústria em 2018.	83
<b>Tabela 3</b>	– Tendência de investimentos futuros das indústrias brasileiras que utilizam tecnologias digitais de acordo com pesquisa realizada pela Confederação Nacional da Indústria em 2018 .....	85
<b>Tabela 4</b>	– Cursos e matrículas por dependência administrativa nos três níveis de Educação Profissional em 1999 .....	109
<b>Tabela 5</b>	– Investimentos estatais para a manutenção e desenvolvimento da educação profissional (Valores em R\$ x1.000,00) .....	156
<b>Tabela 6</b>	– Número de estabelecimentos da rede federal de educação profissional e tecnológica conforme a região brasileira em 2007, 2012 e 2016 .....	157
<b>Tabela 7</b>	– Número de matrículas na rede federal de educação profissional e tecnológica conforme a região brasileira em 2007, 2012 e 2016 .....	158
<b>Tabela 8</b>	– Número de matrículas na rede brasileira de educação profissional conforme a forma de articulação entre o ensino geral e profissional (2018).....	164
<b>Tabela 9</b>	– Lavoura Temporária (Área Plantada), Pessoal Ocupado e Tratores no estado de Mato de Grosso (Censo Agropecuário 2006/2017) .....	176
<b>Tabela 10</b>	– Estabelecimentos agropecuários em Campo Novo do Parecis (Censo Agropecuário 2006/2017).....	179
<b>Tabela 11</b>	– Número de Unidades Locais em Campo Novo do Parecis relacionadas à agropecuária agrupadas conforme o CNAE 2.0 nos anos de 2007, 2011, 2015 e 2016 .....	180
<b>Tabela 12</b>	– Principais produtos cultivados em Campo Novo do Parecis (Censo Agropecuário 2017).....	181
<b>Tabela 13</b>	– Número de Unidades Locais em Campo Novo do Parecis relacionadas à Indústria agrupadas conforme o CNAE 2.0 nos anos de 2007, 2011, 2015 e 2016 .....	182
<b>Tabela 14</b>	– Quociente Locacional (QL) de Campo Novo do Parecis (Setor Primário).....	185

<b>Tabela 15</b>	– Quociente Locacional (QL) de Campo Novo do Parecis (Setor Secundário).....	186
<b>Tabela 16</b>	– Quociente Locacional (QL) de Campo Novo do Parecis (Setor Terciário).....	187
<b>Tabela 17</b>	– Funções (CBO 2002-Família) com o maior número de empregados em Campo Novo do Parecis-MT (2017).....	191
<b>Tabela 18</b>	– Mercado de trabalho nas principais atividades industriais presentes em Campo Novo do Parecis, agrupadas conforme o CNAE 2.0, nos anos de 2007, 2011, 2015 e 2017 .....	193
<b>Tabela 19</b>	– Quantidade de cursos e matrículas no IFMT conforme o “Tipo de Curso” (2018).....	202
<b>Tabela 20</b>	– Quantidade de matrículas no IFMT-Campus Campo Novo do Parecis conforme o “Tipo de Curso” (2018) .....	203
<b>Tabela 21</b>	– Número de discentes do IFMT conforme a Cor/Raça e Renda (2018).....	205
<b>Tabela 22</b>	– Número de discentes do IFMT-Campus Campo Novo do Parecis conforme a Cor/Raça e Renda (2018) .....	206

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b>	– Vínculos empregatícios no Brasil de 2006-2017 por setor econômico	76
<b>Gráfico 2</b>	– Investimento em tecnologias digitais conforme o objetivo das organizações de acordo com pesquisa realizada pela CNI em 2018.....	87
<b>Gráfico 3</b>	– Vínculos empregatícios no Brasil conforme a escolaridade (2006-2007).....	90
<b>Gráfico 4</b>	– Evolução dos Lucros Líquidos da Indústria de <i>Commodities</i> e do Setor Financeiro (1998-2007) .....	134
<b>Gráfico 5</b>	– Número de matrículas na educação profissional (rede federal) conforme a forma de articulação com o ensino médio em âmbito nacional nos anos de 2007, 2012, 2016 e 2018.....	163
<b>Gráfico 6</b>	– Evolução do PIB total e por setor econômico em Campo Novo do Parecis (1999-2016).....	177
<b>Gráfico 7</b>	– Unidades empresarias e pessoal ocupado em Campo Novo do Parecis (2006-2016).....	178
<b>Gráfico 8</b>	– Empregos por setor de atividade econômica em Campo Novo do Parecis Campo Novo do Parecis (1999-2017).....	190
<b>Gráfico 9</b>	– Mercado de Trabalho nos principais seguimentos econômicos da cidade de Campo Novo do Parecis (2007-2017) .....	192
<b>Gráfico 10</b>	– Evolução do IFDM Emprego e Renda (2005-2016) – Campo Novo do Parecis/MT .....	196

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b>	– Resumo das características do Fordismo .....	30
<b>Quadro 2</b>	– Concepções e políticas de educação profissional e tecnológica (Pré-1930) .....	36
<b>Quadro 3</b>	– Concepções e políticas de educação profissional e tecnológica (1930-1942) .....	44
<b>Quadro 4</b>	– Decretos publicados ao longo da Reforma Capanema (1942-1946)...	48
<b>Quadro 5</b>	– Concepções e políticas de educação profissional e tecnológica (1942-1971) .....	55
<b>Quadro 6</b>	– Principais elementos da reforma trabalhista = desconstrução dos direitos.....	79
<b>Quadro 7</b>	– Resumo das características da Sociedade Flexível .....	93
<b>Quadro 8</b>	– Comparação entre o Fordismo e a Sociedade Flexível.....	99
<b>Quadro 9</b>	– A consolidação do tecnicismo (1971-1996).....	116
<b>Quadro 10</b>	– O tecnicismo da era da flexibilidade: a Pedagogia da Exclusão (1996-2004) .....	127
<b>Quadro 11</b>	– Principais atos do governo federal com influência sobre a rede de educação profissional e tecnológica de nível básico e superior (2003-2012) .....	149
<b>Quadro 12</b>	– Fontes de dados e respectivas variáveis para conhecer o perfil socioeconômico de Campo Novo do Parecis .....	170

## LISTA DE SIGLAS

CAGEG	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CBAI	Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CEMPRE	Cadastro Central de Empresas
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe das Nações Unidas
CNAE	Cadastro Nacional de Atividades Econômicas
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNI	Confederação Nacional das Indústrias
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
COPRODIA	Cooperativa Agrícola de Produtores de Cana de Diamantino
EAF	Escola Agrotécnica Federal
ESG	Escola Superior de Guerra
ETF	Escola Técnica Federal
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEP	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDORT	Instituto de Organização Racional do Trabalho
IFET	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
MST	Movimento dos Sem Terra
P&D	Pesquisa & Desenvolvimento
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAR	Programa de Ações Articuladas
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PIB	Produto Interno Bruto
PIPMO	Programa Intensivo de Formação de Mão de Obra
PRODEM	Programa de Desenvolvimento do Ensino Médio
PROEJA	Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROTEC	Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
SEFAZ/MT	Secretaria de Estado de Fazenda de Mato Grosso
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SEPLAN/MT	Secretaria de Planejamento e Gestão do estado de Mato de Grosso
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
USAID	Agência Norte-americana para o Desenvolvimento Internacional
ZSEE/MT	Zoneamento Socioeconômico Ecológico do Estado de Mato Grosso

## SUMÁRIO

<b>1.</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>2.</b>	<b>O DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO A PARTIR DE 1930 E AS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO PARA O TRABALHO.....</b>	<b>19</b>
<b>2.1</b>	<b>O período nacional-desenvolvimentista (1930-1970) .....</b>	<b>19</b>
2.1.1	O contexto político nacional-desenvolvimentista .....	21
2.1.2	A política econômica nacional-desenvolvimentista e o papel do Estado .....	23
2.1.3	Acumulação e projeto de sociedade: fordismo .....	26
2.1.4	As concepções e as políticas de educação profissional no Brasil na era nacional-desenvolvimentista.....	32
2.1.4.1	<i>Transição entre a concepção assistencialista-compensatória, a visão católica humanista e a concepção economicista (Pré-1930).....</i>	<i>34</i>
2.1.4.2	<i>Educação profissional assistencialista e compensatória (1930-1942).....</i>	<i>38</i>
2.1.4.3	<i>As bases de uma educação tecnicista (1942-1971) .....</i>	<i>48</i>
<b>2.2</b>	<b>O período Neoliberal: nacionalismo versus Dependência associada ...</b>	<b>58</b>
2.2.1	O Consenso de Washington.....	62
2.2.2	O neoliberalismo brasileiro e o papel do Estado .....	64
2.2.3	A agenda neoliberal e sua implementação no Brasil.....	65
2.2.4	Consequências e resultados socioeconômicos da política neoliberal .....	67
2.2.5	Acumulação e projeto de sociedade: do fordismo para a sociedade flexível	70
2.2.5.1	<i>Acumulação flexível: características e o contexto brasileiro.....</i>	<i>73</i>
2.2.5.2	<i>A Teoria do Capital Humano no neoliberalismo .....</i>	<i>103</i>
2.2.6	As concepções e as políticas de educação profissional no Brasil na era neoliberalista .....	106
2.2.6.1	<i>A consolidação do tecnicismo (1971-1996) .....</i>	<i>110</i>



2.2.6.2	<i>O tecnicismo na era da flexibilidade: a Pedagogia da Exclusão (1996-2004)</i> .....	119
<b>2.3</b>	<b>O ajuste neoliberal: período novo-desenvolvimentista</b> .....	<b>129</b>
2.3.1	O contexto político e as relações de classe no novo-desenvolvimentismo	133
2.3.2	Agenda do novo-desenvolvimentismo: continuidades e discontinuidades	139
2.3.3	A política educacional no período novo-desenvolvimentista .....	145
2.3.3.1	<i>Estado e Mercado fortes: as diversas faces do tecnicismo</i> .....	148
<b>3.</b>	<b>O IFMT E A REALIDADE SOCIOECONÔMICA DE CAMPO NOVO DO PARECIS</b> .....	<b>166</b>
3.1	Posição geográfica e história da cidade de Campo Novo do Parecis .	166
3.2	Perfil socioeconômico de Campo Novo do Parecis .....	170
3.3	História e características do IFMT.....	196
<b>4.</b>	<b>OS DESAFIOS DA FORMAÇÃO PARA O TRABALHO NO ÂMBITO DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA</b> ...	<b>208</b>
4.1	Agenda de desenvolvimento e as políticas públicas educacionais.....	208
4.2	Projeto de sociedade flexível: as relações de trabalho e a formação do trabalhador.....	212
4.3	A sociedade fordista-flexível e a concepção de educação.....	215
4.3.1	Os resultados a partir da análise do contexto socioeconômico de Campo Novo do Parecis.....	218
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>227</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>233</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa teve como tema de estudo a formação para o trabalho, entendendo a política educacional como estratégia de desenvolvimento. Nessa lógica, partiu-se da premissa de que é através do trabalho que o ser humano desenvolve seus atributos natos e inatos, se diferenciando dos demais seres vivos quando transforma a natureza para satisfazer interesses que não podem ser atribuídos unicamente ao campo do “instinto-humano”, pois possuem uma base histórico-ontológica. Sobre a particularidade do “ser humano”, Marx e Engels (1998, p. 10-11) explicam que:

Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião e por tudo o que se queira. Mas eles próprios começam a se distinguir dos animais logo que começam a produzir seus meios de existência, e esse passo à frente é a própria consequência de sua organização corporal. Ao produzirem seus meios de existência, os homens produzem indiretamente sua própria vida material.

Partindo desta conceituação, historicamente o trabalho se apresenta não apenas como um meio de sobrevivência, mas também de desenvolvimento humano, que, no âmbito da sociedade capitalista, se torna desigual, pois os meios necessários para o trabalho, dentre eles o conhecimento, são distribuídos conforme o pertencimento à determinada classe social. Logo, o estudo da formação para o trabalho, no contexto da sociedade capitalista, deve levar em consideração que o processo formativo não se dá na perspectiva do desenvolvimento humano em sua completude e sim na subserviência aos interesses daqueles que atualmente detêm os meios de produção e conseqüentemente planejam e dirigem a reprodução de um determinado modelo societário. Por conseguinte, a análise das políticas públicas de formação para o trabalho evidencia uma das maneiras pelas quais a sociedade capitalista (em todas as suas fases e transformações) se reproduz.

Aliás, o sistema capitalista está num período de transição entre modelos distintos de sociedade, implementando-se o que se denomina mais comumente como “acumulação flexível”, em substituição e/ou articulação ao taylorismo-fordismo. Juntos, ambos os modelos representam fases distintas do “modo de ser” da sociedade capitalista ao longo do século XX e XXI, influenciando sobretudo a relação entre o capital e o trabalho. Acerca do tema estudado por esta pesquisa, ressalta-se que cada

um desses modelos apresenta características específicas quanto ao perfil de trabalhador que melhor se enquadre nas relações vigentes de produção, o que acaba sendo utilizado como justificativa, no âmbito político, para a implementação de reformas educacionais, especialmente no âmbito do ensino médio e da educação profissional (IGNÁCIO, 2010, p. 132).

Sobre esse processo, no campo teórico, é possível destacar alguns aspectos e suas consequências, como por exemplo a ênfase em funções mais polivalentes (multifuncionais) e modelos de trabalho mais flexíveis, associados a um novo conjunto de tecnologias. Além disso, neste contexto, Faleiros (2006, p. 74) ressalta que, ao mesmo tempo que diminui o impacto do fator trabalho no lucro das organizações, o atual modelo capitalista de sociedade leva à formação de uma grande quantidade de excedente de população para o capital, isto é, de gente que não tem oportunidade de trabalho”. O autor ainda ressalta que esse problema é ainda mais grave na periferia capitalista, que passou por um processo de industrialização através da utilização de tecnologias poupadoras de mão-de-obra.

No Brasil, por exemplo, desde a reforma trabalhista<sup>1</sup> (em vigor a partir 11 de novembro de 2017), mesmo em um contexto de recessão econômica, há um crescimento do número de vagas criadas na modalidade de trabalho em tempo parcial e intermitente, destacando-se esta última modalidade de contratação, que, por ter sido a “grande inovação” da Lei n. 13.467/17, apresentou um crescimento notável ao longo do ano de 2018, já abarcando mais de 50 mil trabalhadores brasileiros, principalmente em vagas de ensino médio, nos setores de Comércio e Serviços (PDTE, 2019).

Destarte, a partir das premissas referentes ao trabalho e ao processo de formação para o trabalho na sociedade capitalista, através da compreensão do processo de transição e/ou inter-relação entre o fordismo e a acumulação flexível, esta pesquisa ocupou-se da seguinte problemática: *Quais os desafios da formação para o trabalho, nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, no período de transição do Fordismo para a Sociedade Flexível?*. Tendo, portanto, como objetivo principal analisar os desafios da formação para o trabalho, nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, no período de transição do Fordismo para a Sociedade Flexível.

---

<sup>1</sup> O ano de 2017 possivelmente será conhecido como o ano em que o governo federal e o Congresso brasileiro deram um duro golpe contra os mais pobres ao aprovarem o desmonte dos direitos sociais e trabalhistas conquistados nos últimos cem anos pelo povo brasileiro (KREIN, 2018 p. 77).

Acerca do objeto de estudo desta pesquisa, que é a rede federal de educação profissional e tecnológica, Vasconcellos (2017, p. 44), ao abordar o tema *Institutos Federais, Educação e Desenvolvimento*, destacou a influência exercida sobre a rede ao longo dos diferentes contextos político-econômicos em que ela foi delineada, principalmente nas últimas décadas, nas quais a rede federal passou por uma forte política de expansão, tendo seu número de instituições aumentado, entre 2003 e 2016, de 140 escolas técnicas, que atendiam 120 municípios, para 644 *campi* em funcionamento em todos os estados brasileiros (MEC, 2016). Atualmente, a rede é composta por 647 unidades, com quase 1 milhão de discentes matriculados (MEC, 2019). Estas e outras ações referentes à política federal de educação profissional, de caráter quantitativo e qualitativo, foram examinadas ao longo deste trabalho, tomando por base o contexto político, econômico e social, bem como o processo de transição entre o fordismo e a acumulação flexível.

Visando a solução da problemática em estudo e o cumprimento do objetivo principal, esta pesquisa se estruturou em três partes, cada qual com um objetivo específico.

A primeira parte, relatada neste trabalho na seção II, exigiu uma pesquisa bibliográfica com o intuito de reunir as características dos sistemas de acumulação capitalistas vigentes ao longo do século XX e XXI, possibilitando a construção de um significado para o atual processo de transição e/ou inter-relação entre o Fordismo e a Acumulação Flexível no contexto brasileiro, bem como de suas consequências sobre a conjuntura econômica, política, social e educacional. Assim, foram levantados os determinantes históricos e materiais das políticas econômicas, sociais e educacionais no Brasil a partir da década de 1930 – marco do início da integração brasileira ao sistema capitalista moderno industrial – com ênfase no delineamento político e pedagógico da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Além disso, tomando por base o significado de um processo de reestruturação produtiva no âmbito do capitalismo, utilizou-se também fontes secundárias de informações capazes de evidenciar o grau de penetração e influência das características deste processo no contexto socioeconômico brasileiro atualmente. Deste modo, através da primeira parte, foi possível caracterizar a transição do Fordismo para a Sociedade Flexível e analisar como as políticas de formação para o trabalho são produtos desta dinâmica.

A segunda parte, relatada neste trabalho na seção III, trouxe para o escopo desta pesquisa a realidade de um *campus* da rede federal de educação profissional e tecnológica, localizado no município de Campo Novo do Parecis, no estado de Mato Grosso. Dessa forma, a segunda parte, através do delineamento do perfil institucional do IFMT e do perfil socioeconômico de Campo Novo do Parecis, tornou possível descrever como o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, especialmente o *Campus* Campo Novo do Parecis, tem respondido às demandas socioeconômicas que estão sob sua influência.

Por fim, a terceira parte desta pesquisa (seção IV), possuindo um caráter de síntese, conectou os diferentes contextos abordados no âmbito da transição entre o Fordismo e a Acumulação Flexível através de uma análise articulada entre os conceitos teóricos e o cenário brasileiro, tanto a nível nacional como a nível regional, evidenciando o perfil da atual sociedade capitalista e a forma como tal é reproduzido através da política federal de formação do trabalhador no Brasil. Sendo possível, dessa maneira, demonstrar os desafios que o *Campus* Campo Novo do Parecis do IFMT vem enfrentando com relação ao atendimento das demandas socioeconômicas que estão sob sua influência.

## **2. O DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO A PARTIR DE 1930 E AS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO PARA O TRABALHO**

Discorrer sobre o desenvolvimento ou subdesenvolvimento de um país significa analisar os aspectos determinantes deste processo, com base no contexto político e econômico, no papel exercido pelo Estado e no modelo de sociedade idealizado em determinada época, que juntos representam as bases nas quais serão delineadas as políticas de formação do trabalhador.

Tendo como base a transição do fordismo para a acumulação flexível, bem como a influência desse processo sobre as políticas de formação para o trabalho, esta seção foi construída através de uma linha do tempo, tomando como referência inicial a década de 1930, a partir da qual foram analisadas as políticas de educação profissional em cada uma das fases do desenvolvimento do Brasil. Através de uma pesquisa bibliográfica e análise documental, realizou-se uma investigação para caracterizar a transição do Fordismo para a Sociedade Flexível e analisar como as políticas de formação para o trabalho são produtos desse processo. Cada fase que foi estudada neste trabalho representa uma concepção de desenvolvimento, defendida e construída no âmbito do Estado burguês e das classes sociais dominantes, culminando em políticas (econômicas, sociais e educacionais) com características próprias para o alcance dos objetivos almejados em determinada conjuntura.

### **2.1 O período nacional-desenvolvimentista (1930-1970)**

A primeira fase do desenvolvimento brasileiro que foi analisada nesta pesquisa tratou-se do período denominado nacional-desenvolvimentista, que começou a ser delineado política, social, econômica e culturalmente a partir da década de 1930. Esse período, no âmbito dos países capitalistas periféricos, foi marcado pela hegemonia da Teoria de Desenvolvimento Nacional-desenvolvimentista, que defendeu uma concepção de desenvolvimento calcada na necessidade desses países de realizarem sua “revolução capitalista”, nos moldes das grandes potências mundiais. Esse seria “o caminho” para a superação do subdesenvolvimento: um processo ancorado nos interesses nacionais e, portanto, comandado por uma burguesia nacional – cujos interesses estariam estritamente relacionados a um desenvolvimento mais autônomo – e pelo Estado (como agente principal) dadas as relações imperialistas entre as

grandes potências capitalistas e os demais países. Conforme explica Bresser-Pereira (2005, p. 207-208):

Nesse contexto teórico, o desenvolvimento é um processo de acumulação de capital e de incorporação de progresso técnico através do qual os padrões de vida da população aumentam de forma sustentada, mas é também o processo através do qual o país realiza sua revolução capitalista e nacional.

Para que esse modelo alcançasse o êxito, seria imprescindível a revolução capitalista ou burguesa, que daria origem, segundo Bresser-Pereira (2005, p. 207-208):

[...] a uma classe orientada para a acumulação de capital e para inovação, e da formação de um Estado-nação moderno que tinha dois papéis: de um lado, constituía-se no mercado interno seguro necessário à industrialização, e, de outro, coordenava a estratégia nacional de desenvolvimento, usando do seu aparelho de Estado e de suas instituições.

Na América Latina e no Brasil coube ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)<sup>1</sup> e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe das Nações Unidas (CEPAL)<sup>2</sup> a realização de estudos que dariam base teórico-metodológica para o processo de desenvolvimento calcado na Teoria Nacional-desenvolvimentista (BRESSER-PEREIRA, 2005, p. 201-202). Sobre o ISEB, de acordo com Saviani (2008, p. 311), recairia a função de formular, desenvolver, difundir e aplicar a Teoria Nacional-desenvolvimentista à realidade brasileira, permitindo que ela, até 1961, assumisse conotações de uma ideologia de esquerda. Nesse sentido, Saviani (2008, p. 313) explica que:

Até o breve governo de Jânio Quadros, portanto, até 1961, a visão ideológica caracterizava-se predominantemente como progressista, industrialista, modernizadora, correspondente, portanto, a uma burguesia que se queria esclarecida. A partir de 1962, a coloração de esquerda tendeu a radicalizar-se, acenando com a possibilidade de ruptura com a ordem burguesa.

---

<sup>1</sup> Criado pelo Decreto n. 57.608, de 14 de julho de 1955, vinculado ao MEC (SAVIANI, 2008, p. 311).

<sup>2</sup> A teoria do subdesenvolvimento elaborada pela CEPAL alcançou grande sucesso na América Latina. No Brasil em particular, esse sucesso ocorreu não só entre *policy makers* mas também entre empresários industriais e, ao longo do tempo, no meio acadêmico. A influência cepalina atingiu o auge durante os anos 50 e 60, quando as ideias e os técnicos da CEPAL estiveram no centro dos debates e, muitas vezes, das decisões econômicas no Brasil (COLISTETE, 2001, p. 21).

A CEPAL desempenhou uma função essencial ao conferir lastro teórico as ideias nacional-desenvolvimentistas. “O que outrora se limitava a críticas avulsas associadas a interesses específicos, passou, depois da constituição do órgão, em 1948, a ser reconhecido pela comunidade internacional como saber científico”, apresentando como núcleo central da política econômica a existência de um projeto nacional, a industrialização e o intervencionismo pró-crescimento (FONSECA; SALOMÃO, 2017, p. 5).

O modelo de desenvolvimento nacional-desenvolvimentista propagou, portanto, a necessidade e possibilidade de constituição, no âmbito dos países de capitalismo periférico, de uma classe social suficientemente autônoma para transformar a posição desses países no âmbito das relações de comércio internacional. Vê-se a seguir as características desse processo e os resultados no caso brasileiro.

### 2.1.1 O contexto político nacional-desenvolvimentista

As bases que darão origem ao nacional-desenvolvimentismo como concepção de desenvolvimento no âmbito brasileiro surgem a partir da década de 1920-30 em um momento histórico de transição entre um sistema oligárquico-rural para uma nova ordem social cuja base era uma emergente classe burguesa industrial capitalista, apoiada e apoiadora do Estado, cujo o papel se tornou, principalmente até 1964, de cunho mais protagonista (ROMANELLI, 1986, p. 193).

Os resultados econômicos e sociais negativos, que estavam relacionados a hegemonia do sistema oligárquico-agroexportador, constituíram as bases para as transformações das relações econômicas brasileiras, culminando na ascensão de uma nova coalização política na qual figuravam a burguesia industrial, a burocracia pública e os trabalhadores urbanos, que juntos (porém em uma relação hierárquica) se articularam em defesa de um novo conjunto de interesses baseados em uma política nacionalista, desenvolvimentista e industrializante (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 664; IGNÁCIO, 2010, p. 135).

O nacional-desenvolvimentismo, entretanto, só se apresentou no cenário político, econômico e social como uma estratégia concreta de desenvolvimento a partir dos estudos realizados pela CEPAL e pelo ISEB, tendo como objetivo combater os aspectos negativos de cunho econômico causados historicamente pela posição de



dependência (colônia) que o Brasil possuía ao longo de suas relações econômicas até então. Segundo Castelo (2012, p. 621-622):

A dependência foi tratada como um elemento-chave da controvérsia, e os reformistas viram nas políticas nacionalistas de protecionismo econômico, controle cambial e restrição ao envio de lucros ao exterior uma saída para os nossos crônicos déficits na balança de pagamentos.

Nesse quadro histórico, Ignácio (2010, p. 135) ressalta o papel de destaque do governo de Getúlio Vargas ao iniciar essa nova fase do desenvolvimento brasileiro, com o desafio de conciliar, através de suas ações, os novos interesses que emergiram após a Revolução de 1930. Sandroni (1999, p. 169) apresenta o governo de Juscelino Kubistchek “como exemplo magno da política desenvolvimentista na história brasileira”, por suas políticas direcionadas ao processo de industrialização, de aumento da renda por habitante e da taxa de crescimento. Entretanto, Saviani (2008, p. 351-352) e Ramos (2014, p. 28) discordam de Sandroni ao afirmar que:

[...] a transição do Governo Vargas para o de Juscelino Kubitschek caracterizou-se na verdade pelo abandono de uma política destinada a criar um sistema capitalista nacional em nome de uma política orientada para o desenvolvimento econômico dependente.

Para tanto os autores apresentam como argumentos: i) o fato de O Plano de Metas (1956-1960)<sup>3</sup>, elaborado no governo de Juscelino Kubistchek promover “a abertura ao capital estrangeiro por via das multinacionais e da ideologia desenvolvimentista”, formando uma classe social burguesa industrial brasileira subordinada à burguesia internacional; e ii) o fato do Estado passar também a produzir mercadorias e serviços, principalmente infraestruturais. Tais cenários, portanto, evidenciam que, a política desenvolvimentista, ao longo de seu período áureo, não vigorou de forma homogênea.

No âmbito político, o nacional-desenvolvimentismo representou um rearranjo das relações entre as classes, emergindo como figura dirigente dessa época as classes burguesas vinculadas ao sistema industrial brasileiro que estava se

---

<sup>3</sup> Denominação dada ao plano de desenvolvimento econômico e social adotado durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960) e que se caracterizou pelo estabelecimento de metas que deveriam ser alcançadas nos planos econômico, social e de infraestrutura elaborados durante seu governo (SANDRONI, 1999, p. 469).

constituindo. Percebe-se, entretanto, que, ao longo do tempo de sua duração, tal política não vigorou de forma constante e em caráter homogêneo, o que evidencia a existência de contradições no âmbito da própria classe burguesa dirigente.

### 2.1.2 A política econômica nacional-desenvolvimentista e o papel do Estado

A política econômica apresenta-se como eixo central de uma teoria de desenvolvimento, articulando e influenciando todos os setores de uma sociedade capitalista. Nessa perspectiva, segundo o paradigma nacional-desenvolvimentista, deveria prevalecer, por parte do governo e das classes sociais dirigentes, uma postura nacionalista, que, utilizando a industrialização como “caminho”, levaria as economias capitalistas periféricas ao desenvolvimento<sup>4</sup>. De acordo com Ignácio (2010, p. 135):

Essas novas forças políticas, surgidas no âmbito do Estado brasileiro, optaram claramente por políticas do tipo nacionalista para a solução dos problemas do país, principalmente em vista das limitações estruturais da dependência econômica já reveladas pelas frequentes crises da nossa economia agroexportadora e também pelas próprias crises do capitalismo mundial (Primeira Guerra Mundial, Depressão Econômica e Segunda Guerra Mundial). Dentre essas opções políticas, a mais importante delas, sem dúvida, foi a adoção de uma política de intervenção do Estado na economia, no sentido de favorecer a nascente indústria brasileira e consolidar a economia capitalista nacional.

Nessa época, com o objetivo de superar o modelo agroexportador, que até então dominava o setor econômico, o processo de industrialização se apresentava como solução para colocar o país em um caminho de crescimento e desenvolvimento econômico, de forma a alterar o *status* que o Brasil possuía, tanto nas relações internas, como no âmbito do comércio internacional, cabendo ao Estado, ao longo do processo de implementação da política econômica nacional-desenvolvimentista, o desafio de equacionar e hierarquizar os diferentes interesses sociais envolvidos (COELHO, 2014, p. 92). Nesse sentido, Fonseca e Salomão (2017, p. 3-5) explicam que tal equacionamento teve que levar em consideração as contribuições de diversos

---

<sup>4</sup> Ideologia que no Brasil caracterizou particularmente o governo Kubitschek e que identifica o fenômeno do desenvolvimento a um processo de industrialização, de aumento da renda por habitante e da taxa de crescimento. Os capitais para impulsionar o processo são obtidos junto às empresas locais, ao Estado e às empresas estrangeiras. As políticas ligadas ao desenvolvimentismo concentram sua atenção nas questões relativas à taxa de investimentos, ao financiamento externo e à mobilização da poupança interna (SANDRONI, 1999, p. 169).

grupos, dentre eles intelectuais, políticos, militares e empresários para que, em última instância, conseguissem delinear um modelo alternativo ao liberalismo econômico<sup>5</sup> que vigorava até então. Fonseca e Salomão (2017, p. 3-5) defendem ainda que essa teoria não surgiu única e exclusivamente “em decorrência da crise econômica desenrolada com a quebra da Bolsa de Valores em Nova Iorque”. Segundo tais autores:

Tratou-se, pelo contrário, de um típico processo de construção política e intelectual, fruto da realidade brasileira e da consciência gradual de determinados atores de sua elite em relação à situação de atraso em que vivia o país. A profundidade da crise, associada a mudanças nas elites dirigentes em alguns países da América Latina, criaram condições para que vários deles passassem a adotar políticas desenvolvimentistas.

As bases da economia nacional-desenvolvimentista dependeriam da existência e consolidação de uma classe burguesa “nacionalista”, a qual caberia a responsabilidade de guiar o país em um novo caminho para o desenvolvimento, calcado no fomento da indústria, pois entendia-se que a vocação agrário-exportadora dos países de capitalismo periférico os prejudicava quanto ao crescimento econômico. Nesse sentido, a política nacional-desenvolvimentista brasileira teve por base um processo de substituição de importações. Reconhecendo a necessidade e importância da intervenção do Estado nas relações econômicas capitalistas – influenciado em âmbito mundial pela Teoria Keynesiana<sup>6</sup> –, o desenvolvimentismo representou para

---

<sup>5</sup> Segundo o princípio do *laissez-faire*, não há lugar para a ação econômica do Estado, que deve apenas garantir a livre-concorrência entre as empresas e o direito à propriedade privada, quando esta for ameaçada por convulsões sociais. [...] Os princípios do *laissez-faire* aplicados ao comércio internacional levaram à política do livre-cambismo, que condenava as práticas mercantilistas, as barreiras alfandegárias e protecionistas. A defesa do livre-cambismo foi uma iniciativa fundamentalmente da Inglaterra, a nação mais industrializada da época, ansiosa por colocar seus produtos em todos os mercados europeus e coloniais. Com o desenvolvimento da economia capitalista e a formação dos monopólios no final do século XIX, os princípios do liberalismo econômico foram cada vez mais entrando em contradição com a nova realidade econômica, baseada na concentração da renda e da propriedade. Essa defasagem acentuou-se com as crises cíclicas do capitalismo, sobretudo a partir da Primeira Guerra Mundial, quando o Estado se tornou um dos principais agentes orientadores das economias nacionais (SANDRONI, 1999, p. 347).

<sup>6</sup> As propostas da chamada “revolução keynesiana” foram feitas no momento em que a economia mundial sofria o impacto da Grande Depressão, que se estendeu por toda a década de 30 até o início da Segunda Guerra Mundial. Suas idéias influenciaram alguns pontos do New Deal, o programa de recuperação econômica de Franklin D. Roosevelt (1933-1939). De fato, sob o estímulo de grandes despesas governamentais, impostas pelo conflito mundial, a crise do desemprego deu lugar à escassez de mão-de-obra na maioria dos países capitalistas. Para a maioria dos economistas, era a comprovação da eficácia das propostas keynesianas. Surgiu a convicção de que o capitalismo poderia ser salvo, desde que os governos soubessem fazer uso de seu poder de cobrar impostos, reduzir juros, contrair empréstimos e gastar dinheiro. Após 1945, a teoria

alguns países latino-americanos e para o Brasil uma alternativa ao liberalismo econômico e uma forma de construir um Estado de bem-estar social em países historicamente subjugados pelas potências capitalistas. Contudo, sem propor alterações na estrutura do sistema capitalista, a política econômica nacional-desenvolvimentista não rompeu com essa subjugação e se mostrou incapaz de superar a condição de subdesenvolvimento presente nos países de capitalismo periférico.

O Estado, no nacional-desenvolvimentismo, a serviço da classe burguesa dominante, se delineou, assim como em âmbito mundial, com base na Teoria Keynesiana e como resposta aos graves resultados do liberalismo econômico, principalmente para os países de capitalismo periférico.

Nessa época ocorreram alterações das funções que o Estado deveria exercer, conforme os interesses das novas classes sociais dirigentes. Nesse sentido, Saviani (2008, p. 350) reconhece o papel da crise de 1929 na alteração da função do Estado que, ausente no período de hegemonia do liberalismo, passa a ter uma postura intervencionista, associada a uma política econômica de base keynesiana. Posição essa defendida após as graves consequências que atingiram a economia brasileira relacionadas não só a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, mas também a 1ª Guerra Mundial (1914-1918). Para o Estado, ao longo da respectiva fase histórica, no qual emergia a teoria keynesiana e, conseqüentemente, o conceito de Estado de bem-estar social<sup>7</sup>, caberia o papel de “ator central das transformações necessárias para a superação do subdesenvolvimento, capaz de soldar interesses antagônicos dos trabalhadores e dos burgueses industriais. Dessa forma, várias reformas em diversos setores foram defendidas, num processo semelhante as revoluções democrático-burguesas ocorridas na Europa cujo intuito no caso brasileiro seria combater os elementos estruturais do subdesenvolvimento, inserindo na agenda econômica, política e social temas como a reforma agrária, reforma tributária, direitos dos trabalhadores, sufrágio universal, livre organização e representação de classes,

---

econômica keynesiana converteu-se em ortodoxia, tanto para os economistas quanto para a maioria dos políticos (SANDRONI, 1999, p. 324).

<sup>7</sup> Sistema econômico baseado na livre-empresa, mas com acentuada participação do Estado na promoção de benefícios sociais. Seu objetivo é proporcionar ao conjunto dos cidadãos padrões de vida mínimos, desenvolver a produção de bens e serviços sociais, controlar o ciclo econômico e ajustar o total da produção, considerando os custos e as rendas sociais. [...] cabe ao Estado a aplicação de uma progressiva política fiscal, de modo a possibilitar a execução de programas de moradia, saúde, educação, Previdência social, seguro-desemprego e, acima de tudo, garantir uma política de pleno emprego (SANDRONI, 1999, p. 220).

geração de emprego e melhoria da renda dos trabalhadores (CASTELO, 2012, p. 622).

Ignácio (2010, p. 135) explica que o Estado passou a adotar políticas públicas de incentivo e consolidação de um modelo econômico nacional, tendo como base o processo de industrialização.

O Estado nacional-desenvolvimentista, portanto, se caracterizou por uma postura mais presente, atuando através das instituições governamentais, seja por políticas públicas ou mesmo pela intervenção direta na economia, inclusive como “empresário”, na criação e fortalecimento de empresas públicas, que precisariam, além do setor industrial, de mão-de-obra “melhor” qualificada.

### 2.1.3 Acumulação e projeto de sociedade: fordismo

O nacional-desenvolvimentismo esteve, no âmbito econômico, associado ao keynesianismo. Contudo, de forma mais abrangente, o sistema capitalista ao longo de sua história está associado a um modelo de acumulação, que abarca todos os aspectos da sociedade, com o intuito de satisfazer o objetivo do capital, que se resume à busca constante pelo lucro (mais-valia) (HARVEY, 1992, p. 166-170).

Dessa forma, a compreensão do objetivo do capital (a mais-valia) é essencial para a análise da(s) estratégia(s) implementadas para sua conquista, que irão formar um modelo de acumulação. Nesse sentido, Sandroni (1999, p. 363) explica que:

Marx, assim como Adam Smith e David Ricardo, considerava que o valor de toda mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessário para produzi-la. Sendo a força de trabalho uma mercadoria cujo valor é determinado pelos meios de vida necessários à subsistência do trabalhador (alimentos, roupas, moradia, transporte etc.), se este trabalhar além de um determinado número de horas, estará produzindo não apenas o valor correspondente ao de sua força de trabalho (que lhe é pago pelo capitalista na forma de salário), mas também um valor a mais, um valor excedente sem contrapartida, denominado por Marx de mais-valia. É desta fonte (o trabalho não pago) que são tirados os possíveis lucros dos capitalistas (industriais, comerciantes, agricultores, banqueiros etc.), além da renda da terra, dos juros etc. [...] Mantendo-se inalterados os salários (reais), a taxa de mais-valia tende a elevar-se quando a jornada e/ou a intensidade do trabalho aumenta (aumentando a mais-valia absoluta) ou com o aumento da produtividade nos setores que produzem os artigos de consumo habitual dos trabalhadores (aumentando a mais-valia relativa).

Nesse sentido, o fordismo e o keynesianismo, para além de uma estratégia de controle macroeconômico, representam, por si só, ou articulados, um projeto de sociedade, que surge em escala mundial a partir de 1930, consolidando-se na década de 1950. A partir daí, instaura-se um cenário de articulação entre o sistema de acumulação fordista e uma política econômica de base keynesiana. Além disso, inicia-se uma nova fase no âmbito das relações internacionais. Segundo Harvey (1992, p. 124-125):

Foi necessário conceber um novo modo de regulamentação para atender aos requisitos da produção fordista; e foi preciso o choque da depressão selvagem e do quase-colapso do capitalismo na década de 30 para que as sociedades capitalistas chegassem a alguma nova concepção da forma e do uso dos poderes do Estado.

No Brasil, embora os princípios fordistas estivessem presentes desde o início do processo de industrialização, na década de 1930, sua consolidação só ocorreria com o auge do processo de substituição de importações, que se deu por volta da década de 1960-1970, num momento muito próximo já da disseminação, no quadro mundial, do modelo de acumulação flexível, que será explicado mais adiante neste trabalho (SAVIANI, 2008, p. 190; 367-369; SILVA; MACIEL, 2010, p. 6).

Numa época em que emergiam diversos estudos acerca da racionalização do processo produtivo – destacando-se os de Frederick Winslow Taylor (taylorismo)<sup>8</sup> – o fordismo emerge como uma teoria de caráter mais abrangente, indo além da decomposição das tarefas e apresentando uma visão que extrapolava as paredes de uma fábrica, como ressalta Harvey (1992, p. 121):

O que havia de especial em Ford (e que, em última análise, distingue o fordismo do taylorismo) era a sua visão, seu reconhecimento explícito de que produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma

---

<sup>8</sup> Conjunto das teorias para aumento da produtividade do trabalho fabril, elaboradas pelo engenheiro norte-americano Frederick Winslow Taylor. Abrange um sistema de normas voltadas para o controle dos movimentos do homem e da máquina no processo de produção, incluindo propostas de pagamento pelo desempenho do operário (prêmios e remuneração extras conforme o número de peças produzidas). O sistema foi muito aplicado nas medidas de racionalização e controle do trabalho fabril, mas também criticado pelo movimento sindical, que o acusou de intensificar a exploração do trabalhador e de desumanizá-lo, pois procura automatizar seus movimentos (SANDRONI, 1999, p. 592).

nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista.

De origem estadunidense, o fordismo pode ser conceituado como um modelo de acumulação baseado na racionalização da produção, cujo o objetivo principal é a redução máxima de custos. Para tanto, Henry Ford, o autor referência desse modelo, conforme explica Sandroni (1999, p. 249-250):

[...] desenvolveu três princípios de administração, em seu livro *My Life and Work*, que podem ser assim resumidos: 1) princípio da intensificação — consiste em reduzir o tempo de produção com o emprego imediato dos equipamentos e matérias-primas e a rápida colocação do produto no mercado; 2) princípio da economicidade — consiste em reduzir ao mínimo o estoque da matéria-prima em transformação, de tal forma que uma determinada quantidade de automóveis (a maior possível) já estivesse sendo vendida no mercado antes do pagamento das matérias-primas consumidas e dos salários dos empregados; 3) princípio de produtividade — consiste em aumentar a quantidade de produção por trabalhador na unidade de tempo mediante a especialização e a linha de montagem.

Antunes (2002, p. 24) apresenta o seguinte conceito do que seria o Taylorismo-fordismo:

[...] a forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo deste século, cujos elementos constitutivos básicos eram dados pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro taylorista e da produção em série fordista; pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; pela separação entre elaboração e execução no processo de trabalho; pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição/consolidação do operário-massa, do trabalhador coletivo fabril, entre outras dimensões. Menos do que um modelo de organização societal, que abrangeria igualmente esferas ampliadas da sociedade, compreendemos o fordismo como o processo de trabalho que, junto com o taylorismo, predominou na grande indústria capitalista ao longo deste século.

No que se refere a organização do trabalho, o modelo fordista, associado às ideias tayloristas se destaca não só pela racionalização e divisão das tarefas, mas também por fazer “o trabalho chegar ao trabalhador numa posição fixa”, algo que resultou em altos ganhos de produtividade (HARVEY, 1992, p. 121).

Esse modelo, baseado na racionalização do processo produtivo, na divisão de tarefas e na dinâmica de uma linha de produção, gerou um modo de trabalho marcado

por uma alienação, fruto de um trabalho relativamente regulamentado e formalizado, parcelar e fragmentado, algo típico da produção em série (ANTUNES, 2002, p. 19-20). Por isso, "[...] no fordismo busca-se um trabalhador que saiba fazer rápido e com técnica, as atividades na produção, a fim de aumentar a produtividade". Ou seja, não se espera do trabalhador fordista a polivalência, pois esta não contribuiria para sua produtividade no âmbito da linha de produção (FONSECA, 2015, p. 12). Dessa forma, constrói-se (intencionalmente) a inaptidão no trabalhador para desempenhar o trabalho em sua totalidade, que se materializa quando ele não compreende mais o processo em sua plenitude, resultando em um perfil profissional "especialista" (MELLO, 2017, p. 70).

Esse modelo de profissional iria, por conseguinte, se tornar a referência das políticas educacionais, a fim de disseminar um "padrão" de cidadão para compor a sociedade fordista. Nesse sentido, Saviani (2008, p. 244) explica que:

O desenvolvimento material põe novas exigências no que se refere aos processos formativos, em geral, à qualificação da força de trabalho, especificamente. E os próprios empresários tendem a se mostrar mais sensíveis a essa questão. Desejam eles capacitação geral, rapidez de raciocínio, grande potencial de incorporação de informações, adaptação mais ágil, capacidade de lidar com conceitos abstratos e assim por diante. Mas a realização plena dessas exigências esbarra nos limites propostos pelas relações de produção baseadas na propriedade privada dos meios de produção. Sendo o saber um meio de produção, sua apropriação pelos trabalhadores contraria a lógica do Capital segundo a qual os meios de produção são privativos dos capitalistas, da burguesia, do empresariado, cabendo ao trabalhador a propriedade apenas de sua força de trabalho. Em contrapartida, se os trabalhadores não possuem algum tipo de saber, eles não podem produzir. Eis a contradição. Como resolvê-la? [...] O taylorismo associado ao fordismo foi uma forma de resolver essa questão no contexto da chamada Segunda Revolução Industrial. Aí se procedeu a objetivação e ao parcelamento do trabalho por meio da estratégia de expropriação dos saberes dos trabalhadores, sua elaboração e evolução na forma parcelada.

O fordismo, conforme a descrição presente no Quadro 1, intrinsecamente como um modelo de acumulação capitalista, nasce com o intuito, tanto de satisfazer os objetivos do capital, como também de lidar com as contradições desse processo. Portanto, mesmo partindo da regulação das relações de trabalho, o fordismo deve ser avaliado de maneira mais ampla; tão ampla quanto sua influência. Por isso, a relevância em se identificar o "perfil profissional" adequado e disseminado pelo sistema de acumulação vigente, pois este representa na verdade "um modelo" de



cidadão a compor a sociedade, não só na produção, mas também na distribuição, no consumo e nas diversas outras relações sociais. Dessa forma, o perfil do profissional “especialista/fragmentado”, diretamente relacionado às características do processo de produção (linha de produção), é a base para a compreensão da sociedade fordista, calcada na produtividade e no consumo de massa.

### **Quadro 1 – Resumo das características do Fordismo**

(Continua)

<b>Contexto</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Duas crises do capitalismo mundial:               <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Crise do capitalismo no período entre 1873 e 1896;</li> <li>○ Crise capitalista iniciada em 1929;</li> </ul> </li> <li>➤ No Brasil, início de uma nova fase de desenvolvimento a partir de 1930;</li> <li>➤ Estudos referentes a organização racional do processo produtivo industrial e implementação da linha de produção;</li> <li>➤ Novo marco das relações internacionais após a Segunda Guerra Mundial, sob direção da economia norte-americana;</li> <li>➤ Disseminação do modelo fordista em articulação com a política econômica keynesiana (Estado de bem-estar social).</li> </ul>
<b>Sobre o Processo Produtivo e as Relações de Trabalho</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Racionalização do processo produtivo (planejar, fazer, controlar e agir);</li> <li>➤ Organização vertical do trabalho;</li> <li>➤ Avaliação e remuneração baseadas em critérios da definição do emprego;</li> <li>➤ Trabalho ágil, menor custo de tempo e dinheiro;</li> <li>➤ Redução do tempo de produção com o emprego imediato dos equipamentos e matérias-primas e a rápida colocação do produto no mercado (redução do tempo de giro do capital);</li> <li>➤ Fragmentação do processo produtivo; funções especializadas, descoladas da totalidade do processo; separação entre elaboração e execução no processo de trabalho;</li> <li>➤ Aumento da quantidade de produção por trabalhador na unidade de tempo mediante a especialização e a linha de montagem;</li> </ul>

(Conclusão)

<b>Sobre o Processo Produtivo e as Relações de Trabalho</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos;</li> <li>➤ Controle dos tempos e movimentos;</li> <li>➤ Reconhecimento da importância do trabalho humano (vivo), como requisito para o êxito do modelo fordista: produção em massa para o consumo da massa;</li> <li>➤ Concentração de unidades fabris e verticalização do processo produtivo;</li> <li>➤ Trabalho relativamente regulamentado e formalizado (no caso do trabalho urbano);</li> <li>➤ Fortalecimento do coletivo de trabalhadores das indústrias;</li> <li>➤ Ênfase na mais-valia absoluta;</li> </ul>
<b>Função e perfil dos trabalhadores</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Trabalhador ultra-especializado;</li> <li>➤ Trabalhador ágil;</li> </ul>
<b>Processo formativo</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Distribuição parcelar dos conhecimentos conforme os interesses das classes dirigentes do capitalismo;</li> <li>➤ Pouco ou nenhum treinamento no trabalho;</li> <li>➤ Sistema educacional excludente, pois tem como foco o fornecimento de mão-de-obra conforme os interesses do mercado;</li> <li>➤ Ênfase na função econômica da educação em detrimento de sua função social e de seu caráter como direito fundamental;</li> </ul>

Fonte: elaborado pelo autor com base em pesquisa bibliográfica.

Percebe-se que o fordismo, sendo um “novo” sistema de acumulação, surge como resposta à uma fase de crise do capitalismo<sup>9</sup>. Estando relacionado também a novos estudos referentes a modernização e racionalização do sistema produtivo, com

<sup>9</sup> Na economia capitalista, embora também possam ocorrer perturbações derivadas da escassez, as crises econômicas características do sistema são as de superprodução. Essas crises constituem uma fase regular do ciclo econômico, caracterizada pelo excesso geral da produção sobre a demanda, primeiro no setor de bens de capital e, em seguida, no setor de bens de consumo. Em consequência, há queda brusca na produção, falência de empresas, desemprego em massa, redução de salários, lucros e preços etc. A mais séria crise econômica mundial foi a de 1929-1933, chamada Grande Depressão (SANDRONI, 1999, p. 143).

o intuito principal de aumentar a produtividade, guiando a economia mundial, cada vez mais integrada, após a Segunda Guerra Mundial. Representa, ao mesmo tempo, uma resposta e um instrumento essencial ao processo de modernização da indústria, que se constituiu por um modelo vertical e hierárquico, baseado na rigidez e controle do processo produtivo, no qual cada trabalhador se torna especialista na execução de uma determinada tarefa, necessitando, dessa forma, de pouco treinamento, tanto por parte da empresa, como por parte do governo, através do sistema escolar. Essas características intentam constantemente melhorar a produtividade e reduzir o tempo de giro do capital, o que, para tanto, necessitava da regulação de outras relações sociais. Evidencia-se, assim, a articulação do fordismo com a política econômica keynesiana e constituição do Estado de bem-estar social, possibilitando um consumo de massa crescente, pelo menos enquanto a economia estivesse avançando.

#### 2.1.4 As concepções e as políticas de educação profissional no Brasil na era nacional-desenvolvimentista

A função da educação para o desenvolvimento econômico brasileiro esteve no centro dos debates durante a fase nacional-desenvolvimentista, fazendo com que, ao longo de sua vigência, ocorresse a progressiva sistematização de uma política de educação profissional, com o desafio de superar o caráter discriminatório, compensatório e assistencialista até então direcionado a essa vertente da educação. Segundo Maciel (2018, p. 87):

No mundo da ciência pedagógica, todos o sabem ou deveriam saber que, por decorrência de sua natureza teórico-prática, um princípio pedagógico encerra três dimensões: uma de natureza filosófica, a concepção de homem; outra, de natureza epistemológica, a concepção de educação; e, ainda, a de natureza metodológica, indicativa do fazer pedagógico.

Durante o processo de pesquisa, adotou-se como critério principal para classificar uma concepção como hegemônica o conjunto de aspectos que evidenciam sua materialização, como por exemplo, programas governamentais, leis, decretos etc. Ou seja, foi considerada hegemônica aquela concepção que maior influência exerceu no processo de construção do sistema educacional brasileiro. A análise sobre as concepções pedagógicas relacionadas à educação profissional no Brasil que será

feita, a partir daqui, tomará como evidências, portanto, as políticas públicas implementadas para concretizá-las, lembrando, sempre que necessário, as características das fases de desenvolvimento do Brasil e a influência dos processos de reestruturação produtiva.

No nacional-desenvolvimentismo, Romanelli (1986, p. 50) destaca inicialmente uma maximização do papel que a educação passa a desempenhar no âmbito do sistema capitalista, na formação de pessoas tanto para o trabalho como para o consumo. Entretanto, de acordo com Ignácio (2010, p. 137), apesar dos importantes marcos políticos e legislativos que alteraram a política nacional de educação, implantou-se um sistema excludente e dual, “que não daria conta, nem quantitativamente, nem qualitativamente, das necessidades da população”.

No nacional-desenvolvimentismo, a postura de intervenção do Estado com relação ao sistema educacional brasileiro se relacionou estritamente à necessidade de disciplinar a formação do trabalhador, especialmente o industrial, “como condição necessária à aceleração do processo de industrialização” (IGNÁCIO, 2010, p. 143). Dessa forma, além das alterações que influenciaram o sistema educacional como um todo, destacam-se aquelas voltadas especificamente para a formação profissional.

Segundo Saviani (2007, p. 156-157), em decorrência do processo histórico de dualismo entre a formação geral (intelectual) e a formação para o trabalho, a gênese da educação profissional no Brasil está marcada por um viés discriminatório, que influenciou tanto a visão da sociedade sobre esse tipo de ensino, como a regulamentação provinda do governo. Nesse sentido, mesmo tendo assumido um papel de maior relevância e destaque no nacional-desenvolvimentismo, algumas características da política de formação do trabalhador explicitavam a falta de integração entre o ensino geral e o ensino profissional, sendo que este último estaria destinado apenas a atender as necessidades do sistema produtivo. Nessa conjuntura, delineou-se um sistema de educação profissional desvinculado do sistema educacional como um todo, restringindo inclusive o acesso aos cursos de nível superior para aqueles que cursavam o ensino profissional (ROMANELLI, 1986, p. 156).

Com a intensificação do processo de modernização (industrialização) do sistema econômico brasileiro, a educação passa a ser vista de maneira diferenciada, em decorrência dessa nova fase do capitalismo nacional, começando a ser sistematizada de forma mais abrangente e relacionada com as necessidades dos

setores econômicos que estavam se desenvolvendo. Destaca-se, portanto, no nacional-desenvolvimentismo, um conjunto de políticas públicas e marcos legislativos implementados para moldar um sistema educacional em consonância com a teoria de desenvolvimento vigente e com o novo sistema de acumulação capitalista que estava se consolidando.

#### *2.1.4.1 Transição entre a concepção assistencialista-compensatória, a visão católica humanista e a concepção economicista (Pré-1930)*

Até 1930, pelas características do desenvolvimento brasileiro, a relação educação-economia figurava no âmbito das políticas governamentais ainda de maneira muito tímida. Segundo Romanelli (1986, p. 55):

Pelo menos enquanto perdurou a economia exportadora agrícola, com base em fatores arcaicos de produção, a escola não foi chamada a exercer qualquer papel importante na formação de quadros e qualificação de recursos humanos, permanecendo como agente de educação para o ócio ou de preparação para as carreiras liberais. [...] a educação carecia de função importante a desempenhar junto a economia.

Com o início do processo de modernização e integração da economia brasileira à economia capitalista internacional, a precária discussão acerca da função educacional para o desenvolvimento econômico resultava no problema da defasagem entre os “produtos acabados” fornecidos pelas escolas e as novas necessidades quanto à formação de trabalhadores adequados à nova fase econômica que estava se iniciando. Dessa forma, numa época marcada, no âmbito brasileiro, pelo surgimento de novas relações de produção, onde emergia o modelo de acumulação taylorista-fordista; pelo crescimento da população urbana (novos padrões de consumo) e, conseqüentemente, aumento da demanda social por educação, iniciava-se, assim como na economia, um período de transição no âmbito das políticas educacionais (ROMANELLI, 1986, p. 55; 59).

Sobre essa conjuntura, Manfredi (2017) acrescenta:

Durante o período da chamada primeira república, que se estende da Proclamação da República até os anos 1930, o sistema educacional e escolar e a educação profissional ganharam uma nova configuração. As poucas e acanhadas instituições dedicadas ao ensino compulsório

de ofícios artesanais e manufatureiros cederam lugar a verdadeiras redes de escolas, por iniciativa de governos estaduais, do Governo Federal e de outros protagonistas: a Igreja Católica, trabalhadores organizados em associações de mútuo socorro ou de natureza sindical, os quais contribuíram com algumas iniciativas pontuais, e membros da elite cafeeira.

Ao longo dessa transição, Manfredi (2017) destaca o desenvolvimento de redes de educação profissional no Brasil, principalmente através dos municípios e das redes estaduais, em detrimento de uma rede federal, que se estruturava ainda de maneira muito modesta. Além disso, a autora ressalta a importância das escolas salesianas, organizadas e mantidas pela ordem dos padres salesianos, no conjunto de escolas profissionais brasileiras. Sobre estas instituições, a autora explica que:

[...] Até 1910, as escolas profissionais salesianas formavam um quase sistema de ensino profissional, mas, após essa data, começaram a entrar em decadência. Isso foi provocado, basicamente, pela concentração dos padres no ensino secundário (mais solicitado pelas famílias mais abastadas) e no comercial (sem similar no país) e pela longa duração do curso, que incentivava a evasão e a competição das escolas públicas criadas pelo governo (MANFREDI, 2017).

Sobre posturas e concepções não-hegemônicas, que contradiziam o projeto educacional apresentado pelos setores dominantes, destacam-se as ideias e iniciativas provindas dos movimentos dos trabalhadores organizados, conforme ressalta Manfredi (2017):

[...] No início do século XX, mais especificamente entre 1900 e 1920, predominaram no movimento operário sindical brasileiro as propostas educativas dos grupos anarco-sindicalistas. No ideário dos anarquistas, a educação sempre teve papel de destaque, pois era considerada um veículo de conscientização de formação de novas mentalidades e ideais revolucionárias. O projeto educativo dos libertários destinava-se tanto aos trabalhadores adultos quanto a seus familiares. [...] fundamentava-se em uma visão de mundo pautada pelos parâmetros das ciências modernas (em contraste com a visão teleológica de mundo da educação religiosa), pela coeducação e pelo questionamento de qualquer forma de opressão e de cerceamento da liberdade.

Nesse sentido, em um período marcado pela baixa intensidade de participação do Governo Federal no planejamento e implementação de políticas públicas destinadas à formação para o trabalho, constata-se, no campo epistemológico, uma

mudança acerca da função desempenhada pela educação no contexto socioeconômico brasileiro.

**Quadro 2 – Concepções e políticas de educação profissional e tecnológica (Pré-1930)**

(Continua)

<b>Hegemônica</b>
(Transição entre a concepção assistencialista-compensatória, a visão católica humanista e a concepção economicista)
<p><b>Características/agenda:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Incipiente política pública governamental referente à educação profissional;</li> <li>➤ Ausente ou precária discussão sobre o papel da educação profissional no âmbito do sistema capitalista brasileiro;</li> <li>➤ Diversas redes de educação profissional, organizadas e mantidas por diferentes atores: <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Redes estaduais;</li> <li>○ Rede federal;</li> <li>○ Escolas salesianas (Igreja Católica);</li> <li>○ Iniciativas no âmbito do movimento dos trabalhadores (associações, sindicatos e uniões); entre outras.</li> </ul> </li> <li>➤ Foco diverso: <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Pobres e desafortunados;</li> <li>○ Futuros trabalhadores assalariados;</li> </ul> </li> <li>➤ Educação profissional calcada na manufatura.</li> </ul>
<p><b>Evidências/acontecimentos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Constituição de sistemas estaduais de educação profissional, com destaque para os estados do Rio de Janeiro e São Paulo;</li> <li>➤ <b>Nascimento da rede federal de educação profissional em 1909, com a criação, durante o governo de Nilo Peçanha, de dezenove escolas de ofícios, uma em cada unidade da federação, exceto no Distrito Federal e no Rio Grande do Sul;</b></li> <li>➤ Criação dos liceus de artes e ofícios organizados e mantidos pela ordem dos padres salesianos;</li> </ul>

(Conclusão)

<b>Hegemônica</b> (Transição entre a concepção assistencialista-compensatória, a visão católica humanista e a concepção economicista)
<b>Evidências/acontecimentos:</b> ➤ Iniciativas no âmbito do movimento dos trabalhadores.
<b>Não-hegemônica</b> (Pedagogia anarcosindicalista)
<b>Características/agenda:</b> ➤ Propostas educativas de grupos anarcosindicalistas; ➤ A educação como veículo de conscientização, formação de novas mentalidades e ideais revolucionários; ➤ Visão de mundo pautada pelos parâmetros das ciências modernas, pela coeducação e pelo questionamento de qualquer forma de opressão e de cerceamento da liberdade; ➤ Inicialmente, aprendizado de “chão de fábrica”, com os companheiros de trabalho. Posteriormente, práticas de formação mais sistemáticas.
<b>Evidências/acontecimentos:</b> ➤ Iniciativas no âmbito do movimento dos trabalhadores; criação de cursos nos sindicatos, associações e uniões.

Fonte: elaborado pelo autor com base em pesquisa bibliográfica.

A primeira república se caracteriza, conforme evidenciado no Quadro 2, como uma fase de transição da economia e da sociedade capitalista brasileira. Contudo, o processo de modernização e transformação das relações de produção ainda numa fase inicial resultou em uma incipiente discussão da função educacional no âmbito desse processo – em especial com relação ao delineamento de um sistema geral e nacional de educação – evidenciada na diversificação de redes de formação profissional e no modesto papel exercido pelo governo federal. Entretanto, a crescente ebulição social, gerada pela transformação da matriz econômica brasileira, pouco a pouco inflamaria os debates e exigiria, por parte do governo federal, políticas educacionais mais abrangentes e relacionadas com o projeto de desenvolvimento que seria implantado.



#### 2.1.4.2 Educação profissional assistencialista e compensatória (1930-1942)

O cenário de transição/ruptura entre a Primeira e a Segunda República, que teoricamente criou as bases políticas para que o Brasil adentrasse em uma nova fase de desenvolvimento, apresentou, contudo, resultados limitados, muito mais ligados aos aspectos quantitativos do que aos aspectos qualitativos do sistema educacional brasileiro. Nesse quadro, Romanelli (1986, p. 127), ao discorrer sobre o processo de expansão do sistema educacional brasileiro – que se dava em resposta ao crescimento da demanda social por educação formal a partir da década de 1930 – destaca a inelasticidade da oferta de vagas, o baixo rendimento do sistema escolar e a acentuada discriminação social. Além disso, explica a autora, o processo ocorreu de forma desvinculada, inicialmente, das características assumidas pela política de desenvolvimento brasileiro. Assim, a luta entre as várias facções das camadas dominantes acabou por aprofundar a defasagem entre a educação e o desenvolvimento brasileiro.

Nesse momento de complexificação social, relacionado à urbanização e à industrialização, Saviani (2008, p. 192-193) destaca a criação do Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT) em 1931, que, entre 1931 e 1945, exerceria “[...] influência decisiva na formulação de políticas governamentais”, especialmente no que se refere a educação profissional.

Até 1932, destaca-se, no âmbito da regulamentação do sistema educacional brasileiro, os decretos publicados durante o que ficou conhecido como Reforma Francisco Campos. Foi a partir destes, que o ensino começou a ser organizado como um “sistema nacional”, porém, ainda com características excludentes (ROMANELLI, 1986, p. 131). Nessa época foram publicados os seguintes Decretos:

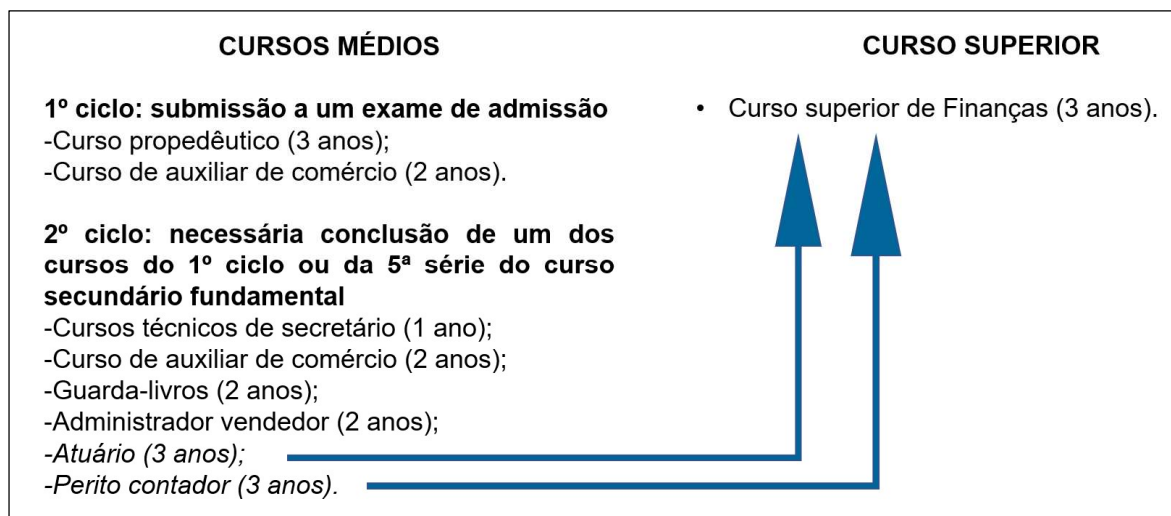
- Decreto n. 19.850, de 11/04/1931 – Cria o Conselho Nacional de Educação;
- Decreto n. 19.851, de 11/04/1931 – Dispõe sobre a organização do ensino superior no Brasil e adota o regime universitário;
- Decreto n. 19.852, de 11/04/1931 – Dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro;
- Decreto n. 19.890, de 18/04/1931 – Dispõe sobre a organização do ensino secundário;
- Decreto n. 20.158 – de 30/06/1931 – Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências;

- Decreto n. 21.241 – de 14/04/1932 – Consolida as disposições sobre a organização do Ensino Secundário.

Sobre a educação profissional, a reforma promovida pelos decretos, de acordo com Romanelli (1986, p. 139), foi negligente, tratando apenas do ensino comercial, sem nenhuma articulação com o ensino secundário e com uma única possibilidade de acesso à educação de nível superior, conforme observa-se na Figura 1. A autora explica que:

A reforma tampouco tratou de estabelecer a articulação entre os vários ramos do ensino médio. Pelo contrário, ao considerar o ensino secundário e comercial, tratou, antes, de criar dois sistemas rígidos e fechados, sem qualquer abertura ou possibilidade de transferência de um para o outro (ROMANELLI, 1986, p. 141-142).

**Figura 1** – Estrutura do Ensino Comercial conforme o Decreto n. 20.158, de 30 de junho de 1931



Fonte: Elaborada pelo autor com base em Romanelli (1986, p. 139).

Dessa forma, o discurso político, que propagava a relevância do sistema educacional no âmbito do desenvolvimento do país, não foi concretizado nessa primeira ampla reforma, o que conseqüentemente manteve o caráter compensatório e assistencialista das políticas de educação profissional (ROMANELLI, 1986, p. 142). Essa concepção, segundo Ramos (2014, p. 25), reforçou a dualidade do sistema educacional, configurado por um segmento enciclopédico e preparatório para o ensino superior e outro profissional independente e restrito em termos da configuração produtiva e ocupacional.

Sobre essa situação, Manfredi (2017) ainda acrescenta:

A política educacional do estado novo legitimou a ruptura entre o trabalho manual e o intelectual, erigindo uma arquitetura educacional que ressaltava a sintonia entre a divisão social do trabalho e a estrutura escolar, isto é, o ensino secundário destinado às elites condutoras e os ramos profissionais do ensino médio destinados às classes menos favorecidas.

Nesse sentido, Romanelli (1986, p. 142) faz uma análise dos principais resultados e/ou retrocessos frutos da reforma promovida durante a gestão de Francisco Campos:

[...] não conseguiu eliminar a velha concepção liberal-aristocrática relativa à educação voltada para as carreiras liberais; [...] não se preocupou com a implantação efetiva de um ensino técnico e científico; [...] implantou uma estrutura de ensino altamente seletiva, dada a rigidez dos critérios de equiparação de escolas (estaduais e particulares) - que acabam por conter a matrícula em limites estreitos - e a oficialização de um esquema de avaliação arcaico, rígido e exagerado, quanto ao número de provas e exames, por qual muito contribuiu para o baixo grau de retenção dos alunos nas escolas.

Tais aspectos evidenciam “a existência de uma política educacional baseada numa concepção ideológica autoritária e aristocrática”, controlando a expansão do ensino de forma a restringir o acesso ao sistema público de educação, principalmente “no que concerne ao ensino secundário e às carreiras de nível superior” (ROMANELLI, 1986, p. 142).

Romanelli (1986, p. 148; 150) confere destaque, durante essa fase, ao movimento escolanovista (1932)<sup>10</sup>, que reivindicava “a participação efetiva do Estado na garantia de uma escola democrática, pública, universal, integral e de qualidade”, bem como de uma “escola única, porém, sem monopólio estatal”, conforme apresentado na Figura 2. Além disso, o movimento defendia “a autonomia para a função educativa e descentralização do ensino”, de forma a evitar que a ação de estranhos alheios à educação influenciasse em demasia o sistema. A autora avalia que o grande avanço presente no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova se referia à defesa mais sistemática da necessidade de adequar o sistema educacional

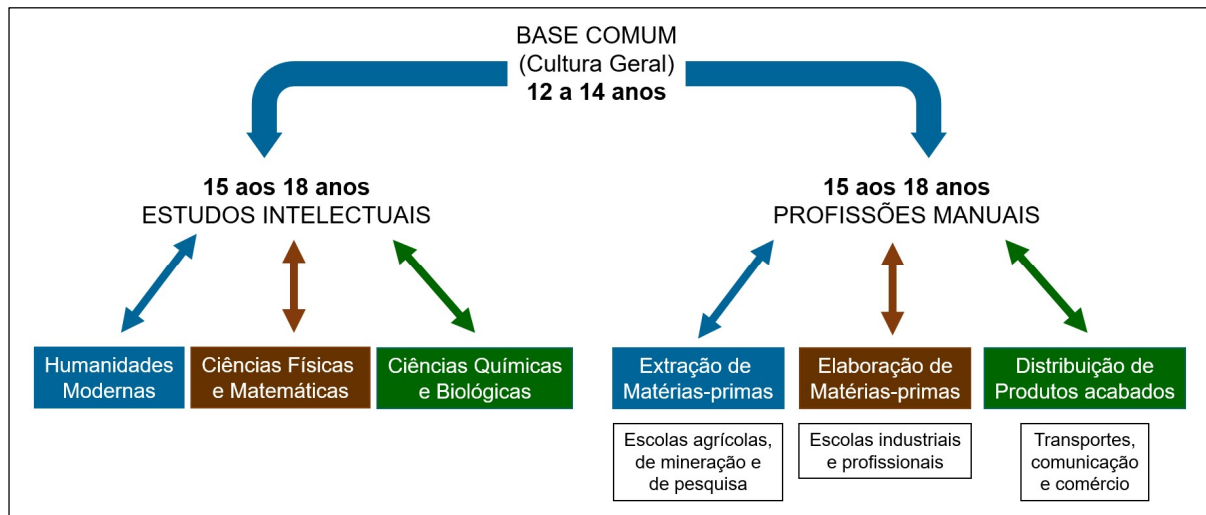
---

<sup>10</sup> O Manifesto afirma que a finalidade da educação se define de acordo com a filosofia de cada época. [...] A sociedade estava mudando. Urgia que a educação escolar refletisse essas mudanças. [...] O Manifesto apresenta a novidade de vislumbrar a educação como um problema social. [...] começa ele por solicitar uma ação mais objetiva da parte do Estado (ROMANELLI, 1986, p. 146-147).

a nova ordem social e econômica que estava surgindo no Brasil, sem, contudo, questioná-la. Nesse sentido, Saviani (2008, p. 242) complementa que o Manifesto se destacou ao apresentar aspectos relacionados ao planejamento e a racionalização do processo educativo, seja na definição dos fins da educação (aspecto filosófico e social) ou na aplicação (aspecto técnico) dos métodos científicos aos problemas de educação. Ainda sobre o movimento, Romanelli (1986, p. 151) afirma que:

Estava a favor da ordem que então se implantava e não a questionava. Mas estava também consciente da defasagem existente entre a nova situação econômica e social e a escola tradicional. A sua luta era contra a escola tradicional, não contra o Estado burguês.

**Figura 2** – Escola secundária (12 a 18 anos) na visão Escolanovista



Fonte: Elaborada pelo autor com base em Saviani (2008, p. 248).

Nesse sentido, Romanelli (1986, p. 152) cita algumas evidências do jogo político entre a concepção tradicional e o movimento renovador, sendo para este uma grande vitória o Capítulo II da Constituição de 1934 – particularmente o art. 153 –, onde é perceptível a influência dos princípios renovadores, exceto pela instituição do ensino religioso em caráter facultativo. Entretanto, já na Constituição de 1937<sup>11</sup>, os princípios defendidos pelo movimento renovador – de uma educação como direito de todos e dever dos poderes públicos – figuraram de maneira mais tímida. Além disso,

<sup>11</sup> Art. 129: O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas, é em matéria de educação o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando-os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais".

sobre a educação profissional, permanecia em vigor uma concepção assistencialista e compensatória ao direcioná-la “às classes menos favorecidas”. De acordo com Romanelli (1986, p. 152):

[...] a Constituição de 1937 estava longe de dar a ênfase que dera a de 1934 ao dever do Estado como educador. No seu artigo 128, que inicia com a seção "Da Educação e da Cultura", preferiu antes a fórmula suave de tratar o problema, proclamando a liberdade da iniciativa individual e de associações ou pessoas coletivas públicas e particulares", quanto ao que respeitava o ensino.

Nesse quadro contraditório de concepções, Saviani (2008, p. 258) avalia a existência de um certo equilíbrio entre a pedagogia tradicional e a pedagogia renovadora. Assim, sobre a Reforma Francisco Campos, o autor ressalta o tratamento da educação como questão nacional e a influência exercida pela Igreja Católica, ao conseguir, por exemplo, que o ensino religioso figurasse como disciplina optativa no sistema educacional. É nessa época também que serão fundadas a Confederação Católica Brasileira de Educação (1934), a Associação dos Universitários Católicos e o Instituto Católico de Estudos Superiores (1932). Saviani (2008, p. 257-258) explica que:

No início dos anos de 1930, a principal bandeira de luta dos católicos na frente educacional foi o combate à laicização do ensino. [...] conforme os católicos, a escola leiga preconizada pelos escolanovistas em lugar de educar deseducava: estimulava o individualismo e neutralizava as normas morais, incitando atitudes negadoras da convivência social e do espírito coletivo. Somente a escola católica seria capaz de reformar espiritualmente as pessoas como condição e base indispensável a reforma da sociedade. [...] para os católicos, o Estado, sendo uma instituição de caráter positivo, deveria subordinar-se às instituições naturais (família) e sobrenaturais (igreja). Na medida em que os escolanovistas desconsideravam essa hierarquia e depositavam toda a responsabilidade da tarefa educativa nas mãos do Estado, eles estariam, na visão dos católicos, abrindo caminho para a comunização do país.

Saviani (2008, p. 265) apresenta ainda como evidência da forte influência exercida pela Igreja Católica a incorporação, na Constituição de 1934, de quase todos os pontos defendidos pela Liga Eleitoral Católica (LEC)<sup>12</sup>. Além disso, segundo o

---

<sup>12</sup> As principais medidas propostas pela LEC eram: a promulgação da Constituição em nome de Deus; o reconhecimento constitucional da indissolubilidade do matrimônio e da validade civil do casamento religioso; a adoção da instrução religiosa obrigatória nas escolas públicas de nível primário e secundário, e a concessão de assistência religiosa oficial às forças armadas, às prisões e aos

autor, “havia afinidades claras entre os católicos e o grupo dirigente que ascendeu ao governo federal em consequência da Revolução de 1930, que iria resultar em uma visão comum que compartilhava diversos conceitos e concepções:

[...] como o primado da autoridade; a concepção verticalizada de sociedade em que cabia a uma elite moralizante conduzir o povo dócil; a rejeição da democracia liberal, diagnosticada como enferma; a aliança entre a conservação tradicionalista dos católicos e a modernização conservadora dos governantes; a tutela do povo; centralismo e intervencionismo das autoridades eclesiásticas e estatais; o anticomunismo exacerbado; a defesa da ordem e da segurança; defesa do corporativismo como antídoto ao bolchevismo (SAVIANI, 2008, p. 265).

Nesse quadro de rearranjo das classes sociais brasileiras, emergindo a burguesia industrial como dirigente, Saviani (2008, p. 272) afirma que o desenvolvimento de correntes pedagógicas anti-hegemônicas acabou sendo prejudicado, uma vez que, no âmbito político, as forças de esquerda se concentraram na luta para promover inicialmente uma revolução democrático-burguesa no Brasil, se alinhando dessa forma com os princípios defendidos pelo Movimento Escolanovista. Nesse sentido, Saviani (2008, p. 275) explica que:

[...] na medida em que a concepção escolanovista, tal como expressa no Manifesto dos Pioneiros, representava a revolução pedagógica correspondente a revolução democrático-burguesa, compreende-se que, na década de 1930, o escolanovismo tenha hegemonizado as posições progressistas, aí incluídas as correntes de esquerda.

Além disso, Manfredi (2017) ressalta que o caráter autoritário e político desse período suplantou praticamente todas as iniciativas implementadas no âmbito dos movimentos dos trabalhadores. Algo que se deu tanto por um processo de repressão direta desses movimentos, como também pela cooptação de alguns deles através de uma regulamentação de caráter corporativista – “transformando os sindicatos em apêndices do Estado” – acabando por desagregar as classes operárias.

---

hospitais. Estes três últimos itens constituíam o “programa mínimo” da organização, que a ele condicionava seu apoio aos diferentes partidos e candidatos (KORNIS, 2019).

**Quadro 3 – Concepções e políticas de educação profissional e tecnológica (1930-1942)**

(Continua)

<b>Hegemônica</b> (Pedagogia Tradicional-Aristocrática-Dualista) (Educação profissional assistencialista e compensatória)
<p><b>Características/agenda:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Crescimento da demanda por educação devido ao processo de complexificação social (urbanização e industrialização);</li> <li>➤ Expansão principalmente quantitativa da educação (aumento do número de vagas); contudo, em caráter insuficiente;</li> <li>➤ Início da organização de um sistema nacional de ensino;</li> <li>➤ Constituição de um sistema rígido, arcaico, excludente e dualista; em contradição com a nova fase de desenvolvimento que estava se iniciando;</li> <li>➤ O binômio educação-desenvolvimento ainda era pouco evidente nas políticas públicas governamentais;</li> <li>➤ Atenção maior das políticas públicas governamentais para a manutenção e organização do ensino geral propedêutico que, por suas características, acabava sendo direcionado às elites;</li> <li>➤ Regulamentação apenas do ensino comercial, postergando a organização de um sistema de ensino industrial;</li> <li>➤ Educação profissional desvinculada do ensino secundário, permitindo o acesso a apenas um curso de nível superior;</li> <li>➤ Manutenção de um modelo de educação profissional de caráter assistencialista e compensatório;</li> <li>➤ Manutenção de um contexto discriminatório quanto à formação para o trabalho;</li> </ul>

(Continuação)

**Hegemônica**

(Pedagogia Tradicional-Aristocrática-Dualista)

(Educação profissional assistencialista e compensatória)

**Evidências/acontecimentos:**

- Criação do Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT) em 1931;
- Reforma Francisco Campos:
  - Decreto n. 19.850, de 11/04/1931 – Cria o Conselho Nacional de Educação;
  - Decreto n. 19.851, de 11/04/1931 – Dispõe sobre a organização do ensino superior no Brasil e adota o regime universitário;
  - Decreto n. 19.852, de 11/04/1931 – Dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro;
  - Decreto n. 19.890, de 18/04/1931 – Dispõe sobre a organização do ensino secundário;
  - Decreto n. 20.158 – de 30/06/1931 – Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências;
  - Decreto n. 21.241 – de 14/04/1932 – Consolida as disposições sobre a organização do Ensino Secundário.
- Influência da Igreja Católica:
  - Fundação da Associação dos Universitários Católicos e do Instituto Católico de Estudos Superiores (1932);
  - Fundação da Confederação Católica Brasileira de Educação (1934);
  - Incorporação na Constituição de 1934 de quase todos os pontos defendidos pela Liga Eleitoral Católica (LEC);
- Constituição de 1937 (art. 129): caráter assistencialista da educação profissional, direcionada às classes menos favorecidas; destacando-se o dever das indústrias e dos sindicatos em criar escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados;
- Repressão e/ou cooptação dos movimentos dos trabalhadores e, conseqüentemente, das iniciativas desses com relação a um modelo de educação.



(Continuação)

**Não-hegemônica**

(Pedagogia nova)

**Características/agenda:**

- Ênfase na educação como um direito universal, sendo necessária a participação direta do Estado na garantia de uma escola democrática, laica, pública, integral e de qualidade;
- Implementação no âmbito educacional dos princípios que estavam em voga no novo modelo de produção que se constituía (taylorismo-fordismo): planejamento e racionalização do processo educativo, seja na definição dos fins da educação (aspecto filosófico e social) ou na aplicação (aspecto técnico) dos métodos científicos aos problemas de educação;
  - Defesa da autonomia da função educativa e da descentralização do ensino;
  - Defesa mais sistemática da necessidade de adequar o sistema educacional a nova ordem social e econômica que estava surgindo no Brasil;
  - Visava superar a defasagem existente entre a nova situação econômica e social e a escola tradicional.
  - Princípios pedagógicos contra-hegemônicos – contrários à pedagogia tradicional e aristocrática – porém, sem questionar o Estado burguês.

**Evidências/acontecimentos:**

- Movimento escolanovista;
  - Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932);
- Constituição de 1934 (Título V, Capítulo II):
  - Art. 149: A educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana.

(Conclusão)

<b>Não-hegemônica</b> (Pedagogia nova)
<p><b>Evidências/acontecimentos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Constituição de 1937, restrição do dever do Estado como educador: <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Art. 128: A arte, a ciência e o ensino são livres à iniciativa individual e a de associações ou pessoas coletivas públicas e particulares.</li> </ul> </li> </ul>

Fonte: Elaborado pelo autor com base em pesquisa bibliográfica.

Partindo do explicitado no Quadro 3, percebe-se que a fase inicial do nacional-desenvolvimentismo é marcada por um conjunto de transformações sociais e econômicas que colocaram em evidência a questão educacional brasileira, a fim de que fosse constituído um sistema nacional que atendesse às necessidades da nova fase de desenvolvimento que estava começando. Contudo, como se tratou de um processo lento e cheio de contradições, o que ocorreu a princípio, com relação ao sistema educacional, foi uma preocupação em organizá-lo de forma mais sistemática, resultando no crescimento do número de vagas no âmbito do ensino geral, mesmo que ainda não abarcasse a população brasileira de forma democrática. Contudo, a função educacional quanto à dinamização do desenvolvimento econômico permaneceu sendo pouco explorada no âmbito das políticas públicas educacionais, como ficou evidente na regulamentação apenas do ensino comercial, de maneira rígida e dualista. Ou seja, as políticas públicas governamentais direcionadas à formação para o trabalho, durante essa fase inicial, não romperam com a concepção assistencialista e compensatória da educação profissional, postergando a organização de um sistema em rede, que buscasse não só fornecer mão-de-obra treinada para o mercado de trabalho, mas também contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico do país.

O Movimento Escolanovista, nessa fase ainda muito limitado pela força da Pedagogia Tradicional, posteriormente iria se destacar na construção e implementação das bases teóricas e pedagógicas que vinculavam a educação e a economia de maneira mais sistemática conforme o Brasil foi se integrando e se adaptando aos princípios que regiam a economia mundial. Esse novo cenário estará mais evidente a partir da década de 1940.

### 2.1.4.3 As bases de uma educação tecnicista (1942-1971)

O início dessa nova fase está relacionado à publicação de diversos decretos que viriam a regulamentar vários aspectos do sistema educacional brasileiro (Quadro 4).

#### **Quadro 4** – Decretos publicados ao longo da Reforma Capanema (1942-1946)

- Decreto-lei 4.073, de 30/01/1942 – Lei Orgânica do Ensino Industrial;
- Decreto-lei 4.048, de 22/01/1942 – Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial;
- Decreto-lei 4.244, de 09/04/1942 – Lei Orgânica do Ensino Secundário;
- Decreto-lei 6.141, de 28/12/1943 – Lei Orgânica do Ensino Comercial;
- Decreto-lei 8.529, de 02/01/1946 – Lei Orgânica do Ensino Primário;
- Decreto-lei 8.530, de 02/01/1946 – Lei Orgânica do Ensino Normal;
- Decreto-lei 8.621 e 8.622, de 10/01/1946 – Criam o Serviço de Aprendizagem Comercial;
- Decreto-lei 9.613, de 20/08/1946 – Lei Orgânica do Ensino Agrícola.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Romanelli (1986, p. 155).

Com o intuito de regulamentar o que fora previsto no art. 129 da Constituição de 1937, esse processo ficou conhecido como Reforma Capanema – mesmo Gustavo Capanema não estando a frente do Ministério da Educação ao longo do período no qual foram publicados todos os decretos – e foi caracterizado pela regulamentação mais racional e abrangente da educação profissional, evidenciada através do Decreto-lei n. 4.073 e 4.048, referentes ao ensino industrial, do Decreto-lei n. 6.141, 8.621 e 8.622, sobre o ensino comercial e do Decreto-lei n. 9.613, referente ao ensino agrícola.

Sinalizando inicialmente um aumento do papel do governo com os ramos do ensino profissional, os decretos acabaram evidenciando na verdade uma intenção clara de vinculação desse tipo de ensino com as necessidades do mercado de trabalho, criando inclusive um sistema paralelo de formação profissional, sob direção da iniciativa privada. Nesse sentido, tomando por base o Decreto que regulamentou o ensino industrial, Romanelli (1986, p. 155) identifica a preocupação do governo em ampliar e regulamentar a responsabilidade da indústria na qualificação de seu pessoal, assumindo implicitamente a incapacidade e/ou o desinteresse por oferecer

esse tipo de ensino de forma direta, em instituições públicas. A autora avalia que a preocupação maior, naquele momento de regulamentação, seria organizar uma política suficientemente adequada às necessidades de recursos humanos para a indústria, o que não significava que o processo formativo deveria se dar em instituições públicas<sup>13</sup>. Essa regulamentação deu origem a um sistema paralelo ao sistema público de formação profissional, organizado “em convênio com as indústrias e através de seu órgão máximo de representação, a Confederação Nacional das Indústrias (ROMANELLI, 1986, p. 155).

Nesse momento, ao mesmo tempo em que se começa a organizar as Escolas Técnicas Federais<sup>14</sup>, cria-se o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), através do Decreto n. 4.048, de 22 de janeiro de 1942. “A lei estipulou que o SENAI seria organizado e dirigido pela Confederação Nacional das Indústrias e mantido pela contribuição dos estabelecimentos industriais e a ela filiados”. Nessas escolas, que poderiam ser mantidas junto às próprias empresas ou pelo sistema oficial de ensino, “os cursos de aprendizagem deveriam conter disciplinas de formação geral, de formação técnica e de prática das operações do ofício”. Além disso, a lei estipulou a obrigação dos “estabelecimentos industriais empregarem aprendizes e menores num total de 8% correspondente ao número de operários neles existentes e matriculados nas escolas mantidas pelo SENAI” (ROMANELLI, 1986, p. 166).

Esse processo, segundo Manfredi (2017), esteve relacionado ao desmantelamento das iniciativas dos trabalhadores, através da “construção de um sistema que, paralelo ao sistema público, era organizado e gerido pelos organismos sindicais patronais”.

Após a análise das diferentes características dos sistemas que estavam se delineando, Romanelli (1986, p. 168) explica a preferência do público trabalhador pelo sistema paralelo-privado que se formou, fruto sobretudo do menor tempo de duração dos cursos e pela “ponte” melhor construída entre estudo-trabalho. Segundo a autora:

Com o manter e acentuar o dualismo que separava a educação escolar das elites da educação escolar das camadas populares, a

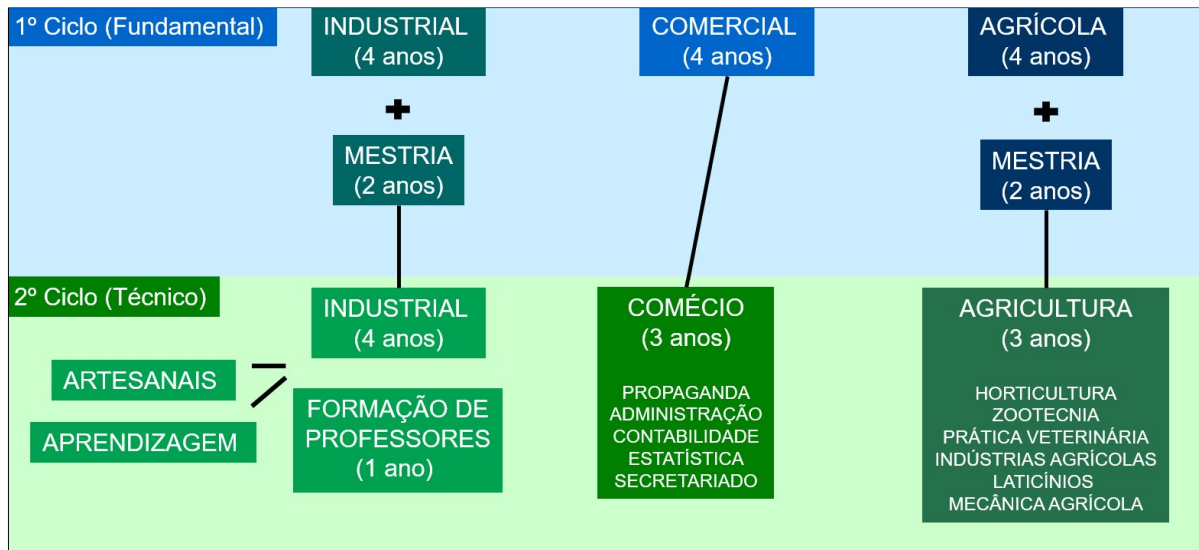
---

<sup>13</sup> [...] até 1964, a organização do ensino profissional era bastante diferenciada, cabendo tanto a iniciativas públicas quanto a privadas. As leis orgânicas instituídas com a reforma de Gustavo Capanema, a partir de 1942, redefiniram os currículos e as articulações entre cursos, ramos, ciclos e graus. Por razões econômicas (a formação de força de trabalho que possibilitasse a realização do projeto de desenvolvimento assumido pelo Estado Novo) e ideológicas (montar um quadro geral e simétrico que abrangesse todos os tipos de ensino) [...] (MANFREDI, 2017).

<sup>14</sup> Lei n. 3.552/59 – regulamentada pelo Decreto n. 47.038/59.

legislação, acabou criando condições para que a demanda social da educação se diversificasse apenas em dois tipos de componentes: os componentes dos estratos médios e altos que continuaram a fazer opção pelas escolas que classificavam socialmente, e os componentes dos estratos populares que passaram a fazer opção pelas escolas que preparavam mais rapidamente para o trabalho. Isso, evidentemente, transformava o sistema educacional, de modo geral, em um sistema de discriminação social (ROMANELLI, 1986, p. 169).

**Figura 3** – Ensino técnico profissional após as Leis Orgânicas do Ensino



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Romanelli (1986, p. 154-156).

Os cursos artesanais vinculados ao ramo industrial tinham por objetivo fornecer um treinamento rápido – por isso possuíam curta duração – enquanto os cursos de aprendizagem eram destinados à qualificação de aprendizes industriais (ROMANELLI, 1986, p. 155). Evidencia-se, portanto, a manutenção de um sistema educacional dualista; um sistema de discriminação social através da educação, só que mais amplamente sistematizado do que na fase anterior, associado inclusive à outras estratégias de alienação, como a Teoria do Capital Humano, que será abordada posteriormente, e condizente com o projeto de sociedade de base fordista.

Destarte, embora tenha-se avançado quanto a abrangência e sistematização do sistema de educação profissional, conforme observa-se na Figura 3, os Decretos mantiveram em vigor a rigidez presente na regulamentação anterior, limitando a flexibilidade entre os vários ramos do ensino “profissional e entre eles e o ensino secundário”. Além disso, “continuando uma tradição, acentuada com a reforma Francisco Campos, as Leis Orgânicas só permitiam o acesso ao ensino superior no ramo profissional correspondente (ROMANELLI, 1986, p. 156). Outro ponto de

destaque (negativo) da legislação se referiu a seletividade, configurada nos exames de admissão para o primeiro ciclo do ensino profissional:

[...] a legislação denunciava efetivamente a sobrevivência da velha mentalidade aristocrática que estava aplicando ao ensino profissional, que deveria ser o mais democrático dos ramos do ensino, os mesmos princípios adotados na educação das elites. E denunciava, enfim, a continuidade do jogo de forças antagônicas que caracterizava a liderança política responsável pela legislação do ensino (ROMANELLI, 1986, p. 156).

A seletividade, associada a maior abrangência e sistematização da educação profissional, dará início a um processo de alteração do caráter desse tipo de ensino perante a sociedade, mantendo-se a concepção tradicional-aristocrática-dualista, mas alterando a concepção assistencialista e compensatória, que começa a ceder espaço para uma concepção tecnicista e economicista.

Com a aprovação de uma nova Constituição em 1946, se inicia um longo processo de debates acerca das concepções ideológicas e pedagógicas que iriam figurar no texto da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, promulgada posteriormente na década de 1960. Essa Constituição, segundo Romanelli (1986, p. 171), “fugiu à inspiração da doutrina econômica liberal dos séculos anteriores para inspirar-se nas doutrinas sociais do século XX”, ou seja, influenciada pelo projeto de sociedade fordista e pelas concepções keynesianas, o texto constitucional exigiu o tratamento da questão educacional de forma racional e abrangente, a fim de que fosse constituído um sistema nacional mais amplo e homogêneo.

Sobre esse processo, marcado pela discussão da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Saviani (2008, p. 282) ressalta que, na comissão responsável por elaborar o anteprojeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), predominavam os renovadores. Além disso, o autor aborda o conflito latente entre uma concepção que defendia um modelo educacional privado e uma que enfatizava a escola pública. Nesse quadro, Saviani explica o predomínio da pedagogia nova, ocasionando inclusive uma renovação dos princípios pedagógicos defendidos pela vertente católica.

Mesmo após a promulgação da Lei n. 4.024/61, Romanelli (1986, p. 183) avalia que novamente a função da educação perante o processo de desenvolvimento foi tratada de forma incipiente, sendo mais uma “oportunidade que a nação perdeu de

criar um modelo de sistema educacional que pudesse inserir-se no sistema geral de produção do país, em consonância com os progressos sociais já alcançados”. A autora faz essa avaliação, partindo da premissa de que, naquele cenário de desenvolvimento, a educação poderia “funcionar como fator de distribuição mais equitativa e mais justa da riqueza criada”, por isso a necessidade ainda premente de democratização do ensino. “[...] Isso naturalmente teve como consequência prática a manutenção de uma situação de defasagem profunda entre o sistema educacional e o sistema econômico, político e social” (ROMANELLI, 1986, p. 185).

Saviani (2008, p. 307) destaca o avanço trazido pela Lei n. 4.024/61 no que se referia à mudança do caráter legal do ensino profissional, consolidando sua equivalência com o ensino secundário geral para fins de ingresso no ensino superior. Entretanto, isso não significou a extinção da concepção dual de educação, na qual as políticas de formação para o trabalho permaneceram enfatizando o ensino de curta duração, especializado e superficial. Nesse sentido, Manfredi (2017), levando em consideração que nessa época estavam sendo desenvolvidos vultosos projetos nacionais<sup>15</sup>, destaca a implementação do Programa Intensivo de Formação de Mão de Obra (PIPMO), durante o governo de João Goulart (1961-1964), com o objetivo de formar mão-de-obra de forma rápida, através de cursos de curta duração e com conteúdo reduzido, prático e operacional.

Esse programa, executado pelo SENAI e pelas Escolas Técnicas da rede federal, assim como a Lei n. 6.297/57<sup>16</sup>, “que concedeu incentivos fiscais para que as próprias empresas desenvolvessem seus projetos de formação profissional”, evidenciaram a consolidação de uma concepção tecnicista direcionada às políticas públicas de formação profissional (MANFREDI, 2017). Aliás, nesse quadro:

As entidades do Sistema S (especialmente o Senai), [...] não só foram mantidas como um sistema paralelo, mas também tiveram períodos

---

<sup>15</sup> [...] a construção dos polos petroquímicos do Rio Grande do Sul, a expansão dos núcleos de exploração e produção de petróleo na bacia de Campos, na Bahia e no Sergipe, a construção das hidroelétricas de Itaipu, os polos agropecuários e agrominerais da Amazônia” MANFREDI (2017).

<sup>16</sup> Essa lei e sua regulamentação concederam às pessoas jurídicas a possibilidade de deduzir no lucro tributável, para fins de imposto de renda, o dobro das despesas realizadas no país, com projetos de formação profissional previamente aprovados pelo Ministério do Trabalho. Tais incentivos poderiam ser empregados tanto em projetos de preparação imediata para o trabalho “de indivíduos menores ou maiores, por meio da aprendizagem metódica, da qualificação profissional, do aperfeiçoamento e da especialização técnica em todos os níveis”, quanto na dedução de despesas de construção ou instalação de centros de formação profissional e/ou de aquisição de equipamentos. Os incentivos fiscais concedidos por essa lei foram suspensos por medida provisória do presidente Fernando Collor de Mello, em 1990 (MANFREDI, 2017).

de grande expansão, notadamente quando da ascensão dos militares ao poder, a partir de 1964 (MANFREDI, 2017).

A partir da ruptura política de 1964, ocasionada pelo golpe militar, onde o planejamento educacional passa a ocorrer de forma mais estreita com o “modelo de desenvolvimento econômico que então se intensificava no Brasil”, sob influência da Agência Norte-americana Para o Desenvolvimento Internacional (USAID), através de acordos estabelecidos junto ao Ministério da Educação (MEC) brasileiro<sup>17</sup>. [...] As grandes reformas educacionais só vão ocorrer depois que a crise do sistema atingir sua fase aguda”. Portanto, segundo Romanelli (1986, p. 185; 206), até 1968 nenhuma ação tinha se mostrado viável para lidar com “o crescimento da demanda efetiva de educação e da demanda do sistema econômico para a formação de recursos humanos”. Sobre esse período, Ramos (2014, p. 29-30) acrescenta que:

A organização do ensino técnico industrial contou com a Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial (CBAI), constituída com a colaboração de órgãos americanos como a USAID e a Aliança para o Progresso, no contexto do acordo Brasil e Estados Unidos firmado ainda em 1946, com o objetivo de fornecer equipamentos, assistência financeira e orientação técnica às escolas técnicas brasileiras.

Falcão & Cunha (2009, p. 151) ressaltam o protagonismo da CBAI “na constituição da rede federal de ensino industrial conforme os padrões educacionais escolanovistas”. Ademais, segundo os autores, a CBAI foi uma eficaz difusora do método de treinamento segundo os princípios do taylorismo, o TWI (*training within industry* = treinamento em serviço), que:

[...] era composto de três etapas de 10 horas cada. Na primeira, ensinava-se como ensinar o que e quando deve ser feito na produção. Na segunda, ensinava-se a melhor maneira de se obter relações harmoniosas entre os operários e a administração da empresa, assim como a prevenir dissensões. Na terceira, ensinava-se a evitar os desperdícios de material e de esforço humano (FALCÃO; CUNHA, 2009, p. 151).

---

<sup>17</sup> Série de acordos produzidos, nos anos 1960, entre o Ministério da Educação brasileiro (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID). Visavam estabelecer convênios de assistência técnica e cooperação financeira à educação brasileira. Entre junho de 1964 e janeiro de 1968, período de maior intensidade nos acordos, foram firmados 12, abrangendo desde a educação primária (atual ensino fundamental) ao ensino superior. O último dos acordos firmados foi no ano de 1976 (MINTO, 2019).



Sobre o processo de articulação da Pedagogia Tecnicista, Saviani (2008, p. 341-342) aborda a fase final da década de 1950, no qual tanto as classes populares como as classes empresariais estavam mobilizadas em defesa, obviamente, de interesses distintos. Assim, funda-se o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES)<sup>18</sup> “em 29 de novembro de 1961 por um grupo de empresários do Rio e de São Paulo, articulados com empresários multinacionais e com a Escola Superior de Guerra (ESG)”.

Nessa conjuntura de fortalecimento de uma concepção pedagógica tecnicista, nos moldes do sistema fordista de produção, emergem em contrapartida as ideias pedagógicas libertadoras, amplamente estudadas e divulgadas por Paulo Freire, nas quais figuram os seguintes princípios: a) relação de organicidade entre o sistema de ensino e a conjuntura social em que ele se aplica; b) necessidade de um conhecimento crítico e integrado com a realidade; c) a participação do povo no processo de desenvolvimento econômico deve estar relacionada a uma educação crítica, “a qual, fundando-se na razão, não deve significar uma posição racionalista, mas uma abertura do homem pela qual, mais lucidamente, veja seus problemas”; d) “exercício da participação e da decisão do homem nacional na construção da história, sendo imprescindível para isso um regime verdadeiramente democrático. Nesse sentido, a concepção libertadora condena a negligência com a qual as políticas públicas educacionais brasileiras vinham tratando a realidade nacional e que, a partir desse quadro, passavam a ser fortemente direcionadas pelas concepções e interesses das nações dirigentes da economia capitalista (FREIRE, 1959, p. 122-123 *apud* SAVIANI, 2008, p. 328).

---

<sup>18</sup> Em suas ações ideológica, social e político-militar, o IPES desenvolvia doutrinação por meio de guerra psicológica fazendo uso dos meios de comunicação de massa como o rádio, a televisão, cartuns e filmes em articulação com órgãos da imprensa, entidades sindicais dos industriais e entidades de representação feminina, agindo no meio estudantil, entre os trabalhadores da indústria, junto aos camponeses, nos partidos e no Congresso, visando a desagregar, em todos esses domínios, as organizações que assumiam a defesa dos interesses populares (SAVIANI, 2008, p. 342).

**Quadro 5 – Concepções e políticas de educação profissional e tecnológica (1942-1971)**

(Continua)

<b>Hegemônica</b> (Pedagogia Tradicional-Aristocrática-Dualista) (Bases da Educação profissional tecnicista)
<p><b>Características/agenda:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Maior controle e responsabilidade por parte do governo;</li> <li>➤ Regulamentação mais profunda e abrangente do ensino profissional (industrial, comercial e agrícola);</li> <li>➤ Predominância da concepção humanista moderna, ou seja, da pedagogia renovadora;</li> <li>➤ Incapacidade, por parte do governo, de oferecer esse tipo de ensino de forma direta;</li> <li>➤ Preocupação do governo em ampliar e regulamentar a responsabilidade da indústria na qualificação de seu pessoal;</li> <li>➤ Construção de uma política educacional conectada às necessidades de recursos humanos, principalmente para a indústria;</li> <li>➤ Constituição de um sistema de educação profissional sob direção do setor privado, em detrimento da expansão da rede federal de educação profissional;</li> <li>➤ Preferência, por parte dos trabalhadores, por cursos mais rápidos e com maior possibilidade de inserção no mercado de trabalho;</li> <li>➤ Manutenção de um sistema educacional rígido, seletivo e dualista;</li> <li>➤ Preocupação com a questão do analfabetismo.</li> </ul>
<p><b>Evidências/acontecimentos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Reforma “Capanema”: <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Decreto-lei 4.073, de 30/01/1942 – Lei Orgânica do Ensino Industrial;</li> <li>○ Decreto-lei 4.058, de 22/01/1942 – Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial;</li> <li>○ Decreto-lei 4.244, de 09/04/1942 – Lei Orgânica do Ensino Secundário;</li> <li>○ Decreto-lei 6.141, de 28/12/1943 – Lei Orgânica do Ensino Comercial;</li> </ul> </li> </ul>

(Continuação)

<p><b>Hegemônica</b> (Pedagogia Tradicional-Aristocrática-Dualista) (Bases da Educação profissional tecnicista)</p>
<p><b>Evidências/acontecimentos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Decreto-lei 8.529, de 02/01/1946 – Lei Orgânica do Ensino Primário;</li> <li>○ Decreto-lei 8.530, de 02/01/1946 – Lei Orgânica do Ensino Normal;</li> <li>○ Decreto-lei 8.621 e 8.622, de 10/01/1946 – Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial;</li> <li>○ Decreto-lei 9.613, de 20/08/1946 – Lei Orgânica do Ensino Agrícola.</li> </ul> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei n. 4.024/61;</li> <li>➤ Fundação do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), em 29 de novembro de 1961 por um grupo de empresários do Rio e de São Paulo, articulados com empresários multinacionais e com a Escola Superior de Guerra (ESG); <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Dentre as atividades diretamente ligadas à educação, destacam-se dois importantes eventos organizados pelo IPES: o simpósio sobre a reforma da educação (1964) e o Fórum “A educação que nos convém” (1968);</li> </ul> </li> <li>➤ Implementação do Programa Intensivo de Formação de Mão de Obra (PIPMO), durante o governo de João Goulart (1961-1964);</li> <li>➤ Lei n. 6.297/57, “que concedeu incentivos fiscais para que as próprias empresas desenvolvessem seus projetos de formação profissional”; <ul style="list-style-type: none"> <li>○ 1967: Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL);</li> </ul> </li> </ul>
<p><b>Não-hegemônica</b> (Pedagogia Libertadora)</p>
<p><b>Características/agenda:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Relação de organicidade entre o sistema de ensino e a conjuntura social em que ele se aplica;</li> <li>➤ Necessidade de um conhecimento crítico e integrado com a realidade;</li> </ul>

(Conclusão)

<b>Não-hegemônica</b> (Pedagogia Libertadora)
<p><b>Características/agenda:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ A participação do povo no processo de desenvolvimento econômico deve estar relacionada a uma educação crítica, a qual, fundando-se na razão, não deve significar uma posição racionalista, mas uma abertura do homem pela qual, mais lucidamente, veja seus problemas;</li> <li>➤ Exercício da participação e da decisão do homem nacional na construção da história, sendo imprescindível para isso um regime verdadeiramente democrático;</li> <li>➤ Essa concepção critica a negligência do processo educativo brasileiro à realidade nacional;</li> <li>➤ Ênfase nas peculiaridades e necessidades dos diferentes contextos que se apresentam para os membros da sociedade; educação popular;</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelo autor com base em pesquisa bibliográfica.

Os Decretos-lei publicados ao longo da década de 1940 evidenciaram a maior preocupação, por parte do governo, de regulamentação mais ampla e profunda do sistema educacional brasileiro, em decorrência do cenário político e econômico, no qual o fordismo e o keynesianismo se consolidavam em âmbito mundial, influenciando consequentemente o processo de industrialização brasileira que estava em andamento. Essa tendência iria se desenvolver com a aprovação da Constituição de 1946 e posteriormente com a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1961. Portanto, quando o tecnicismo adentrava às políticas educacionais brasileiras e influenciava a prática educativa, a gestão escolar, o currículo etc., a Pedagogia Libertadora surge criticando a negligência que as políticas públicas educacionais vinham direcionando à realidade brasileira, sobretudo porque estavam conectadas aos interesses multinacionais do capitalismo e ao modelo de sociedade fordista.

A criação de um amplo sistema de formação profissional, sob direção direta da indústria e comércio, representou uma das maiores vitórias desses setores quanto às

políticas de formação para o trabalho. Vitória essa que posteriormente se disseminou também para os demais setores da economia<sup>19</sup>. De acordo com Manfredi (2017):

O Sistema S, ainda hoje, configura-se como uma rede de Educação Profissional paraestatal, organizada e gerenciada pelos órgãos sindicais de representação empresarial e pelas confederações e federações. É, historicamente, a maior rede de Educação profissional e Tecnológica existente no Brasil, desde os anos 30.

No campo social-educacional, entretanto, o sistema delineado pelas Leis Orgânicas de Ensino e posteriormente pela Lei n. 4.024/61 manteve-se excludente, sobretudo no modelo público de fornecimento (ainda muito restrito e limitado), não rompendo com a rigidez e com o dualismo histórico das políticas de educação profissional brasileiras.

O Quadro 5 demonstra que o nacional-desenvolvimentismo foi marcado por fortes transformações em aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais, resultando em fortes lutas ideológicas no campo educacional. Tratou-se de um período no qual a educação brasileira foi de fato mais profundamente sistematizada e vinculada a um modelo de desenvolvimento, mesmo que tal vinculação não figurasse explicitamente nos textos legais que estruturavam e regulamentavam o sistema de ensino. Contudo, a prevalência da pedagogia aristocrática-dualista, associada posteriormente ao tecnicismo, delinearam um sistema excludente e discriminatório, fazendo com que a educação, ao longo do nacional-desenvolvimentismo, figurasse como um direito apenas de caráter formal para a maior parte da população, pois, na prática, a escola não era para todos (nem mesmo as escolas de ensino profissional). Dessa forma, não só o processo de sistematização e regulamentação da educação profissional foi lento, como também a transformação de seu caráter perante a sociedade.

## **2.2 O período Neoliberal: nacionalismo versus Dependência associada**

Ao longo da década de 1970, o Brasil passou por uma transição entre diferentes paradigmas de desenvolvimento. A Teoria Nacional-desenvolvimentista, alimentada

---

<sup>19</sup> Organicamente fazem parte do sistema, no setor industrial: Senai e Sesi; no setor de comércio e serviços: Senac e Sesc; no setor agrícola: Senar; no setor de transportes: Senat e Sest. Além dessas entidades, o Sistema S também abriga o Sebrae e o recém-criado SESCOOP (MANFREDI, 2017).

principalmente pela intelectualidade do ISEB e pela CEPAL, perde espaço para um movimento cujos interesses se relacionavam ao processo de internacionalização da economia brasileira. De acordo com Vasconcellos (2017, p. 20):

Por algumas décadas, desde 1930 a 1970, o paradigma do desenvolvimentismo foi o norte das políticas e governos no Brasil. As condições de mudança desta ordem foram dadas por crises internacionais na década de 1970, por novas orientações dos países altamente desenvolvidos para os subdesenvolvidos a partir de 1980 – sistematizadas em metas do chamado Consenso de Washington – e, final e decisivamente, por governos comprometidos com o desmonte do projeto e do trabalho de fortalecimento brasileiro pela via do desenvolvimento [...].

A suplantação da Teoria Nacional-desenvolvimentista pela Teoria da Dependência tomou como justificativa as dificuldades econômicas pelas quais o Brasil estava passando, atribuídas pelos defensores da Teoria da Dependência ao esgotamento da política de substituição de importações e pelas ações populistas do governo. Entretanto, é importante ressaltar que a economia mundial estava passando pelo fim de um de seus ciclos de expansão, cabendo destaque aos dois grandes choques do petróleo da década, que “iriam multiplicar o preço do combustível sobre o qual se baseava toda a economia mundial”, afetando sobremaneira os países cuja dívida externa estava elevada e ainda por cima havia sido contraída à taxas de juros flutuantes (COELHO, 2014, p. 97).

Essa nova perspectiva sobre o desenvolvimento dos países de capitalismo periférico, especialmente os latino-americanos, emerge em uma conjuntura política e econômica marcada pelos golpes militares no Cone Sul<sup>20</sup> a partir de 1964 e pelo “milagre econômico que começa no Brasil em 1968”<sup>21</sup>. Além disso, delineava-se uma nova fase do processo de industrialização e modernização e um novo pacto

---

<sup>20</sup> Entre meados das décadas de 1960 e 1980, a América do Sul esteve basicamente dominada por regimes militares, que levaram a cabo brutais repressões, com dezenas de milhares de desaparecidos, torturados e mortos, sob o pretexto de combater a “subversão comunista” supostamente materializada em organizações guerrilheiras (COGGIOLA, 2014).

<sup>21</sup> De 1967 a 1973 o Brasil alcançou taxas médias de crescimento muito elevadas e sem precedentes, que decorreram em parte da política econômica então implementada principalmente sob a direção do Ministro da Fazenda Antônio Delfim Neto, mas também de uma conjuntura econômica internacional muito favorável. Esse período (e por vezes de forma mais restrita os anos 1968-1973) passou a ser conhecido como o do “milagre econômico brasileiro”, uma terminologia anteriormente aplicada a fases de rápido crescimento econômico no Japão e em outros países. Esse “milagre econômico” foi também, em certa medida, o desdobramento de diagnósticos e políticas adotados entre 1964 e 1966 por Otávio Gouveia de Bulhões e Roberto de Oliveira Campos, respectivamente ministros da Fazenda e do Planejamento do governo Castelo Branco, e consubstanciados no Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) (LAGO, 2019).

sociopolítico, que envolvia “a tecnoburocracia do Estado com os empresários industriais e as empresas multinacionais” (BRESSER-PEREIRA, 2005, p. 219).

Foi nessa época que Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto publicaram o trabalho intitulado Dependência e Desenvolvimento da América Latina (1969), que se tornaria referência no âmbito da Teoria da Dependência Associada no Brasil ao defender a “possibilidade do desenvolvimento nos quadros da dependência”, mesmo assumindo o pressuposto da impossibilidade de constituição de uma burguesia ou elite nacional suficientemente autônoma (BRESSER-PEREIRA, 2005, p. 219).

O processo de associação com o sistema dominante significaria para o Brasil não só a abertura comercial, mas também a assimilação das orientações dos países de capitalismo central, que eram, de maneira geral, apresentadas através de organismos internacionais e recebidas/defendidas por grupos de diversos setores em âmbito nacional (BRESSER-PEREIRA, 2005, p. 215). Ou seja, esse sistema se ancorava na existência de uma classe burguesa brasileira alinhada com a Teoria da Dependência Associada, que teriam seus interesses satisfeitos por esta. Aliás, uma das características principais dessa teoria era a ênfase nas relações internas de classes como um dos aspectos determinantes do desenvolvimento. Segundo Bresser-Pereira (2005, p. 215):

[...] a teoria da dependência constituía-se, essencialmente, em uma crítica à forma dependente do capitalismo se manifestar na América Latina. Não negava a exploração da periferia pelo centro desenvolvido, mas acentuava que essa exploração não podia ser atribuída apenas aos dominadores: as elites dos países dominados, revelando sua dependência ou sua subordinação em relação às elites centrais, associavam-se a elas.

Dessa forma, o foco de discussão desvia-se da relação entre centro-periferia e desloca-se para as disputas políticas entre os diferentes grupos burgueses que existiam no Brasil.

Segundo Duarte & Gracioli (2007, p. 1; 3), a Teoria da Dependência representava no campo teórico, uma tentativa de “entender a reprodução do sistema capitalista de produção na periferia”, na qual o desenvolvimento se dava de maneira extremamente desigual. Nesse sentido, diferenciava-se da Teoria Nacional-desenvolvimentista ao entender o subdesenvolvimento não como uma fase do processo de desenvolvimento, mas sim como uma consequência das relações estabelecidas entre os países de capitalismo central e os países de capitalismo

dependente. “Dessa forma, o subdesenvolvimento passava a ser visto como um produto do desenvolvimento capitalista mundial, sendo, por isso, uma forma específica de capitalismo.

A versão weberiana da dependência, também conhecida como versão da interdependência, ou ainda como versão do capitalismo dependente-associado nasce, assim como as outras vertentes, da crítica estabelecida às teorias do desenvolvimento anteriormente expostas (DUARTE; GRACIOLLI, 2007, p. 3). Nessa linha de pensamento destacam-se as concepções teóricas desenvolvidas por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, que fizeram uma análise do processo de desenvolvimento com ênfase no tipo de integração das classes sociais do país. Sob essa perspectiva, era imprescindível a combinação e análise dos condicionantes internos e externos para a compreensão do processo de modernização. Nesse sentido, de acordo com Duarte & Graciolli (2007, p. 4):

O fundamental então era considerar os fatores histórico-estruturais – determinados pela mescla de condicionantes internos e externos – na compreensão dos processos de modernização, em detrimento do tratamento quase exclusivo dado às variáveis exógenas e de seus impactos tanto sobre a estrutura social quanto sobre a estrutura econômica na determinação desse processo.

Considerando o término de um ciclo de expansão da economia mundial, esse período será marcado por transformações estruturais nas relações capitalistas, ocasionando a disseminação de novas estratégias de desenvolvimento, que seriam concebidas, planejadas e financiadas pelas potências mundiais. Embora as condições ruins da economia brasileira estivessem ligadas ao elevado índice de endividamento público, atrelado a taxas de juros desproporcionais, o cenário de crise econômica serviu de ponte para que fosse implantada uma nova dinâmica de desenvolvimento comandada diretamente pelos países de capitalismo central, associados a alguns grupos burgueses nacionais. Tratou-se de um modelo estritamente conveniente, portanto, para restabelecer o crescimento nas potências capitalistas<sup>22</sup>,

---

<sup>22</sup> Como resultado da estratégia inicial dos credores e do FMI, converter-se-iam os latinoamericanos, irônica e inapelavelmente, em importantes exportadores líquidos de capital. Transfeririam para o exterior, entre 1982 e 1991, US\$ 195 bilhões de dólares, quase o dobro, em valores atualizados, do que os Estados Unidos concederam, como doação, à Europa ocidental entre 1948 e 1952, sob o Plano Marshall (BATISTA, 1994, p. 17).



implementando-se, inclusive um novo sistema de acumulação para o capitalismo mundial, que será explicado mais adiante.

### 2.2.1 O Consenso de Washington

Resumir toda a teoria neoliberal através de um único documento (O Consenso de Washington), fruto do planejamento econômico global dirigido pelas potências capitalistas, seria não só insuficiente como também inadequado perante toda a magnitude e significado do neoliberalismo. Contudo, a análise do Consenso de Washington é essencial para a compreensão das diretrizes econômicas globais que vigorariam a partir de 1990, remodelando as relações de exploração entre os países de capitalismo central e as nações dependentes. Conforme explica Saviani (2008, p. 427):

Se o clima pós-moderno remete ao livro de Lyotard, neoliberalismo remete ao Consenso de Washington. Essa expressão decorreu da reunião promovida em 1989 por John Williamson no *International Institute for Economy*, que funciona em Washington, com o objetivo de discutir as reformas consideradas necessárias para a América Latina. Os resultados dessa reunião foram publicados em 1990. Na verdade, Williamson denominou Consenso de Washington o conjunto das recomendações saídas da reunião porque teria constatado que se tratava de pontos que gozavam de certa unanimidade, ou seja, as reformas sugeridas eram reclamadas pelos vários organismos internacionais e pelos intelectuais que atuavam nos diversos institutos de economia.

Tendo como premissa um “Estado mínimo”, em contraponto à política keynesiana, a onda neoliberal passou a hegemonizar as políticas em âmbito mundial, figurando então o Consenso de Washington como um importante documento para a compreensão da influência dessa teoria sobre o delineamento das políticas econômicas, sociais e educacionais nos países de capitalismo periférico. De acordo com Souza (2014, p. 49):

Entre 1989 e 1990, por meio do chamado ‘Consenso de Washington’, o imperialismo impõe o ‘neoliberalismo’, uma nova roupagem para o velho processo de exploração e dominação do monopólio do capital financeiro. Essa velha política com novo nome se caracteriza pela redução da interferência do Estado na economia (política do Estado mínimo, de desregulamentação), que se materializou no processo de

privatização das empresas estatais como condição para renegociação da dívida externa com o FMI.

No cenário brasileiro, com o fortalecimento das ideias de esquerda e “cumprimento” das metas do processo de substituição de importações<sup>23</sup>, chegou-se a cogitar formas de avançar e aperfeiçoar o papel intervencionista do Estado, especialmente no que se referia ao desenvolvimento econômico com melhoria das condições sociais (SAVIANI, 2008, p. 362). Entretanto, na contramão desse processo, os reduzidos índices de crescimento com altas taxas de inflação foram um fermento para os argumentos neoliberais, que criticavam a tentativa de implantação de um Estado de bem-estar social no Brasil (BEHRING E BOSCHETTI, 2009, p. 125). Nessa conjuntura, Saviani (2008, p. 428) explica que:

No que se refere à América Latina, o consenso implicava, em primeiro lugar, um programa de rigoroso equilíbrio fiscal a ser conseguido por meio de reformas administrativas, trabalhistas e previdenciárias tendo como vetor um corte profundo nos gastos públicos. Em segundo lugar, regulação dos mercados tanto financeiro como do trabalho, privatização radical e abertura comercial. Essas políticas que inicialmente tiveram de ser, de algum modo, impostas pelas agências internacionais de financiamento mediante as chamadas condicionalidades, em seguida perdem o caráter de imposição, pois são assumidas pelas próprias elites econômicas e políticas dos países latino-americanos”.

O cenário de divergências ideológicas fez com que, no caso brasileiro, houvesse certa resistência política a alguns princípios neoliberais consolidados no Consenso de Washington relacionados a temas cruciais para que o Brasil prosseguisse em seu processo de industrialização da forma mais autônoma possível, destacando-se a reserva de mercado para indústrias de capital nacional na área de informática, a flexibilização de patentes no setor químico-farmacêutico e a liberdade para continuar desenvolvendo os setores nuclear e aeroespacial. Entretanto, o governo Collor (1990-1992), comprometido com a plataforma neoliberal e alinhado com o governo dos Estados Unidos da América (EUA), promoveria de maneira mais enfática a adesão do Brasil aos postulados do Consenso de Washington, com

---

<sup>23</sup> Conceito elaborado por economistas da Cepal para designar um processo interno de desenvolvimento, estimulado por desequilíbrio externo e que resulta na dinamização, crescimento e diversificação do setor industrial. [...] entre 1956 e 1961, a substituição de importações é aprofundada, dando lugar a um crescimento econômico maior que nos períodos anteriores (SANDRONI, 1999, p. 581).

destaque para a revisão da legislação brasileira sobre propriedade intelectual, aceitando as principais reivindicações norte-americanas, e a profunda liberação do regime de importações sem obter uma contrapartida compatível (BATISTA, 1994, p. 27).

O governo de Fernando Henrique Cardoso, apesar de algumas peculiaridades, seguiria associado “aos organismos internacionais, gestores da mundialização do capital e dentro da ortodoxia da cartilha do credo neoliberal” (FRIGOTTO e CIAVATTA, 2003, p. 103).

O Consenso de Washington, portanto, representou a reunião dos princípios neoliberais, que seriam fortemente disseminados em âmbito mundial através de diferentes estratégias, conforme as características econômicas e o quadro político dos países cooptados por essa nova fase do capitalismo mundial, alterando nessas nações a função do Estado, bem como o conjunto das políticas econômica, social e educacional.

### 2.2.2 O neoliberalismo brasileiro e o papel do Estado

O resgate dos princípios do liberalismo clássico logicamente alterou o papel do Estado durante essa nova fase do capitalismo mundial denominada neoliberalismo. Conforme discutido no tópico anterior, a concepção de “Estado mínimo” retorna ao centro dos debates, contudo em uma conjuntura, completamente diferente daquela do final do século XIX.

É importante ressaltar que o Consenso de Washington (1989-1990) representou a união de um conjunto de elementos, valores, princípios e metas do ideário neoliberal que já figuravam no cenário internacional desde a década de 1960, ganhando relevância no cenário político “após a ascensão de Margaret Thatcher, na Inglaterra, que governou entre 1979 e 1990, e de Ronald Reagan, nos Estados Unidos, cujo governo se estendeu de 1981 a 1989 (SAVIANI, 2008, p. 427). Nesse sentido, Lombardi (2016, p. 83) apresenta Friedrich August von Hayek e Milton Friedman como os principais formuladores da doutrina neoliberal cujo foco da crítica se concentrava no “caráter autoritário do Estado, seus encargos sociais e sua atuação reguladora que impedia a plena realização das liberdades individuais e o livre mercado, fundamentos da prosperidade econômica”. De acordo com Azevedo (2004, p. 11-12):

Como ponto de partida, deve-se ter presente que o neoliberalismo questiona e põe em xeque o próprio modo de organização social e política de Estado com aprofundamento da intervenção estatal. "Menos Estado e mais mercado" é a máxima que sintetiza suas postulações, que tem como princípio chave a noção da liberdade individual, tal como concebida pelo liberalismo clássico. Defensores do 'Estado Mínimo', os neoliberais creditam ao mercado a capacidade de regulação do capital e do trabalho e consideram as políticas públicas as principais responsáveis pela crise que perpassa as sociedades. A intervenção estatal estaria afetando o equilíbrio da ordem, tanto no plano econômico como no plano social e moral, na medida em que tende a desrespeitar os princípios da liberdade e da individualidade, valores básicos do *Ethos* capitalista.

Ramos (2014, p. 24) explica, entretanto, que o neoliberalismo, na conjuntura política e econômica atual, não elimina as funções do Estado, pelo contrário, passa a organizá-las para o benefício direto "dos interesses do mercado e à sua plena liberdade". Nesse sentido, Vasconcellos (2017, p. 22) ressalta que o Estado, por mais "mínimo" que seja, deverá ser "forte" o suficiente para garantir a fluidez de um mercado cada vez mais transnacional e globalizado, por isso a preocupação específica quanto às políticas econômicas dos países de capitalismo dependente.

Dessa forma, as características de um Estado mínimo, porém, atuante para garantir a rentabilidade dos mercados<sup>24</sup>, sobretudo o financeiro, fica explícita na agenda neoliberal e posteriormente na agenda neodesenvolvimentista, na qual o governo fará uso de novas estratégias para permitir a longevidade desse cenário, altamente lucrativo para os detentores do capital.

### 2.2.3 A agenda neoliberal e sua implementação no Brasil

A "entrada" do neoliberalismo nos países de capitalismo dependente esteve associada a alteração do quadro político e das relações entre as classes sociais desses países, que resultaram na implementação das diversas medidas defendidas pelas potências capitalistas, que teoricamente colocariam a economia mundial em um novo ciclo de desenvolvimento. Dessa forma, ocorreram, a partir da década de 1970 até o início do século XXI, a eleição de governos alinhados à plataforma neoliberal, tendo como base as medidas preconizadas no Consenso de Washington,

---

<sup>24</sup> O Estado aparece para os países pobres novamente como gestor de compensações. Mínimo, mas capaz de garantir tanto a execução de uma nova forma de relacionamento social como a ordem social, preocupação constante tanto mais se agravam as consequências das reformas com relação ao empobrecimento dos países (MELO, 2005, p. 73).

direcionadas para solucionar a crise da dívida externa, a estagnação econômica e os altos índices de inflação (CASTELO, 2012, p. 623).

Sobre esse período, Cano (2017, p. 276-277) resume com objetividade a agenda neoliberal, explicando que:

As medidas preconizadas pelo Consenso de Washington e que viriam a ser adotadas por grande parte do mercado internacional se referiam principalmente a reforma financeira, com o objetivo de reorganizar o sistema financeiro interno dos países, bem como derrubar as barreiras que impediam a integração com o capital internacional, além da adesão ao livre comércio, minimizando regras protecionistas ou restritivas ao comércio internacional. Cabe destaque as alterações quanto ao papel do Estado, que deveria se privar da intervenção pública, abandonando várias funções, através da privatização de ativos públicos e reformas legislativas, principalmente no que se refere a previdência e às relações de trabalho.

A agenda neoliberal, portanto, esteve relacionada ao processo de desregulamentação externa e interna dos mercados, de privatizações de empresas estatais com potencial lucrativo e a abertura dos mercados (comércio internacional) (COELHO, 2014, p. 99; 101).

Em consequência, no Brasil, tem-se a suplantação da política econômica nacional-desenvolvimentista, conforme explica Medeiros (2017, p. 8):

Se o tripé do Estado Desenvolvimentista era formado pela macroeconomia expansiva, proteção e política industrial (em que o investimento público assumia um papel central articulando a macro e a micro), o novo tripé que vai se afirmar no final da década resumia-se à macroeconomia não expansiva baseado em metas de inflação, superávit primário e câmbio flutuante.

Enquanto no mercado internacional destacava-se a abertura comercial, no cenário interno, o governo reduzia ao máximo o tamanho do Estado, visando atingir as metas de inflação e superávit primário, preconizadas pelos investidores e financiadores internacionais<sup>25</sup>. De acordo com Lombardi (2016, p. 83):

---

<sup>25</sup> A presença de novos atores sociais, na linguagem do Banco Mundial, começa a ser louvada como uma saída para a ineficiência do Estado que, sempre comparado a um animal grande, pesado, sem agilidade e ineficiente, seria o grande opositor das reformas sociais por vir. Essa presença de novos sujeitos políticos coletivos não só é reconhecida pelo Banco Mundial como são estimuladas cada vez mais as ações de associações de natureza extra econômica na condução de diversas políticas sociais (MELO, 2005, p. 73-74).

[...] Propuseram o afastamento do Estado das atividades econômicas, a realização de inúmeras reformas institucionais que possibilitassem o livre mercado e a livre circulação dos capitais, deixando como única ação reguladora possível a do mercado. Prescreveram a privatização de todos os setores da economia nacional, a transferência de serviços públicos ao setor privado, a desregulamentação do sistema financeiro, redução dos encargos e direitos sociais que dificultavam o desenvolvimento econômico, redução dos gastos governamentais, entre outras.

Nesse período, através da ação do “Estado mínimo”, vigorava, portanto, a lógica do mínimo para o social e do máximo para o capital, acarretando não só a supressão de diversas políticas públicas, como também a realização de reformas fiscais, administrativas, trabalhista e previdenciária, entre outras (inclusive na área da educação), com a justificativa de reorganização das contas do governo.

#### 2.2.4 Consequências e resultados socioeconômicos da política neoliberal

O neoliberalismo figurou, a partir de 1990, como uma estratégia de desenvolvimento extremamente abrangente – uma estratégia global para um mundo globalizado – prometendo a recolocação da economia mundial na rota do desenvolvimento. Contudo, os resultados avaliados por Behring e Boschetti (2009, p. 127) demonstram o fracasso da teoria neoliberal quanto às suas promessas. Os autores concluem que o preço pago, pela classe trabalhadora – que viu o desemprego aumentar, a precariedade dos postos de trabalho crescer, os salários diminuírem e a concorrência por uma vaga de trabalho se tornar absurda – saiu caro demais.

Cano (2017, p. 282-283), resume os principais efeitos econômicos das reformas promovidas durante o neoliberalismo:

[...] expansão da financeirização da economia – o Domínio do dinheiro; aumento do desequilíbrio fiscal e financeiro do Estado; a abertura comercial; processo de desindustrialização; forte aumento da carga tributária; a reforma administrativa; a reforma trabalhista; a reforma do sistema previdenciário; a privatização de ativos públicos [...].

Lima e Omena (2012, p. 83) ressaltam que esse modelo, fundado nos direitos individuais, representa um retrocesso inclusive no âmbito dos países nos quais o Estado de bem-estar social estaria melhor consolidado, aumentando também a miséria nas potências capitalistas. Tais consequências são frutos de uma política de

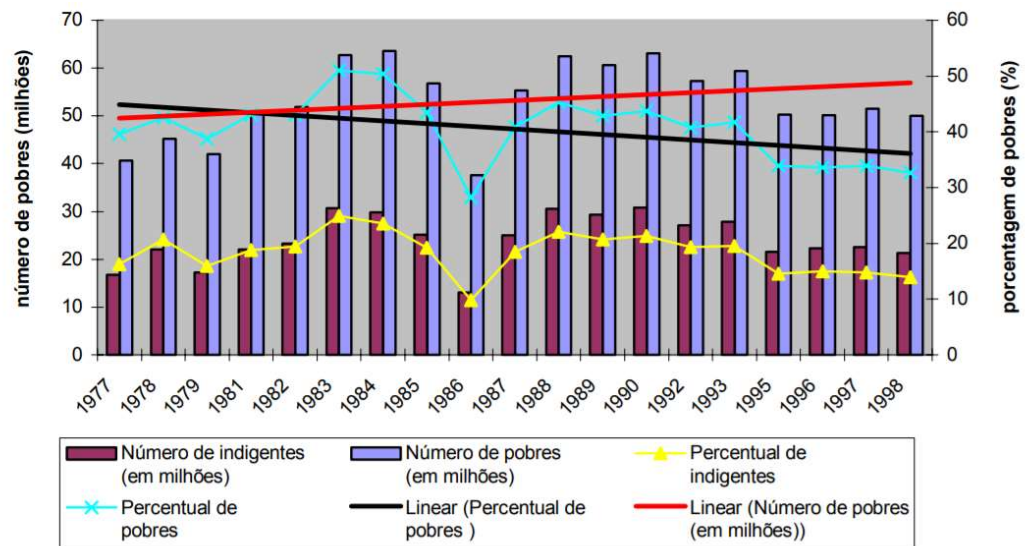
desenvolvimento ineficiente e excludente, que iria afetar sobremaneira os países de capitalismo periférico. Nesse quadro, Batista (1994, p. 26) ressalta a modéstia dos resultados alcançados pela política neoliberal para os países da América Latina, relacionados principalmente “à estabilização monetária e ao equilíbrio fiscal”, mas que causaram graves consequências para a estrutura social desses países. Conforme ressalta Castelo (2012, p. 623):

Já na década de 1990, os danos sociais da agenda neoliberal foram sentidos com maior intensidade. Brasil, México e Argentina viram cadeias dos parques produtivos ser desmontadas e alguns setores desnacionalizados. O desempenho macroeconômico foi pífio: baixas taxas de crescimento, desequilíbrios nos balanços de pagamentos (com graves crises cambiais), déficits públicos crescentes e aumento das dívidas públicas internas. E os efeitos sobre expressões da ‘questão social’ também foram desastrosos: aumento do desemprego estrutural e do pauperismo (absoluto e relativo) e perda de direitos sociais básicos, como a precarização das relações trabalhistas e a privatização de bens públicos, como saúde, previdência e educação.

Esse cenário de catástrofe social e crescimento da pobreza em números absolutos é evidenciado na Tese de Estenssoro (2003, p. 170), conforme demonstrado através da Figura 4, onde é possível perceber que:

[...] o grau de pobreza atingiu seus valores máximos durante os anos de 1983 e 1984 (proporção de pobres superior a 50%) e teve suas maiores quedas com os Planos Cruzado e Real (30% e 35%, respectivamente). Apesar da porcentagem de pobres ter declinado de 39% em 1977 para 33% em 1998, o número de pobres passou de 40 para 50 milhões no período, em decorrência do crescimento populacional.

**Figura 4 – Evolução da pobreza e indigência no Brasil (1977-1998)**



Fonte: Estensoro (2003, p. 170).

A lógica do “menos para o social e mais para o capital” não poderia apresentar resultados diferentes: um retrocesso, no âmbito dos países de capitalismo central, e uma tragédia, para aqueles países que ainda buscavam meios para a construção de um Estado de bem-estar social. Segundo Ramos (2014, p. 50):

A construção dessa nova sociabilidade implicou consequências que, em verdade, a reforçam e a fundamentam pelo sentido da exclusão, exacerbadas tanto no campo social quanto no campo da riqueza pública. Do ponto de vista social, o efeito se fez sentir no enfraquecimento das relações trabalhistas e na deterioração do poder aquisitivo e da qualidade de vida da população. Do ponto de vista da riqueza social, a privatização e a desregulamentação da economia se refletiram no atrelamento do parque industrial brasileiro ao comando hegemônico do capital estrangeiro.

O capital venceu, portanto, em diversos aspectos, relacionados principalmente a abertura comercial e a desregulamentação do mercado. O social, drasticamente derrotado, não seria, entretanto, completamente ignorado, como se explicita na transição da década de 1990 para o século XXI, na qual o social-liberalismo (em todas as suas nomenclaturas) emerge como uma resposta, no campo político, à tragédia social causada pelo neoliberalismo.



### 2.2.5 Acumulação e projeto de sociedade: do fordismo para a sociedade flexível

Para a compreensão do significado do processo de reestruturação produtiva no âmbito do sistema capitalista, é preciso estar ciente dos objetivos do capital e identificar as estratégias que são implementadas nas diferentes conjunturas históricas para concretizá-los.

Nesse sentido, Harvey (1992, p. 166-170) explica que o capitalismo é orientado pelo crescimento, visto que só através deste os lucros podem ser garantidos e a acumulação do capital sustentada. Esse processo se apoia na exploração do trabalho vivo e na dinamicidade organizacional e tecnológica. “Por isso, o controle do trabalho, na produção e no mercado, é vital para a perpetuação do capitalismo”. O autor, tomando por base os estudos realizados por Marx, explica que, dada as inconsistências e contradições desse processo<sup>26</sup>, a dinâmica do capitalismo é necessariamente propensa a crises, que seriam na verdade fases periódicas de superacumulação que resultariam em capacidade produtiva ociosa, excesso de mercadorias e de estoque, excedente de capital e grande desemprego (Figura 5). “O argumento marxista é, por conseguinte, que a tendência de superacumulação nunca pode ser eliminada sob o capitalismo”.

**Figura 5 – Dinâmica capitalista**



Fonte: Harvey (1992, p. 166-170). Figura elaborada pelo autor.

<sup>26</sup> Isso implica que o capitalismo tem de preparar o terreno para uma expansão do produto e um crescimento em valores reais (e, eventualmente, atingi-los), pouco importam as consequências sociais, políticas, geopolíticas ou ecológicas (HARVEY, 1992, p. 166).

Nessa lógica, os dirigentes do sistema capitalista tiveram que, ao longo da história, elaborar estratégias para lidar/amenizar as causas dessa superacumulação, visando superar as diversas fases de crise. Harvey, dessa forma, ressalta três estratégias principais: a) a desvalorização, baixa ou cancelamento do valor de bens de capital, como por exemplo a liquidação de estoques excedentes ou a erosão inflacionária do poder do dinheiro; b) o controle macroeconômico, como as políticas de base keynesiana associadas a um novo modelo de acumulação, como o fordismo; e c) a absorção da superacumulação por intermédio do deslocamento temporal e espacial. Sobre este último ponto, Harvey (1992, p. 171-172) explica que:

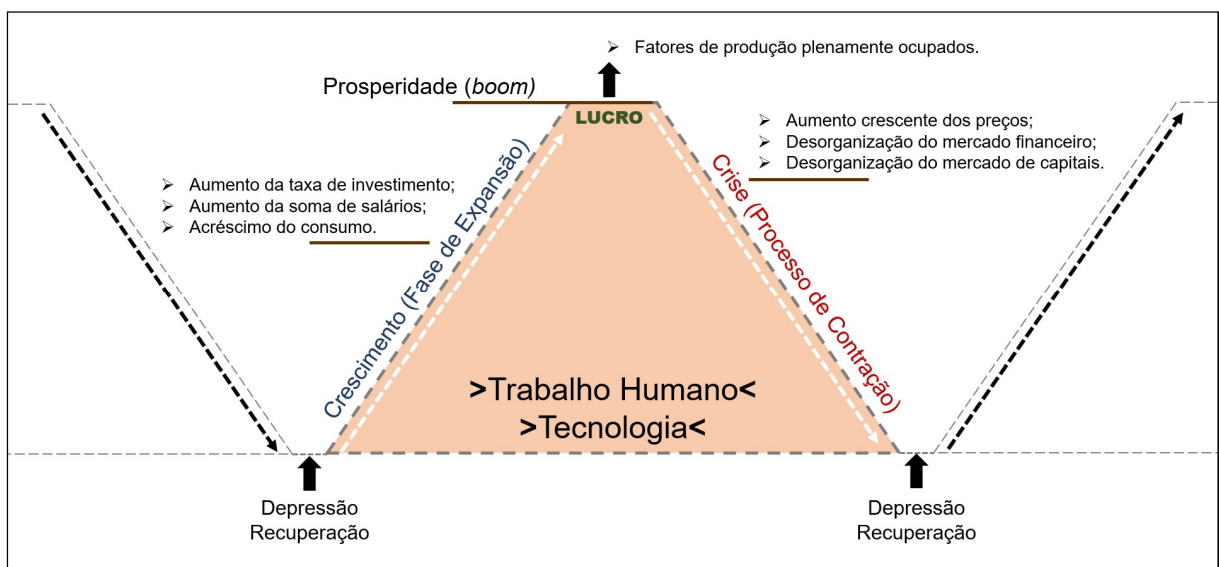
O deslocamento temporal envolve um desvio de recursos das necessidades atuais para a exploração de usos futuros, como por exemplo a transferência de capital voltado para gastos correntes para investimentos de longo prazo em instalações, infra-estrutura físicas e sociais etc. [...] O deslocamento espacial compreende a absorção pela expansão geográfica do capital e do trabalho excedentes. [...] promove a produção de novos espaços dentro dos quais a produção capitalista possa prosseguir no crescimento do comércio e dos investimentos diretos e no teste de novas possibilidades de exploração da força de trabalho.

Sandroni (1999, p. 142), abordando o conceito de crise, ressalta que:

As teorias mais modernas de conjuntura denominam a fase de crise de depressão. O desenvolvimento econômico é entendido como um processo cíclico, dividido em várias fases, com pontos de mudanças nas partes inferior e superior do ciclo. A partir de um ponto abaixo de sua linha de equilíbrio, o processo de desenvolvimento econômico sairia de uma fase de recuperação para uma fase de expansão, com aumento da taxa de investimento, aumento relativo da soma de salários, acréscimo do consumo. Segue-se a fase de prosperidade (*boom*), na qual os fatores de produção estariam plenamente ocupados e, em consequência, não poderiam mais fazer crescer a renda nacional e o lucro. A partir desse ponto, haveria um aumento crescente dos preços, uma desorganização no mercado financeiro e de capitais, entrando a economia em processo de contração, pois os preços, que se mantiveram relativamente estáveis durante a fase de prosperidade, apesar da excessiva taxa de juros para os investimentos, já não se revelam rentáveis. Essa contração é também chamada de recessão, pois a taxa de crescimento da renda nacional decresce em termos absolutos. O agravamento da fase recessiva caracteriza a depressão, com aumento da taxa de desemprego, queda da capacidade produtiva, restrição dos investimentos e alta liquidez bancária.

Nessa lógica, é possível perceber que “a crise” não é um fato anormal na economia, fazendo parte, na realidade, do ciclo econômico (Figura 6). Nesse sentido, Sandroni (1999, p. 97) explica que “um ciclo típico consiste num período de expansão econômica, seguido de uma recessão, de um período de depressão e um novo movimento ascendente ou de recuperação econômica”. Havendo uma série de teorias cujo objetivo é a análise e a compreensão dos aspectos determinantes dos ciclos econômicos mundiais e/ou regionais.

**Figura 6 – Ciclo Econômico**



Fonte: Sandroni (1999, p. 142). Elaborada pelo autor.

Dessa forma, o neoliberalismo, em resposta ao término de um ciclo de expansão da economia global, e como forma de perseguir os objetivos capitalistas, promoveu alterações estruturais no sistema, se articulando inclusive a um processo de reestruturação produtiva, que conseqüentemente iria não só mudar aspectos do sistema produtivo, mas daria origem a um novo modelo de sociedade. Sobre a conjuntura de crise na qual originou-se a última transformação estrutural do sistema capitalista, Harvey (1992, p. 157) explica que:

A crise de 1973-1975 derivou em parte de um confronto com a rigidez acumulada de práticas e políticas de governo implantadas no período fordista-keynesiano. As políticas keynesianas tinham se mostrado inflacionárias à medida que as despesas públicas cresciam e a capacidade fiscal estagnava.

Ainda sobre essa conjuntura, Belmiro & Lucena (2017, p. 156) acrescentam:

[...] podemos dizer que a busca pelo aumento de lucratividade é que tem provocado uma série de mudanças nas relações sociais e no mundo do trabalho. O capitalismo viveu duas grandes crises nas quais houve redução da acumulação de capital e, como solução, introduziu modificações que afetaram a vida e o comportamento dos trabalhadores.

Está evidenciado, portanto, que o sistema capitalista, ao longo de sua vigência, sofreu mudanças/adaptações, que visaram, sobretudo, garantir a capacidade virtuosa de geração de lucro, beneficiando essencialmente as classes sociais dominantes que dirigem o sistema e, portanto, lucram com ele. Para tanto, figuram como estratégias principais o controle macroeconômico, associado ao processo de reestruturação produtiva. Nesse sentido, com o declínio dos resultados apresentados pela articulação entre o fordismo e o keynesianismo, são retomados os princípios liberais, através do neoliberalismo, associados a um novo modelo de acumulação, calcado na flexibilidade.

#### 2.2.5.1 *Acumulação flexível: características e o contexto brasileiro*

Essa nova fase do sistema capitalista, articulada entre uma nova política econômica e um novo sistema de produção, provocou profundas alterações na relação entre o capital e o trabalho, apresentando novos caminhos para a busca do lucro e dando origem a um novo modelo de sociedade. Nesse sentido, o modelo de acumulação flexível está diretamente relacionado a outros dois conceitos: a) o sistema *Just in Time* e b) a Qualidade Total.

Segundo Sandroni (1999, p. 317-318), em sua obra “Novíssimo Dicionário de Economia”, o sistema *Just in Time*, que pode ser traduzido para o português como produção “apenas a tempo”, representa uma nova forma de gestão do processo produtivo, permeada ainda mais por diferentes tecnologias, cujo principal objetivo é flexibilizar a utilização dos fatores de produção. O autor explica que os fatores de produção são tratados na área econômica como:

Elementos indispensáveis ao processo produtivo de bens materiais. Tradicionalmente, desde Say, são considerados fatores de produção a terra (terras cultiváveis, florestas, minas), o homem (trabalho) e o capital (máquinas, equipamentos, instalações, matérias-

primas). Atualmente, costuma-se incluir mais dois fatores: organização empresarial e o conjunto ciência/técnica (pesquisa). Há ainda os que consideram cada insumo um tipo particular de fator de produção (SANDRONI, 1999, p. 235).

A base desse sistema não foge ao princípio da economicidade que foi sistematizado na obra de Henry Ford, objetivando reduzir ao máximo o tempo de giro do capital. Contudo, quando associado a um aparato tecnológico muito mais sofisticado, esse princípio se materializou através de diferentes estratégias implementadas durante a crise econômica do capitalismo mundial, a partir da década de 1970. Esse período foi marcado, segundo Harvey (1992, p. 137; 140), pela:

[...] racionalização, reestruturação e intensificação do controle do trabalho (caso pudessem superar ou cooptar o poder sindical). A mudança tecnológica, a automação, a busca de novas linhas de produtos e nichos de mercado, a dispersão geográfica para zonas de controle do trabalho mais fácil, as fusões e medidas para acelerar o tempo de giro do capital passaram ao primeiro plano das estratégias corporativas de sobrevivência em condições gerais de deflação. [...] as décadas de 70 e 80 foram um conturbado período de reestruturação econômica e de reajustamento social e político.

A qualidade total se refere não só ao processo produtivo, mas também a relação com o consumidor. Aliás, tem-se uma ampliação do conceito de “qualidade”, não se referindo mais apenas a produção conforme os padrões da organização, mas também a uma determinada postura (de comprometimento) que deve ser adotada pelos trabalhadores. De acordo com Saviani (2008b, p. 244-245):

[...] o que se chama qualidade total pode ser compreendido com base em dois vetores: o primeiro, de caráter externo, diz respeito aos clientes; nesse aspecto qualidade total significa a satisfação total do consumidor, ou seja, adequar, o máximo possível, o produto às exigências da clientela à qual ele se destina. O segundo vetor, de caráter interno, se refere ao envolvimento do operário com o sucesso da empresa, procurando-se induzir o trabalhador a vestir a camisa da empresa, com o pleno conhecimento de que seu sucesso resulta e é concomitante com o sucesso da empresa; assim, a competição entre as empresas se reproduz no interior de cada empresa entre os trabalhadores em busca do máximo de qualidade, eufemismo da máxima produtividade [...].

Nessa lógica, Harvey (1992, p. 174) explica a combinação, no âmbito da acumulação flexível, das duas estratégias de busca pelo lucro (mais-valia) definidas por Marx:

Aqui, a acumulação flexível parece enquadrar-se como uma recombinação simples das duas estratégias de procura de lucro (mais-valia) definidas por Marx. A primeira, chamada de mais-valia absoluta, apoia-se na extensão da jornada de trabalho com relação ao salário necessário para garantir a reprodução da classe trabalhadora num dado padrão de vida. [...] Nos termos da segunda estratégia, denominada mais-valia relativa, a mudança organizacional e tecnológica é postergação para gerar números temporários para firmas inovadoras e lucros mais generalizados com a redução dos custos dos bens que definem um padrão de vida no trabalho.

Os mecanismos de acumulação de capital sofreram, portanto, profundas alterações com o intuito de mitigar os resultados negativos do modelo fordista-keynesiano, que se referiam principalmente ao excesso de estoque acumulado, ao baixo consumo e ao alto nível de endividamento dos países. Harvey (1992, p. 140) explica que:

A acumulação flexível [...] é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional.

Esse novo modelo calcado nas características elencadas acima dará origem à novas formas de exploração do trabalho, visando à combinação de estratégias de mais-valia absoluta e relativa, uma vez que tanto a flexibilidade e a mobilidade, bases dessa nova conjuntura, enfraquecem a classe trabalhadora, permitindo que ela seja submetida a um sistema de controle do trabalho ainda mais rígido. Conseqüentemente, esse cenário ocasionará também uma radical reestruturação do mercado de trabalho, conforme explica Harvey (1992, p. 140-141; 143):

[...] Diante da forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, os patrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão de obra excedente (desempregados ou subempregados) para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis. [...] aparente redução do emprego regular em favor do crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado.

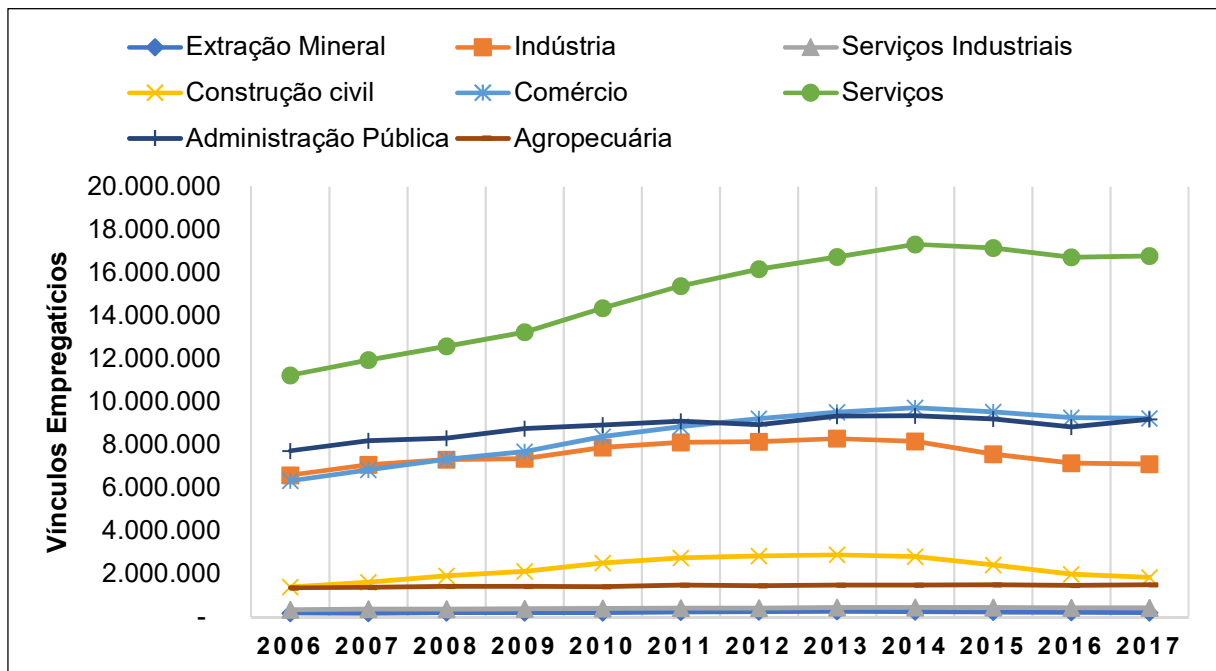
Nesse cenário, Bauman (1999, p. 103; 110) afirma que o trabalho flexível transforma o “trabalho”, como variável econômica, em algo que “os investidores

podem desconsiderar”, uma vez que as transformações nas relações de trabalho estão mais relacionadas às mudanças de hábitos do trabalhador do que à divisão de tarefas e especialização do conhecimento. Nesse sentido, Antunes (2012, p. 21) explica que o trabalho se torna:

[...] mais desregulamentado, mais informalizado, mais precarizado, mais intensificado, mais polivalente, mais multifuncional. Seguindo critérios de metas, competências etc. É feito em equipe, onde a competição é terrível entre os trabalhadores e as trabalhadoras. O toyotismo só pode viver com base no envolvimento, na expropriação do intelecto do trabalho.

No Brasil, ao se analisar os vínculos empregatícios no período de 2006 a 2017, conforme demonstrado no Gráfico 1, percebe-se que a mais recente crise econômica do capitalismo mundial começou a afetar a geração de empregos a partir de 2013, onde praticamente todos os setores entraram em um período de estagnação ou queda no número de empregos. Atualmente, o setor econômico que mais emprega no Brasil é o setor de Serviços, figurando em segundo lugar o setor do Comércio e posteriormente a Administração Pública e a Indústria.

**Gráfico 1** – Vínculos empregatícios no Brasil de 2006-2017 por setor econômico



Fonte: RAIS (PDTE, 2018; 2018b). Elaborado pelo autor.

Conforme explicitado no gráfico acima, tem-se a hipótese que o modelo de acumulação flexível exerça maior impacto sobre os setores que mais empregam no país: comércio e serviços. Nesse sentido, destaca-se a aprovação em 2017 da Reforma Trabalhista, composta pela Lei n. 13.467/17 que altera 201 pontos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), com destaque para a regulamentação do trabalho intermitente<sup>27</sup> e alterações no trabalho em regime de tempo parcial<sup>28</sup>, e pela Lei n. 13.429/17 que liberaliza a terceirização e amplia o contrato temporário. Já no final de 2017, havia um total de 7.367 trabalhadores intermitentes, concentrados principalmente no Comércio (63,1%), seguido pelo setor de serviços (23,8%). Quanto à escolaridade, a maior parte são de vagas de ensino médio (74,0%), enquanto que apenas 4,6% das vagas de trabalho intermitente são ocupadas por trabalhadores que possuem nível superior de educação (PDTE, 2018).

O trabalho em regime de tempo parcial, por já figurar no ordenamento jurídico brasileiro a mais tempo, apresentava em 2017 um estoque de 147.300 mil empregados, a maioria no setor de Serviços (71,8%) e Comércio (13,6%). Quanto à escolaridade, diferentemente do trabalho intermitente, a maior parte das vagas são ocupadas por trabalhadores com nível superior (38,4%) e com nível médio (35,4%) (PDTE, 2018).

Em 2018, primeiro ano completo de vigência da reforma trabalhista, seria natural prever um aumento das contratações através do trabalho intermitente e em tempo parcial. Dessa forma, em consulta aos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) referentes ao ano de 2018, percebe-se um crescimento exponencial do saldo de trabalhadores, sobretudo na modalidade de trabalho intermitente, conforme explicitado na Tabela 1.

---

<sup>27</sup> Considera-se como intermitente o contrato de trabalho no qual a prestação de serviços, com subordinação, não é contínua, ocorrendo com alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade, determinados em horas, dias ou meses, independentemente do tipo de atividade do empregado e do empregador, exceto para os aeronautas, regidos por legislação própria (BRASIL, 2017).

<sup>28</sup> Considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda a trinta horas semanais, sem a possibilidade de horas suplementares semanais, ou, ainda, aquele cuja duração não exceda a vinte e seis horas semanais, com a possibilidade de acréscimo de até seis horas suplementares semanais (BRASIL, 2017).



**Tabela 1** – Vínculos empregatícios na modalidade de trabalho intermitente e em tempo parcial entre janeiro-dezembro de 2018

<b>Período</b>	<b>Trabalho Intermitente</b>	<b>Trabalho em Tempo Parcial</b>
<b>Saldo 2017</b>	<b>7.637</b>	<b>147.300</b>
Jan/18	+2.461	+1.497
Fev/18	+2.091	+3.067
Mar/18	+3.199	+3.193
Abr/18	+3.601	+2.554
Mai/18	+3.220	+3.266
Jun/18	+2.688	+988
Jul/18	+3.399	+813
Ago/18	+3.996	+3.165
Set/18	+4.281	+1.974
Out/18	+4.844	+2.218
Nov/18	+7.849	+1.734
Dez/18	+5.887	-2.266
<b>Saldo 2018</b>	<b>55.153</b>	<b>169.503</b>

Fonte: Elaborada pelo autor com base na RAIS (PDTE, 2018) e no CAGED (PDTE, 2019).

Embora o crescimento do número de trabalhadores intermitentes e em regime de tempo parcial seja evidente, as vagas geradas nessas modalidades representaram 11% e 5% do saldo total de empregos criados, respectivamente. Além disso, a maior concentração dessas vagas permanece nos setores de Serviços e Comércio, levando a conclusão de que, no que se refere às alterações no mercado de trabalho, a influência da acumulação flexível ainda é modesta na realidade brasileira (PDTE, 2018).

O significado da reforma da legislação trabalhista brasileira, contudo, não se vincula apenas à regulação do trabalho intermitente, pois, conforme explica Krein (2018, p. 87), a Reforma Trabalhista (2017) promoveu uma ampla e profunda mudança no arcabouço jurídico-normativo de proteção do trabalhador brasileiro (Quadro 6):

Por um lado, destacam-se os conteúdos em relação aos direitos: (1) formas de contratação e facilidades para despedir; (2) jornada de trabalho; (3) remuneração da jornada; (4) condições de trabalho, especialmente as que afetam a saúde e segurança no trabalho. Por

outro, as questões que alteraram o papel e enfraquecem as instituições públicas: (1) alterações na regulamentação da representação dos interesses coletivos dos trabalhadores e da negociação coletiva; (2) limitações de acesso à Justiça do Trabalho; (3) engessamento de sistema de fiscalização de fraude.

**Quadro 6** – Principais elementos da reforma trabalhista = desconstrução dos direitos

Eixos da Reforma	Principais Mudanças
Flexibilidade nas modalidades de contratação	1. Liberalização da terceirização; 2. Novas modalidades de contratação: <ul style="list-style-type: none"> <li>○ ampliação do contrato temporário;</li> <li>○ ampliação do contrato parcial;</li> <li>○ contrato intermitente;</li> <li>○ teletrabalho.</li> </ul> 3. Estímulo à contratação como autônomo e Pessoa Jurídica; 4. Facilidade para demitir; 5. Redução dos gastos com a demissão;
“Despadronização” da jornada	1. Flexibilidade da jornada: <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Banco de horas;</li> <li>○ Compensação individual.</li> </ul> 2. Extensão para todos os setores jornada 12 X 36; 3. Pausa amamentação será negociada; 4. Redução horário de almoço; 5. Não pagamento das horas <i>in itinere</i> ; 6. Pagamento do horário produtivo; 7. Não pagamento de horas extras no home office.
Remuneração variável	1. Remuneração variável; 2. Redução de salários por meio de negociação coletiva; 3. Pagamento como não salário; 4. Descaracterização do salário; 5. Parcelamento dos pagamentos.
Outros aspectos das condições de trabalho	1. Permissão de mulheres grávidas ou lactantes trabalharem em ambientes insalubres; 2. Limpeza uniforme; 3. Fragilização da fiscalização.

Fonte: Krein (2018, p. 91).

Com destaque para as alterações acerca dos contratos e jornada de trabalho, Krein (2018, p. 78-79) explica que a flexibilização dos direitos trabalhistas permeia a agenda de países de capitalismo periférico desde a década de 1990 a fim de fragilizar a “[...] regulação pública em favorecimento da regulação privada [...]”, expondo o trabalhador “[...] aos mecanismos de mercado na determinação de suas condições de sobrevivência. Assim, o objetivo da Reforma Trabalhista brasileira seria:

[...] ajustar o padrão de regulação do trabalho de acordo com as características do capitalismo contemporâneo, que fortalece a autorregulação do mercado ao submeter o trabalhador a uma maior insegurança e ao ampliar a liberdade do empregador em determinar as condições de contratação, o uso da mão de obra e a remuneração do trabalho (KREIN, 2018, p. 78).

Em consonância com Harvey (1992, p. 140-141; 143), quando este cita o enfraquecimento dos órgãos representativos da classe trabalhadora no contexto da acumulação flexível, Krein (2018, p. 92-93) explica que:

A nova legislação aprovada não realiza uma reforma sindical, mas afeta direta e indiretamente o sistema de organização sindical e representação coletiva dos trabalhadores, ao buscar enfraquecer os sindicatos e estimular um processo de descentralização na definição das regras que regem a relação de emprego. [...] As principais novidades diretas são: (1) a prevalência do negociado sobre o legislado; (2) o estrangulamento financeiro dos sindicatos; (3) a normatização da representação dos trabalhadores no local de trabalho com base no Estado; (4) a possibilidade da negociação individual, excluindo os sindicatos na definição das cláusulas do contrato de trabalho; (5) a retirada da função do sindicato de supervisionar as homologações dos trabalhadores com mais de um ano no emprego; e (6) a eliminação da ultratividade.

O autor conclui, dessa maneira, que a reforma da legislação trabalhista brasileira se insere num conjunto de estratégias que representam um projeto de país atrasado, uma vez que “a modernização das relações de trabalho [...] combina mais com o século XIX do que com o século XXI” (KREIN, 2018, p. 99).

Acerca da realidade fabril, no modelo de acumulação flexível, é necessário também pontuar algumas mudanças relacionadas não somente ao modo de produção, mas também a subjetividade do trabalho, através de “[...] distintas manifestações do fenômeno da alienação [...]”:

Quem conhece uma fábrica como ela era na era taylorista-fordista e vê uma fábrica hoje, percebe que a diferença é visível no seu desenho espacial, de trabalho, de organização técnica e de controle do trabalho. Não há mais divisórias. Não há mais restaurante do peão e o restaurante da gerência. Não há mais uniformes. É aparentemente mais participativa, aparentemente mais envolvente e aparentemente menos despótica (ANTUNES, 2012, p. 21).

Ferreti (2004, p. 415), ao se referir sobre a expropriação do intelecto do trabalho e a relevância do conhecimento tácito no âmbito da acumulação flexível, ressalta que:

Contrariamente ao que se dava no taylorismo-fordismo, o saber construído pelos trabalhadores no cotidiano da fábrica passa não apenas a ser reconhecido como requisitado e premiado. O chamado saber tácito, ou qualificação tácita, oriundo da experiência dos trabalhadores individuais e do coletivo do trabalho, ganha proeminência porque se reconhece sua força para a resolução dos problemas diários com que a produção se defronta. A valorização desse saber e sua incorporação à produção recebem um nome – modelo de competências –, em que estas significam não apenas o saber/fazer, o domínio do conhecimento técnico, mas, principalmente, o saber/ser, a capacidade de mobilização dos conhecimentos (não apenas técnicos) para enfrentar as questões problemáticas postas pela produção.

Nesta lógica, Previtali, França e Fagiani (2012, p. 149), também ressaltam que:

[...] as empresas observaram que muito do processo de inovação, particularmente as inovações incrementais no processo de trabalho, que culminam na redução de custos e maior eficiência do processo produtivo, dependem da participação do trabalhador direto.

Esses trabalhadores, Segundo Previtali, França e Fagiani (2012, p. 149), precisam estar motivados e serem envolvidos pelos objetivos organizacionais. Nesse sentido, os autores acrescentam que:

O processo de reorganização do trabalho está originando uma forma de controle do processo produtivo mediante a introdução de tecnologias de informação e práticas gerenciais, cujo discurso assenta-se na cooperação, no envolvimento e na parceria do trabalhador. Nesse contexto, em que as palavras de ordem passaram a ser flexibilidade e qualificação [...].

Esse novo modelo de acumulação tem entre suas principais consequências a transferência, em larga escala, do trabalho humano (vivo) para as máquinas (trabalho morto), com destaque para a inserção no processo produtivo de *softwares* cada vez

mais avançados, inclusive, de inteligência artificial. Logo, evidenciou-se a incapacidade desse modelo de absorver a mesma quantidade de mão-de-obra, que era utilizada no modelo taylorista-fordista, acentuando a presença do “trabalho flexível” (NASCIMENTO, 2012, p. 177).

Nessa conjuntura, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) realizou em 2018 uma pesquisa com organizações brasileiras<sup>29</sup> para verificar se elas estão investindo em tecnologias digitais, que seriam imprescindíveis para a construção de um modelo de produção mais flexível, moderno e eficiente. De acordo com a CNI (2018):

As tecnologias digitais, quando são aplicadas de forma ampla na atividade industrial, produzem benefícios como aumento da eficiência operacional e redução de custos, flexibilização das linhas de produção e encurtamento dos prazos de lançamento de produtos, além de criação de produtos, serviços digitais e modelos de negócio.

No caso brasileiro, os resultados da pesquisa (CNI, 2018, p. 11) indicaram que, entre as grandes indústrias brasileiras, 73% utilizam pelo menos uma das tecnologias digitais relacionadas ao que se chama atualmente de Indústria 4.0 (vide Tabela 2)<sup>30</sup>. Em 2016 o índice era de 63%. Contudo, entre as indústrias pesquisadas, metade não pretendia investir nessas tecnologias em 2018. O relatório da pesquisa ainda ressalta que a:

Automação digital com sensores para controle de processos é a tecnologia mais utilizada pelas empresas (46% de assinalações). Em segundo, aparece Sistemas integrados de engenharia para desenvolvimento e manufatura de produtos (37% de assinalações). As tecnologias que permitem linhas mais flexíveis, integradas e autônomas ainda são pouco utilizadas: 23% utilizam Automação digital com sensores com identificação de produtos e condições operacionais, linhas flexíveis. Com percentuais próximos, aparecem Coleta, processamento e análise de grandes quantidades de dados (*big data*) da empresa (21%) e Monitoramento e controle remoto da

---

<sup>29</sup> A pesquisa foi realizada no período entre 24 de janeiro a 19 de março de 2018 com empresas nacionais classificadas como Indústria de Transformação ou Extrativa (CNAE 2.0 IBGE) e possuíam no mínimo 250 empregados. Num Universo de 3.581 empresas, a Amostra contou com 632.

<sup>30</sup> A expressão “indústria 4.0” refere-se à combinação de várias tecnologias digitais, todas chegando à maturidade agora, prontas para mudar por inteiro o setor de energia e manufatura. [...] Essas tecnologias são muitas vezes consideradas separadamente, mas, quando vistas juntas, revelam um traço comum: integram os mundos físico e virtual. Tal característica permite uma nova e poderosa maneira de organizar as operações globais, trazendo, para a produção mecânica em escala, velocidade de software e fungibilidade (capacidade de ser substituída) (GEISSBAUER; VEDSØ; SCHRAUF, 2017, p. 32).

produção com sistemas do tipo *MES* e *SCADA* (19%) (CNI, 2018, p. 13).

Os dados evidenciam, portanto, a baixa utilização de tecnologias voltadas para a flexibilização da linha de produção.

**Tabela 2** – Indústrias brasileiras que utilizam tecnologias digitais de acordo com pesquisa realizada pela Confederação Nacional da Indústria em 2018

<b>Foco</b>	<b>Tecnologia</b>	<b>Utiliza (%)</b>
<b>Processo de produção/gestão dos negócios</b>	Automação digital com sensores para controle de processo	46
	Automação digital sem sensores, uso de Controlador Lógico Programável (CLP) sem sensores	30
	Automação digital com sensores com identificação de produtos e condições operacionais, linhas flexíveis	23
	Coleta, processamento e análise de grandes quantidades de dados ( <i>big data</i> ) da empresa	21
	Monitoramento e controle remoto da produção com sistemas do tipo MES e SCADA*	19
	Manufatura aditiva, robôs colaborativos ( <i>cobots</i> )	13
	Sistemas inteligentes de gestão, como comunicação M2M (máquina-máquina), gêmeo digital ( <i>Digital Twin</i> ) e Inteligência artificial (IA)	9
<b>Desenvolvimento de Produto</b>	Sistemas integrados de engenharia para desenvolvimento e manufatura de produtos	37
	Prototipagem rápida, impressão 3D e similares	16
	Simulações/análise de modelos virtuais para projeto e comissionamento (Elementos Finitos, Fluidodinâmica Computacional etc.)	13
<b>Produto/novos modelos de negócio</b>	Utilização de serviços em nuvem associados ao produto	16
	Incorporação de serviços digitais nos produtos (Internet das Coisas ou <i>Product Service Systems</i> )	11
	Coleta, processamento e análise de grandes quantidades de dados ( <i>big data</i> ) sobre o mercado; monitoramento do uso dos produtos pelos consumidores	9

Fonte: CNI (2018, p. 14). Adaptada pelo autor.

\* MES – *Manufacturing Execution Systems*; SCADA – *Supervisory Control and Data Acquisition*.

Tomando por base os dados da pesquisa realizada pela CNI (2018, p. 14), demonstrados através da Tabela 2, percebe-se que, no campo do processo de produção e gestão de negócios, a maior parte das indústrias vêm investindo em automação digital com ênfase no controle do processo e não em sua automação. Com relação ao desenvolvimento de produtos, a maioria direciona seus investimentos em sistemas integrados de engenharia, em detrimento da prototipagem, impressão 3D e simulações de modelos virtuais. Já com relação ao modelo de negócio, destaca-se a utilização de serviços em nuvem. Então, ao mesmo tempo em que fica evidenciada a tendência de maior inserção de tecnologias no setor industrial brasileiro, destaca-se também o grande percentual de organizações alheias a esse processo e que não estão no “caminho da modernização flexível”. A própria CNI afirma que, mesmo as empresas brasileiras que já investem em tecnologias digitais, estão ainda no início desse processo:

O baixo percentual de empresas que utilizam tecnologias digitais mais avançadas (como manufatura aditiva; robôs colaborativos; sistemas inteligentes de gestão; simulações e análises de modelos virtuais; e internet das coisas) não surpreende. O avanço para essas aplicações significa uma transformação maior no modo de produção e modelo de negócio (CNI, 2018, p. 15).

O cenário quanto aquelas que não investem em tecnologias digitais é ainda mais revelador, já que apenas 7% declararam que pretendem investir nessas tecnologias. Um contraponto às empresas que já utilizam tecnologias digitais e que pretendem ampliar seus investimentos sobretudo naquelas que ainda são pouco utilizadas pelas organizações (40%). Evidenciando uma tendência de crescimento da “desigualdade” tecnológica entre as organizações brasileiras (CNI, 2018, p. 18; 20).

**Tabela 3 – Tendência de investimentos futuros das indústrias brasileiras que utilizam tecnologias digitais de acordo com pesquisa realizada pela Confederação Nacional da Indústria em 2018**

<b>Foco</b>	<b>Tecnologia</b>	<b>Utiliza (%)</b>	<b>Pretende Investir (%)</b>
<b>Processo de produção/gestão dos negócios</b>	Automação digital com sensores para controle de processo	46	46
	Automação digital sem sensores, uso de Controlador Lógico Programável (CLP) sem sensores	30	18
	Automação digital com sensores com identificação de produtos e condições operacionais, linhas flexíveis	23	28
	Coleta, processamento e análise de grandes quantidades de dados ( <i>big data</i> ) da empresa	21	25
	Monitoramento e controle remoto da produção com sistemas do tipo MES e SCADA*	19	29
	Manufatura aditiva, robôs colaborativos ( <i>cobots</i> )	13	19
	Sistemas inteligentes de gestão, como comunicação M2M (máquina-máquina), gêmeo digital ( <i>Digital Twin</i> ) e Inteligência artificial (IA)	9	17
<b>Desenvolvimento de Produto</b>	Sistemas integrados de engenharia para desenvolvimento e manufatura de produtos	37	30
	Prototipagem rápida, impressão 3D e similares	16	16
	Simulações/análise de modelos virtuais para projeto e comissionamento (Elementos Finitos, Fluidodinâmica Computacional etc.)	13	10
<b>Produto/novos modelos de negócio</b>	Utilização de serviços em nuvem associados ao produto	16	23
	Incorporação de serviços digitais nos produtos (Internet das Coisas ou <i>Product Service Systems</i> )	11	16
	Coleta, processamento e análise de grandes quantidades de dados ( <i>big data</i> ) sobre o	9	18



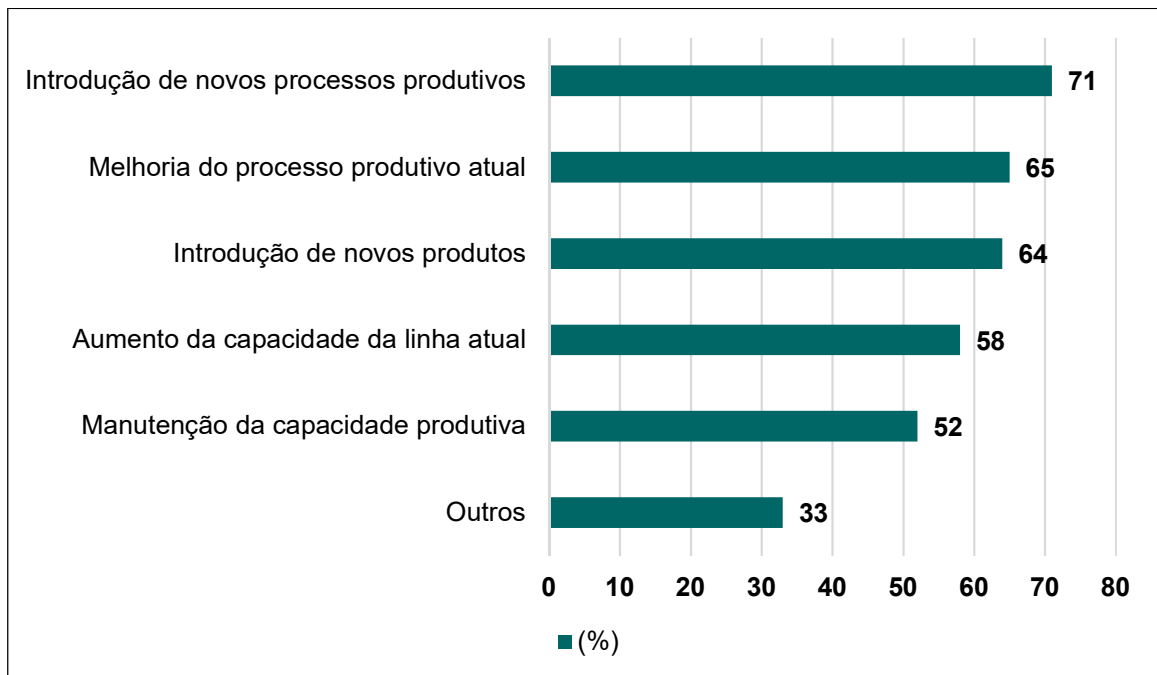
mercado; monitoramento do uso dos produtos  
pelos consumidores

Fonte: CNI (2018, p. 20). Adaptada pelo autor.

Ao se analisar a intenção de investimento das empresas com base nos dados presentes na Tabela 3, percebe-se, no campo do processo de produção e gestão de negócios, a manutenção da maior parte dos investimentos na automação com sensores para o controle do processo, contudo evidencia-se também a elevação dos investimentos principalmente no monitoramento e controle remoto da produção e em sistemas inteligentes de gestão. No desenvolvimento de produtos, há, de forma geral, uma tendência de queda dos investimentos pelas organizações. Já com relação ao modelo de negócio, a perspectiva geral é de crescimento, principalmente na coleta, processamento e análise de grandes quantidades de dados (*big data*) sobre o mercado; e no monitoramento do uso dos produtos pelos consumidores.

No bojo das características da acumulação flexível e das diferentes estratégias para a obtenção do lucro, os dados da pesquisa realizada pela CNI (2018, p. 21), presentes no Gráfico 2, demonstraram também que a intenção de investimentos em tecnologias digitais está presente principalmente naquelas empresas que “tem como principal objetivo a inovação: melhoria do processo produtivo e introdução de novos processos e/ou produtos”.

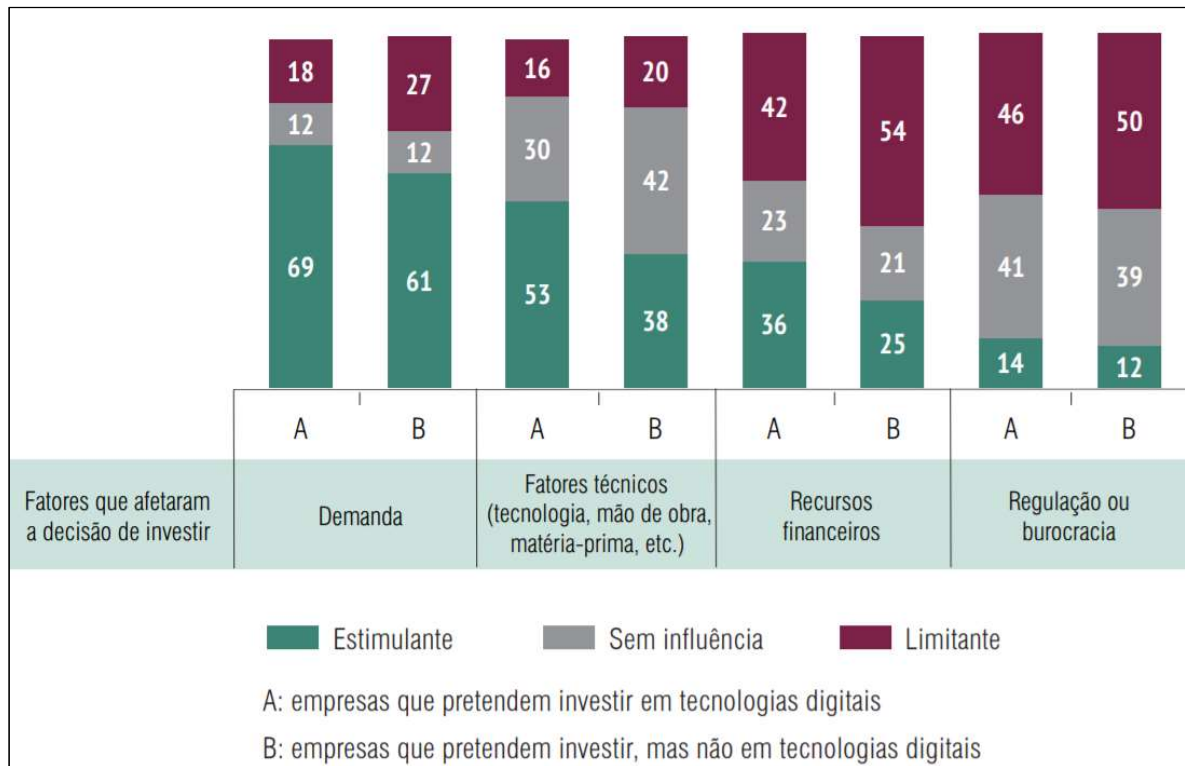
**Gráfico 2** – Investimento em tecnologias digitais conforme o objetivo das organizações de acordo com pesquisa realizada pela CNI em 2018



Fonte: CNI (2018, p. 21). Adaptado pelo autor.

Sobre a conjuntura atual, que tanto estimula como limita os investimentos realizados pelas indústrias, o estudo da CNI (2018, p. 24) apresenta a demanda como principal fator estimulante, enquanto a regulação e/ou burocracia figuram como principal fator limitante, conforme demonstrado na Figura 7:

**Figura 7** – Fatores que afetaram a decisão de investimento das organizações em tecnologias digitais, de acordo com pesquisa realizada pela CNI em 2018



Fonte: CNI (2018, p. 24).

Os dados divulgados pela CNI (2018) demonstram com clareza as características das principais tecnologias que vêm transformando as relações de produção. Contudo, ao mesmo tempo evidenciaram também que cerca da metade do conjunto das indústrias brasileiras ainda não se encontra inserida nesse novo processo de “modernização”, optando por investimentos em áreas mais “tradicionais”, como na Pesquisa & Desenvolvimento (P&D), melhoria de Marketing e Vendas e na Capacitação de Pessoal. Aliás, é essencial abordar a função do trabalhador nesse contexto.

No modo de produção flexível, com a automação e o sistema *Just in Time*, o trabalhador continua não compreendendo a totalidade do processo como no modo de produção taylorista/fordista. No entanto, essa incipiente configuração industrial, dotada de novas tecnologias e máquinas cada vez mais sofisticadas e complexas, exige do trabalhador outras competências (MELLO, 2017, p. 74).

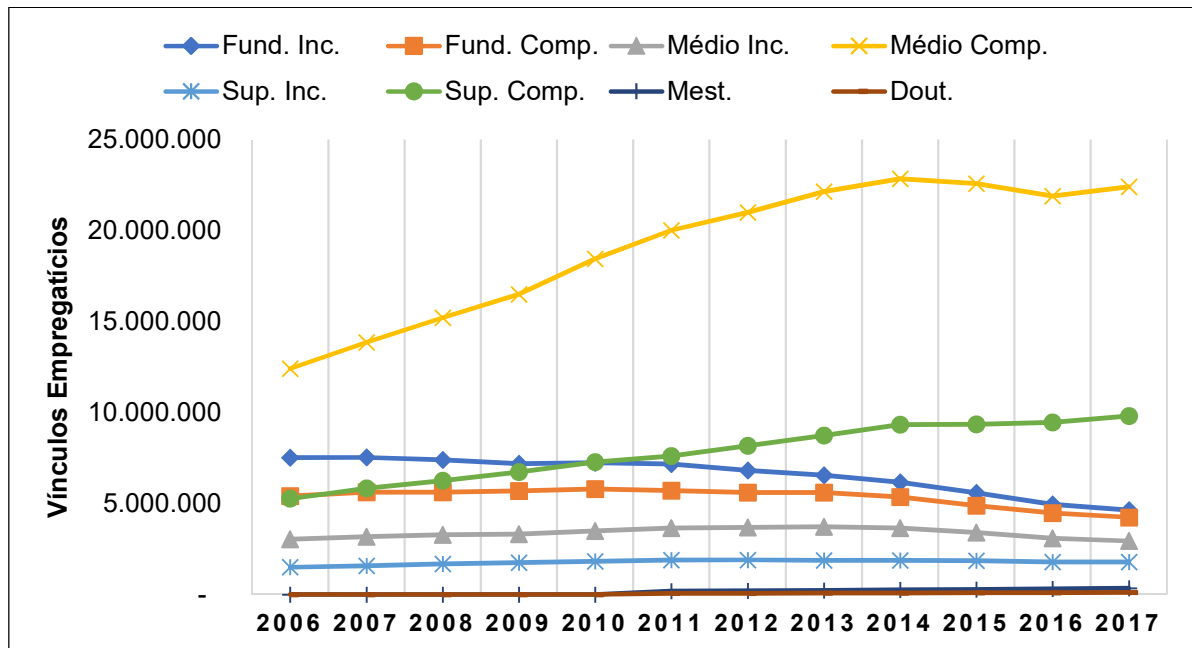
Seguindo essa linha de pensamento, Belmiro & Lucena (2017, p. 160) afirmam que:

O novo perfil de trabalhador polivalente e multifuncional exigido para o mercado de trabalho no toyotismo se contrapõe ao modelo fordista baseado na rígida divisão de tarefas e no baixo nível de qualificação. Enquanto no fordismo havia a relação de um homem/uma máquina no toyotismo o trabalhador tem que operar até cinco máquinas, sendo que, para esse serviço é necessário mais empenho, polivalência e o conhecido 'trabalho em equipe'. A característica de polivalência está relacionada a uma maior intensificação do trabalho, pois requer muito mais esforço mental do trabalhador sobrecarregando-o na medida em que lhe pressiona para uma maior produtividade e qualidade de serviço.

Além da diminuição no número de operários, a automação exige, também, pessoas com habilidades maiores (não somente manual, mas também intelectual), para que possam operar máquinas cada vez mais modernas. Dessa forma, restringindo ainda mais o mercado de trabalho para os trabalhadores com baixo nível de desenvolvimento das habilidades intelectivas (MELLO, 2017, p. 77). Por conseguinte, Harvey (1992, p. 175) já apontava para o surgimento de:

[...] um extrato altamente privilegiado e até certo ponto poderoso da força de trabalho, à medida que o capitalismo depende cada vez mais da mobilização de força de trabalho intelectual como veículo para mais acumulação". No âmbito da acumulação flexível, o trabalho intelectual se refere à capacidade de "compreender, implementar e administrar os padrões novos, mas muito mais flexíveis, de inovação tecnológica e inovação do mercado.

Mensurar o nível de polivalência dos trabalhadores brasileiros é algo difícil, sobretudo porque os dados disponíveis acerca das vagas de trabalho ocupadas abordam apenas o grau de escolaridade e não as "habilidades" desenvolvidas no seio do ambiente de trabalho, seja através de treinamento externo ou treinamentos promovidos pelas próprias empresas. Além disso, quando se trata da análise do processo de formação do trabalhador, é necessário trazer para o escopo da pesquisa um conjunto de informações que articulem o campo econômico, político, social e cultural. No entanto, percebe-se que o conceito de polivalência, que vem servindo de norte para as políticas públicas educacionais, está associado à concepção essencialista de educação, ressaltando a relação estrita desta com as transformações do paradigma tecno-científico.

**Gráfico 3 – Vínculos empregatícios no Brasil conforme a escolaridade (2006-2017)**

Fonte: RAIS (PDTE, 2018; 2018b). Elaborado pelo autor.

Dados coletados através da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) referentes ao período de 2006 a 2017 e evidenciados no Gráfico 3 demonstram que vem crescendo o número de vagas de emprego tanto de nível superior como de nível médio, sendo o aumento desta última bem mais acentuado, indicando a preferência do mercado por trabalhadores que possuam formação de nível médio, em cursos técnicos mais curtos em duração e específicos em conteúdo. Logo, é premente analisar a função assumida pela educação no processo de formação desse trabalhador e do cidadão que comporá a sociedade flexível. Porquanto a relação educação-desenvolvimento, referente à inovação tecnológica, assume um caráter cada vez mais sofisticado e subserviente aos interesses do mercado flexível. De acordo com Harvey (1992, p. 151):

O acesso ao conhecimento científico e técnico sempre teve importância na luta competitiva; mas, também aqui, podemos ver uma renovação de interesse e de ênfase, já que, no mundo de rápidas mudanças de gostos e necessidades e de sistemas de produção flexíveis (em oposição ao mundo relativamente estável do fordismo padronizado), o conhecimento da última técnica, do mais novo produto, da mais recente descoberta científica, implica a possibilidade de alcançar uma importante vantagem competitiva. O próprio saber se torna uma mercadoria chave, a ser produzida e vendida a quem pagar mais, sob condições que são elas mesmas cada vez mais organizadas em bases competitivas.

Essa concepção acerca do processo de inovação tecnológica e sua relevância no âmbito do sistema capitalista está diretamente relacionada a Teoria de desenvolvimento de Schumpeter<sup>31</sup>, na qual o motor seria exatamente o empresário inovador, apoiado por um sistema de crédito que lhe permitisse financiar novas ideias e empreendimentos (FURTADO, 2009, p. 70). Ainda sobre o significado e relevância do processo de inovação na visão neo-schumpeteriana, Conceição (2000, p. 58-59; 65) aborda dois conceitos, um sob a ótica da firma, mais restrito, e outro vinculado diretamente ao paradigma de desenvolvimento, sendo, portanto, mais amplo. Nesta lógica, sob a ótica da firma:

[...] a inovação envolve solução de problemas, com vistas, simultaneamente, a atender às necessidades tanto de mercado quanto de custos. Isto implica reconhecer que uma solução inovativa para certos problemas envolve descoberta e criação, visto que nenhum algoritmo geral pode ser derivado da informação sobre o problema, que automaticamente gere sua solução (CONCEIÇÃO, 2000, p. 55).

A inovação, em sentido mais restrito, dessa maneira, está relacionada à implementação “de novos produtos ou serviços, ou de novas técnicas para sua produção, ou funcionamento”, de acordo com a estratégia específica de busca pelo lucro adotada por cada organização ou seguimento (SANDRONI, 1999, p. 303). Por outro lado, o conceito de inovação, em sentido mais amplo, está associado ao desenvolvimento científico-tecnológico que transforma o paradigma de desenvolvimento, marcando o início de uma nova fase para a sociedade capitalista. Nesse sentido, de acordo com Conceição (2000, p. 58-59):

[...] mesmo tendo-se presente que a inovação tecnológica é uma etapa ou um processo intermediário entre a invenção e a difusão, seu efeito é crucial à conformação de novos paradigmas tecno-econômicos, que darão sustentação aos novos ciclos longos de acumulação de capital. É a inovação que permeia e modela essa nova constituição, devendo, por isso mesmo, ser entendida como um processo cumulativo e

---

<sup>31</sup> [...] o modelo schumpeteriano indica a necessidade que o país transite, a partir de algum nível crítico, de um regime de crescimento baseado na imitação para um baseado na inovação, onde a competição de mercado pode produzir os resultados desejados com uma combinação de medidas de proteção da propriedade intelectual e de estímulo a competição. Sem essa transição o crescimento tende a ser modesto ou menos entre em estagnação (COELHO, 2010, p. 58).

articulado, que interage com a invenção e a difusão. Ou seja, sem invenção não há inovação, e sem inovação não pode haver difusão.

No entanto, no âmbito do processo formativo, a utilização do conceito de polivalência procura criar a falsa impressão de que as tarefas realizadas pelos trabalhadores na produção flexível requerem um conjunto maior de qualificação. A polivalência, entretanto, é diferente da politecnicidade, uma vez que se refere a um trabalhador multifuncional, e não um trabalhador formado de maneira integral. Dessa forma, o conhecimento continua a ser disponibilizado de maneira enxuta e parcelada, cabendo ao trabalhador acumular múltiplas formações (OLIVEIRA, 2003, p. 259).

Mello (2017, p. 76) explica, entretanto, que o processo de instrução baseado nas características do modelo de acumulação flexível adotará uma nova estratégia calcada nos valores organizacionais e atitudes aceitáveis pelas empresas, em contraponto à intransigência da hierarquia e disciplina presentes no processo formativo taylorista-fordista. Ou seja, o processo se torna mais amigável, visando ser melhor recebido pelo público em formação. Nesse cenário, Antunes (2012, p. 22) resume as características do processo formativo na “era da acumulação financeirizada e flexibilizada do mundo”:

É uma educação ágil, flexível e enxuta, como a empresa. Aliás, não é por acaso que as grandes corporações, entre os tantos inventos do capital inventaram a universidade corporativa. Se as universidades públicas ainda discutem sociedade alternativa, socialismo. Eles criam a universidade corporativa. Eles montam seus quadros lá dentro. No ensino superior, cursos flexíveis! Núcleo básico para todos! Menor tempo de escolarização! Ensino não presencial. Você pode falar para um milhão de pessoas. Como o professor está sendo explorado? Ao limite! Você fala para alguns milhões e não tem mais o contato presencial. É na verdade uma pragmática flexível para uma sociedade liofilizada (ANTUNES, 2012, p. 22).

Nessa conjuntura, persiste o discurso de que cabe à educação interpretar e agir conforme os requisitos e interesses do capital, servindo de mediação para que os trabalhadores consigam se integrar socialmente. Logo, no âmbito da transição do modelo taylorista-fordista para a acumulação flexível, o ideário pedagógico e as políticas públicas atuarão no sentido de alterar o caráter educativo e a justificativa pela qual as pessoas devem recorrer a uma formação profissional. O discurso atua no sentido de depreciar a ocupação, a profissão e emprego, enaltecendo a polivalência (múltiplas habilidades e competências), a flexibilidade, a qualidade total (o

comprometimento quase que religioso com os interesses da empresa). Ou seja, conforme ressalta Frigotto & Ciavatta (2003b, p. 52), o trabalhador deve se formar essencialmente para ser um cidadão produtivo, estando preparado também para, socialmente, ser um cidadão mínimo.

Além destes aspectos, nesta nova fase do sistema capitalista, a educação profissional e tecnológica assume a função de fomentar a construção de alternativas ao desemprego estrutural cada vez mais crescente: [...] a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico” (VARGAS, 2013, p. 10).

### Quadro 7 – Resumo das características da Sociedade Flexível

(Continua)

<b>Contexto</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Término do ciclo de expansão do capitalismo mundial entre as décadas de 1970-1980;               <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Excesso de estoque;</li> <li>○ Baixo consumo;</li> <li>○ Menor lucratividade;</li> </ul> </li> <li>➤ Período marcado por um grande salto tecnológico: a automação, a robótica e a microeletrônica passaram a ser intensamente implementadas no universo fabril;</li> <li>➤ Como consequência houve um crescimento exponencial da população em idade economicamente ativa, porém, sem oportunidades de trabalho, pelo menos não nos moldes das relações fordistas de produção.</li> </ul>
<b>Sobre o Processo Produtivo e as Relações de Trabalho</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Flexibilização no sentido de totalidade: na produção, na distribuição, no consumo e, obviamente, no trabalho;               <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Flexibilização dos fatores de produção de forma a minimizar os impactos destes nos custos das organizações;</li> <li>○ Constante processo de inovação (tecnológica); utilização de <i>softwares</i> cada vez mais avançados; de inteligência artificial (Indústria 4.0);</li> <li>○ Constante processo de inovação comercial e organizacional;</li> <li>○ Busca de novas linhas de produto e nichos de mercado;</li> </ul> </li> </ul>



(Continuação)

### Sobre o Processo Produtivo e as Relações de Trabalho

- Na ponta do consumo, enfatizam-se as modas fugazes, através da mobilização de todos os artifícios de criação e indução de necessidades (HARVEY, 1992, p. 148);
- A estética relativamente estável do modernismo fordista cedeu lugar a todo o fermento, instabilidade e qualidades fugidas de uma estética pós-moderna que celebra a diferença, a efemeridade, o espetáculo, a moda e a mercadificação de formas culturais (HARVEY, 1992, p. 148);
- Redução ainda maior do tempo de giro do capital; sistema *just-in-time* (produção no tempo certo);
- Novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros;
- Crescimento em larga escala do trabalho morto (realizado por máquinas);
- Dispersão geográfica para zonas de controle do trabalho menos rígidas;
- Ênfase nas transformações das relações de trabalho (contratos flexíveis, intermitentes, em tempo parcial etc.);
- Trabalho mais desregulamentado, informalizado, precário, intensificado e polivalente/multifuncional;
- Terceirização da economia e do trabalho;
- Novas formas de manifestação do fenômeno da alienação; ou seja, a potencialização da exploração do trabalho humano vivo;
  - Propagação do discurso de cooperação, envolvimento e parceria do trabalhador;
  - Organização mais horizontal do trabalho;
  - Competição acirrada entre os trabalhadores, em um mercado de trabalho cada vez mais excludente devido a redução da oferta de empregos;
  - Enfraquecimento dos trabalhadores como classe; retrocesso do poder sindical;
  - Expropriação do intelecto do trabalho; o trabalhador empreendedor, que inova em sua própria função; inovações incrementais;

(Continuação)

### **Sobre o Processo Produtivo e as Relações de Trabalho**

- Maior esforço mental do trabalhador, pressionado para apresentar sempre bons índices de produtividade e qualidade de serviço;
- Combinação das estratégias de mais-valia absoluta e mais-valia relativa;
  - Aproveitamento máximo do potencial lucrativo das inovações;
  - Redução dos custos dos bens que definem o padrão de vida do trabalhador;
  - Maior preocupação com a subjetividade do trabalho; um controle comportamental do trabalhador;
  - Intensificação “amigável” do controle do processo produtivo e consequentemente do trabalho, mediante a introdução de tecnologias da informação e novas práticas gerenciais;
- Ênfase na gestão da qualidade; Qualidade Total (interna e externa);
  - Melhoria do processo de gestão da qualidade, principalmente relacionada aos avanços tecnológicos;
  - Satisfação do consumidor e uma teórica despadronização dos produtos;

### **Função e perfil dos trabalhadores**

- A automação exige, também, pessoas com habilidades maiores (não somente manuais, mas também intelectivas), para que possam operar máquinas cada vez mais modernas;
- Dualidade de perfis profissionais;
  - Trabalhador polivalente/multifuncional com maior nível de formação; (Trabalhadores Centrais);
  - Trabalhador técnico com pouca ou nenhuma formação; (Trabalhadores Precários);
- Trabalhador em movimento; polivalente/multifuncional;
- Maior nível (diversificação) de qualificação;
- Mais esforço mental/intelectual;
- Trabalhadores mais “comprometidos”, entregues totalmente aos interesses da organização; o trabalhador colaborador, participativo, inovador, pró-ativo, motivado e envolvido com os objetivos da empresa;

(Conclusão)

<b>Função e perfil dos trabalhadores</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Trabalhador competitivo; que trabalha para “crescer” dentro da empresa;</li> </ul>
<b>Processo formativo</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ O destaque da acumulação flexível é o discurso que prega a necessidade de múltiplas formações para que o trabalhador adquira uma condição de empregabilidade. O conhecimento, através do processo formativo, entretanto, permanece sendo distribuído de forma fragmentada; <ul style="list-style-type: none"> <li>○ O processo formativo se torna mais abrangente, porém, segue superficial;</li> </ul> </li> <li>➤ Dissemina-se um discurso de colaboração entre trabalhador e empresa, visando minimizar, pelo menos aparentemente, as contradições entre o capital e o trabalho e incentivar as inovações incrementais;</li> <li>➤ Assim como o processo produtivo, a formação se dá de forma ágil, flexível e enxuta. <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Com núcleo básico para todos;</li> <li>○ Redução do tempo de escolarização; valorizando-se, inclusive, o “notório saber” em detrimento do sistema de ensino formal;</li> <li>○ Ênfase no ensino não-presencial;</li> </ul> </li> <li>➤ Formação de um trabalhador produtivo. Porém, que esteja “preparado” para ser um cidadão mínimo; um indivíduo que assuma a responsabilidade por seu sucesso ou fracasso;</li> <li>➤ Ênfase na Teoria do Capital Humano;</li> <li>➤ Fomento de alternativas ao desemprego estrutural; empreendedorismo, trabalho autônomo, cooperativismo etc.</li> <li>➤ A pesquisa e o desenvolvimento tecnológico passam a ser mantidos e organizados conforme os interesses do capitalismo. Logo, os avanços tecnológicos não ocorrem para a sociedade e sim para o lucro; <ul style="list-style-type: none"> <li>○ O próprio saber se torna uma mercadoria chave, a ser produzida e vendida a quem pagar mais, sob condições que são elas mesmas cada vez mais organizadas em bases competitivas;</li> </ul> </li> </ul>

Fonte: Elaborado pelo autor com base em pesquisa bibliográfica.

De forma geral e em diversas vertentes as características da fase atual do capitalismo mundial evidenciadas através do Quadro 7 estão associadas a um processo de *boom* tecnológico inserido cada vez mais no âmbito do sistema produtivo como forma de construir novos caminhos para a mais-valia (lucro), através de novas estratégias de intensificação do trabalho e aumento da produtividade.

Nesse processo de inovação, estão presentes tanto a criação de novas tecnologias como também a implementação “inovadora” de tecnologias já existentes diretamente no processo produtivo (imitação). Assim, a flexibilidade, em determinados contextos, enfatiza a inovação (criação) tecnológica como caminho direto ao lucro, enquanto, em outras realidades, enfatiza as estratégias de exploração do trabalho humano vivo, figurando a inovação tecnológica, nesta situação, como um meio e não como um fim. Portanto, se por um lado a acumulação flexível está associada ao desenvolvimento e utilização de tecnologias avançadas e que se renovam cada vez mais rapidamente, por outro, se ancora em um processo de inovação cujo o intuito direto é a intensificação do controle e exploração do trabalho humano vivo, como no caso brasileiro.

Seguindo está lógica, com base no cenário brasileiro, e considerando que a maior parte das vagas de trabalho intermitente e em tempo parcial se concentram nas áreas de Serviços e Comércio, não se pode falar em modernização ou flexibilização do processo produtivo e sim em precarização das relações de trabalho, uma vez que esses trabalhadores não usufruem mais sequer da relativa estabilidade econômica/financeira existente na sociedade fordista, de produção e consumo de massas.

Os dados acerca do mercado de trabalho brasileiro são muito importantes no direcionamento da análise dos resultados deste estudo, pois demonstram que o perfil do trabalhador é construído principalmente com base nas características dos setores de Serviços e Comércio. No entanto, embora o mercado de trabalho ainda esteja fortemente vinculado a relações mais “tradicionais” de produção, a tendência da flexibilização vem avançando, sobretudo em sua vertente ideológica que serve para construir alternativas ao desemprego estrutural que é fruto dos momentos de crises do capitalismo mundial cada vez mais frequentes<sup>32</sup>. Nesse sentido, formam-se prioritariamente cidadãos flexíveis, treinados literalmente para sobreviver.

---

<sup>32</sup> Os ciclos de longa duração, chamados ciclos de Kondratieff, são marcados por períodos de sessenta anos de ascensão ou declínio da economia mundial. Distinguem-se do ciclo Juglar, de seis

No âmbito do controle econômico, ficou evidenciado que a acumulação flexível não suplantou o fordismo, que figura, no setor produtivo brasileiro, como o modelo adotado por parte relevante das grandes indústrias. Nesse sentido, percebe-se que o sistema flexível se apresenta com um bojo muito maior de estratégias para o alcance do lucro, objetivando na verdade não substituir o modelo fordista e sim eliminar ou amenizar seus pontos ineficazes. Esse fato se evidencia nos diferentes graus tecnológicos das indústrias brasileiras, demonstrando que cada empresa utiliza determinadas tecnologias conforme a sua realidade e seus objetivos. Dessa forma, o termo mais adequado para se referir a tal conjuntura, diante das características da sociedade neoliberal e considerando as diferenças estruturais entre os países que compõem a economia capitalista global, é *transição e/ou inter-relação* entre o Fordismo e a Acumulação Flexível.

Nessa conjuntura, o processo formativo dos cidadãos que comporão tal modelo de sociedade, passa a exigir e construir trabalhadores cada vez mais individualistas (chamados de autônomos), levados a competir com seus iguais em um mercado de trabalho cada vez mais volátil, excludente e precário. Além disso, o sistema dual de formação para o trabalho cuidará para estratificar a classe trabalhadora, entre a minoria polivalente, útil para o modelo flexível de produção, e a maioria tecnicista, adequada ao modelo mais “tradicional”. Ao trabalhador polivalente caberá atuar em diversas fases do processo produtivo, mantendo elevados índices de produtividade e contribuindo com inovações incrementais. Enquanto o trabalhador técnico permanecerá atrelado a uma função restrita, para a qual necessita de treinamento especializado e superficial.

---

a dez anos, e do ciclo dos estoques ou ciclo Kitchin, de cerca de quarenta meses. Já na história econômica brasileira, o termo ciclo é usado para designar os períodos de predomínio de determinados produtos coloniais de exportação como o açúcar, o ouro e o café (SANDRONI, 1999, p. 97).

**Quadro 8** – Comparação entre o Fordismo e a Sociedade Flexível

(Continua)

<b>Fordismo</b>	<b>Sociedade Flexível</b>
<b>O processo de produção</b>	
-Produção em massa de bens homogêneos;	-Produção em pequenos lotes;
-Uniformidade e padronização;	-Produção flexível e em pequenos lotes de uma variedade de tipos de produto;
-Grandes estoques e inventários;	-Sem estoques;
-Testes de qualidade <i>ex-post</i> (detecção tardia de erros e produtos defeituosos);	-Controle de qualidade integrado ao processo (detecção imediata de erros);
-Produtos defeituosos ficam ocultados no estoque;	-Rejeição imediata de peças com defeito;
-Perda de tempo de produção por causa de longos tempos de preparo, peças com defeito, pontos de estrangulamento nos estoques etc.;	-Redução do tempo perdido, reduzindo-se “a porosidade do dia de trabalho”;
-Voltada para os recursos;	-Voltada para a demanda;
-Integração vertical e (em alguns casos) horizontal;	-Integração (quase-vertical, subcontratação);
-Redução de custos através do controle;	-Aprendizagem na prática integrada ao planejamento a longo prazo;
<b>Trabalho</b>	
-Realização de uma única tarefa pelo trabalhador;	-Múltiplas tarefas;
-Pagamento <i>pro rata</i> (baseado em critérios da definição do emprego);	-Pagamento pessoal (sistema detalhado de bonificações);
-Alto grau de especialização de tarefas;	-Eliminação da demarcação de tarefas;
-Pouco ou nenhum treinamento no trabalho;	-Longo treinamento no trabalho;
-Organização vertical do trabalho;	-Organização mais horizontal do trabalho;

(Continuação)

<b>Fordismo</b>	<b>Sociedade Flexível</b>
<b>Trabalho</b>	
-Nenhuma experiência de aprendizagem;	-Aprendizagem no trabalho;
-Ênfase na redução da responsabilidade do trabalhador (disciplinamento da força de trabalho);	-Ênfase na co-responsabilidade do trabalhador;
-Nenhuma segurança no trabalho;	-Grande segurança no emprego para trabalhadores centrais (emprego perpétuo). Nenhuma segurança no trabalho e condições de trabalho ruins para os trabalhadores temporários;
<b>Espaço</b>	
-Especialização espacial funcional (centralização/descentralização);	-Agregação e aglomeração espaciais;
-Divisão espacial do trabalho;	-Integração espacial;
-Homogeneização dos mercados regionais de trabalho (mercados de trabalho espacialmente segmentados);	-Diversificação do mercado de trabalho (segmentação interna do mercado de trabalho);
-Distribuição em escala mundial de componentes e subcontratantes;	-Proximidade espacial de firmas verticalmente quase integradas;
-Especialização espacial funcional (centralização/descentralização);	
<b>Estado</b>	
-Regulamentação;	-Desregulamentação/re-regulamentação;
-Rigidez;	-Flexibilidade;
-Negociação coletiva;	-Divisão/individualização, negociações locais ou por empresa;
-Socialização do bem-estar social (o Estado do bem-estar social);	-Privatização das necessidades coletivas e da seguridade social;

(Conclusão)

<b>Fordismo</b>	<b>Sociedade Flexível</b>
<b>Estado</b>	
-Estabilidade internacional através de acordos multilaterais;	-Desestabilização internacional; crescentes tensões geopolíticas;
-Centralização;	-Descentralização e agudização da competição inter-regional/interurbana;
-O Estado/cidade “subsidiador”;	-O Estado/cidade “empreendedor”;
-Intervenção indireta em mercados através de políticas de renda e de preços;	-Intervenção estatal direta em mercados através de aquisição;
-Políticas regionais nacionais;	-Políticas regionais “territoriais” (na forma de uma terceira parte);
-Pesquisa e desenvolvimento financiados pelas firmas;	-Pesquisa e desenvolvimento financiados pelo Estado;
-Inovação liderada pela indústria;	-Inovação liderada pelo Estado;
<b>Ideologias</b>	
-Consumo de massa de bens duráveis: a sociedade de consumo;	-Consumo individualizado: cultura “yuppie”;
-Modernismo;	-Pós-modernismo;
-Totalidade/reforma estrutural;	-Especificidade/adaptação;
-Socialização;	-Individualização; a sociedade do “espetáculo”;

Fonte: (Swyngedouw, 1986 *apud* Harvey, 1992, p. 167-168). Adaptado pelo autor.

O conteúdo teórico abordado ao longo da seção 2 deste trabalho demonstrou que o processo de reestruturação produtiva compõe o ciclo econômico da sociedade capitalista, no bojo de um conjunto de estratégias que visam garantir a acumulação de lucros (valor), que são distribuídos de forma desigual em uma sociedade de classes. Assim, quando discutido o conceito do modelo taylorista-fordista, foi possível constatar duas abordagens possíveis (e corretas), uma mais estritamente vinculada à transição entre diferentes paradigmas tecno-científicos, e que enfatiza, dessa maneira, o impacto sobre as relações de trabalho (formas de exploração do trabalho



humano vivo) e sobre os modelos de produção e organizacionais<sup>33</sup>. Por outro lado, sem desconsiderar o impacto do processo de reestruturação produtiva sobre a organização do trabalho, há uma outra abordagem que transpõe os limites fabris a fim de analisar o impacto dos paradigmas tecno-científicos em voga sobre o modelo de organização societal, abrangendo esferas ampliadas da sociedade, como por exemplo o campo educacional<sup>34</sup>. Dessa forma, neste texto, quando são feitas referências à “sociedade flexível”, ressalta-se na realidade a relação estabelecida entre os paradigmas tecno-científicos em estudo e o tema específico desta pesquisa, a saber: a educação profissional e tecnológica na transição do fordismo para a acumulação flexível.

O Quadro 8, onde se que compara o Fordismo com a Acumulação Flexível, demonstra não só as características, mas também o escopo de influência de tais realidades, constituindo algo muito mais amplo do que um simples modelo de produção. Trata-se na verdade de um modelo de sociedade delineado com base nas estratégias do capitalismo para a obtenção do lucro e construído através de um modelo educacional subserviente ao sistema hegemônico. Em todas as suas faces, portanto, a Acumulação Flexível, através de diversos mecanismos, aprimora os princípios do modelo fordista, sendo formada por um sistema de produção mais racional, planejado para ser econômico em cada detalhe e etapa do processo de produção, distribuição e consumo, intensificando os sistemas de controle do trabalho através da implementação de tecnologias e “ideologias” mais sofisticadas do que na época do auge do sistema fordista. Sem abandonar o conceito de trabalhador especializado, o sistema atual potencializa a produtividade através de outros caminhos, utilizando-se também de trabalhadores mais polivalentes que, ao circularem por diversas etapas do processo produtivo, devem contribuir para a inovação tecnológica e gerencial do negócio. Além disso, em associação com o Estado burguês e com os conceitos da pós-modernidade, na Sociedade Flexível, o cidadão é isolado em seu contexto social, tendo que assumir a responsabilidade por seu (e somente seu) sucesso ou fracasso.

Dessa forma, para analisar o tema e objeto de estudo desta pesquisa, assume-se que a Acumulação Flexível é tanto um sistema de acumulação de valor, envolvendo a produção, a distribuição e o consumo, como também de controle social, no qual

---

<sup>33</sup> Antunes (2002, p. 24).

<sup>34</sup> Harvey (1992, p. 121).

imperava o princípio da exclusão, sob a justificativa da economicidade. Representando, assim, a potencialização da concentração da renda no sistema capitalista e flexibilizando não somente a utilização dos fatores de produção como também o princípio/garantia da dignidade da pessoa humana, uma vez que, conforme destacado ao longo no Cap. II deste trabalho, no que concerne à conjuntura brasileira, se consubstancia em novas estratégias (mais precárias) de exploração do trabalho humano vivo.

O processo de transição de um contexto social fordista-keynesiano (um período de forte expansão do capitalismo mundial) para um contexto social flexível (um período de retração e frequentes crises do capitalismo mundial) vem impondo um ônus pesado aos cidadãos trabalhadores, o que exige constantemente, por parte dos dirigentes do sistema hegemônico, a implementação de uma série de estratégias político-ideológicas com o objetivo de apaziguar tais contradições, como por exemplo uma ressignificação da Teoria do Capital Humano e do Estado de bem-estar social.

#### *2.2.5.2 A Teoria do Capital Humano no neoliberalismo*

Como abordado anteriormente, a política neoliberal não só gerou resultados insuficientes como também vem causando consequências graves no âmbito social. Além disso, na transição entre o modelo taylorista-fordista e a acumulação flexível, intensificam-se as contradições do capital, cujas consequências são sentidas por toda a sociedade, sobretudo nos aspectos sociais. Nesse sentido, vê-se o Estado neoliberal adotar uma série de estratégias político-ideológicas com o intuito de minimizar sua responsabilidade quanto a conjuntura ineficaz e cruel que se instala. Assim, o discurso neoliberal, utilizando-se da Teoria do Capital Humano, trabalha constantemente para transferir tal responsabilidade para os próprios indivíduos que não conseguem ser “abraçados” econômica e socialmente pelo sistema em vigor. Nessa conjuntura, segundo Melo (2005, p. 69-70):

[...] objetivando instituir uma nova linguagem hegemônica nos anos 1990, organismos internacionais como o FMI e o Banco Mundial fazem a Apologia de uma nova cidadania ativa, dirigindo as ações entre países e indivíduos para ações de interdependência, de colaboração, evocando a imagem de uma sociedade harmoniosa, em que instituições sociais, comunidades e cidadãos participariam ativamente de seus destinos e de seu progresso e sucesso no mundo do trabalho a partir de suas habilidades e competências. Saberes que cada um,

de forma individual, teria a responsabilidade de construir para si próprio, como a aquisição de um capital de conhecimento.

Lombardi (2016, p. 81) explica que a Teoria do Capital Humano surgiu em meados dos anos 1950, tendo como principal formulador Theodore W. Schultz, com o objetivo de “[...] explicar os ganhos de produtividade do fator humano na produção [...]”, ressaltando a educação como “[...] um dos mais importantes meios para a ampliação da produtividade econômica, e, portanto, das taxas de lucro do capital”. Contudo, quando cooptada pela política neoliberal e implementada na educação:

[...] a teoria do capital humano produziu uma concepção tecnicista de ensino e de organização da educação, dando carapaça ‘científica’ à ideia de que a educação é fundamental para o desenvolvimento econômico, melhorando o ‘capital’ dos indivíduos para o trabalho e, portanto, maiores salários. A teoria do capital humano deslocou para o âmbito individual a inserção social, o emprego e o desempenho profissional, dotando a educação de um ‘valor econômico’, equiparando o capital e o trabalho como meros “fatores de produção” (LOMBARDI, 2016, p. 81).

Pela Teoria do Capital Humano, conforme explica Frigotto e Ciavatta (2003b, p. 51), a origem da desigualdade entre nações e indivíduos estaria relacionada principalmente ao diferencial de escolaridade e saúde da classe trabalhadora relegando aos processos históricos de dominação e de relações de poder assimétricas um caráter secundário. Com base nessa teoria, segundo Vargas (2013, p. 10), as políticas educacionais assumem duas funções de destaque: a) fornecer mão-de-obra múltipla e continuamente qualificada e b) “[...] fomentar a construção de alternativas ao desemprego estrutural cada vez mais crescente.

Nesse cenário, Saviani (2008, p. 437) ressalta que a pedagogia das competências, “[...] como uma outra face da pedagogia do aprender a aprender [...]”, permanece protagonista, dotando:

[...] os indivíduos de comportamentos flexíveis que lhes permitam ajustar-se às condições de uma sociedade em que as próprias necessidades de sobrevivência não estão garantidas. Sua satisfação deixou de ser um compromisso coletivo, ficando sob a responsabilidade dos próprios sujeitos que, segundo a raiz etimológica dessa palavra, se encontram subjugados à ‘mão invisível do mercado’.

Tratou-se, segundo Nascimento (2012, p. 178-180), de uma estratégia do capital para ampliar a reprodução do exército de reserva da força de trabalho:

Historicamente, houve (e há) a imposição ideológica de exigência de escolaridade elevada, enquanto o trabalho humano foi (e continua a ser) expropriado de conteúdo pela extrema divisão e simplificação da produção. Considera-se que, desta maneira, as forças do capital conseguem adequar os processos de qualificação do trabalhador às exigências da produção de acordo com o grau de avanço técnico e tecnológico, e realizar o controle social dos trabalhadores à medida que a exigência de maior escolaridade reduz o número de candidatos na disputa pelas poucas oportunidades de trabalho qualificado e amplia o exército de reserva de trabalhadores em processos de qualificação, os quais, para obter o status de empregável, participam de inúmeros cursos de formação profissional, de requalificação, de especialização...”.

A Teoria do Capital Humano vem sendo cooptada e adaptada para servir aos interesses do sistema capitalista neoliberal, sendo para este uma espécie de “aliada pedagógica”, contribuindo para a manutenção de uma cultura de privilégios, uma vez que, até certo ponto, justifica as desigualdades existentes no atual modelo de sociedade, no qual “[...] os indivíduos devem se responsabilizar pela aquisição de habilidades e competências para se adequarem ao mercado de trabalho, extremamente competitivo” (SANTOS, 2014, p. 11; VASCONCELLOS, 2017, p. 31).

Com relação a concepção pedagógica, o contraponto à Teoria do Capital Humano, será a adoção do trabalho como princípio educativo e não como um simples fator de produção que deve ser perseguido e acumulado pelo indivíduo e eficientemente gerido pelas organizações empresariais<sup>35</sup>. Ramos (2014, p. 90), explica que considerar o trabalho como princípio educativo “equivale dizer que o ser humano é produtor de sua realidade e, por isto, se apropria dela e pode transformá-la”. Logo, “o trabalho é a primeira mediação entre o homem e a realidade material e social”.

Embora tenha surgido no auge do fordismo-keynesianismo e, portanto, em uma fase de expansão do capitalismo mundial, a Teoria do Capital Humano vem se tornando e sendo disseminada atualmente, em um quadro de retração e fortes crises do capital, numa vertente falaciosa cujo objetivo principal se deslocou do potencial de desenvolvimento gerado pelo investimento em formação humana para uma estratégia

---

<sup>35</sup> A educação escolar, em sentido amplo, preocupada com a formação plena do indivíduo, como pessoa e como cidadão, contribui para a formação profissional de maneira indireta, seja por propiciar-lhe o acesso aos conhecimentos disciplinares, seja por entender que é parte dessa formação a compreensão do contexto em que o exercício da atividade profissional se realiza ou se realizará. A educação profissional, como recorte específico da educação escolar, dirige-se, como sabido, à formação profissional em sentido estrito, completando a formação em sentido amplo (FERRETI, 2004, p. 402).

de responsabilização dos indivíduos e procura por alternativas ao desemprego cada vez mais crescente.

#### 2.2.6 As concepções e as políticas de educação profissional no Brasil na era neoliberalista

A política educacional, no âmbito das políticas públicas, logicamente foi influenciada e sofreu alterações em decorrência do neoliberalismo, relacionadas tanto aos objetivos da nova teoria de desenvolvimento que estava em voga, como também às novas diretrizes da política econômica e racionalização dos gastos governamentais. Trata-se de um período, de acordo com Romanelli (1986, p. 196; 210), no qual a política educacional é fortemente influenciada pelas diretrizes provindas de organismos internacionais.

Inicialmente, Azevedo (2004, p. 15; 17) destaca que no âmbito da teoria base do neoliberalismo, a educação assume um papel peculiar, sendo que o próprio Friedman reconheceu a admissibilidade de participação estatal, especialmente no financiamento das políticas educacionais, dada sua relevância para o desenvolvimento econômico e diminuição das desigualdades. Nesse sentido, durante os governos neoliberalistas, adotou-se a premissa de que a política educacional seria bem-sucedida na medida em que tivesse “por orientação principal os ditames e as leis que regem a área privada”. Saviani (2008, p. 428) ressalta que o discurso neoliberalista, dessa forma, visando edificar a suposta eficiência do setor privado, passa a propagar o fracasso da escola pública, classificando o Estado como incapaz de gerir o bem comum<sup>36</sup>. De acordo com Lombardi (2016, p. 85):

Isso significa que para o capital não há crise no que diz respeito à educação, pois a mercadorização da educação a transformou de direito em um negócio de alta lucratividade, controlado por grupos monopolistas, que operam em escala internacional e que controlam a educação como controlam os demais conglomerados oligopolizados,

---

<sup>36</sup> A partir de uma suposta constatação de que a crise enfrentada pelo capitalismo mundial decorria da natureza burocrática e excessivamente regulatória do Estado, a classe dominante e dirigente brasileira, no início da década de 1990, instituiu mecanismos para minimizar tanto o raio de ação do Estado em sentido estrito na vida em sociedade como seu papel na condução dessa sociedade. Nesse primeiro momento tal cruzada contra o Estado esteve acompanhada pela apologia do mercado como instância central para organizar a vida coletiva, empreendendo-se uma árdua defesa pela privatização de empresas públicas e a implantação de políticas públicas sociais sob a justificativa de que o mercado, como mecanismo de regulação, seria muito mais eficaz do que o Estado, obtendo melhores resultados com menores custos (MELO & FALLEIROS, 2005, p. 175).

pelo controle acionário e o jogo de papéis nas Bolsas de Valores. Em crise está a educação pública (estatal), e que por suas características vai sendo restringida ao atendimento dos filhos dos trabalhadores e das massas lumpesinas do campo e da cidade.

Associado aos princípios que regem o mercado privado, o ideário pedagógico neoliberal “vai afirmar as noções de polivalência, qualidade total, habilidades, competências e empregabilidade do cidadão produtivo, ou seja, um trabalhador que maximize a produtividade sendo um cidadão mínimo” (FRIGOTTO e CIAVATTA, 2003b, p. 52). Por conseguinte, como ressalta Antunes (2012, p. 22), a educação do modo de produção capitalista atualmente está tomada pela pragmática da especialização, na variante taylorista-fordista e pela pragmática da flexibilização na era da acumulação flexível.

Ainda no campo das ideias pedagógicas, Saviani (2008, p. 428) destaca a dificuldade de se identificar um núcleo que possa definir a fase neoliberalista, sobretudo porque “se trata de um momento marcado por descentramento e desconstrução das ideias anteriores, que lançavam de expressões intercambiáveis e suscetíveis de grande volatilidade”. Nesse panorama heterogêneo, assume papel de destaque a pedagogia do aprender a aprender. Segundo Duarte (2008, p. 214-215):

[...] Há quatro princípios valorativos contidos no lema aprender a aprender: O primeiro desses princípios é o de que aprender sozinho é melhor do que aprender com outra pessoa. O segundo é o de que a tarefa da educação escolar não é a de transmissão do conhecimento social existente, mas a de levar o aluno a adquirir o método de aquisição ou construção de conhecimentos. O terceiro princípio é o de que toda atividade educativa deve atender aos e ser dirigida pelos interesses e necessidades dos alunos. O quarto princípio é o de que a educação escolar deve levar o aluno a aprender a aprender, pois somente assim esse aluno estará em condições de se adaptar constantemente as exigências da sociedade contemporânea, a qual seria uma sociedade marcada por um intenso ritmo das mudanças.

A partir de 1990, a política governamental de educação profissional é marcada por uma forte contradição relacionada a alteração da conjuntura socioeconômica, conforme discutido nos tópicos anteriores. Enquanto no nacional-desenvolvimentismo debatia-se sobre a constituição de um sistema de formação para o trabalho em larga escala cujos principais objetivos eram atender as necessidades de um mercado em expansão ao mesmo tempo que continha a demanda social pelo ensino superior, na conjuntura neoliberal, o debate se altera, caminhando no sentido de construir, através

do sistema educacional, alternativas tanto ao ensino superior como também ao desemprego estrutural cada vez maior, levando em consideração as diretrizes provindas do Consenso de Washington e de outros Organismos Internacionais. De acordo com Leher (1999, p. 26):

Somente no Brasil, entre 1985 e 1998, o número de empregos na indústria caiu 43%, enquanto a produção industrial cresceu apenas 2,7%. Para as ideologias dominantes, o melhor antídoto para os males decorrentes do desemprego é a educação elementar e a formação profissional.

Como consequência desse cenário, Leher (1999, p. 26) irá ressaltar a redução da abrangência da função governamental quanto a educação profissional e tecnológica e quanto ao ensino superior, destacando-se a ênfase, por parte das políticas públicas governamentais, no ensino elementar, conforme as diretrizes do Banco Mundial.

Ao longo do neoliberalismo, se intensificam, por parte do Estado, políticas que mantêm estreita relação com os interesses do mercado e ao mesmo tempo visam garantir sua plena liberdade, ou seja, desmontam “a face social do Estado” e ampliam “a sua face que se constituía como garantia do capital” (FRIGOTTO, 2011, p. 240). Tal premissa não só influenciou os aspectos políticos e econômicos, como também os aspectos sociais e educacionais. Nessa conjuntura, a transição do fordismo para o pós-fordismo (reestruturação produtiva) e, conseqüentemente, o aumento do desemprego estrutural, intensificado pelo modelo de acumulação flexível, serviram como justificativas para a reforma e a implementação de novas políticas educacionais, nas quais o governo enfatizou seu papel com relação ao ensino básico, em detrimento do ensino técnico, tecnológico e superior (RAMOS, 2014, p. 49; 54).

O conjunto das iniciativas tomadas pelo governo da época “forneceu o marco legal e político para a omissão ou “saída do Estado de diversos âmbitos educativos”, inclusive da educação profissional, transformada em objeto de parceria entre governo e sociedade civil”, possibilitando também a “constituição de um mercado de consumo de serviços educacionais” cada vez mais sofisticado e lucrativo para as organizações privadas. Nas palavras de Frigotto (2011, p. 240), a educação deixou de ser um direito social e subjetivo e passou a ser um serviço mercantil. A partir de então, o controle por parte do governo federal passa a ser exercido “mediante a fixação de diretrizes e

parâmetros curriculares nacionais e o desenvolvimento de sistemas de avaliação” (RAMOS, 2014, p. 54-56).

Dados do primeiro Censo da Educação Profissional (MEC, 1999) demonstram a prevalência das instituições privadas na oferta de cursos e número de discentes matriculados, em todos os níveis de ensino (Tabela 4). Naquela época, a rede pública de forma geral e a rede federal de maneira específica se destacavam na oferta de cursos de nível técnico e tecnólogo, mas ainda em menor grau do que a rede privada. “No conjunto dos cursos oferecidos, a distribuição era a seguinte: agropecuária e pesca (3,8%); indústria (34,2%); comércio (5,8%); serviços (56,2%)” (MANFREDI, 2017).

**Tabela 4** – Cursos e matrículas por dependência administrativa nos três níveis de Educação Profissional em 1999

Nível	Dependência administrativa	Cursos		Matrícula	
		Total	(%)	Total	(%)
<b>Básico</b>	Federal	1.541	5,6	72.966	3,6
	Estadual	889	3,2	120.999	5,9
	Municipal	930	3,4	79.790	3,9
	Privada	24.189	87,8	1.771.479	86,6
	<b>Total</b>	<b>27.555</b>	<b>100</b>	<b>2.045.234</b>	<b>100</b>
<b>Técnico</b>	Federal	594	11,8	101.001	14,1
	Estadual	1.448	28,9	265.772	37,1
	Municipal	268	5,3	37.150	5,2
	Privada	2.708	63,9	312.720	43,6
	<b>Total</b>	<b>5.018</b>	<b>100</b>	<b>716.652</b>	<b>100</b>
<b>Tecnólogo</b>	Federal	74	17,1	10.410	10,7
	Estadual	63	14,5	26.580	27,3
	Municipal	7	1,6	988	1
	Privada	289	66,7	59.721	60,9
	<b>Total</b>	<b>433</b>	<b>100</b>	<b>97.249</b>	<b>100</b>

Fonte: Manfredi (2017).

Fique evidente que “o saber”, em tempos neoliberais, é sistematizado minuciosamente como um fator de produção, em articulação com a Teoria do Capital



Humano e com a nova conjuntura econômica mundial e local. “O mercado do conhecimento” emerge como um dos mais lucrativos para a iniciativa privada, não só figurando como um instrumento de controle ideológico da sociedade, mas também como uma fonte direta de ganho de capital, seja na organização e planejamento do sistema educativo, na execução das políticas educacionais ou no aproveitamento da mão-de-obra formada conforme os preceitos do capitalismo neoliberal. As ideias acerca da ampliação do sistema educacional público são vencidas, dessa forma, durante o neoliberalismo, por uma concepção privatista, articulada com os interesses dos setores privados, tanto na formação de mão-de-obra técnica, quanto na exploração do “mercado” educacional.

#### *2.2.6.1 A consolidação do tecnicismo (1971-1996)*

O início desse período é caracterizado por uma transição entre diferentes paradigmas de desenvolvimento, na qual o neoliberalismo começa a suplantar a política nacional-desenvolvimentista, influenciando diversos aspectos da realidade brasileira. Como consequência, ao mesmo tempo em que a concepção tecnicista se consolida no sistema educacional, ela se revela através de outras faces, em consonância com as alterações na conjuntura econômica mundial.

Romanelli (1986, p. 196) destaca, no início da década de 1970, a integração do planejamento educacional ao Plano Nacional de Desenvolvimento<sup>37</sup> e a reforma dos ensinos de primeiro e segundo grau, promovida pela Lei n. 5.692/71. Segundo a autora, tal reforma visava sobretudo conter a demanda social por cursos de nível superior – lembrando que a Lei n. 4.024/61 regulamentou de forma ampla o acesso dos egressos dos cursos técnicos de nível secundário a quaisquer cursos de nível superior – adotando estratégias para direcionar uma grande parcela desse público para cursos profissionalizantes. Segundo Romanelli (1986, p. 234-235):

[...] A profissionalização do nível médio, portanto, era vista como uma exigência que teria como resultado selecionar apenas os mais capazes para a Universidade, dar ocupação aos menos capazes e, ao mesmo tempo, conter a demanda de educação superior em limites mais estreitos.

---

<sup>37</sup> Realizar-se-á programa intensivo de preparação de mão-de-obra, dentro da política de educação permanente (BRASIL, 1971).

Ramos (2014, p. 30; 32), ao discorrer sobre a Lei n. 5.692/1971, destaca não só a instituição da formação profissional universal e compulsória, como também o “crescimento da função propedêutica do ensino médio, contrapondo-se ao propósito de restringir o acesso ao Ensino Superior através do direcionamento dos alunos para o mercado de trabalho. Além disso, a autora ressalta a postura contrária da classe média quanto a política de profissionalização universal e compulsória, uma vez que ela não condizia com seus anseios, gerando uma pressão política e posteriormente a extinção definitiva da profissionalização obrigatória em 1982, através da Lei n. 7.044.

No âmbito da educação profissional federal, esse período destaca-se pela “transformação de algumas escolas técnicas em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET’s), contando com apoio financeiro internacional, através do Programa de Desenvolvimento do Ensino Médio (PRODEM I)<sup>38</sup>, “elaborado por comissões das quais participavam brasileiros e americanos”. Segundo a autora, o discurso da empregabilidade atrelada a uma formação profissional se desdobrava em um sistema dual no âmbito da própria educação para o trabalho, sendo que havia cursos de “formação acelerada de operários para a realização de trabalho simples, e a formação de técnicos de nível intermediário, em menor número, para realizar a função de prepostos nas multinacionais [...]”. Além disso, a instituição da formação profissional universal e compulsória no ensino secundário, explicitou a desigualdade entre o sistema federal de educação profissional e aquele que viria a ser constituído no âmbito do ensino secundário, contribuindo para a melhoria da reputação das escolas técnicas federais que se tornariam referência no fornecimento desse tipo de ensino, dada sua maior experiência, melhor organização, menor escala e conseqüentemente maiores recursos estruturais e financeiros (RAMOS, 2014, p. 30; 33-34).

Em 1986, já no processo de discussão da constituinte, Ramos (2014, p. 34) destaca a implementação do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico (PROTEC), no qual, mesmo em um cenário de recessão e alta inflação, contando com o financiamento do Banco Mundial, o governo Sarney propôs a criação de 200 novas escolas técnicas industriais e agrotécnicas de 1º e 2º graus. O objetivo do programa, entretanto, não foi atingido, sendo que em 1993 apenas 11 Unidades de Ensino

---

<sup>38</sup> Decreto nº 73.681, de 18 de fevereiro de 1974.

Descentralizadas – que eram vinculadas a uma Escola Técnica Federal ou CEFET – foram inauguradas e 36 estavam em construção.

Saviani (2008, p. 343) explica que o cerne da política educacional implementada pela Ditadura Militar começaria a ser delineado na década de 1960, destacando-se a realização de dois eventos organizados pelos IPES: o Simpósio sobre a reforma da educação e o Fórum “A educação que nos convém”. O Simpósio aconteceu em dezembro de 1964 com o objetivo de “discutir as linhas mestras de uma política educacional que viabilizasse o rápido desenvolvimento econômico e social do país”. O documento básico que orientou os debates no simpósio estava alinhado com os “novos estudos de economia da educação, que consideram os investimentos no ensino como destinados a assegurar o aumento da produtividade e da renda”. De acordo com Saviani (2008, p. 343):

O texto considerava, então, que a própria escola primária deveria capacitar para a realização de determinada atividade prática. Na sequência, o ensino médio teria como objetivo a preparação dos profissionais necessários ao desenvolvimento econômico e social do país, de acordo com um diagnóstico da demanda efetiva de mão de obra qualificada. E, finalmente, ao ensino superior eram atribuídas duas funções básicas: formar a mão-de-obra especializada e requerida pelas empresas e preparar os quadros dirigentes do país.

Segundo Saviani (2008, p. 345), as orientações e os princípios que foram discutidos ao longo do simpósio, especialmente com referência a profissionalização do nível médio e a integração dos cursos superiores de formação tecnológica com as empresas, integrariam posteriormente as reformas de ensino do governo militar. Entretanto, seria no Fórum “a educação que nos convém” que iriam se tornar mais explícitos “os aspectos constitutivos da visão pedagógica que iria prevalecer na década seguinte”. O autor ainda explica que:

Apesar de algumas diferenças de enfoque entre os conferencistas, pode-se perceber um sentido geral que perpassa o tratamento dos diferentes temas e que se encontra fortemente explicitado na conferência-síntese, especialmente no conjunto de sugestões apresentadas para o encaminhamento da política educacional do país. Esse sentido geral é traduzido pela ênfase nos elementos dispostos pela teoria do capital humano; na educação como formação de Recursos Humanos para o desenvolvimento econômico dentro dos parâmetros da ordem capitalista; na função de sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho atribuída ao primeiro grau de ensino; no papel do ensino médio de formar, mediante habilitações profissionais,

a mão-de-obra técnica requerida pelo mercado de trabalho; na diversificação do ensino superior, introduzindo-se cursos de curta duração voltados para o atendimento da demanda de profissionais qualificados; no destaque conferido à utilização dos meios de comunicação de massa e novas tecnologias como recursos pedagógicos; na valorização do planejamento como caminho para racionalização dos investimentos e aumento de sua produtividade; na proposta de criação de um amplo programa de alfabetização centrado nas ações das comunidades locais (SAVIANI, 2008, p. 345).

Esses eventos, no Brasil, figuraram como marcos teóricos para a vinculação das políticas públicas educacionais aos objetivos da política econômica vigente, incorporando à legislação educacional brasileira novas concepções pedagógicas. Nessa conjuntura, Saviani (2008, p. 365) explica que a expansão do sistema educacional brasileiro esteve condicionada a sua racionalização, sob a égide da Teoria do Capital Humano, incorporada à legislação educacional “na forma dos princípios da racionalidade, eficiência e produtividade, com os corolários do máximo resultado com o mínimo de dispêndio e na não duplicação de meios para fins idênticos”. Essa tendência foi estendida para todas as escolas do país principalmente através da Lei n. 5.692/71, figurando como hegemônica, pelo menos até a década de 1980. Conforme explica Saviani (2008, p. 367-369):

A adoção do modelo econômico associado dependente, há um tempo consequência e reforço da presença das empresas internacionais, estreitou os laços do Brasil com os Estados Unidos. A entrada dessas empresas, importava-se também o modelo organizacional que as presidia. E a demanda de preparação de mão-de-obra para essas mesmas empresas associadas a meta de elevação geral da produtividade do sistema escolar levou a adoção daquele modelo organizacional no campo da educação. Difundiram-se, então, ideias relacionadas a organização racional do trabalho (taylorismo, fordismo), ao enfoque sistêmico e ao controle do comportamento (behaviorismo) que, no campo educacional, configuraram uma orientação pedagógica que podemos sintetizar na expressão pedagogia tecnicista.

Tal concepção está diretamente relacionada à reprodução dos princípios aplicados no sistema de produção, de forma a tornar o processo educativo objetivo e operacional. Dessa forma, em uma conjuntura na qual “[...] é o trabalhador que deve se adaptar ao processo de trabalho [...]”, cabe ao processo formativo prepará-lo, portanto, para exercer as funções de forma parcelar, objetivando “minimizar as interferências subjetivas que pudessem pôr em risco” a eficiência do processo (SAVIANI, 2008, p. 381-382).

O processo formativo, por isso, reproduz a alienação e o estranhamento presentes no modelo de produção, uma vez que, segundo Saviani (2008, p. 382):

[...] o trabalhador ocupa seu posto na linha de montagem e executa determinada parcela do trabalho necessário para produzir determinados objetos. O produto é, pois, uma decorrência da forma como é organizado o processo. O concurso das ações de diferentes sujeitos produz assim um resultado com o qual nenhum dos sujeitos se identifica e que, ao contrário, lhes é estranho.

Trata-se, portanto, de uma concepção pedagógica que na prática do processo educativo dará ênfase “aos meios”, em detrimento das relações intersubjetivas entre professor e aluno, conforme é explicado por Saviani (2008, p. 382):

Se na pedagogia tradicional a iniciativa cabia ao professor, que era, ao mesmo tempo, o sujeito do processo, o elemento decisivo e decisório; e se na pedagogia nova a iniciativa se desloca para o aluno, situando-se o nervo da ação educativa na relação professor-aluno, portanto, relação interpessoal, intersubjetiva; na pedagogia tecnicista o elemento principal passa a ser a organização racional dos meios, ocupando o professor e o aluno posição secundária, relegados que são a condição de executores de um processo cuja concepção, planejamento, coordenação e controle ficam a cargo de especialistas supostamente habilitados, neutros, objetivos, imparciais.

Dessa forma, o discurso de que “cabe à educação proporcionar um eficiente treinamento para a execução das múltiplas tarefas demandadas continuamente pelo sistema social”, será como nunca sistematizado e implementado no dia a dia da organização/gestão escolar e dos processos formativos. “Do ponto de vista pedagógico, conclui-se que, se para a pedagogia tradicional a questão central é aprender, e para a pedagogia nova, aprender a aprender, para a pedagogia tecnicista o que importa é aprender a fazer” (SAVIANI, 2008, p. 383).

No entanto, nesse quadro de consolidação e disseminação da pedagogia tecnicista no sistema educacional, emergem, em escala mundial, teorias cujo objetivo estava relacionado a evidenciar as “funções reais da política educacional” dominante, “que, entretanto, eram acobertadas pelo discurso político-pedagógico oficial”. Nesse quadro, Saviani (2008, p. 393) explica que:

A pós-graduação, refletindo as contradições da sociedade brasileira, acabou constituindo-se no espaço importante para o desenvolvimento de uma tendência crítica que, embora não predominante, gerou estudos consistentes e significativos sobre a educação. Paralelamente

ao predomínio da tendência tecnicista, emergiu, na década de 1970, um conjunto de estudos que podem ser agrupados sob a denominação "tendência crítico-reprodutivista". [...] Trata-se de uma tendência crítica porque as teorias que a integram postulam não ser possível compreender a educação senão a partir dos seus condicionantes sociais. Empenham-se, pois, em explicar a problemática educacional remetendo-a sempre a seus determinantes objetivos, isto é, à estrutura socioeconômica que condiciona a forma de manifestação do fenômeno educativo. Mas é reprodutivista porque suas análises chegam invariavelmente à conclusão que a função básica da educação é reproduzir as condições sociais vigentes.

Nesse ponto de vista, iriam se destacar: a) a Teoria do sistema de ensino enquanto violência simbólica; b) a Teoria da escola enquanto aparelho ideológico de Estado e c) a Teoria da escola dualista. A primeira, cujos principais autores foram Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron, apresentava o sistema de ensino como um meio de reprodução da cultura dominante, possibilitando a continuidade da estrutura das relações sociais. A segunda, que encontra referência na obra de Louis Althusser, conclui que a escola, como aparelho ideológico do Estado, "se converteu, no capitalismo, em aparelho ideológico dominante", tornando-se "o instrumento mais acabado de reprodução das relações de produção capitalistas". Para a terceira, na qual se destacam Christian Baydelot e Roger Establet, a escola utiliza duas estratégias principais para a inculcação da ideologia burguesa: propaga explicitamente a ideologia burguesa dominante, ao mesmo tempo que rechaça a ideologia proletária (SAVIANI, 2008, p. 394-395).

Saviani (2008, p. 395) explica que tais teorias, apesar de não resultarem diretamente em uma pedagogia contra-hegemônica, serviram de base para a crítica à tendência tecnicista que se consolidava e para o desenvolvimento de novas pedagogias, desmitificando "a crença, bastante comum entre os educadores, na autonomia da educação em face das relações sociais". A partir da década de 1980, o autor irá ressaltar o desenvolvimento de pedagogias críticas que orientavam a prática educativa<sup>39</sup>, destacando-se também o fortalecimento da mobilização do campo educacional<sup>40</sup> (SAVIANI, 2008, p. 401-403).

---

<sup>39</sup> A pedagogia, como teoria da educação, busca equacionar, de alguma maneira, o problema da relação educador-educando, de modo geral, ou, no caso específico da escola, a relação professor-aluno, orientando o processo de ensino e aprendizagem (SAVIANI, 2008, p. 401).

<sup>40</sup> A década de 1980 como uma das mais fecundas de nossa história; Comparação entre a década de 20 (criação da ABE) e a década de 1970-80 (Associação Nacional de Educação-ANDE; Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação-ANPED e Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES); entre outras (SAVIANI, 2008, p. 402-403).

É importante ressaltar, entretanto, que o desenvolvimento de uma “pedagogia de esquerda” não se deu de forma homogênea, existindo diversas tendências que se colocavam no quadro contra-hegemônico, “que iam desde os liberais progressistas até os radicais anarquistas, passando pela concepção libertadora e pela preocupação com uma fundamentação marxista” (SAVIANI, 2008, p. 414-415).

É nesse cenário que emerge a Pedagogia Histórico-crítica, objetivando “compreender os fundamentos do materialismo histórico e articular a educação com uma concepção que se contrapunha à visão liberal. No âmbito dessa concepção, Saviani (2008, p. 422) explica que:

A educação é entendida como o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. [...] Isso significa que a educação é entendida como mediação no seio da prática social global. A prática social põe-se, portanto, como ponto de partida e o ponto de chegada da prática educativa. Daí decorre o método pedagógico que parte da prática social em que professor e aluno se encontram igualmente inseridos, ocupando, porém, posições distintas, condição para que travem uma relação fecunda na compreensão e no encaminhamento da solução dos problemas postos pela prática social.

#### **Quadro 9 – A consolidação do tecnicismo (1971-1996)**

(Continua)

<b>Hegemônica</b> (Pedagogia Tecnicista)
<p><b>Características/agenda:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Vinculação entre o planejamento educacional e o projeto de desenvolvimento nacional;</li> <li>➤ Alinhamento da política educacional aos novos estudos de Economia da Educação e à Teoria do Capital Humano;             <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Função da escola primária: sondagem de aptidões e capacitação para a realização de determinada atividade prática; (art. 4º, § 2º, Lei n. 5.692/71);</li> <li>○ Função da escola secundária: preparação dos profissionais necessários ao desenvolvimento econômico e social do país, de acordo com um diagnóstico da demanda efetiva de mão de obra qualificada;</li> </ul> </li> </ul>

(Continuação)

<b>Hegemônica</b> (Pedagogia Tecnicista)
<p><b>Características/agenda:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Função do ensino superior: formar a mão-de-obra especializada e requerida pelas empresas e preparar os quadros dirigentes do país;</li> <li>➤ Estreitamento da relação entre o Ministério da Educação brasileiro com os Estados Unidos;</li> <li>➤ Importação do modelo organizacional das empresas americanas; <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Organização racional do trabalho (taylorismo-fordismo);</li> <li>○ Enfoque sistêmico e controle do comportamento (behaviorismo);</li> </ul> </li> <li>➤ Integração dos cursos superiores de formação tecnológica com as empresas;</li> <li>➤ Crescimento da demanda social por cursos de nível superior;</li> <li>➤ Racionalização dos investimentos na área de educação;</li> <li>➤ Processo formativo descolado do contexto social, de forma a minimizar as interferências subjetivas que põem em risco a “eficiência” do processo;</li> <li>➤ Direcionamento dessa demanda para cursos profissionalizantes;</li> <li>➤ Ênfase “aos meios”, em detrimento das relações intersubjetivas entre professor e aluno;</li> <li>➤ Utilização dos meios de comunicação de massa e novas tecnologias como recursos pedagógicos;</li> <li>➤ Dualidade na própria formação para o trabalho: <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Cursos de formação acelerada de operários para a realização de trabalhos simples;</li> <li>○ Formação de técnicos de nível intermediário, em menor número, para realizar a função de prepostos nas multinacionais;</li> </ul> </li> </ul>
<p><b>Evidências/acontecimentos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Lei n. 5.692/71: reforma do ensino de primeiro e segundo graus; profissionalização universal e compulsória;</li> <li>➤ Integração do planejamento educacional no Plano Nacional de Desenvolvimento;</li> </ul>



(Conclusão)

<b>Hegemônica</b> (Pedagogia Tecnicista)
<b>Evidências/acontecimentos:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Transformação de algumas escolas técnicas em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), contando com apoio financeiro internacional, através do Programa de Desenvolvimento do Ensino Médio (PRODEM I);</li> <li>➤ 1986: implementação do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico (PROTEC), contando com o financiamento do Banco Mundial; proposta inicial de criação de 200 novas escolas técnicas industriais e agrotécnicas de 1º e 2º graus, através das Unidades de Ensino Descentralizadas, vinculadas a uma Escola Técnica Federal ou CEFET.</li> </ul>
<b>Não-hegemônica</b> (Teorias crítico-reprodutivistas) (Pedagogia Histórico-crítica)
<b>Características/agenda:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Desmistificação da crença da autonomia da educação em face das relações sociais;</li> <li>➤ A educação é entendida como mediação no seio da prática social global;</li> <li>➤ Evidenciação das “funções reais da política educacional” hegemônica;</li> <li>➤ Fortalecimento da mobilização no campo educacional;</li> <li>➤ Compreensão dos fundamentos do materialismo histórico e articulação da educação com uma concepção que se contrapunha à visão liberal;</li> <li>➤ “Professor e aluno se encontram igualmente inseridos, ocupando, porém, posições distintas, condição para que travem uma relação fecunda na compreensão e no encaminhamento da solução dos problemas postos pela prática social” (SAVIANI, 2008, P. 422);</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelo autor com base em pesquisa bibliográfica.

O Quadro 9 evidencia que a pedagogia tecnicista se constitui inicialmente por características estritamente relacionadas ao modelo de produção fordista, subserviente às necessidades do mercado, distribuindo o saber de forma parcelar e descolada do contexto social. No sistema educacional brasileiro, se consolidou numa

conjuntura de maior “integração” do país com o mercado internacional, no qual o nacional-desenvolvimentismo começa a ceder lugar à dependência-associada. Não é por acaso, dessa forma, que a expansão do sistema educacional se deu sob a égide da influência de organismos internacionais. Além disso, antes mesmo de se fazer uma análise de mérito do tecnicismo, tanto na gestão escolar como no processo formativo, destaca-se o fato de essa concepção se consolidar, no contexto brasileiro, permeando a construção de um sistema educacional mais amplo, em um momento no qual o sistema econômico capitalista mundial já delineava os princípios de uma sociedade mais flexível, em uma conjuntura de retração econômica e retrocesso social.

#### *2.2.6.2 O tecnicismo na era da flexibilidade: a Pedagogia da Exclusão (1996-2004)*

A concepção tecnicista, construída sob a égide do modelo fordista de sociedade, apresenta uma série de incongruências a partir do momento de transição para o modelo de acumulação flexível, tendo, por conseguinte, de se adaptar à nova conjuntura, mesclando e ressignificando uma série de conceitos e concepções pedagógicas. No Brasil, dessa forma, o sistema educacional, recentemente delineado nos moldes da concepção fordista, passou a sofrer alterações em decorrência do processo de reestruturação produtiva. Segundo Saviani (2008, p. 429):

Nessas novas condições reforçou-se a importância da educação escolar na formação desses trabalhadores que, pela exigência da flexibilidade, deveriam ter um preparo polivalente apoiado no domínio de conceitos gerais, abstratos, de modo especial aqueles de ordem matemática. Manteve-se, pois, a crença na contribuição da educação para o processo econômico produtivo, marca distintiva da teoria do capital humano. Mas seu significado foi substantivamente alterado.

A “ressignificação” da Teoria do Capital Humano está, dessa forma, associada ao processo de reestruturação produtiva e à nova conjuntura econômica mundial muito diferente do cenário de expansão no qual o modelo fordista-taylorista se consolidou. Conforme explica Saviani (2008, p. 429-430):

[...] a versão originária da teoria do capital humano entendia a educação como tendo por função preparar as pessoas para atuar num mercado em expansão que exigia força de trabalho educada. [...] após a crise da década de 1970, a importância da escola para o processo econômico produtivo foi mantida, mas a teoria do capital humano assumiu um novo sentido [...].

Nesse quadro, a Teoria do Capital Humano se materializa no processo formativo através da ideologia da empregabilidade, na qual o trabalhador é instado a se responsabilizar por sua inserção e sobrevivência na sociedade capitalista, competindo constantemente com aqueles que seriam seus concorrentes. Entretanto, trata-se de uma ideologia mentirosa pelo simples fato de que, na conjuntura atual, o desenvolvimento capitalista se dá com níveis elevados de desemprego estrutural. É o que Saviani (2008, p. 430) chama de “crescimento excludente”, em detrimento do “desenvolvimento inclusivo que se buscava atingir no keynesianismo”. Segundo o autor:

A ordem econômica atual, denominada pós-fordista e pós-keynesiana, pressupõe, ou melhor, assenta-se na exclusão, categoria que comparece duplamente: ela é pressuposta, num primeiro sentido, na medida em que se admite, preliminarmente, que na ordem econômica atual não há lugar para todos. [...] Num segundo sentido, a exclusão é proposta porque, incorporando crescentemente a automação no processo produtivo, a ordem econômica atual dispensa, também de forma crescente, mão-de-obra. Estimulando a competição e buscando maximizar a produtividade, isto é, o incremento do lucro, a extração de mais-valia, ela rege-se por uma lógica que estabelece o predomínio do trabalho morto (capital) sobre o trabalho vivo, conduzindo a exclusão deliberada de trabalhadores (SAVIANI, 2008, p. 431).

Explicita-se um conjunto de ações claramente voltadas para o aumento da lucratividade dos detentores dos meios de produção, que visam reduzir o peso do custo de mão-de-obra sobre os lucros das organizações através da marginalização de trabalhadores, ao mesmo tempo que propagam um discurso no qual a “exclusão” é natural e inevitável, cabendo ao indivíduo “correr atrás” de sua inserção no mercado de trabalho e das garantias mínimas para sua sobrevivência, um discurso que isenta o Estado e o Capital das consequências de suas próprias ações e que é introjetado no processo formativo através de diversas estratégias pedagógicas (como será explicado adiante) que, em última instância, irão constituir uma Pedagogia da Exclusão. De acordo com Saviani (2008, p. 431):

Trata-se de preparar os indivíduos para, mediante sucessivos cursos dos mais diferentes tipos, se tornarem cada vez mais empregáveis, visando a escapar da condição de excluídos. E, caso não o consigam, a Pedagogia da Exclusão lhes terá ensinado a introjetar a responsabilidade por essa condição. Com efeito, além do emprego formal, acena-se com a possibilidade de sua transformação em micro-empresário, com a informalidade, o trabalho por conta própria, isto é,

sua conversão em empresário de si mesmo, o trabalho voluntário, terceirizado, subsumido em organizações não-governamentais etc. Portanto, se diante de toda essa gama de possibilidades ele não atinge a desejada inclusão, isso se deve apenas a ele próprio, as suas limitações incontornáveis. Eis o que ensina a pedagogia da exclusão.

Dessa forma, Saviani (2008, p. 441-442) conclui que, na transição do modelo fordista para a sociedade flexível, emerge um conjunto de adaptações de diversos conceitos e concepções pedagógicas, que se expressam:

[...] no neoprodutivismo, nova versão da teoria do capital humano que surge em consequência das transformações materiais que marcaram a passagem do fordismo ao toyotismo, determinando uma orientação educativa que se expressa na 'pedagogia da exclusão'. Em correspondência, o neoescolanovismo retoma o lema 'aprender a aprender' como orientação pedagógica. Essa reordena, pelo neoconstrutivismo, a concepção psicológica do sentido do aprender como atividade construtiva do aluno, por sua vez objetivada no neotecnicismo, enquanto forma de organização das escolas por parte de um Estado que busca maximizar os resultados dos recursos aplicados na educação. Os caminhos dessa maximização desembocam na pedagogia da qualidade total e na pedagogia corporativa.

Ramos (2014, p. 53) ressalta que, pelo discurso neoliberal, nos moldes como a educação profissional e tecnológica vinha sendo implementada, os custos eram elevados demais quando contrapostos a seus resultados, o que não justificaria a ampliação da rede de escolas técnicas federais, e sim o foco em programas de capacitação em massa, sob a égide do tecnicismo. Nesse sentido, a autora explica que:

A pedagogia das competências foi a diretriz político-pedagógica desse projeto, cujo princípio é a adaptabilidade individual do sujeito às mudanças socioeconômicas do capitalismo. Por essa ótica, a construção da identidade profissional do trabalhador torna-se produto das estratégias individuais que se desenvolvem em resposta aos desafios das instabilidades internas e externas à produção, o que inclui também estar preparado para o desemprego, o subemprego ou o trabalho autônomo. Essa é a nova ética que subjaz à ideologia da empregabilidade que, em termos de desenvolvimento educacional, significa uma mobilização autônoma do indivíduo para buscar as oportunidades que a sociedade (ou o mercado) oferecem (RAMOS, 2014, p. 57-58).

Na prática, essa concepção iria se concretizar no dia a dia das escolas através de uma organização curricular própria e independente do ensino médio geral,

conforme o “modelo instaurado pela reforma da educação profissional e média realizada durante o governo FHC” (RAMOS, 2014, p. 55).

Uma das bases para a reforma promovida está associada a Teoria do Capital Humano e a ideologia da empregabilidade, que, segundo Ramos (2014, p. 57):

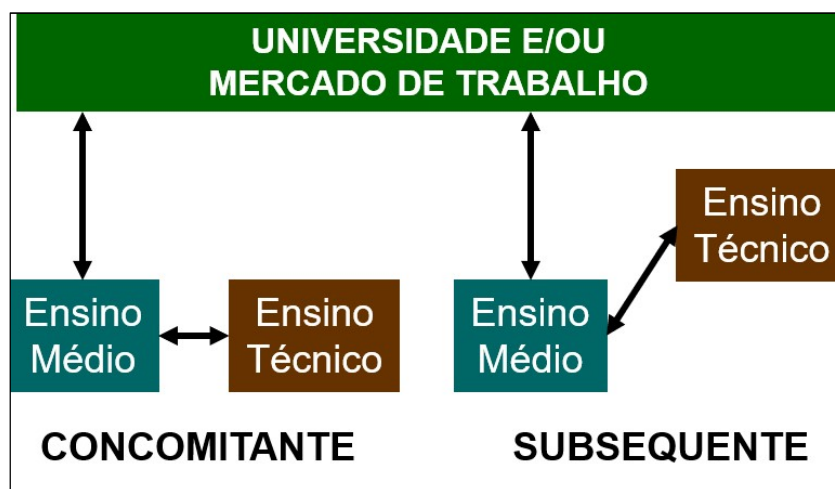
[...] difundiu a ideia de que, quanto mais capacitado o trabalhador, maiores as suas chances de ingressar e/ou permanecer no mercado de trabalho. Seduzida por essas ideologias, a classe trabalhadora passou a se mobilizar pela melhoria dos seus padrões de escolarização. A volta à escola passou a ser uma das características desses anos. Como o Estado focalizava suas ações educacionais diretas na universalização do ensino fundamental e na ampliação do ensino médio, boa parte dos trabalhadores que buscava a qualificação para o trabalho era obrigada a custear seus estudos em nível superior, já que as vagas disponíveis no ensino público eram insuficientes para o atendimento da demanda.

Esse cenário de transformações políticas, econômicas e sociais iria permear as discussões acerca de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação e de uma reforma quanto à educação profissional e tecnológica. Dessa forma, paralelamente aos projetos de LDB que estavam em discussão, Ramos (2014, p. 43) ressalta a tentativa de regulamentação da educação profissional em separado, através do Projeto de Lei n. 1.603/96. Apesar da reforma específica do ensino profissional não ter avançado como um projeto de Lei, a autora explica que a aprovação de uma LDB “genérica” permitiu posteriormente a realização da reforma do ensino profissional por meio do Decreto n. 2.208/97, permeada pela concepção tecnicista e dualista prevista no projeto. Assim, analisando-se o Decreto n. 2.208/97, que regulamentou a oferta de ensino profissional, prevista na Lei n. 9.394/96 (LDB/96), constata-se que a decisão do governo federal em retrain sua participação na oferta direta desse tipo de ensino esteve ancorada nas possibilidades previstas na própria LDB/96 – em consonância com o art. 205 da Constituição Federal de 1988 – de que a educação profissional pudesse ocorrer através do ensino regular, em parcerias com instituições especializadas ou no próprio ambiente de trabalho. Ou seja, a legislação, por seu caráter genérico e extensivo, não garantia a continuidade de determinada política de educação profissional, podendo cada governo readequar suas prioridades e, conseqüentemente, toda a estrutura da rede de educação profissional e tecnológica.

Ainda sobre a regulamentação promovida pelo Decreto n. 2.208/97, destaca-se a oferta da educação profissional em desarticulação com o ensino regular,

conforme demonstrado na Figura 8, retomando a dualidade formal entre a formação geral e a educação profissional, “própria das reformas Capanema da década de 1940, na vigência do Estado Novo” (SAVIANI, 2018, p. 297). O Decreto prescrevia, em seu art. 5º, que a educação profissional deveria possuir organização curricular própria e independente do ensino regular.

**Figura 8** – Estrutura do ensino médio e técnico no Brasil de acordo com a Lei n. 9.394/96 e o Decreto n. 2.208/97



Fonte: Manfredi (2017). Adaptada pelo autor.

Percebe-se que o ensino técnico, a partir do Decreto n. 2.208/97, seria ofertado tanto para aqueles que estivessem cursando o ensino médio, como para aqueles que já o tivessem concluído. Contudo, em ambos figuraria de maneira autônoma e independente ao ensino médio geral. “Os cursos técnicos podiam ser organizados por disciplinas ou com as disciplinas agrupadas em módulos. Cada módulo cursado dava direito a um certificado de qualificação profissional” (MANFREDI, 2017).

“No período em questão, o sistema de Educação Profissional mantido pelo governo federal era integrado por uma rede de escolas de nível médio e pós médio assim constituída”: as Escolas Agrotécnicas Federais (EAF’s) e as Escolas Técnicas Federais (ETF’s), com foco em cursos profissionalizantes de nível médio, pós-médio e supletivo, e pelos Centros Federais de Educação Tecnológica, com foco em cursos de nível tecnológico (oferecendo também cursos de pós-graduação). Havia na época um total de 19 ETF’s, 37 EAF’s e 05 CEFET’s (MANFREDI, 2017).

Na era neoliberal, as políticas que visavam a constituição de um sistema público de formação profissional e tecnológica abrem lugar às políticas “orientadas

para os programas de capacitação de massa”, com ênfase em cursos técnicos concomitantes ou sequenciais ao ensino médio. Além disso, destaca-se a redução do papel do governo federal na organização desse sistema, ilustrada por exemplo no Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP), que “visava à implementação e/ou a readequação de 200 centros de educação profissional, distribuídos da seguinte forma: 70 na esfera federal, 69 na estadual e 70 no segmento comunitário (de caráter privado) (RAMOS, 2014, p. 47-48).

Nesse período de transformações políticas, econômicas e sociais, Ramos (2014, p. 35-37) aborda a relevância do processo de transformação das Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET). Inicialmente, como um projeto geral, ou seja, de transformação de todas as Escolas Técnicas, conforme explicitado na Lei n. 8.948/94, tinha o objetivo de fortalecer a rede federal contra o processo de estadualização, senaização<sup>41</sup> e privatização. Entretanto, o projeto não se concretizou e “a efetiva transformação das escolas técnicas em CEFET’s deu-se mediante decreto para cada uma delas, após aprovação de um projeto apresentado pela instituição” [...], que tivesse o interesse em se transformar em CEFET, [...] “elaborado segundo as diretrizes estabelecidas pela Portaria n. 2.267/1997”.

Ainda na década de 1980, no âmbito do processo de redemocratização do país, Ramos (2014, p. 38) ressalta as discussões acerca de uma nova concepção de educação tecnológica, destacando as discussões acerca da politecnia. Segundo a autora:

[...] o ideário da politecnia buscava romper com a dicotomia entre educação básica e técnica, resgatando o princípio da formação humana em sua totalidade; em termos epistemológicos e pedagógicos, esse ideário defendia um ensino que integrasse ciência e cultura, humanismo e tecnologia, visando ao desenvolvimento de todas as potencialidades humanas (RAMOS, 2014, p. 38).

---

<sup>41</sup> Conceito presente em Cunha (2000, p. 106), ao se referir sobre as escolas técnicas da rede federal: “Outra grande novidade para as escolas técnicas, ao menos as da rede federal, é a ênfase no que a Secretaria de Educação Média e Tecnológica chama de educação não-formal: formação profissional de curta duração, qualificação profissional, retreinamento de trabalhadores (inclusive reconversão), capacitação de jovens e adultos para o trabalho. A tudo isso se soma a orientação para que as escolas atuem na prestação de serviços a empresas e a agências governamentais, procedimento que se espera gere significativa receita extra-orçamentária. Todos os cursos seriam montados na forma de módulos, de modo que possa haver flexibilidade no sistema: entradas e saídas diversas, certificação parcial e cumulativa”.

Considerando que se trata de uma concepção de base marxiana, Maciel (2018, p. 90-91) explica que o “trabalho como princípio educativo” vem recebendo diferentes tipos de tratamento por parte dos autores brasileiros, sendo que, numa primeira concepção, o trabalho é tido “[...] como fundante da natureza humana e, portanto, como princípio geral da condição humanizante do trabalho”, e, numa segunda abordagem, a concepção “trabalho como princípio educativo” está relacionada “[...] a um processo de união entre educação e trabalho a ser operado no ensino médio e nos cursos profissionais e técnicos”. Nessa dualidade de abordagens, o autor, ao defender a primeira, ressalta, portanto, que a concepção de “trabalho como princípio educativo” não é sinônimo de Politecnicidade, pois esta, quando conceituada sob a égide da obra marxiana, tem como alicerce “[...] o desenvolvimento intelectual, que é formado pela aquisição do conhecimento científico e cultural; o corporal, enquanto desenvolvimento físico; e, o tecnológico, enquanto domínio de princípios gerais necessários ao manejo dos diversos ramos industriais” (MACIEL, 2018, p. 88) .

Nesse sentido, ao levar em consideração a conjuntura atual e o constante processo de transformação do sistema capitalista, Maciel (2018, p. 101), conclui que:

Enquanto concepção, politecnicidade passa a ser um princípio sobre o qual se sustentam as dimensões intelectual, física, tecnológica (agora inteiramente separada de politecnicidade) e política; enquanto definição, politecnicidade é o princípio pedagógico, que visa orientar os processos educativos a buscar o desenvolvimento das dimensões intelectual, física, tecnológica e política, desenvolvimento esse que, em seu conjunto, é o desenvolvimento da omnilateralidade humana, por cujo processo está associado a emancipação humana.

Logo, o tecnicismo dissemina uma concepção de trabalho fragmentado e objetivo, que resulta em um processo formativo excludente, direcionado para desenvolver apenas a capacidade virtuosa de geração de rendimentos para o capital, tendo como contraponto a politecnicidade, onde o trabalho figura como fundamento potencializador das características humanas pelo qual a sociedade se desenvolve.

Em termos epistemológicos, dessa maneira, percebe-se uma dualidade de abordagens, sendo que, na primeira, a educação escolar e profissional é tratada tão somente como consequência do progresso técnico-científico, enquanto que na segunda, para além do plano econômico, enfatiza-se também o plano político, social e cultural. Acerca da primeira abordagem, denominada por Ferreti (2004, p. 403) de “essencialista”, percebe-se que:



[...] este segmento da educação é fortemente influenciado pelo progresso técnico e, portanto, pelas mudanças técnico-organizacionais que se dão no âmbito do trabalho, respondendo não apenas a desenvolvimentos científico-tecnológicos, mas, principalmente, a demandas da produção capitalista, às quais os referidos desenvolvimentos procuram dar respostas.

A principal crítica que recai sobre esta abordagem se relaciona à subserviência às demandas e características do paradigma técnico-científico em vigor, fazendo com que o processo de qualificação se resuma ao desenvolvimento de atributos específicos voltados para a execução de um conjunto restrito de tarefas. Por outro lado, na segunda abordagem, denominada por Ferreti (2004, p. 417-418) de “relativista”:

[...] a ênfase desloca-se do plano das relações entre o avanço das forças produtivas e a adequação de um dos elementos da reprodução da força de trabalho (seu aprimoramento, como valor de uso, pela via da qualificação) para, incluindo-o, centrar-se sobre as relações de produção, o que implica, necessariamente, tratar a qualificação profissional no âmbito da correlação de forças capital/trabalho. [...] o conceito ampliado de qualificação derivado do enfoque relativista descortina, a nosso ver, a possibilidade de tratar a qualificação não apenas no plano econômico, mas também no político e no cultural.

Ferreti (2004, p. 419) explica que a abordagem relativista possibilita a compreensão da “qualificação como síntese de múltiplas determinações” e defende sua utilização nos estudos. Assim, apesar da maior complexidade durante o processo de investigação, a abordagem “relativista” representa um avanço quanto ao método de pesquisa educacional, pois:

O enfoque da qualificação como relação social, sem abandonar o exame das relações entre a qualificação do trabalhador e as demandas da inovação tecnológica, antes tomando-a como elemento importante, confere prioridade ao exame do conceito no âmbito das relações sociais de produção e, neste sentido, enriquece-o. Sob esse ângulo, pode-se dizer que a concepção relativista incorpora a essencialista ampliando-a, conferindo maior importância à qualificação como relação social.

Diante desta distinção e considerando a complexidade do processo de pesquisa na área educacional, Ferreti (2004, p. 419) alerta que a educação

profissional, como recorte específico da educação escolar, vem sendo tratada, no âmbito das políticas públicas, sob o crivo da concepção essencialista.

**Quadro 10** – O tecnicismo da era da flexibilidade: a Pedagogia da Exclusão (1996-2004)

(Continua)

<b>Hegemônica</b> (Pedagogia Tecnicista-Pedagogia das Competências) (Pedagogia da Exclusão)
<p><b>Características/agenda:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Manutenção do discurso que atribui à educação papel relevante no contexto econômico;</li> <li>➤ Transição do modelo taylorista-fordista para a acumulação flexível;</li> <li>➤ Constituição de uma rede de educação profissional múltipla e de caráter principalmente privado;</li> <li>➤ Educação corporativa;</li> <li>➤ Ênfase na formação polivalente dos trabalhadores;</li> <li>➤ Neoprodutivismo:             <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Mais produtividade, menos cidadania;</li> <li>○ Responsabilização do trabalhador por sua inserção e sobrevivência na sociedade capitalista;</li> <li>○ Ênfase no lema “aprender a aprender”; O educador como treinador;</li> <li>○ Ideologia da empregabilidade: através do domínio de múltiplas competências;</li> <li>○ Ênfase nas competências: adaptabilidade individual do sujeito às mudanças socioeconômicas do capitalismo;</li> </ul> </li> <li>➤ Educação profissional não integrada (política, legal e pedagogicamente) à educação geral;             <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Organização e currículo do ensino técnico independente do ensino médio;</li> <li>○ Estrutura modular; Possibilidade de certificação a cada módulo;</li> <li>○ Ênfase aos cursos técnicos concomitantes ou sequenciais ao ensino médio;</li> </ul> </li> </ul>

(Conclusão)

<p><b>Hegemônica</b> (Pedagogia Tecnicista-Pedagogia das Competências) (Pedagogia da Exclusão)</p>
<p><b>Evidências/acontecimentos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Transformação de algumas Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET's); <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Lei n. 8.948/94;</li> <li>○ Portaria n. 2.267/97;</li> </ul> </li> <li>➤ Promulgação da Lei n. 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional);</li> <li>➤ Regulamentação própria da educação profissional e tecnológica: <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Projeto de Lei n. 1.603/96;</li> <li>○ Decreto n. 2.208/97 (Reforma do Ensino Profissional);</li> </ul> </li> <li>➤ Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP);</li> </ul>
<p><b>Não-hegemônica</b> (Pedagogia Histórico-crítica) (Politecnia)</p>
<p><b>Características/agenda:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ O trabalho como princípio educativo;</li> <li>➤ O trabalho como fundante da natureza humana e como motor do desenvolvimento da sociedade;</li> <li>➤ Integração entre educação geral e profissional;</li> <li>➤ Politecnia – desenvolvimento de todas as potencialidades humanas: o intelectual, o corporal, o tecnológico e o político;</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelo autor com base em pesquisa bibliográfica.

A transição econômica, política e social que vigorava no Brasil durante o período analisado, influenciou o sistema educacional brasileiro de maneira peculiar, uma vez que proporcionou o rearranjo de princípios e concepções que haviam recentemente integrado a legislação brasileira no pós-ditadura. Nesse contexto, marcado pelas discussões de um processo de redemocratização e pela construção do “Estado brasileiro democrático de direito”, o sistema educacional mais uma vez seria delineado sob a égide dos interesses do empresariado e sob o crivo dos

interesses dos países de capitalismo central, conforme evidenciado no Quadro 10. Dessa forma, consolidou-se, em larga escala, uma política de formação para o trabalho de caráter profissionalizante, nos termos do tecnicismo, não só vinculado aos interesses do mercado privado, como também executado, em grande parte, por este. Além disso, as características do processo de transição do modelo fordista para a sociedade flexível, passam também a ser incorporadas no sistema educacional brasileiro, associando-se à Teoria do Capital Humano, que propagava a aquisição da condição de “empregabilidade” através do acúmulo de múltiplas competências, em detrimento de modelos que enfatizassem o desenvolvimento científico e tecnológico do país, tendo como mediação a educação. No âmbito do desenvolvimento de múltiplas competências, o governo passa a incentivar políticas de formação de massa, executadas principalmente por instituições de caráter privado, restringindo a oferta de cursos de nível tecnológico, enfatizando a dualidade existente na própria rede de formação profissional, onde a maior parte é formada para o trabalho técnico pouco qualificado, enquanto uma minoria é formada para contribuir com o desenvolvimento científico e tecnológico.

Percebe-se que, ao longo da década de 1990, a política governamental de educação profissional e tecnológica, delineada através da legislação brasileira, reflete uma postura extremamente neoliberal por parte do governo federal, associada a uma concepção pedagógica tecnicista, ou seja, de formação parcial do ser humano para atuar em um sistema de produção fragmentado. Entretanto, a adoção dessa postura em um momento no qual o modelo de acumulação flexível já se fazia presente, se mostrou ineficaz, tanto na função de formar mão-de-obra “qualificada”, quanto no desafio de “controlar” a massa trabalhadora, que se via sem perspectiva de inserção no mercado de trabalho, em um quadro social desastroso.

### **2.3 O ajuste neoliberal: período novo-desenvolvimentista**

O neoliberalismo, sendo concebido no âmbito dos países de capitalismo central, apresentou não só resultados econômicos insuficientes, como também graves consequências quanto aos aspectos sociais, sobretudo em países de capitalismo dependente, como o Brasil<sup>42</sup>. Esse cenário, seria a base política para que, na virada

---

<sup>42</sup> Tais políticas em favor do mercado acarretaram, mesmo nos países capitalistas centrais, sérias consequências sociais, como o aumento da pobreza e do desemprego e a diminuição da rede de

para o século XXI, partidos cujo discurso descolava-se dos princípios preconizados pelo Consenso de Washington buscassem ascender à gerência dessas economias emergentes. Sobre esse período, especificamente sobre a realidade brasileira, Fagnani (2011, p. 5) explica que:

No início do primeiro governo Lula, a situação da economia era crítica. Em 2002, a inflação bateu 12,5%; a taxa de juros (Selic) atingiu 25%. O risco Brasil (EMBI) saltou de 861 pontos (2001) para 1445 pontos (2002). As reservas internacionais atingiram seu menor nível desde 1994. O saldo de transações correntes era negativo. A relação dívida externa bruta/PIB chegou ao patamar mais alto dos últimos anos (42%). O crescimento da economia continuou pífio (2,7%). A dívida líquida do setor público atingiu o topo desde o início dos anos de 1990 (57% do PIB). As despesas com juros eram elevadas (9% do PIB).

Nessa conjuntura, Castelo (2012, p. 624) ressalta dois pontos de mudança política. Inicialmente, com o intuito de evitar um processo de ruptura, as classes dominantes incorporaram em seu projeto de supremacia “uma agenda de intervenção focalizada nas expressões mais explosivas da “questão social”, adotando uma linha mais social-liberalista. Dessa forma, tem-se a eleição de vários governantes cuja postura ao longo do processo eleitoral era antineoliberal, mas que após a eleição aderiram ao neoliberalismo por intermédio do social-liberalismo<sup>43</sup>. Essa fase do desenvolvimento brasileiro, pós século XXI, foi denominada por vários autores como neo(novo)-desenvolvimentismo.

De acordo com Siscú, Paula e Michel (2005, p. 1), cientificamente, essa “nova teoria” irá retomar alguns princípios defendidos por Keynes e por economistas keynesianos contemporâneos, como Paul Davidson e Joseph Stiglitz. No âmbito brasileiro, Mattei (2013, p. 43-50), em um artigo sobre a origem e agenda do novo-desenvolvimentismo, identifica três grupos principais que alimentam tal teoria, apontando os aspectos não funcionais da política neoliberal baseada no Consenso de

---

proteção social construída nos anos de Estado de bem-estar social. Face à situação, a classe dominante deu início a mudanças em sua estratégia de legitimação. Antigos defensores dos termos do projeto, como o Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Unesco, produziram documentos criticando o que denominaram “neoliberalismo radical” (MELO & FALLEIROS, 2005, p. 175).

<sup>43</sup> A vitória do partido dos trabalhadores nas eleições presidenciais de 2002 não correspondeu ao movimento com o projeto de modernização do Brasil baseado no equilíbrio macroeconômico, no controle fiscal e na reforma neoliberal do Estado. [...] Ainda na campanha presidencial de 2002, Lula da Silva apresentou-se como um candidato moderado de esquerda que, vencendo as eleições, tornar-se-ia símbolo da coesão social – já que ele próprio, retirante e líder sindical proletário representava melhor que ninguém o “pacto nacional” necessário ao aprofundamento da pedagogia da hegemonia no país (MELO & FALLEIROS, 2005, p. 186-187).

Washington e apresentando estratégias de desenvolvimento que atendam as demandas brasileiras. "Um primeiro grupo identificado de 'novos desenvolvimentistas' encontra-se na Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV) de São Paulo, sob a liderança do professor Luiz Carlos Bresser-Pereira". Tal grupo caracteriza-se pela defesa de um Estado e mercado fortes, ou seja, de um Estado que adote um conjunto de políticas públicas voltadas para os diversos setores da economia e também ofereça um sistema de proteção social capaz de diminuir a distância entre o povo e as elites, sendo necessário, portanto, retomar elementos do antigo desenvolvimentismo, adicionando-se novos elementos, que formariam uma política novo-desenvolvimentista. Um segundo grupo, cujo núcleo se encontra na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) apresenta diversas opções de política econômica eminentemente keynesianas, visando combater a agenda liberal e ortodoxa. Em comum com o primeiro grupo, esse também defende a existência de um Estado e mercado fortes, bem como a adoção de estratégias de desenvolvimento que compatibilizem crescimento econômico com equidade social. Um terceiro grupo, centralizado no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) foca suas discussões no papel do Estado na condução de estratégias de desenvolvimento. Diante disso, Mattei (2013, p. 50) explica que:

[...] o IPEA conduziu nos últimos anos um grande projeto de estudo envolvendo suas equipes técnicas e pesquisadores de diversas universidades denominado de "Perspectivas do Desenvolvimento Brasileiro". Nestes estudos, procurou-se estruturar as propostas de um projeto de desenvolvimento para o país a partir de sete eixos básicos: 1) inserção internacional soberana; 2) macroeconomia para o pleno emprego; 3) infraestrutura econômica, social e urbana; 4) estrutura tecnoprodutiva avançada e regionalmente articulada; 5) sustentabilidade ambiental; 6) proteção social, direitos e oportunidades; 7) fortalecimento do Estado, das instituições e da democracia.

Nesse novo cenário, o IPEA, sendo presidido por Márcio Pochmann (2007-2012), passa a figurar como um dos polos centrais da ideologia novo-desenvolvimentista, realizando-se através dele uma série de estudos voltados para temas de interesse nacional. O próprio presidente do instituto, no capítulo II do livro "Desenvolvimento, trabalho e renda no Brasil", apresenta um conceito do que seria um social-desenvolvimentismo:

[...] um padrão de acumulação (ou modelo de desenvolvimento) que conjugaria crescimento econômico, reafirmação da soberania nacional (Brasil como credor mundial, acúmulo de reservas externas e diversificação de parceiros comerciais), reformulação do papel do Estado (reforço nas empresas e bancos públicos, aumento do funcionalismo público e o Programa de Aceleração do Crescimento — PAC) e choque distributivo (aumento do salário mínimo e dos gastos sociais — previdência, assistência, seguro-desemprego e abono salarial” (POCHMAN, 2010 *apud* CASTELO, 2012, p. 627).

Dessa forma, após analisar a origem e vertente da teoria novo-desenvolvimentista brasileira, Mattei (2013, p. 58) ressalta como principal característica a tentativa de fortalecer o Brasil como nação, mediante um referencial teórico que articula o keynesianismo e o estruturalismo<sup>44</sup>, “com o objetivo de construir um novo projeto nacional de desenvolvimento com equidade e justiça social.

A nova terminologia adotada para se referir à fase econômica brasileira recente se baseia em uma conjuntura de transformações políticas, sociais e econômicas. Contudo, considerando a diferença entre discurso e realidade, é necessário examinar as características da política novo-desenvolvimentista, avaliando se as transformações promovidas ao longo dessa fase recente estão de fato associadas a um paradigma de desenvolvimento diferente daquele adotado ao longo do neoliberalismo, não sendo possível, entretanto, no âmbito desta pesquisa, avaliar as políticas públicas referentes a todos os “eixos básicos” do novo-desenvolvimentismo. Inicialmente, tomando por base os estudos que edificam essa nova fase do desenvolvimento brasileiro, se torna evidente a maior preocupação com a dinamização da economia, através da intervenção do Estado, associada a uma atenção especial às questões sociais, agravadas pela conjuntura neoliberal e pelas características da sociedade flexível.

---

<sup>44</sup> Corrente de pensamento econômico latino-americana inspirada nos trabalhos dos componentes da Cepal, que analisava o desenvolvimento econômico do ponto de vista dos obstáculos estruturais que impediam um crescimento maior dessas economias. Na explicação do fenômeno inflacionário, os estruturalistas acreditavam que estruturas inadequadas como a agrária, por exemplo, tornavam inelástica a oferta de alimentos e matérias-primas, o que significava elevação de preços nos centros urbanos. A deterioração das relações de troca provocaria déficits comerciais e do balanço de pagamentos, obrigando tais países a desvalorizações cambiais constantes, sendo esta outro alimentador do processo inflacionário. As soluções propostas: para o primeiro caso, a reforma agrária; para o segundo, a transição de uma economia exportadora de matérias-primas para outra que vendesse ao exterior principalmente produtos manufaturados. O autor mais influente dessa escola de pensamento econômico é o argentino Raul Prebisch. Entre os economistas brasileiros, o mais importante estruturalista é certamente Celso Furtado (SANDRONI, 1999, p. 225).

### 2.3.1 O contexto político e as relações de classe no novo-desenvolvimentismo

Correligionários do partido que dirigia o Brasil durante essa fase de desenvolvimento apresentam o novo-desenvolvimentismo como uma superação do neoliberalismo. Em contrapartida, respeitando-se as peculiaridades da conjuntura atual, evidenciam-se também aspectos relacionados à política econômica implementada ao longo do nacional-desenvolvimentismo. Assim, neste tópico serão demonstradas as características dessa nova fase do desenvolvimento brasileiro, com enfoque principal no papel do Estado e nas alterações ocorridas nos aspectos econômicos, sociais e educacionais.

Acerca do cenário político, para que fossem viabilizadas alterações na política neoliberal, Castelo (2012, p. 624-625) explica que um novo “pacto” foi selado entre as novas e antigas classes dominantes. Nessa lógica, Boito Jr. (2012), em seu texto “Reforma e Crise Política no Brasil”, analisa o papel desempenhado pelas diversas classes que fizeram parte de uma enorme coalização de interesses ao longo do governo Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), permitindo que fossem implementados alguns pontos de inflexão na política neoliberal.

Sobre a classe trabalhadora brasileira do século XXI, Boito Jr. (2012) destaca a maior capacidade/possibilidade de articulação e conseqüentemente reivindicação. Por outro lado, as empresas brasileiras também estão cada vez mais articuladas, inclusive ao capital internacional, características que irão diminuir, mas não extinguir o apelo populista e nacionalista presente nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT). O autor atribui à grande burguesia interna o caráter de força dirigente da frente neodesenvolvimentista, estando “distribuída por diversos setores da economia, mineração, construção pesada, a cúspide do agronegócio, a indústria de transformação e, em certa medida, os grandes bancos privados e estatais de capital predominantemente nacional”. A classe média baixa e o operariado se viram inicialmente representadas através do sindicalismo e do Partido dos Trabalhadores (PT), que se tornaria o instrumento partidário dessa frente. Entretanto, no âmbito do controverso jogo político, para essas classes foi relegada uma posição secundária no processo de implementação da nova política desenvolvimentista, passando a ocupar a “posição de base social, mas não de força dirigente desse partido”. Ou seja, evidencia-se um processo de rearranjo das relações sociais e econômicas brasileiras, novamente comandado pelas classes dominantes, não havendo, portanto, evidências

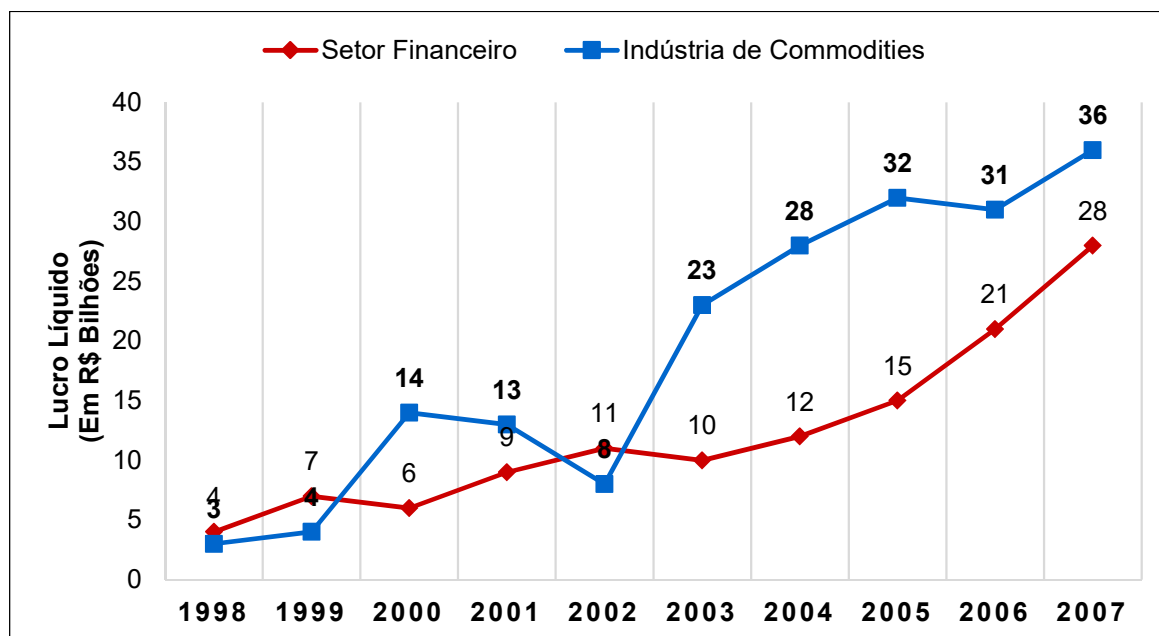


de ruptura ou superação da dinâmica neoliberal. De acordo com Teixeira & Pinto (2012, p. 932):

Embora tenha havido uma ligação direta entre Lula e o subproletariado (lulismo), promovida pelos programas de transferência direta de renda, pelo aumento do salário mínimo, pelo crescimento da massa salarial e do emprego, tal ligação não significa uma plataforma política para a fração dominada, mas sim uma política que possibilita a legitimação da dominação das frações do bloco no poder, com a incorporação de parte dos mais pobres ao consumo capitalista, com forte crescimento da chamada classe C, paralelamente à redução das classes E e D e da pobreza extrema.

Teixeira & Pinto (2012, p. 928), ao avaliarem “o bloco no poder” durante o governo Lula, destacam a prevalência da burguesia produtora e exportadora de *commodities* e da fração bancário-financeira, ressaltando a elevação exponencial dos lucros líquidos obtidos em ambos os setores durante o período de 1998 a 2007, conforme demonstrado no Gráfico 4.

**Gráfico 4** – Evolução dos Lucros Líquidos da Indústria de *Commodities* e do Setor Financeiro (1998-2007)



Fonte: Teixeira & Pinto (2012, p. 928). Adaptado pelo autor.

Teixeira & Pinto (2012, p. 929) ainda observam, entretanto, que a elevação dos ganhos na indústria de *commodities* e no agronegócio estão relacionados mais com a dinâmica internacional, na qual os preços das *commodities* estavam valorizados, do

que na política macroeconômica brasileira, que estava associada a uma política de juros elevados que causava valorização cambial, impactando negativamente esses setores. Os autores explicam também que:

O poder econômico do segmento bancário-financeiro, viabilizado pelo regime de política macroeconômica, foi a expressão de seu poder político no aparelho de Estado, materializado pela independência operacional do Banco Central – principal “centro de poder” do sistema estatal brasileiro – comandado por representantes dos interesses diretos e indiretos dessa fração (TEIXEIRA & PINTO, 2012, p. 929).

Esse cenário de favorecimento da burguesia exportadora, em detrimento da burguesia industrial cuja produção se destinava mormente para o consumo interno, irá se alterar a partir de 2006, verificando-se um “[...] certo fortalecimento dos segmentos nacionais da indústria e do comércio que passaram a exercer maior influência sobre os núcleos de poder do Estado brasileiro” (TEIXEIRA & PINTO, 2012, p. 929).

No que se refere a nova burguesia nacional, Boito Jr. (2018, p. 63) discorre sobre as disputas no interior da classe burguesa brasileira, sendo possível, a partir daí, concluir qual fração dela figurou como hegemônica no período analisado:

Tanto a grande burguesia compradora quanto a grande burguesia interna integram o mundo do grande capital. Trata-se das grandes empresas dotadas de poder econômico e que, na maioria dos casos, atuam como empresas monopolistas – ou oligopolistas – nos seus ramos de atividade. O deslocamento da hegemonia política no interior do bloco no poder monopolista de uma dessas duas frações para outra não é, portanto, uma mudança política de alcance maior. A grande burguesia compradora e a grande burguesia interna podem se revezar na posição central nesse bloco no poder sem promover alterações de fundo na política econômica e social e sem provocar rupturas institucionais no Estado ou no regime político. [...] seja a grande burguesia compradora, seja a grande burguesia interna, a fração hegemônica no interior do bloco no poder, a política de desenvolvimento estará priorizando o grande capital monopolista em detrimento das pequenas e médias empresas e em detrimento também dos interesses dos trabalhadores (BOITO JR., 2018, p. 64).

Nesse quadro, o que diferenciará uma fração da burguesia da outra será a forma como ela se relaciona com o imperialismo, pautada nos interesses de seu grupo. “A grande burguesia compradora<sup>45</sup> tem interesse na expansão quase sem

---

<sup>45</sup> Grupos financeiros nacionais beneficiaram-se com a política de juros elevados e de liberdade para entrada e saída de capitais, empresas nacionais que se associaram a grupos estrangeiros para

limites do imperialismo, enquanto a grande burguesia interna, embora esteja ligada ao imperialismo e conte com a sua ação para dinamizar o capitalismo brasileiro, procura impor limites àquela expansão” (BOITO JR., 2018, p. 64).

Os interesses da burguesia compradora estão diretamente ligados às consequências e possibilidades criadas com a abertura comercial internacional. Assim, Boito Jr. (2018, p. 66) ressalta que:

Os grandes industriais, setor que, juntamente com o agronegócio, forma o segmento mais importante da grande burguesia interna, mantinham uma relação contraditória com o programa neoliberal. Apoiavam, como toda a burguesia, a política social do neoliberalismo: desindexação dos salários, desregulamentação das relações de trabalho, redução e cortes nos direitos sociais – nas áreas de saúde pública, de previdência pública e de educação. Porém, relutava em aceitar ou mesmo se opunham a aspectos importantes da política econômica neoliberal: rejeitavam a política de abertura comercial, que ameaçava o mercado cativo criado pelo desenvolvimentismo para a indústria local, e procuravam manter posições de força que tinham conquistado no capitalismo brasileiro, as quais eram ameaçadas pelas reformas neoliberais.

Sobre a presença do campesinato na coalizão de interesses novo-desenvolvimentistas, após a ascensão de Lula da Silva, há uma política de maior respeito ao direito dos diversos movimentos camponeses na articulação e defesa de seus interesses. Entretanto, esse “respeito” direcionou-se em grande parte para aqueles movimentos sociais que compunham a base aliada ao governo e que, portanto, eram cooptados a não lutar pela alteração estrutural do sistema vigente. Já para os movimentos sociais combativos que adotavam uma postura crítica ao governo e ao sistema capitalista neoliberal continuou sendo implementada uma política de forte negligência e repressão. Nesse cenário, Boito Jr. (2012) faz uma diferenciação entre as duas principais camadas existentes no interior do campesinato que apresentam consequentemente interesses distintos:

O camponês remediado, que está presente principalmente na Contag e no setor de camponeses assentados do MST, reivindica assistência técnica, financiamento para a produção, mercado e preço para seus produtos. [...] O campesinato pobre, que corresponde aos camponeses sem-terra ou com pouca terra, reivindica a

---

participar dos leilões de empresas estatais, empresas comerciais ligadas à importação, os grupos empresariais das áreas de saúde e de educação, uma parte dos setores internacionalizados da indústria local e outros que viram, e de fato tiveram, na política de privatização e de abertura novas oportunidades de negócios e de associação com capital estrangeiro (BOITO JR., 2018, p. 65).

desapropriação das terras ociosas e uma política agressiva de abertura de novos assentamentos. Essa camada camponesa é a mais marginalizada pela frente neodesenvolvimentista. Os governos Lula e Dilma reduziram muito as desapropriações de terra.

Fagnani (2011, p. 11) também ressalta o “arquivamento” da proposta de reforma agrária “[...] estrutural e massiva elaborada na campanha eleitoral” para o primeiro mandato do ex-presidente Lula da Silva para um novo plano com “[...] pretensões mais tímidas e distantes do projeto inicial, gerando descontentamentos” nos movimentos sociais.

No extremo da coalização de classes que compõem a frente novo-desenvolvimentista, se encontra a massa marginal, formada por trabalhadores desempregados ou subempregados, que integram os chamados “movimentos de urgência”, como os movimentos por moradia e os movimentos de desempregados. Outra parte dessa massa é social e politicamente desorganizada, estando presente na frente “neodesenvolvimentista graças às políticas de transferência de renda dos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff” (BOITO JR., 2012).

Nesse quadro, Fagnani (2011, p. 6) explica que a partir do governo de Lula da Silva a estratégia de desenvolvimento social, em consonância com os critérios estabelecidos pelo Banco Mundial, passa a focalizar os “mais pobres” (na época quem recebia até US\$ 2 por dia), em detrimento de políticas e programas mais amplos. Os autores explicam que:

Para os setores mais vulneráveis, destaca-se a consolidação e expansão do Programa Bolsa Família, que atende mais de 40 milhões de pessoas e contribuiu para que a porcentagem de pessoas que vivem em miséria extrema declinasse entre 2003 e 2010. Cerca de 28 milhões de brasileiros suplantaram a questionável “linha de pobreza” monetária definida pelo Banco Mundial (FAGNANI, 2011, p. 17).

Nessa articulação extremamente complexa, Boito Jr. (2012) conclui que a política econômica, externa e social do novo-desenvolvimentismo, articulada com os interesses da burguesia interna brasileira, apesar de se distinguir daquela defendida na época do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), não revoga o modelo econômico capitalista neoliberal. Pelo contrário, no âmbito político, tratou-se de uma rearticulação cuja intenção foi garantir uma sobrevida às políticas públicas de base neoliberal. Dessa forma, mesmo a postura de enfatizar os interesses da burguesia interna brasileira, se evidencia apenas a partir do segundo mandato do ex-presidente

Lula da Silva, uma vez que o primeiro mandato deste é marcado por uma postura mais defensiva cujo objetivo era não hostilizar o capital financeiro internacional. Sobre esse período, Fagnani (2011, p. 5) ressalta que:

A mesma orientação da era FHC – controle inflacionário por meio de taxas de juros elevada, superávit primário e restrição ao gasto público – seguiu até 2005, mantendo um ambiente econômico recessivo, que continuou colocando limites ao desenvolvimento social. Primeiro, por seus reflexos sobre o mercado de trabalho. Em 2003, a taxa de desemprego aberto atingiu o pico de 13,4%; permaneceu em níveis elevados em 2004 (11,5%) e recuou para 9,5% em 2005. O crescimento anual dos rendimentos médios reais declinou (-5,1%) em 2003; estabilizou-se em 2004; e subiu ligeiramente em 2005 (2,4%).

A necessidade de rearticular a relação entre as classes, atendendo, até certo ponto, alguns interesses dos diversos grupos sociais, também é apresentada por Marconi & Brancher (2017, p. 3-4) como uma das bases da política novo-desenvolvimentista, que figurou como “uma estratégia nacional de desenvolvimento para realizar o *catching-up* (processo em que as economias em desenvolvimento se aproximam do nível de riqueza acumulada das economias mais desenvolvidas)<sup>46</sup>.

Essa nova fase do desenvolvimento brasileiro demonstra, portanto, um conjunto diversificado de ações cujo objetivo, em última instância, é tentar promover os anseios das classes que se encontram no poder, associando-se a um processo de “democratização restrita” de direitos. Tal período, dessa maneira, vem se caracterizando pela adoção de inúmeras políticas com foco social que, embora seja necessário reconhecer seus valores, têm-se mostrado insuficientes para lidar com as graves consequências sociais geradas pelo modelo capitalista neoliberal, figurando, portanto, mais como uma estratégia de sobrevivência a essa conjuntura do que como uma política de promoção de transformações sociais de fato.

---

<sup>46</sup> A realização de *catching up* exige algum nível prévio de desenvolvimento industrial, de forma a romper com o paradoxal círculo vicioso da pobreza e do subdesenvolvimento. São os retornos crescentes associados à industrialização e ao desenvolvimento que tornam as condições de desenvolvimento tão paradoxais. Em outros termos, é necessário capital prévio para produzir novos capitais, é necessário prévio conhecimento para absorver novos conhecimentos, habilidades (*skills*) devem ser disponíveis para adquirir novas habilidades e um certo nível de desenvolvimento é requerido para criar a infra-estrutura e a aglomeração econômica que tornam o desenvolvimento possível. [...] Um efetivo processo de *catching up* somente pode ser obtido através da aquisição de capacidade de participação na geração e no melhoramento de tecnologias, ao contrário do simples uso das mesmas (CONCEIÇÃO, 2000, p. 71).

### 2.3.2 Agenda do novo-desenvolvimentismo: continuidades e discontinuidades

Através de uma pesquisa bibliográfica, reuniu-se o conjunto das principais alterações que foram implementadas no período denominado novo-desenvolvimentista cuja influência modificou aspectos econômicos, sociais e educacionais. Permitindo, dessa forma, a comparação entre a política novo-desenvolvimentista com dois momentos distintos da história do desenvolvimento brasileiro. Inicialmente, com o nacional-desenvolvimentismo, do qual essa “nova” política empresta o nome e posteriormente com o neoliberalismo, o qual estaria sendo aperfeiçoado pela política atual.

O novo-desenvolvimentismo se situa em uma conjuntura na qual o objetivo e principal instrumento de desenvolvimento brasileiro não é mais um processo de industrialização a ser trilhado através da substituição de importações, pelo contrário, estaria ocorrendo no Brasil um processo de desindustrialização ou reprimarização da pauta de exportações<sup>47</sup>. Dessa maneira, vigorando em uma conjuntura onde o Brasil já possui um nível razoável de industrialização, mesmo que em grande parte mantido por capital estrangeiro, a política macroeconômica do novo-desenvolvimentismo teve como principal objetivo “estabelecer critérios de controle da conta de capitais para que o País pudesse ter trajetórias de crescimento não abortadas e pudesse constituir políticas autônomas rumo ao pleno emprego e à equidade social”. Ou seja, uma política condizente com uma teoria de desenvolvimento dependente e associado, no qual a prioridade deixa de ser o fomento da indústria nacional e passa a ser a liberalização comercial, teoricamente planejada para que o país alcançasse uma reciprocidade de benefícios em relação aos países de capitalismo central (SISCÚ; PAULA e MICHEL, 2005, p. 4). Destarte, Boito Jr., em uma avaliação que indica a clara permanência da política neoliberal, classifica o neodesenvolvimentismo como sendo a “política de desenvolvimento possível dentro dos limites dados pelo modelo capitalista neoliberal”. Apresentando mais semelhanças com este, do que com o nacional-desenvolvimentismo em si, do qual se diferencia principalmente: a) no crescimento econômico, sendo bem mais modesto; b) no cuidado dado ao mercado interno, tratado com menor relevância; c) ao fomento do parque industrial nacional, também menor; d) nas relações internacionais, se submetendo mais profundamente

---

<sup>47</sup> Boito Jr. (2018, p. 58); Cano (2017, p. 280-281); Martins (2013, p. 33); Marconi e Brancher (2017, p. 15-16); Fonseca e Salomão (2017, p. 14).

à divisão internacional do trabalho; e f) na classe social dominante, destacando-se a burguesia nacional associada ao capital internacional (BOITO JR., 2012).

Evidenciando também a predominância da teoria de desenvolvimento dependente e associado, que se diferencia da teoria desenvolvimentista do século XX, Martins (2013, p. 32) ressalta que o novo-desenvolvimentismo se diferencia da política nacional-desenvolvimentista ao “aceitar amplamente a presença do capital estrangeiro como ator central, e não mais residual e complementar, da industrialização da região”. Entretanto, tal política articula de maneira mais eficiente o tripé “Estado, capital nacional e capital internacional”, além de “colocar ênfase nos processos de distribuição de renda e na democracia para o estabelecimento de estilo de desenvolvimento que incorpore as grandes massas”.

Ao analisar a conjuntura econômica do final do segundo mandato do ex-presidente Lula da Silva, Fagnani (2011, p. 15) explica o surgimento de um cenário favorável “[...] para a ampliação do papel do Estado na economia e na regulação dos mercados”, em decorrência da crise financeira internacional, que mais uma vez revelava o potencial ‘devastador’ da política baseada unicamente nos princípios do liberalismo”. O autor destaca nesse quadro o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) iniciado antes mesmo do colapso financeiro mundial e que impulsionou investimentos públicos e privados na área de infraestrutura econômica e social. Segundo Fagnani (2011, p. 16):

Entre 1990 e 2005, o PIB cresceu a taxas médias anuais próximas de 2,5%. No triênio 2006-2008, esse patamar saltou para cerca de 5%; retrocedeu (-0,2%) em 2009 (crise global); e avançou para 7%, em 2010. As contas públicas melhoraram, a arrecadação cresceu e a relação dívida líquida do setor público/PIB declinou de 60% (2002) para 40% (2010). [...] Esse desempenho abriu maior espaço para a ampliação do gasto social. Também foi benéfico para o mundo do trabalho. Entre 2003 e 2010, a taxa de desemprego caiu pela metade (de 12,4% para 5,7%); o rendimento médio real mensal dos trabalhadores subiu 18%; e mais de 15 milhões de empregos formais foram criados (apenas em 2010, foram criados 2,5 milhões de vagas); a renda domiciliar per capita cresceu 23,5% em termos reais; e, o PIB per capita (US\$) passou de 2.870 para 8.217. Em consequência, as fontes de financiamento da política social – amplamente apoiadas na contribuição do mercado formal – apresentaram melhoras.

No 2º mandato do ex-presidente Lula da Silva, segundo Teixeira (2012, p. 923):

[...] verificou-se certa flexibilização da política econômica por meio (i) da adoção de medidas voltadas à ampliação do crédito ao consumidor e ao mutuário, (ii) do aumento real no salário mínimo, (iii) da adoção de programas de transferência de renda direta, (iv) da criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e da ampliação da atuação do BNDES para estimular o investimento público e privado e (v) das medidas anticíclicas de combate à crise internacional a partir de 2009.

Essa nova fase da história econômica, política, social e educacional brasileira guarda também semelhanças com outros momentos do passado, sendo talvez a mais triste e ilusória, conforme ressalta Frigotto (2011, p. 239), a persistência na postura reformista, que tenta “conciliar uma minoria prepotente a uma maioria desvalida – mediante o combate à desigualdade dentro da ordem de uma sociedade capitalista onde sua classe dominante é das mais violentas e despóticas do mundo”. Entretanto, há também, mesmo que em caráter insuficiente, aspectos de descontinuidade ressaltados pelo autor:

[...] a despeito da continuidade no essencial da política macroeconômica, a conjuntura desta década se diferencia da década de 1990 em diversos aspectos, tais como: retomada, ainda que de forma problemática, da agenda do desenvolvimento; alteração substantiva da política externa e da postura perante as privatizações; recuperação, mesmo que relativa, do Estado na sua face social; diminuição do desemprego aberto, mesmo que tanto os dados quanto o conceito de emprego possam ser questionados; aumento real do salário mínimo (ainda que permaneça mínimo); relação distinta com os movimentos sociais, não mais demonizados nem tomados como caso de polícia; e ampliação intensa de políticas e programas direcionados à grande massa não organizada que vivia abaixo da linha da pobreza ou num nível elementar de sobrevivência e consumo (FRIGOTTO, 2011, p. 240).

Com base nas características do novo-desenvolvimentismo, comparando-o com as políticas macroeconômicas que o antecederam, visualiza-se a tentativa política de estabelecimento de uma “terceira via”, ou seja, uma alternativa tanto com relação às ações preconizadas pelo Consenso de Washington como com relação à abordagem populista, adotando por base o discurso de responsabilidade fiscal e cambial, permitindo a constituição de um Estado forte junto a um mercado forte (SISCÚ; PAULA; MICHEL, 2005, p. 1; MATTEI, 2013, p. 48).

Portanto, se afastando da antiga premissa de que era necessário crescer primeiro para apenas depois dividir, o novo-desenvolvimentismo se apresenta, como explica Mathis et al. (2016, p. 240), envernizado por uma ética de esquerda:



[...] com palavras de ordem como justiça social, solidariedade, filantropia e voluntariado com debates sobre equidade, capital humano, vulnerabilidade, exclusão social, ativismo ético e virtuoso (comunidades dotadas do capital social), funcionalidade do Terceiro Setor, sustentabilidade do meio ambiente e consciência social das empresas.

Mesmo que a política novo-desenvolvimentista não vise a superação do neoliberalismo, é importante conhecer os pontos incorporados na agenda de desenvolvimento brasileiro, avaliando até que ponto e de que maneira eles influenciam aspectos de ordem econômica, social e educacional. Sobre a questão econômica, Fagnani (2011, p. 15) ressalta que:

O crescimento econômico voltou a ter destaque na agenda do governo a partir do final de 2006. A despeito da postura conservadora do Banco Central e da ausência de coordenação da política macroeconômica (fiscal, monetária e cambial), houve uma inflexão positiva na postura do Ministério da Fazenda, da Casa Civil e dos Bancos Públicos.

Na fase do novo-desenvolvimentismo, levando em consideração o processo histórico da industrialização brasileira, Siscú; Paula e Michel (2005, p. 5) ressaltam a relevância de um processo de transformação produtiva, articulada a uma série de medidas que poderiam possibilitar a construção de “um projeto de desenvolvimento que atenda os interesses nacionais, e que permita uma inserção soberana do país na economia internacional”. Para tanto, haveria a necessidade de “instituições públicas dotadas de capacidade de articulação dos diversos agentes produtivos, laborais, educativos, de pesquisa e de financiamento”, favorecendo a aprendizagem tecnológica e o fortalecimento da competitividade internacional. Além disso, haveria também a necessidade de elevação da produtividade da mão-de-obra, a adoção de práticas gerenciais inovadoras, o fortalecimento da base empresarial do país, com foco principal nos setores de exportação de produtos de maior valor agregado, melhoria da infraestrutura, entre outras diversas medidas.

Nessa linha de pensamento, Castelo (2012, p. 629) explica que o novo-desenvolvimentismo coloca em destaque alguns grandes temas nacionais, como soberania externa, integração regional e inserção na divisão internacional do trabalho, industrialização e inovação tecnológica, distribuição de renda, nova classe média etc.”. Apresentando como solução para o subdesenvolvimento uma nova política externa, econômica e social.

Na prática, cabe identificar as medidas efetivas adotadas pelos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff na busca pelo crescimento econômico. Nessa lógica, Boito Jr. (2012) reuni os principais elementos que vêm sendo destacados por parte da bibliografia:

a) políticas de recuperação do salário mínimo e de transferência de renda que aumentaram o poder aquisitivo das camadas mais pobres, isto é, daqueles que apresentam maior propensão ao consumo; b) forte elevação da dotação orçamentária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) para financiamento das grandes empresas nacionais a uma taxa de juro favorecida ou subsidiada; c) política externa de apoio às grandes empresas brasileiras ou instaladas no Brasil para exportação de mercadorias e de capitais (DALLA COSTA, 2012 *apud* BOITO JR., 2012); d) política econômica anticíclica – medidas para manter a demanda agregada nos momentos de crise econômica e e) incremento do investimento estatal em infraestrutura.

Mathis *et al* (2016, p. 241-242), apontando mais uma evidência de continuidade entre os governos de FHC e Lula/Dilma, ressalta que as “reformas” com base nas ideias novo-desenvolvimentistas começaram ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso<sup>48</sup>. Elencando, já a partir daquele período, as políticas implementadas que guardam relação com essa nova teoria. Durante o governo de FHC, as autoras explicam que a materialização das ideias novo-desenvolvimentistas se deu através de “políticas sociais assistencialistas e focalizadas de transferência de renda, programas de economia solidária e de “empoderamento” dos indivíduos e comunidades e de medidas regulatórias do Estado diante das falhas do mercado. Nesse sentido, as políticas sociais ganham destaque:

[...] como Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Vale Gás e Comunidade Solidária no governo de FHC e os programas Bolsa Família, Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Minha Casa, Minha Vida, Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF), Luz para Todos, Economia Solidária, Universidade para Todos (PROUNI) e o Pacto de Aceleração de Crescimento (PAC) nos governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff (MATHIS *et al*, 2016, p. 243).

---

<sup>48</sup> Para os principais organismos internacionais que representam uma frente de defesa e condução dos interesses sociais do capitalismo Mundial, o neoliberalismo já está ultrapassado desde os anos 1990. [...] a necessidade de sobreviver e aprofundar o processo de ocidentalização de uma ótica conservadora, e do ponto de vista dos interesses do capitalismo, de continuar a determinar, a dominar a, a fazer o mundo a sua semelhança, à semelhança de seu projeto de sociabilidade, fez com que a direção e o ritmo de suas ações de planejamento social se ampliassem e consolidassem desde a década passada (MELO, 2005, p. 69).

Destaca-se no novo-desenvolvimentismo a alteração quanto ao papel exercido pelo Estado, que passa a atuar na regulação do mercado, visando garantir sua liberdade e estabilidade. Não se trata, portanto, de um Estado essencialmente mínimo, pois ele assume funções regulatórias e administrativas pró-mercado e dedica-se com mais afinco às políticas de redistribuição de renda (MATTEI, 2013, p. 52; MATHIS et al, 2016, p. 240). Tal mudança ocorreu pela percepção, por parte das classes dominantes, dos benefícios e da necessidade de se ter um Estado forte capaz de implementar o conjunto de políticas macroeconômicas necessárias para a estabilidade das relações comerciais, inclusive com relação ao controle do nível de desigualdade social (NIERDELE E SOUZA, 2016, p. 84).

Dessa forma, na agenda novo-desenvolvimentista terão destaque as políticas voltadas para a proteção e satisfação dos interesses do mercado, prezando pela abertura comercial e fortalecimento do Brasil em suas relações de comércio internacional, e as políticas de combate à pobreza cujo objetivo é diminuir a parcela populacional que se encontra atualmente à margem do sistema (MATHIS, 2016, p. 240). Dentre as políticas de fortalecimento da posição brasileira perante o comércio internacional, destaca-se uma série de políticas públicas governamentais relacionadas à formação tanto do trabalhador como do pesquisador brasileiro, com o objetivo de fomentar a pesquisa e a inovação tecnológica no país. Nessa conjuntura, Vasconcellos (2017, p. 26) ressalta não somente as políticas voltadas ao fomento empresarial e industrial, mas também àquelas que têm por objetivo a redução do analfabetismo, a ampliação do acesso a cursos superiores para estudantes e professores e a melhoria, expansão e reestruturação da rede de instituições educacionais. No entanto, por estar subordinada ao sistema de acumulação financeira internacional, arcando com o alto preço da rolagem da dívida pública e do juro elevado, a política novo-desenvolvimentista se mostra tímida quanto à taxa de investimento e à taxa de crescimento econômico. Além disso, aceita e promove o processo de desindustrialização, concentrando seus esforços para os setores de produtos agrícolas, pecuários e de recursos naturais, em detrimento dos seguimentos de maior densidade tecnológica e valor agregado (BOITO JR., 2018, p. 58).

Sob a égide do discurso novo-desenvolvimentista, uma série de medidas são apresentadas com o objetivo de atender as demandas negligenciadas pela política neoliberal. Entretanto, é possível visualizar que o foco desse discurso na verdade é o aperfeiçoamento da política neoliberal, a fim de lhe prolongar a sobrevivência. Desse

modo, se destacam: a) a flexibilização das ações de combate à pobreza e simplificação da enorme gama de programas sociais; b) a integração, através de políticas assistencialistas, de camadas sociais até então à margem do sistema; e c) vinculação profunda e planejada entre o sistema educacional e o modelo produtivo vigente (BRANCO, 2008, p. 28).

Inicialmente, tanto o cenário político como a agenda do desenvolvimento brasileiro no início do século XXI deixam claro, portanto, a intenção de manutenção e aperfeiçoamento dos princípios neoliberais, associados à garantia ao livre mercado e ao processo de transformação produtiva. Dessa forma, a transição entre o governo do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o governo do PT se ancorou nessas garantias, visando logo no início do governo Lula da Silva deixar claro que não haveria alterações que ameaçassem os interesses da classe burguesa dominante. Com o passar dos anos, e com o cenário econômico positivo, o governo pode desenvolver com mais afinco as políticas sociais – em grande parte em caráter focalizado –, alcançando resultados positivos que de fato não podem ser ignorados. A partir do momento em que o cenário econômico internacional adentra em nova crise do capitalismo neoliberal, o governo brasileiro se apoiou no uso de uma política econômica anticíclica, descolando temporariamente o Brasil das consequências da crise econômica de 2008, colhendo mais tarde, porém, os frutos (econômicos e políticos) dessa decisão.

### 2.3.3 A política educacional no período novo-desenvolvimentista

Pelo o que já foi apresentado, o novo-desenvolvimentismo é marcado por uma série de características que guardam uma relação ao mesmo tempo de continuidade e descontinuidade com a política econômica implementada na década de 1990, moldando uma política econômica, social e educacional sob o mesmo alicerce capitalista neoliberal, contudo buscando fornecer respostas à conjuntura do século XXI. Viu-se também, que os aspectos sociais e educacionais assumem um papel de destaque no período em questão ao figurarem como instrumentos através dos quais o governo busca agregar/controlar certos segmentos da população, tentando se distanciar, mesmo que apenas no âmbito político, das características do final do século XX.

Frigotto (2011, p. 241; 242) afirma que, durante o novo-desenvolvimentismo, o projeto educacional, em consonância com o projeto societário, não se apresentou de maneira antagônica ao sistema que já estava em vigor. Ou seja, apesar de algumas diferenças, ambos os projetos seguem, em grande parte, o conteúdo, o método e a forma vigentes no neoliberalismo. Segundo o autor:

[...] Desse desfecho resulta que no plano estrutural se reiteram as reformas que mudam aspectos do panorama educacional sem alterar nossa herança histórica que atribui caráter secundário à educação como direito universal e com igual qualidade. Não só algo secundário, mas desnecessário para o projeto modernizador e de capitalismo dependente aqui viabilizado” (FRIGOTTO, 2011, p. 241; 242).

Sob essa premissa, as principais ações que foram implementadas durante o novo-desenvolvimentismo se destacam quanto “à abrangência das políticas, aos grupos sociais atendidos e ao financiamento posto em prática”, conforme Frigotto (2011, p. 244) exemplifica ao se referir ao campo educacional:

[...] Assim, podemos assinalar a criação de mais 14 novas universidades federais, a abertura de concursos públicos, a ampliação dos recursos de custeio e uma intensa ampliação dos antigos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), atualmente transformados em Institutos Federais de Ciência e Tecnologia (IFETs). Nesse âmbito, foram criadas 214 novas escolas a eles vinculados cerca de 500 mil matrículas. [...] É preciso também assinalar que houve ênfase nas políticas voltadas para a educação de jovens e adultos e para a educação da população indígena e afrodescendente. [...] O atual governo também se mostrou diferenciado no apoio dado ao projeto pedagógico desenvolvido pelo Movimento dos Sem Terra (MST) e às suas iniciativas no importante processo de alterar a concepção e as práticas de educação no campo. [...] No plano do financiamento, a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), com todos os limites da natureza dos recursos ligados ao Fundo e não constitucionais, incorporou a educação infantil e o ensino médio, antes não contemplados.

Oliveira (2011, p. 327-329), baseando-se nos conceitos de Política de Governo e Política de Estado<sup>49</sup>, seguindo a linha de pensamento de Frigotto, destaca a

---

<sup>49</sup> Considera-se que políticas de governo são aquelas que o Executivo decide num processo elementar de formulação e implementação de determinadas medidas e programas, visando responder às demandas da agenda política interna, ainda que envolvam escolhas complexas. Já as políticas de Estado são aquelas que envolvem mais de uma agência do Estado, passando em geral pelo Parlamento ou por instâncias diversas de discussão, resultando em mudanças de outras normas ou disposições preexistentes, com incidência em setores mais amplos da sociedade (OLIVEIRA, 2011, p. 329).

implementação de políticas, ao longo da primeira década de 2000, cujo objetivo era ampliar o direito à educação. Embora a autora reconheça também uma certa inércia no início do governo do ex-presidente Lula da Silva, ela ressalta, a partir da gestão do ex-ministro da educação Fernando Haddad<sup>50</sup>, a implementação de um conjunto de ações que visavam reorientar a política educacional, como por exemplo o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)<sup>51</sup> e o Programa de Ações Articuladas (PAR), que tinha como objetivo a elevação dos índices de desempenho dos alunos, medido através do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)<sup>52</sup>. Segundo Oliveira (2011, p. 329):

Ainda que os objetivos perseguidos sejam discutíveis do ponto de vista do paradigma adotado – eficácia do sistema –, a educação nacional passa a ser orientada na mesma direção, sendo a qualidade da educação básica referenciada no IDEB. [...] pode ser observada ainda na atuação marcante que teve esse ministério na aprovação da lei que estabelece o Piso Nacional de Salários para os professores de educação básica, bem como na instituição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB); sendo este um fundo de financiamento que cobre a educação básica – compreendendo suas três etapas: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio e que pode ser considerado um avanço no sentido de que tenta corrigir as falhas que eram apontadas no FUNDEF, apesar de persistirem os desequilíbrios entre os estados no que se refere ao financiamento da educação básica.

Num cenário contraditório, Oliveira (2011, p. 329) destaca como positiva a intenção do MEC em assumir uma postura de protagonista e articulador de uma política de educação, contudo ressalta também a manutenção de um pacto federativo no qual os municípios e estados possuem a maior parcela da responsabilidade quanto ao sistema educacional, enquanto a União age geralmente em caráter supletivo.

O governo federal, ao longo desse período, no âmbito de um sistema educacional descentralizado, assume a função de coordenador e articulador das políticas educacionais implementadas nos estados e municípios através de diversos programas governamentais referentes aos diferentes níveis e modalidades de ensino. Dessa forma, ao mesmo tempo em que manteve a autonomia dos estados e municípios, o governo federal buscou centralizar o planejamento do sistema

---

<sup>50</sup> Ministro de Estado da Educação no período de 29/07/2005 a 24/01/2012 (MEC, 2019).

<sup>51</sup> Lançado em 2007.

<sup>52</sup> Criado em 2007.

educacional brasileiro. Além disso, a primeira década do século XXI, no âmbito educacional, foi marcada por uma tendência de descontinuidade quanto a política implementada na década de 1990, sendo materializada através de um conjunto amplo de políticas públicas governamentais direcionadas ao fortalecimento e ampliação do sistema educacional brasileiro em todos os níveis, destacando-se a rede federal de educação profissional e tecnológica.

### *2.3.3.1 Estado e Mercado fortes: as diversas faces do tecnicismo*

Ao mesmo tempo em que garante os interesses privados do mercado, o governo atua mais diretamente nos diversos aspectos da sociedade – no âmbito da economia, do social e do educacional –, fazendo com que surja um amplo conjunto de políticas públicas governamentais, o que não significa, entretanto, uma alteração estrutural do paradigma de desenvolvimento que rege tais políticas. Dessa forma, é necessário examinar as características das políticas públicas direcionadas ao sistema educacional brasileiro, com ênfase na rede federal de educação profissional e tecnológica, a fim de demonstrar suas alterações “físicas” e compreender se elas estão associadas a um processo de transformação “pedagógica”.

O maior protagonismo do governo federal, através do Ministério da Educação, está relacionado segundo Manfredi (2017) a tentativa de resgate do “[...] papel do Estado como incentivador e promotor de políticas socioeconômicas, nas quais a educação profissional passou a ter um papel importante”. Assim, a reorientação das concepções e políticas acerca da educação profissional envolveram uma série de decisões e ações no âmbito jurídico-normativo; da reconstrução da rede física das escolas públicas, bem como da redefinição das regras de financiamento e da construção de um novo referencial político pedagógico.

**Quadro 11** – Principais atos do governo federal com influência sobre a rede de educação profissional e tecnológica de nível básico e superior (2003-2012)

(Continua)

Ano	Nível superior
2004	<p><b>-Portaria n. 107, de 22/06/04:</b> Sinaes e Enade.</p> <p><b>-Portaria n. 4.362, de 29/12/04:</b> Institui banco único de avaliadores da educação superior.</p> <p><b>-Parecer CNE/CEB n. 14/2004, de 05/05/04:</b> <i>Autoriza as escolas agrotécnicas federais a ofertarem cursos superiores de tecnologia em caráter experimental.</i></p>
	Nível médio
	<p><b>-Decreto Federal n. 5.154/04:</b> <i>Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.</i></p>
	Articulação
	<p><b>-Resolução CNE/CEB n. 1, de 21/01/2004:</b> Estabelece Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de Estágio de alunos da Educação Profissional e do ensino médio, inclusive nas modalidades de Educação Especial e de Educação de Jovens e Adultos.</p>
Ano	Nível superior
2005	<p><b>-Resolução n. 1, de 03/02/05:</b> Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o ensino médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto n. 5.154/04.</p> <p><b>-Portaria n. 156, de 19/07/05:</b> Estabelece os procedimentos para a realização, in loco, dos trabalhos de supervisão das atividades desenvolvidas pelas Escolas Agrotécnicas Federais, Escola Técnica Federal e Centros Federais de Educação Tecnológica.</p>



(Continuação)

<b>Nível médio</b>	
<b>2005</b>	<p><b>-Lei n. 11.180/05:</b> Institui o Programa Escola de Fábrica.</p> <p><b>-Decreto Federal n. 5.478/05, de 24/06/05:</b> <i>Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA.</i></p> <p><b>-Resolução n. 1, de 03/02/05:</b> [...]</p> <p><b>-Resolução n. 2, de 04/04/05:</b> Modifica a redação do § 3º do artigo 5º da Resolução CNE/CEB n. 1/2004, até nova manifestação sobre estágio supervisionado pelo Conselho Nacional de Educação.</p> <p><b>-Resolução CNE/CEB n. 4, de 27/10/05:</b> Inclui novo dispositivo à Resolução CNE/CEB 1/2005, que atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto nº 5.154/2004.</p>
<b>Articulação</b>	
	<b>-Decreto n. 5.598/2005:</b> Regulamenta a contratação de Aprendizizes.
<b>Ano</b>	<b>Nível superior</b>
<b>2006</b>	<p><b>-Portaria n. 1.027, de 15/05/06:</b> Dispõe sobre banco de avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, a Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação – CTAA.</p> <p><b>-Portaria n. 10, de 28/07/06:</b> Aprova em extrato o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia.</p> <p><b>-Portaria normativa n. 12, de 14/08/06:</b> Dispõe sobre a adequação da denominação dos cursos superiores de tecnologia ao Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, nos termos do art. 71, § 1º e 2º, do Decreto 5.773, de 2006.</p>

(Continuação)

	<b>Nível médio</b>
<b>2006</b>	- <b>Resolução CNE/CEB n. 4, de 16/08/06:</b> Altera o artigo 10 da Resolução CNE/CEB nº 3/98, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.
	- <b>Parecer CNE/CES n. 277/2006, de 07/12/06:</b> Nova forma de organização da Educação Profissional e Tecnológica de graduação.
	<b>Articulação</b>
	- <b>Decreto n. 5.840, de 13/07/06:</b> <i>Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA.</i>
<b>Ano</b>	<b>Nível superior</b>
<b>2007</b>	- <b>Decreto Federal n. 6.095, de 24/04/07:</b> <i>Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica.</i>
	<b>Nível médio</b>
	- <b>Lei n. 11.534, de 15/10/07:</b> Dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e outras providências.
	- <b>Decreto n. 3.302/07:</b> Institui o Programa Brasil Profissionalizado.
	<b>Articulação</b>
	-----
<b>Ano</b>	<b>Nível superior</b>
<b>2008</b>	- <b>Lei n. 11.892, de 29/12/08:</b> <i>Institui a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.</i>
	- <b>Resolução CNE/CEB n. 1, de 27/03/08:</b> Define os profissionais do magistério, para efeitos da aplicação do art. 22 da Lei n. 11.494/07, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

(Conclusão)

<b>Nível médio</b>	
<b>2008</b>	- <b>Lei n. 11.741, de 16/07/08:</b> Altera dispositivos da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.
	- <b>Resolução CNE/CEB n. 1, de 27/03/08:</b> [...]
	- <b>Resolução CNE/CEB n. 3, de 09/07/08:</b> Dispõe sobre a instituição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio.
	<b>Articulação</b>
-----	
<b>Ano</b>	<b>Nível superior</b>
<b>2011/ 2012</b>	-----
	<b>Nível médio</b>
	- <b>Decreto n. 7.589, de 26/10/11:</b> Institui a Rede e-Tec Brasil.
	- <b>Lei n. 12.711, de 29/08/12:</b> Institui o Programa Nacional de acesso ao ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem).
	- <b>Resolução n. 6, de 20/09/2012:</b> Define as Diretrizes Nacionais para a Educação Técnica de Nível Médio.
<b>Articulação</b>	
-----	

Fonte: Manfredi (2017). Adaptado pelo autor.

Com base no Quadro 11, percebe-se que, ao longo do governo do ex-presidente Lula da Silva e do início do governo da ex-presidente Dilma Rousseff, uma série de alterações de cunho normativo-jurídico foram implementadas, delineando uma nova Rede de Educação Profissional e Tecnológica. No quadro acima foram destacados os principais normativos responsáveis por essa transformação, sendo 06 Portarias Ministeriais, 02 Pareceres do Conselho Nacional de Educação (CNE), 07 Decretos Federais, 07 Resoluções Ministeriais e do CNE e 05 Leis.

Especificamente sobre a rede federal, cabem alguns destaques ao longo desse período: a partir de 2004, tem-se um prenúncio da alteração da função das Escolas Agrotécnicas Federais, que são autorizadas, pelo Parecer CNE/CEB n. 14/2004, a ofertarem cursos superiores de tecnologia em caráter experimental (CNE, 2004). No âmbito do ensino médio, o ano de 2004 é marcado por um novo Decreto Federal, o Decreto n. 5.154/04, com o intuito de regulamentar a oferta de ensino técnico de nível médio previsto na LDB/1996, revogando o Decreto n. 2.208/97.

Ramos (2014, p. 70) explica que logo no início do governo Lula se iniciam os debates sobre os caminhos para se alterar o cenário acerca da educação profissional de nível médio, sendo defendidas três ideias principais: a) manter o Decreto n. 2.208/97; b) revogar o Decreto n. 2.208/97 e alterar a organização da educação profissional e tecnológica através de um novo projeto de lei; ou c) revogar o Decreto n. 2.208/97 e publicar um novo, que imprimisse à educação profissional e tecnológica uma nova concepção. O terceiro caminho foi implementado, culminando em 2004 na revogação do Decreto n. 2.208/97 pelo Decreto n. 5.154.

A dualidade ressaltada no Decreto que até então regulamentava a oferta da educação profissional de nível médio, por representar um enorme retrocesso na organização da educação profissional e tecnológica brasileira, foi alvo de críticas por parte de estudiosos da área, tornando-se um ponto vital de luta política a partir do novo governo que assumiu em 2003. Dessa forma, essa foi uma área em que o Governo de Lula da Silva se contrapôs, desde o primeiro mandato, ao governo de Fernando Henrique Cardoso (SAVIANI, 2018, p. 300).

No Decreto n. 5.154/04, têm-se como principais alterações, no sentido de mudança qualitativa, um conjunto de novas premissas que deveriam ser observadas pela educação profissional e a retomada da possibilidade de oferta do ensino técnico integrado ao ensino médio regular, em matrícula única. No art. 2º do Decreto, destacam-se a centralidade do trabalho como princípio educativo e a indissociabilidade entre teoria e prática, novas premissas, que foram acrescentadas pelo Decreto n. 8.268/14, já no governo da ex-presidente Dilma Rousseff.

Destaca-se no ano de 2005 a instituição do Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), sendo que, o Decreto de instituição do programa – Decreto n. 5.478/05, revogado posteriormente pelo Decreto n. 5.840/06 – estabelecia que as

instituições que integravam a rede federal de educação profissional e tecnológica passariam a ter que destinar um mínimo de 10% das vagas de ingresso ao PROEJA.

O Parecer CNE/CES n. 277/2006, relatado por Luiz Bevilacqua, se deu em resposta a uma proposta encaminhada pelo Ministro da Educação que tinha por objetivo a reorganização da educação profissional e tecnológica de graduação, segundo uma nova metodologia que reunia os cursos em grandes eixos temáticos<sup>53</sup>. No bojo do Parecer é abordado “o acelerado progresso científico e tecnológico” e as consequências dessa “nova conjuntura”, como por exemplo “na convergência interdisciplinar estimulada pelos novos desafios dos nossos tempos”, em um contexto de superação do conceito de “áreas profissionais”, conforme o trecho transcrito abaixo:

Uma vantagem dessa nova reorganização em poucos eixos temáticos é a abertura para se implementar políticas de desenvolvimento. Uma estrutura que divide a formação tecnológica em uma multidão de cursos torna muito complexa a implantação de uma política de desenvolvimento industrial. A organização em grandes eixos é o modo mais adequado para estimular o progresso industrial em linhas prioritárias de governo (CNE, 2006, p. 1-2).

O relatório ressaltava também a importância de que, no âmbito legislativo, a leis fossem construídas de forma mais “geral”, “[...] para evitar entraves indesejáveis que poderiam retardar o progresso na educação tecnológica”, cabendo ao MEC a função de atualizar constantemente o conteúdo dos eixos, “[...] à medida que as tecnologias evoluem” (CNE, 2006, p. 2-3).

Logo no início de 2007 o Governo Federal lança o Decreto n. 6.095 que iria apresentar as diretrizes para o processo de integração das instituições que compunham a rede federal de educação profissional e tecnológica por meio de um novo modelo institucional: o modelo de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET). Após um longo e controverso processo de debates e negociações, no final de 2008, através da Lei n. 11.892, institui-se a nova Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, tendo como protagonista o modelo IFET.

---

<sup>53</sup> Definição dos eixos tecnológicos: I. Ambiente, Saúde e Segurança II. Controle e Processos Industriais III. Gestão e Negócios IV. Hospitalidade e Lazer V. Informação e Comunicação VI. Infra-estrutura VII. Produção Alimentícia VIII. Produção Cultural e Design IX. Produção Industrial X. Recursos Naturais (BRASIL, 2006, p. 2).

Esse novo modelo, nos termos do Decreto n. 6.095/07, foi apresentado como uma “proposta”, cujo objetivo era reorganizar a rede das instituições federais de educação profissional e tecnológica, a fim de que atuassem de forma integrada regionalmente (BRASIL, 2007). A referida reorganização pautar-se-ia pelo modelo de:

(Art. 1º, § 1º) [...] Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET, definido por este Decreto, com natureza jurídica de autarquia, detentores de autonomia administrativa, patrimonial, didático-pedagógica e disciplinar, respeitadas as vinculações nele previstas.  
(Art. 1º, § 2º) Os projetos de lei de criação dos IFETs considerarão cada instituto como instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e x, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos às suas práticas pedagógicas, nos termos do modelo estabelecido neste Decreto e das respectivas leis de criação (BRASIL, 2007).

A partir de então, deu-se início ao processo de reorganização da rede, que culminaria, em 29 de dezembro de 2008, na transformação de 31 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET’s), 75 Unidades Descentralizadas de Ensino (UNED’s), 39 Escolas Agrotécnicas Federais (EAF’s), 7 Escolas Técnicas Federais (ETF’s) e 8 escolas vinculadas à Universidades em 38 Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia (MEC, 2016).

Algumas instituições optaram à época por não aderir ao modelo IFET, apresentando como argumentos principais: i) a perda de autonomia, pois, em alguns casos, teriam que se associar à outra instituição para juntas poderem formar um “Instituto Federal”; ii) o enfraquecimento da identidade institucional que já possuíam; iii) o fato do novo modelo não se enquadrar a interesses específicos de determinadas instituições, como no caso do CEFET-MG, do CEFET-RJ e do CEFET-PR, que pleiteavam a transformação em Universidade Tecnológica<sup>54</sup> (OTRANTO, 2010, p. 4-9).

Segundo Nogueira (2016, p. 52; 59), o novo modelo de educação profissional e tecnológica posto em prática a partir de 2008 pelo governo federal está em consonância com a política novo-desenvolvimentista e com a Teoria do Capital Humano, com destaque para dois aspectos: [...] a ampliação do dever do Estado com a educação, [...]; e a inserção de objetivos de cunho social no escopo desse modelo, articulando educação, redução das desigualdades e crescimento econômico, através

---

<sup>54</sup> Apenas o CEFET-PR viria a lograr êxito nesta solicitação.

do gerenciamento das desigualdades regionais e da dinamização das economias locais. Segundo Nogueira (2016, p. 74):

As estratégias neodesenvolvimentistas embasam a nova economia política da educação profissional no discurso da essencialidade da educação profissional e tecnológica para contribuir para o progresso socioeconômico com o foco na justiça social, na equidade, na competitividade econômica e na geração de novas tecnologias.

Os dados referentes ao investimento estatal na educação de forma geral e na educação profissional e tecnológica de forma específica estão associados a forte expansão da rede pelo Brasil, e são uma evidência do papel assumido diretamente pela União de implementação de uma ampla política de formação para o trabalho em rede, tanto no nível básico como no nível superior. A partir da Lei n. 11.892/08, percebe-se um crescimento da porcentagem do orçamento educacional destinado especificamente para a educação profissional e tecnológica, saltando de pouco mais de 5,0% para mais de 10,0% em 2012, conforme demonstrado na Tabela 5.

**Tabela 5** – Investimentos estatais para a manutenção e desenvolvimento da educação profissional (Valores em R\$ x1.000,00)

Ano	Despesas/Investimentos em educação profissional	Despesas/Investimentos em educação (total)	(%) em relação ao total
2000	460.729,00	7.665.872,00	6,01%
2001	519.024,00	9.181.406,00	5,65%
2002	598.090,00	10.188.950,00	5,86%
2003	671.472,00	10.363.830,00	6,47%
2004	765.656,00	12.394.447,00	6,17%
2005	889.903,00	13.600.679,00	6,54%
2006	1.000.590,00	19.611.471,00	5,10%
2007	1.012.689,00	21.464.302,00	4,71%
2008	1.325.508,00	24.940.121,00	5,31%
2009	1.792.925,00	30.846.666,00	5,81%
2010	2.933.365,00	38.380.541,00	7,64%
2011	3.694.504,00	39.793.122,00	9,28%
2012	5.629.843,00	56.035.863,00	10,04%

Fontes: Manfredi (2017). Adaptada pelo autor.

Vasconcellos (2017, p. 42) faz uma análise congruente a de Nogueira, afirmando que “a lei 11.892/08 apresenta os IF’s como catalizadores, engrenagens nos processos de desenvolvimento locais [...]”. Ou seja, tal institucionalidade assume um papel de protagonismo no âmbito da política brasileira de desenvolvimento, com ênfase nas potencialidades e necessidades regionais, como se observa, por exemplo, nas fases de reestruturação e expansão da rede:

1ª fase (a partir de 2005): a criação de escolas em estados desprovidos das mesmas; atendimento das periferias de grandes cidades e início de atendimento de cidades polos distantes de grandes centros; 2ª fase (a partir de 2007): o objetivo era uma escola para cada cidade polo; 3ª fase (a partir de 2011): foco na erradicação da pobreza; interiorização e identificação dos APLs; um destaque para a criação do PRONATEC (VASCONCELLOS, 2017, p. 43).

**Tabela 6** – Número de estabelecimentos da rede federal de educação profissional e tecnológica conforme a região brasileira em 2007, 2012 e 2016

<b>Brasil e Regiões</b>	<b>2007</b>	<b>2012</b>	<b>2016</b>	<b>Taxa de crescimento 2007/2012</b>	<b>Taxa de crescimento 2012/2016</b>
<b>Norte</b>	25	47	72	88%	53%
<b>Nordeste</b>	85	139	216	64%	55%
<b>Sudeste</b>	75	116	159	55%	37%
<b>Sul</b>	38	87	115	129%	32%
<b>Centro-Oeste</b>	14	41	65	193%	59%
<b>Brasil</b>	237	430	627	81%	46%

Fonte: INEP/MEC (2019). Adaptada pelo autor.



**Tabela 7** – Número de matrículas na rede federal de educação profissional e tecnológica conforme a região brasileira em 2007, 2012 e 2016

<b>Brasil e Regiões</b>	<b>2007</b>	<b>2012</b>	<b>2016</b>	<b>Taxa de crescimento 2007/2012</b>	<b>Taxa de crescimento 2012/2016</b>
<b>Norte</b>	7.289	26.101	34.973	258%	34%
<b>Nordeste</b>	29.127	80.733	107.140	177%	33%
<b>Sudeste</b>	33.150	64.328	107.342	94%	67%
<b>Sul</b>	12.398	37.104	62.760	199%	69%
<b>Centro-Oeste</b>	5.381	17.411	31.771	223%	82%
<b>Brasil</b>	87.345	225.677	343.986	158%	52%

Fonte: INEP/MEC (2019). Adaptada pelo autor.

Matrículas: Curso técnico integrado + Curso técnico subsequente + Curso técnico integrado à EJA + Curso técnico concomitante + FIC.

As Tabelas 6 e 7 demonstram, portanto, uma participação maior do governo federal, principalmente no período entre 2007/2012, ampliando o número de estabelecimentos e matrículas nas regiões onde a presença da rede se fazia pouco relevante.

Acerca da promoção do desenvolvimento socioeconômico por meio da educação, de forma geral, e através da Rede IF, de forma específica, Vasconcellos (2017, p. 48-49) ressalta empecilhos ligados aos conflitos de base econômica, ideológica e pedagógica que, para além do disposto na lei, condicionam as práticas no âmbito dessas instituições, dificultando sua efetividade como política pública de caráter econômico e social. Tal “[...] dissonância entre a prática e os documentos orientadores da Rede IF; acaba retomando a Teoria do Capital Humano em seu aspecto alienante.

Nesse quadro das novas funções atribuídas a esse novo modelo de educação profissional e tecnológica, Mello (2017, p. 126), em consonância, tanto com Vasconcellos como com Nogueira, destaca a expansão das funções da rede de educação profissional e tecnológica como política pública, estando envolvida com o todo social; e ainda articulada a outras políticas (de trabalho e renda, de desenvolvimento setorial, ambiental, social e mesmo educacional etc.).

Neste cenário, acerca das funções e prioridades do modelo IFET com base no Decreto n. 6.095/07, é possível identificar as premissas que deveriam ser atendidas pelos Institutos Federais após sua implantação. Em seu art. 4º, no § 1º, o respectivo Decreto, explica que “após a celebração do acordo (de adesão ao modelo), as instituições deveriam elaborar um projeto de Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) integrado, que orientaria a sua vocação institucional através das seguintes ações”:

- I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando profissionais para os diversos setores da economia, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade;
- II - desenvolver a educação profissional e tecnológica, como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico no âmbito de atuação do IFET;
- IV - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- V - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- VI - oferecer programas de extensão, dando prioridade à divulgação científica; e
- VII - estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico (BRASIL, 2007).

As ações definidas com relação a vocação institucional conjugam finalidades econômicas e sociais que, em uma mistura heterogênea, reproduzem o discurso de que tais instituições contribuiriam com o desenvolvimento socioeconômico na região em que atuassem. No que se refere ao aspecto econômico, o texto pontua principalmente: a) a estreita relação desse novo modelo com os setores produtivos; e b) a busca por soluções técnicas que atendam, fortaleçam e desenvolvam os arranjos produtivos locais. Nessa lógica, como medida prática, aponta a necessidade de mapeamento e identificação desses arranjos. Sobre o aspecto social, o texto segue a mesma linha abstrata, ressaltando que as ações dessas instituições devem estar articuladas com a sociedade, fornecendo soluções técnicas e tecnológicas quanto às demandas sociais. Logo, percebe-se que o quesito “generalidade” da legislação

referente à educação profissional e tecnológica, ressaltado no Parecer CNE/CES n. 277/2006, está presente no Decreto em análise.

No plano acadêmico (§ 2º do art. 4º) o Decreto detalha as ações que serão desenvolvidas e o público que será atendido nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, sendo:

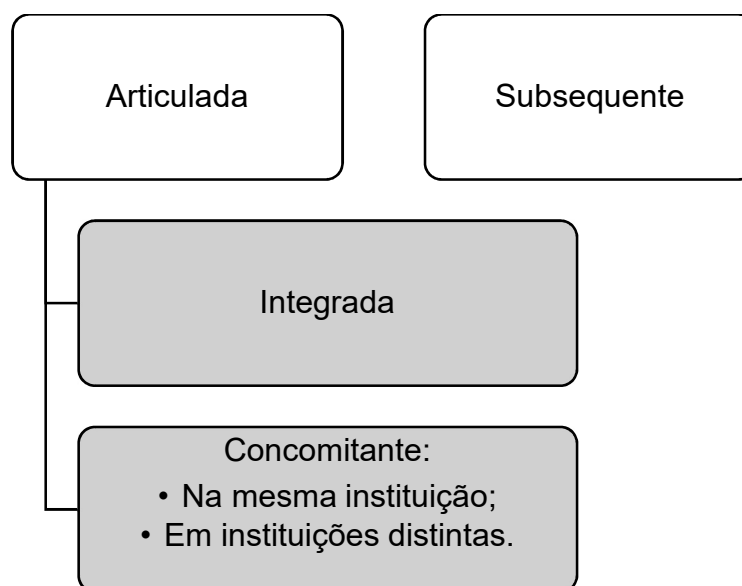
- I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente em cursos e programas integrados ao ensino regular;
- II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- III - ofertar, no âmbito do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores e de educação profissional e técnica de nível médio;
- IV - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- V - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o setor produtivo e os segmentos sociais e com ênfase na difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- VI - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, especialmente a partir de processos de autogestão, identificados com os potenciais de desenvolvimento local e regional;
- VII - ministrar em nível de educação superior:
  - a) cursos de graduação, compreendendo bacharelados de natureza tecnológica e cursos superiores de tecnologia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
  - b) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas para as diferentes áreas da educação profissional e tecnológica;
  - c) programas de pós-graduação stricto sensu, compreendendo mestrado e doutorado, preferencialmente de natureza profissional, que promovam o aumento da competitividade nacional e o estabelecimento de bases sólidas em ciência e tecnologia, com vista ao processo de geração e inovação tecnológica; e
  - d) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vista à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, de acordo com as demandas de âmbito local e regional (BRASIL, 2007).

Na dimensão do ensino, explicita-se que a rede abraçará todos os níveis de educação profissional e tecnológica, do ensino básico a pós-graduação *stricto sensu*. Entretanto, o texto apresenta como prioridade o ensino integrado (educação geral e profissional), de nível médio no âmbito da rede. A pesquisa e a extensão devem estar

necessariamente articuladas com o setor produtivo e os segmentos sociais. O inciso VI enfatiza que, para estimular processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, deve-se dar prioridade a processos de autogestão, articulados com as potencialidades locais, o que demonstra uma relação com o modelo de sociedade flexível e com a Teoria do Capital Humano (BRASIL, 2007).

Na lei que instituiu oficialmente a nova rede federal de educação profissional e tecnológica – Lei n. 11.892 de 29 de dezembro de 2008 – o cerne dessas ações é convertido em finalidades, características e objetivos desse novo modelo, devendo ser seguidos por todos os Institutos Federais (BRASIL, 2008b).

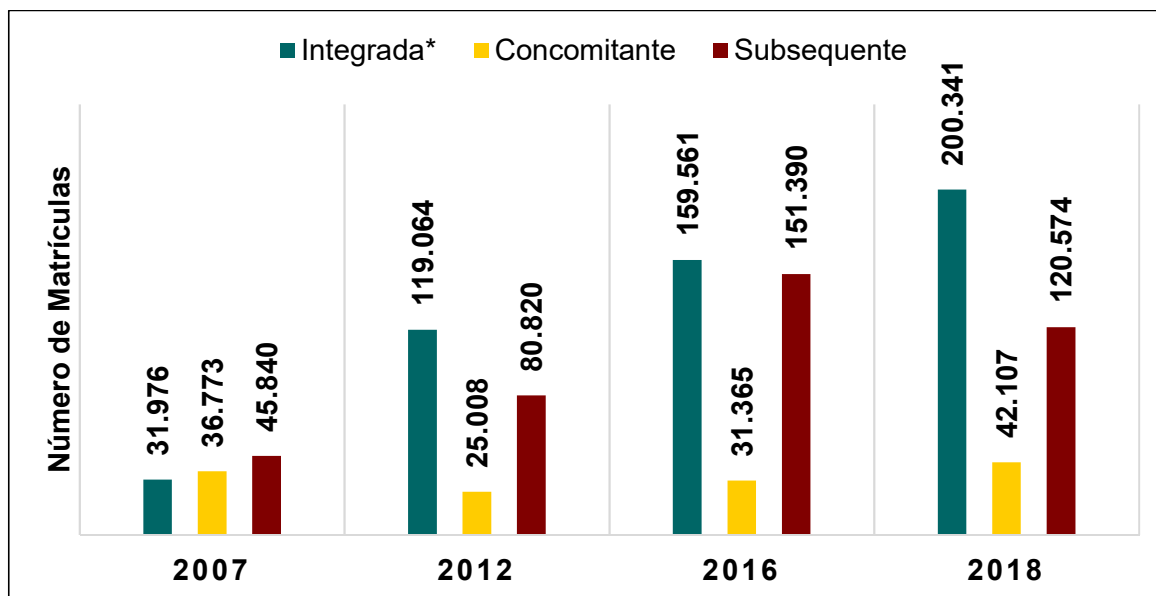
Também em 2008, num período de reorganização da rede federal de educação profissional e tecnológica, sendo que já haviam sido publicados o Decreto n. 6.095/07 e o Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio (Dezembro/2007), entrou em vigor a Lei n. 11.741, de julho de 2008, com a função de alterar dispositivos da LDB/96 a fim de redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. A respectiva lei estabeleceu que a educação profissional e tecnológica poderia ocorrer através de cursos: i) de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; ii) de formação profissional técnica de nível médio; e iii) de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação. Tal lei também acrescentou na LDB/96 a seção IV-A, que trata especificamente da educação profissional técnica de nível médio. Nela, o art. 36-B aponta duas possibilidades de oferta: i) articulada com o ensino médio; ou ii) subsequente. O art. 36-C detalha a oferta da educação profissional técnica articulada com o ensino médio, estabelecendo que ela pode ser ofertada de forma integrada ou concomitante, conforme detalhado na Figura 9. A oferta integrada pressupõe matrícula única, conduzindo o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio em curso direcionado a quem já tenha concluído o ensino fundamental, ocorrendo em uma única instituição de ensino. Já a oferta concomitante pressupõe matrículas distintas para cada curso, sendo direcionada para quem ingresse no ensino médio ou já o esteja cursando, podendo ocorrer na mesma instituição de ensino ou em instituições distintas.

**Figura 9** – Organização da educação profissional técnica de nível médio

Fonte: Elaborada pelo autor com base na Lei n. 11.741/08.

O que se verifica, portanto, através da Lei n. 11.741/08, é um detalhamento com relação a possibilidade de oferta da educação profissional técnica articulada ao ensino médio. Entretanto, mesmo adotando novas premissas, nem o Decreto n. 5.154/04 nem a Lei n. 11.741/08 definem prioridades quanto as vertentes possíveis no âmbito da organização da educação profissional técnica de nível médio, pois tais prioridades, em âmbito federal, já se encontravam no Decreto n. 6.095/07, sendo depois ressaltadas pela Lei n. 11.892/08. Essa, em seu artigo 8º, determinou que deve ser direcionada uma porcentagem mínima de vagas para os cursos prioritários, sendo que cada Instituto Federal deve garantir um mínimo de 50% de suas vagas para a oferta de educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados e 20% para atender “cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional” (BRASIL, 2008b). Além disso, há ainda a obrigatoriedade de direcionar no mínimo 10% das vagas de ingresso na instituição para o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), conforme estabelece o Decreto n. 5.840/06.

**Gráfico 5** – Número de matrículas na educação profissional (rede federal) conforme a forma de articulação com o ensino médio em âmbito nacional nos anos de 2007, 2012, 2016 e 2018



Fonte: INEP/MEC (2019). Elaborado pelo autor.

\* Curso técnico integrado ao médio + Curso técnico integrado ao médio EJA.

Percebe-se que a Lei n. 11.892/08 definiu explicitamente como prioritário o tipo de curso “técnico de nível médio”, mas deixou em aberto o tipo de oferta, já que se refere aos cursos integrados apenas com o termo “prioritariamente”, possibilitando que cursos na forma concomitante ou subsequente continuem sendo ofertados em grande quantidade (BRASIL, 2008b). Entretanto, percebe-se, com base no Gráfico 5, que na rede federal de educação profissional e tecnológica os cursos técnicos articulados ao ensino médio geral na forma “integrada” vêm sendo prioridade, mesmo que os cursos na modalidade “subsequente” ainda detenham grande parcela das matrículas na rede.

A título de análise conjuntural, ao se expandir o escopo da pesquisa, avaliando o número de matrículas em todas as instituições que integram a rede brasileira de educação profissional, considerando, além das matrículas federais, as matrículas estaduais, municipais e as da rede privada, percebe-se que a rede privada detém 42% do número de matriculados, com foco principalmente na oferta de cursos na forma subsequente, enquanto a rede pública, com destaque para o governo federal e para os estados, enfatiza a oferta da educação profissional de nível médio na forma

integrada, conforme os dados da Tabela 8. Esse cenário indica que a rede pública de formação para o trabalho se alinha mais a perspectiva da polivalência, enquanto a rede privada figura como uma forte fornecedora de mão-de-obra qualificada sob a égide da especialização e fragmentação. Dessa forma, ao mesmo tempo em que se mantém o tecnicismo, se fortalece a concepção de polivalência, sob a égide da pedagogia das competências e da Teoria do Capital Humano.

**Tabela 8** – Número de matrículas na rede brasileira de educação profissional conforme a forma de articulação entre o ensino geral e profissional (2018)

Dependência Administrativa	Integrada*		Subsequente		Concomitante		Total	
	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%
<b>Federal</b>	200.341	55%	120.574	33%	42.107	12%	363.022	20%
<b>Estadual</b>	311.230	48%	263.761	40%	77.041	12%	652.032	36%
<b>Municipal</b>	8.910	35%	11.747	46%	5.047	20%	25.704	1%
<b>Privada</b>	20.455	3%	498.780	67%	230.151	31%	749.386	42%
<b>Total</b>	<b>540.936</b>	<b>30%</b>	<b>894.862</b>	<b>50%</b>	<b>354.346</b>	<b>20%</b>	<b>1.790.144</b>	<b>100%</b>

Fonte: INEP/MEC (2019). Elaborada pelo autor.

\* Curso técnico integrado ao médio + Curso técnico integrado ao médio EJA.

Fica claro, portanto, que a partir de 2003, o governo federal adota uma postura mais participativa, voltando a estar presente diretamente na implementação e execução de políticas educacionais e sociais. Essa nova postura, associada a um “neoliberalismo moderado” e a uma concepção pedagógica mista, entre o tecnicismo e o desenvolvimento de competências, como uma outra face da pedagogia do aprender a aprender, resultou em ações e novas políticas que amenizaram os extremismos do pensamento neoliberal aplicado no Brasil durante a década de 1990. Nesse sentido, no que concerne a trajetória do sistema federal de educação profissional e tecnológica, o governo federal brasileiro adota uma concepção mais próxima ao cerne da Teoria do Capital Humano, ao reconhecer a necessidade de um sistema educacional que, mesmo apenas para um grupo restrito de pessoas, promova uma educação que possibilite o avanço científico e tecnológico, algo essencial para o desenvolvimento econômico do país e que não poderia ser relegado apenas à iniciativa privada.

No que se refere ao “trabalho como princípio educativo”, viu-se anteriormente que ele não é sinônimo de politecnia, sobretudo se for levada em consideração a base

humanizadora desta que se diferencia do “trabalho produtivo” (para o capital) ressaltado nas concepções implementadas sob a égide da sociedade capitalista. Contudo, o avanço da concepção de educação profissional “integrada” ao ensino médio geral, possibilitando, mesmo que de forma limitada, uma interconexão entre os conteúdos científicos, representa um ganho no processo de transição para um modelo social no qual o “humano” prevaleça sobre o “capital” e que o trabalho figure como um princípio educativo não por ser “meio” para o lucro, mas sim por ser a base da existência e desenvolvimento da sociedade. Portanto, mesmo que o atual modelo de educação profissional integrada ao ensino médio seja implementado com base em uma concepção que enfatiza o acúmulo e o desenvolvimento de competências através de uma pedagogia empreendedora, seus resultados se mostram relevantes quanto a ampliação de um direito fundamental ainda distante para expressiva parcela da população brasileira: escola pública geral, gratuita e de qualidade. Ao passo de que, num contexto onde muitos jovens necessitam trabalhar antes da conclusão da educação básica e muitos adultos possuem pouca ou nenhuma “qualificação”, não se pode rechaçar o ensino concomitante ou subsequente, pois representam para esses jovens e adultos possivelmente uma das poucas alternativas de formação e/ou especialização para o trabalho.



### 3. O IFMT E A REALIDADE SOCIOECONÔMICA DE CAMPO NOVO DO PARECIS

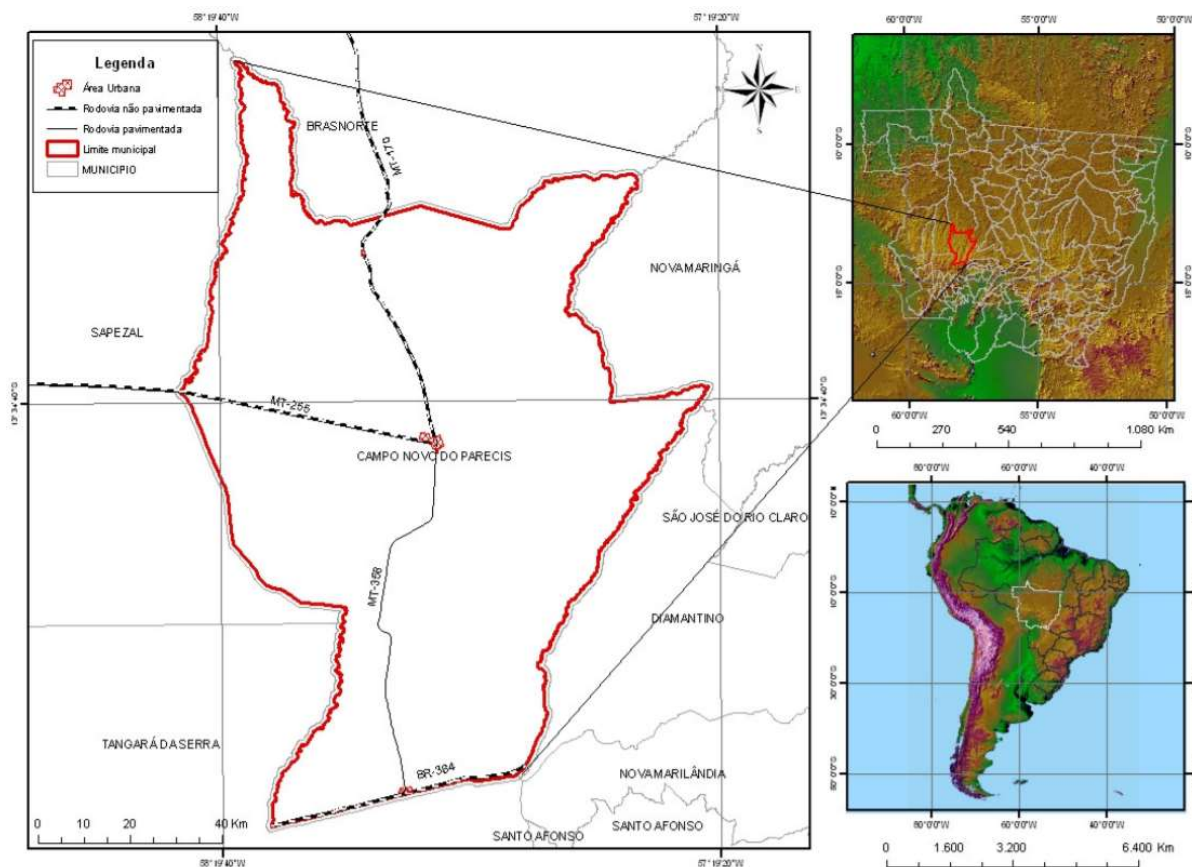
O panorama construído na seção anterior acerca das políticas e concepções que vêm moldando a rede federal de educação profissional e tecnológica terá, a partir desta seção, suas consequências analisadas conforme a realidade socioeconômica de uma região que possui um *Campus* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, possibilitando descrever como tal institucionalidade vem respondendo às demandas socioeconômicas que estão sob sua influência, no âmbito da transição entre o modelo fordista e a acumulação flexível. Adotou-se, para tanto, como objeto específico de análise o *Campus* Campo Novo do Parecis do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do estado de Mato Grosso. Por isso, na primeira parte desta seção, caracterizou-se a realidade socioeconômica da cidade de Campo Novo do Parecis, evidenciando sua posição e relevância no contexto mato-grossense, permitindo, num segundo momento, a análise do perfil institucional do *campus* e de como ele vem atuando diante da realidade socioeconômica local.

Ressalta-se que a adoção de um objeto específico de estudo não objetivou a generalização dos dados colhidos sobre determinada localidade, e sim a demonstração dos caminhos e mecanismos pelos quais uma conjuntura “micro” se relaciona e é influenciado pela conjuntura “macro”.

#### 3.1 Posição geográfica e história da cidade de Campo Novo do Parecis

Tendo sido emancipado em 04 de julho de 1988, pela Lei n. 5.315/88, o município de Campo Novo do Parecis está localizado na região médio norte do estado de Mato Grosso, com uma área de 10.796,10 Km<sup>2</sup>. Faz limite ao norte com o município de Brasnorte, ao oeste com Sapezal, ao sul com Tangará da Serra e ao leste com Nova Maringá e Diamantino (Figura 10). A distância rodoviária do município até a capital de Mato Grosso, Cuiabá, é de 384,5 km e em linha reta é de 291 km” (CAMPO NOVO DO PARECIS, 2019).

**Figura 10 – Mapa de localização de Campo Novo do Parecis**



Fonte: Silva (2011, p. 43).

Dassow, Figueiredo e Marta (2009, p. 126) explicam que a emancipação do município de Campo Novo do Parecis, por desmembramento do município de Diamantino, esteve relacionada à criação, no âmbito do Proálcool<sup>1</sup>, da Cooperativa Agrícola de Produtores de Cana de Diamantino (COPRODIA) que, através da produção agroindustrial, contribuiu para o crescimento do contingente populacional, potencializou o comércio e valorizou as propriedades.

<sup>1</sup> O Proálcool (Programa Nacional do Álcool) consistiu em uma iniciativa do governo brasileiro de intensificar a produção de álcool combustível (etanol) para substituir a gasolina. Essa atitude teve como fator determinante a crise mundial do petróleo, durante a década de 1970, pois o preço do produto estava muito elevado e passou a ter grande peso nas importações do país. Nesse sentido, em 1975, foi criado o Proálcool, sendo oferecidos vários incentivos fiscais e empréstimos bancários com juros abaixo da taxa de mercado para os produtores de cana-de-açúcar e para as indústrias automobilísticas que desenvolvessem carros movidos a álcool (FRANCISCO, 2019).

Sobre as características geográficas da região na qual a cidade se localiza, Silva (2011, p. 44) ressalta as “[...] condições favoráveis relativas à temperatura, luminosidade, distribuição de chuvas e uma topografia predominantemente plana, pertencente ao Planalto e Chapada dos Parecis, onde prevalece uma vegetação aberta de savana ou cerrado de fácil penetração”. De acordo com Silva (2011, p. 45-46), a região:

Apresenta relevo plano suavemente ondulado, com altitudes que variam de 693 metros ao sul do município, 570 metros na sede do município e 323 metros ao nordeste do município, com terras contínuas e agricultáveis e que favorecem a mecanização. [...] A facilidade proporcionada na mecanização da produção da região contribui para um maior interesse e inserção de recursos de capital no município, gerando a possibilidade de uma produção extremamente competitiva e de grandes investimentos empresariais.

Assim, a cidade de Campo Novo do Parecis, por estar localizada no centro da Chapada do Parecis, compõe uma das maiores áreas agricultáveis do Brasil (OLIVEIRA, 2017, p. 87).

Sobre a integração viária do município, Campo Novo do Parecis é cortada pela BR-364 que, por ser um dos principais eixos de integração e desenvolvimento do país, figura como a principal via de transporte na região. Silva (2011, p. 48) explica que a BR-364 figura como a principal via de escoamento dos produtos produzidos no município “[...] para os portos de Santos e Paranaguá e à hidrovia Madeira-Amazonas rumo ao mercado europeu”. Através da BR-364 é possível realizar também a integração com a BR-174, outra rodovia de destaque no Brasil, que conecta Mato Grosso ao estado de Roraima, passando pelo estado do Amazonas. Além disso, através da MT-235, a cidade integra-se também com a BR-163, a quinta maior rodovia brasileira, que liga o estado do Pará ao Rio Grande do Sul, passando por Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná e Santa Catarina. Schwenk, Cruz e Bernadete (2008, p. 503), acerca da integração viária de Campo Novo do Parecis, ainda explicam que a região é cortada:

[...] por dois Eixos de Integração e Desenvolvimento, que proporcionam o escoamento da soja: 1) a rodovia 364 e hidrovia Madeira-Amazonas, rumo ao mercado europeu e; 2) a BR-163 que se divide em dois trechos: a) o trecho 163-364, em direção aos portos de Santos e Paranaguá, onde se encontram os municípios mais antigos na consolidação da produção da soja; b) o trecho BR-163, em direção

ao porto de Santarém, em implantação, onde se encontram os municípios em expansão na produção da soja.

As características de integração da região de Campo Novo do Parecis, através da presença de importantes vias federais e estaduais não só possibilitam como também potencializam o desenvolvimento relacionado à produção agrícola na região.

A localização geográfica de Campo Novo do Parecis está estritamente vinculada ao processo histórico da região, relacionando-se ao desbravamento e colonização das regiões longínquas do país. Nesse sentido, destaca-se a passagem em 1907 do Marechal Cândido Rondon pela região que, buscando o Rio Juruena, encontrou o Rio Verde e “[...] seguiu para o norte em busca do Salto Utiariti, fronteando o sítio onde nasceria o futuro município” (CAMPO NOVO DO PARECIS, 2019b). Segundo informações disponibilizadas pela Prefeitura de Campo Novo do Parecis:

Primeiramente a localidade foi chamada de Campos Novos, denominação que se confundia com a estação telegráfica de Rondon, na região de Vilhena. Aos poucos, o nome foi mudado para Campo Novo e em 1981, foi feita doação de 293 hectares de terras para formação de um patrimônio, com essa denominação. [...] A Lei nº 5.315, de 04 de julho de 1988, criou o município, já com o nome atual de Campo Novo do Parecis (CAMPO NOVO DO PARECIS, 2019b).

Sobre sua colonização, a região de Campo Novo do Parecis “[...] tem a sua origem populacional na existência dos povos indígenas, sobretudo da etnia Paresí, e colonizadores sulistas (DASSOW; FIGUEIREDO; MARTA, 2009, p. 126). A região seria conhecida por povos sulistas em 1974, quando “a reocupação do cerrado na grande área da Chapada dos Parecis vai ocorrer em terras consideradas devolutas, de propriedade do Estado de Mato Grosso, a partir da organização de grandes propriedades agrícolas” (OLIVEIRA, 2017, p. 87).

Logo, a história de Campo Novo do Parecis se mostra recente, relacionada principalmente a um processo de migração cujo objetivo econômico estava calcado na produção agrícola através de grandes propriedades de terra, de posse de algumas poucas famílias pioneiras<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Segundo Fay, Mafalda e Teixeira (2006) o grupo de sulistas que inicialmente se estabeleceram em Campo Novo dos Parecis foram ZeulFedrizzi, Armando Brolio, Mildio Minosso, Aridio Nino, Ademar Ulrich, Antonio Nestlehner. Estes agricultores plantavam soja em terras arrendadas em Maracaju (FAY, MAFALDA E TEIXEIRA *apud* OLIVEIRA, 2017, p. 87).

### 3.2 Perfil socioeconômico de Campo Novo do Parecis

Para conhecer o perfil socioeconômico do município de Campo Novo do Parecis diversas fontes de dados foram consultadas, especialmente aquelas vinculadas à realidade econômica, às características da população e à dinâmica do mercado de trabalho na cidade. Nessa lógica, levou-se em consideração os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através do Censo Agropecuário, os dados da pesquisa acerca do Produto Interno Bruto dos Municípios, os dados do Cadastro Central de Empresas e do Censo Demográfico. Além disso, a pesquisa levou em consideração também os dados disponíveis no Zoneamento Socioeconômico Ecológico do Estado de Mato Grosso (ZSEE/MT), sobre as áreas social e econômica e os dados presentes na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), organizada atualmente no âmbito da Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia. Por fim, de forma complementar, considerou-se também o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), relativo à variável Emprego & Renda (Quadro 12).

**Quadro 12** – Fontes de dados e respectivas variáveis para conhecer o perfil socioeconômico de Campo Novo do Parecis

(Continua)

Fonte	Variável
IBGE - Censo Agropecuário (2006 e 2017)	-Características dos estabelecimentos; <ul style="list-style-type: none"> <li>• Área dos estabelecimentos agropecuários;               <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Condição legal do produtor;</li> <li>○ Utilização de terras;</li> </ul> </li> <li>• Número de estabelecimentos agropecuários;               <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Assistência técnica;</li> <li>○ Adubação;</li> <li>○ Agrotóxicos;</li> </ul> </li> </ul> -Lavoura Temporária; <ul style="list-style-type: none"> <li>• Soja;</li> <li>• Milho;</li> <li>• Algodão;</li> </ul>

(Continuação)

Fonte	Variável
IBGE - Censo Agropecuário (2006 e 2017)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cana-de-açúcar;</li> <li>• Girassol;</li> <li>• Pessoal ocupado;</li> <li>• Tratores, implementos e máquinas;               <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Tratores;</li> <li>○ Semeadeiras/plantadeiras;</li> <li>○ Colheitadeiras;</li> <li>○ Adubadeiras e/ou distribuidoras de calcário;</li> </ul> </li> </ul>
IBGE - Produto Interno Bruto dos Municípios	<ul style="list-style-type: none"> <li>-PIB per capita;</li> <li>-PIB total;</li> <li>-PIB por setor econômico;</li> </ul>
IBGE – Cadastro Central de Empresas (CEMPRE)	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Unidades Locais (geral);               <ul style="list-style-type: none"> <li>• Unidades Locais (agropecuária); conforme o CNAE 2.0.</li> <li>• Unidades Locais (indústria); conforme o CNAE 2.0.</li> </ul> </li> <li>-Pessoal Ocupado (geral);</li> <li>-Salário Médio Mensal (geral);</li> </ul>
SEPLAN/MT - Zoneamento Socioeconômico Ecológico do Estado de Mato Grosso (Área Econômica)	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Indicador de Concentração Econômica – Quociente Locacional (QL);</li> <li>-Índice de Atividade Econômica (IAE);</li> </ul>
SEPLAN/MT - Zoneamento Socioeconômico Ecológico do Estado de Mato Grosso (Área Social)	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Índice de Condição e Qualidade de Vida (ICQV);</li> </ul>

(Conclusão)

Fonte	Variável
IBGE – Censo Demográfico (2000 e 2010)	-População; <ul style="list-style-type: none"> <li>• Área de residência (urbana ou rural);</li> <li>• Estimativa populacional;</li> <li>• Sexo;</li> <li>• Faixa etária;</li> <li>• Raça/cor;</li> <li>• Migração;</li> </ul> -Domicílios; <ul style="list-style-type: none"> <li>• Renda per capita;</li> <li>• Quantidade de moradores;</li> </ul> -Trabalho e rendimento; <ul style="list-style-type: none"> <li>• Rendimento nominal médio mensal por:               <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Sexo;</li> <li>○ Raça/cor;</li> <li>○ Nível de instrução;</li> </ul> </li> </ul>
PDTE – RAIS (1999; 2003; 2007; 2011; 2015; 2017)	-Empregos por setor de atividade econômica; -Empregos por CNAE 2.0 classe; -Empregos por CNAE 2.0 div.;
Índice Firjan de Desenvolvimento (IFDM) – Emprego & Renda	-Geração de emprego formal; -Taxa de formalização do mercado de trabalho; -Geração de renda; -Massa salarial real no mercado de trabalho formal; -Índice de Gini de desigualdade de renda no mercado formal;

Fonte: Elaborado pelo autor.

O Censo Agropecuário, referente tanto ao ano de 2006 como ao ano de 2017 (resultados preliminares), serviu de base para a caracterização e análise da atividade agropecuária na cidade de Campo Novo do Parecis, destacando-se as seguintes variáveis: i) características dos estabelecimentos agropecuários; ii) produção em

lavouras temporárias; iii) pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários; iv) tratores, implementos e máquinas empregadas nos estabelecimentos agropecuários.

A análise histórica do Produto Interno Bruto (PIB) de Campo Novo do Parecis, a partir de 1999 até 2016, foi essencial para evidenciar, em caráter inicial, o peso e relevância de cada setor econômico na composição da riqueza municipal, destacando-se as seguintes variáveis: i) PIB *per capita*; ii) PIB total; iii) PIB por setor econômico.

Enfatizando-se o período entre 2007 a 2016, o Cadastro Central de Empresas se mostrou interessante ao evidenciar a evolução histórica da atividade empresarial na cidade de Campo Novo do Parecis, principalmente com relação ao número de unidades locais, destacando-se as seguintes variáveis: i) quantidade de unidades locais, de forma geral e agrupadas por atividades conforme o Cadastro Nacional de Atividades Econômicas (CNAE); ii) pessoal ocupado; iii) salário médio mensal.

Complementando os dados fornecidos pelos Cadastro Central de Empresas, o Zoneamento Socioeconômico Ecológico do Estado de Mato Grosso – feito em 2018 com base em dados do ano de 2015 – ao avaliar a área econômica com base nas receitas financeiras obtidas pelas empresas localizadas no estado, possibilitou a identificação das atividades econômicas nas quais há um maior fluxo financeiro. Além disso, com relação a área social, o Zoneamento divulgou um panorama acerca das condições e qualidade de vida daqueles que residem em Mato Grosso, se articulando inclusive aos dados do Censo Demográfico (2000 e 2010), pelos quais informações importantes acerca da população que reside em Campo Novo do Parecis foram coletadas, partindo desde características gerais, como sexo, raça/cor e migração, até o rendimento nominal mensal estratificado conforme as características específicas de cada grupo populacional.

Por fim, analisando a composição e a dinâmica do mercado de trabalho da região, com ênfase para o período de 2007 a 2017, destacam-se os dados coletados através da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), com ênfase para os empregos formais por setor de atividade econômica e os empregos formais conforme o Cadastro Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), complementando as informações presentes no Cadastro Central de Empresas.

A região de Campo Novo do Parecis, de forma geral, possui um desenvolvimento recente, calcado num modelo de produção agrícola latifundiária, sendo que o impulso ao desenvolvimento econômico do município está atrelado a



instalação da Cooperativa Agrícola de Produtores de Cana de Diamantino (COPRODIA)<sup>3</sup>, no início da década de 1980 (FAY; MAFALDA; TEIXEIRA, 2006 *apud* OLIVEIRA, 2017, p. 88). Dessa forma, o desenvolvimento recente da região está relacionado ao *boom* latifundiário pelo qual o estado do Mato Grosso passou nos últimos 30 anos, conforme explicam Passos, Dubreuil, Bariou (2006, p. 69):

A expansão da frente pioneira agrícola e a colonização de vastos espaços do centro-oeste, a partir dos anos 1970, modificaram profundamente o mapa da localização das áreas de produção, atendendo a um conjunto de objetivos, entre os quais, levar o Mato Grosso à posição de maior produtor de grãos do Brasil, uma ambição dos sucessivos governos do Mato Grosso.

Quanto ao início da atividade agrícola na região de Campo Novo do Parecis, Oliveira (2017, p. 88) explica que, apesar das condições favoráveis do relevo, “[...] o solo do local não era propício para a agricultura [...]”, sendo necessário fazer sua correção para que a produção se tornasse significativa. O autor acrescenta ainda que inicialmente a região foi ocupada por plantios de arroz. De acordo com Oliveira (2011, p. 89):

Com o crescimento populacional do distrito de Campo Novo do Parecis, ocorreu em 04 de julho de 1988 seu processo de emancipação político administrativo. Desta forma, com gestão própria, houve melhorias na infraestrutura local e o número de habitantes foi crescendo motivados pelo discurso da produção agrícola em grande escala. Campo Novo do Parecis, começou então a produzir também soja, milho, girassol, algodão, sorgo, amendoim e cana-de-açúcar.

Devido ao perfil de colonização e desenvolvimento da cidade, Oliveira (2011, p. 89) ressalta que:

O núcleo urbano de Campo Novo do Parecis tem uma boa infraestrutura, mas existe uma população periférica significativa, cujos problemas sociais são perceptíveis. O preconceito social é relevante, em relação à população que não está diretamente ligada ao fluxo inicial da migração, que não são procedentes ou de origem do sul ou do centro-sul do Brasil, mas que se estabeleceram não motivados pela riqueza, da posse da terra que poderia ser fértil, mas, motivados pela possibilidade de trabalho assalariado.

---

<sup>3</sup> Após a emancipação do município de Campo Novo do Parecis, por desmembramento do município de Diamantino, o nome empresarial da Cooperativa passou a ser “Cooperativa Agrícola de Produtores de Cana de Campo Novo do Parecis”, não se alterando, entretanto, a sigla.

Por ser recente, o modelo de agronegócio implementado no estado de Mato Grosso, além de estar calcado no latifúndio, é caracterizado pelo alto nível de mecanização, visando o crescimento da produção voltada à exportação. Para tanto, Passos, Dubreuil e Bariou (2006, p. 70), ressaltam que “os solos ácidos do cerrado são facilmente corrigidos pelo calcário disponível à relativa proximidade (minas de calcário de Tangará da Serra e de Nobres)”. Segundo Tourneau (2007):

O desenvolvimento da cultura mecanizada na Chapada dos Parecis conheceu forte aceleração nos anos 90 e culmina hoje com as altas cotações da soja e a perspectiva de que o mercado para essa produção seria virtualmente inesgotável. Observa-se então hoje uma valorização extrema das terras propícias à mecanização, as mesmas que foram desprezadas pelos esforços oficiais de colonização. [...] Esse novo ciclo econômico, portanto, não modificou a repartição do povoamento na região. As grandes fazendas empregam pouca mão de obra, e essa é em grande parte temporária; ressalta-se também que o espaço para o surgimento de novas vilas na Chapada é muito restrito, visto que todos os espaços disponíveis se encontram explorados pela agricultura. Os povoados da Chapada (Campo de Julio, Campo Novo do Parecis, Sapezal, Brasnorte) permanecem então de pequeno porte e muito distante um do outro.

Nessa lógica, quando comparados os dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2019) de 2006 e 2017, percebe-se que a cidade de Campo Novo do Parecis caminha de forma diversa ao contexto geral do estado de Mato Grosso. O município destacou-se por apresentar um crescimento significativo na quantidade de pessoal ocupado, mesmo que tanto a área plantada como o número de tratores permanecessem estáveis. Já o estado de Mato de Grosso apresentou um forte crescimento, tanto na área destinada às lavouras temporárias<sup>4</sup>, como no número de tratores, enquanto a quantidade de pessoal ocupado cresceu de maneira bem mais modesta (Tabela 9).

---

<sup>4</sup> Cultivo de cereais; algodão herbáceo e de outras fibras; cana-de-açúcar; fumo; soja; oleaginosas; outros.

**Tabela 9** – Lavoura Temporária (Área Plantada), Pessoal Ocupado e Tratores no estado de Mato de Grosso (Censo Agropecuário 2006/2017)

	Mato Grosso			Campo Novo do Parecis		
	2006	2017	Variação	2006	2017	Variação
<b>Lavoura Temporária (Área/hect)</b>	6.018.182	9.684.623	+60,92%	343.107	363.875	+6,05%
<b>Pessoal Ocupado</b>	358.336	424.465	+18,45%	2.873	4.093	+42,46%
<b>Tratores (un)</b>	42.330	71.042	+67,82%	1.024	997	-2,92%

Fonte: IBGE (2019; 2019b). Elaborada pelo autor.

Atualmente, portanto, percebe-se que a economia do município de Campo Novo do Parecis está ancorada “[...] na agricultura altamente tecnificada, baseando-se na monocultura agrícola, onde o cultivo está estabelecido em médias e grandes propriedades” (SILVA, 2011, p. 44), sendo que:

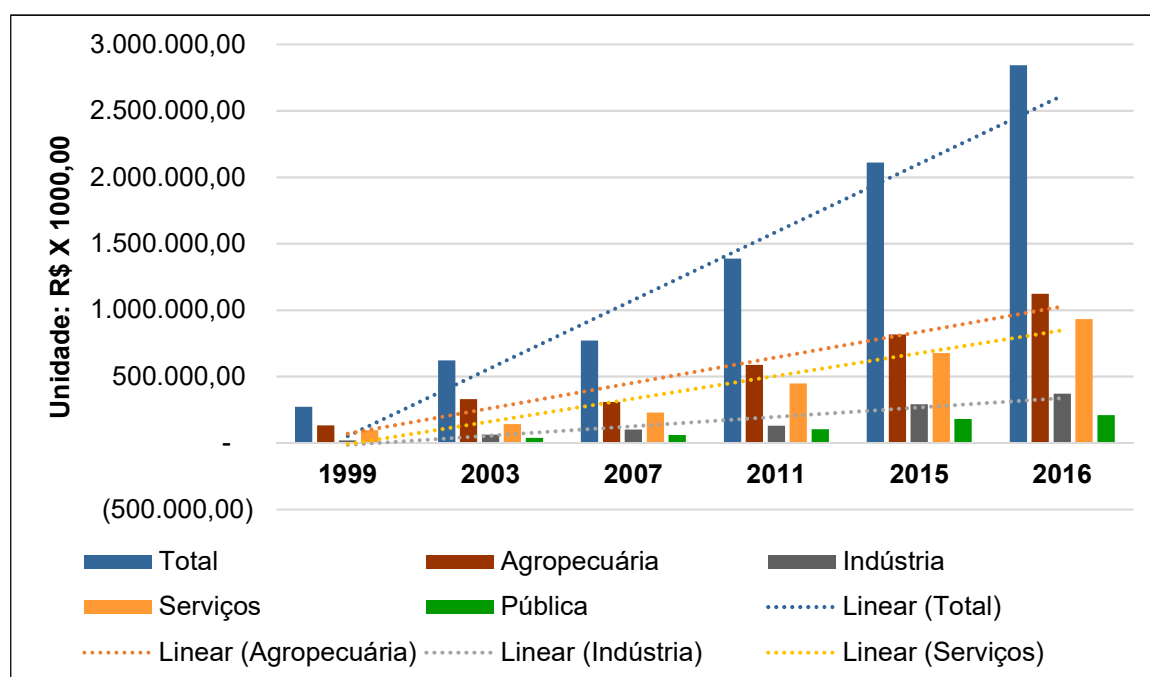
A maior parte do crescimento econômico do município se deve a cultura da soja para a exportação, tendo como principais empresas a Amaggi e as multinacionais Bunge, Cargill, ADM e Ovetril, que tem como objetivo financiar o agricultor na parte de sementes, adubos químicos e outros. Essas empresas compram os grãos, os industrializam ou exportam *In Natura* (SILVA, 2011, p. 46).

Sobre o setor industrial, segundo pesquisa realizada por Silva (2011, p. 49):

[...] o município conta com 75 indústrias, entre elas: 08 de beneficiamento de algodão, uma usina de produção de álcool e açúcar, duas de ração animal comercial, uma usina de concreto, três de pré-moldados de concreto, um alambique, 10 oficinas mecânicas, seis indústrias metalúrgicas, uma misturadora de adubo, indústria de beneficiamento de arroz, malharias, além de diversas micro empresas na área comercial.

Acerca do panorama geral da economia campo-novense, dados de 2016, mostram que Campo Novo do Parecis possuía o 9º maior Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* do estado de Mato Grosso, e o 10º maior levando em consideração a soma total das riquezas. Contudo, quando considerado especificamente o setor econômico agropecuário, o município fica em 3º lugar no estado e em 4º lugar no ranking nacional. A cidade também se destaca como o 10º maior PIB ligado à atividade industrial e de serviços no estado de Mato Grosso (IBGE, 2019c).

**Gráfico 6** – Evolução do PIB total e por setor econômico em Campo Novo do Parecis (1999-2016)



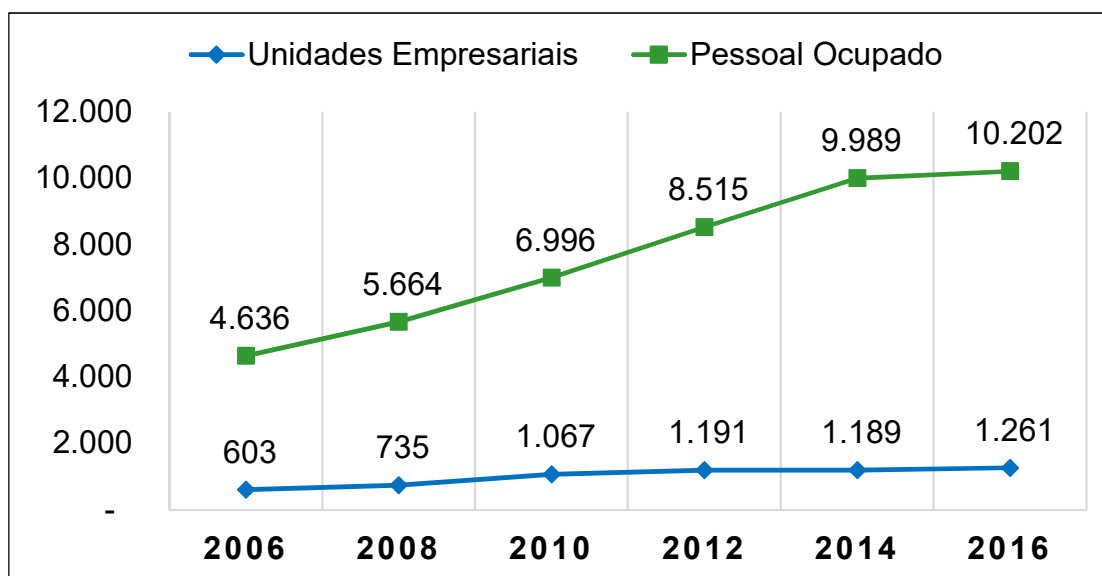
Fonte: (IBGE, 2019c). Elaborado pelo autor.

De maneira geral, o Gráfico 6 evidencia que a economia de Campo Novo do Parecis deu um grande salto nas duas primeiras décadas do século XXI, através do crescimento de todos os setores econômicos analisados, com destaque para os setores agropecuário e de serviços que possuem uma maior participação na composição do PIB da cidade. Percebe-se que historicamente a principal atividade econômica que compõe o PIB de Campo Novo do Parecis é a Agropecuária, e em segundo lugar o setor de Serviços, assumindo a Indústria um papel coadjuvante, com uma participação em 2016 de apenas 14% no PIB do município.

Sobre a atividade empresarial desenvolvida no município, no ano de 2006, de acordo com dados do IBGE (2019), Campo Novo do Parecis possuía 603 unidades empresariais, nas quais 4.633 pessoas se ocupavam, o que dava uma média de quase 8 pessoas por empresa. Já no ano de 2016, o número de unidades empresariais do município subiu para 1.261 unidades locais, empregando um total de 10.202 pessoas, o que mantém estável a média de 8 pessoas por empresa. Nesse cenário, o município figura na 14ª posição quanto ao número de unidades empresariais, levando em consideração o estado de Mato de Grosso, e na 13ª posição quanto a quantidade de pessoal ocupado. Contudo, ao longo do período entre 2006 e 2016, há uma tendência

de queda no salário médio mensal das pessoas ocupadas no município de Campo Novo do Parecis, que em 2006 era de 3,2 salários mínimos e em 2016 passou a ser de 2,5 salários mínimos (Gráfico 7).

**Gráfico 7** – Unidades empresariais e pessoal ocupado em Campo Novo do Parecis (2006-2016)



Fonte: IBGE (2019d). Elaborado pelo autor.

Acerca da atividade agropecuária, conforme dados preliminares do último censo agropecuário (IBGE, 2019), a cidade apresenta um total de 268 estabelecimentos agropecuários, sendo: 90 condomínios, consórcios ou união de pessoas, que ocupam uma área de 100.058,365 hectares; 01 estabelecimento do governo (federal, estadual ou municipal); 159 produtores individuais, que ocupam uma área de 248.573,088 hectares; 13 sociedades anônimas ou por cotas de responsabilidade limitada, que ocupam uma área de 202.968,840 hectares; e 5 estabelecimentos em outras condições. Dentre esses estabelecimentos agropecuários, 166 declararam receber assistência técnica; 124 utilizavam adubação química, 42 utilizavam adubação orgânica e 42 utilizavam adubação química e orgânica; sendo que 158 declararam fazer uso de agrotóxicos. Além disso, 146 estabelecimentos declararam possuir tratores, 118 possuíam semeadeiras/plantadeiras, 100 possuíam colheitadeiras, 108 possuíam adubadeiras e/ou distribuidoras de calcário. Registrados no município, havia um total de 997

tratores, 430 semeadeiras/plantadeiras, 470 colheitadeiras, 250 adubadeiras e/ou distribuidoras de calcário (IBGE, 2019).

**Tabela 10** – Estabelecimentos agropecuários em Campo Novo do Parecis (Censo Agropecuário 2006/2017)

Condição legal do produtor	Número de Estabelecimentos		Área ocupada (hectares)	
	2006	2017	2006	2017
Condomínio, consórcio ou sociedade de pessoas	23	90	83.586,000	100.058,365
Cooperativa	4	...	14.532,000	...
Proprietário individual	263	159	396.279,000	248.573,088
Sociedade Anônima ou por cotas de responsabilidade limitada	13	13	73.821,000	202.968,840

Fonte: IBGE (2019). Elaborada pelo autor.

Quando comparados ao ano de 2006 (Tabela 10), os dados atuais do censo agropecuário referentes a cidade de Campo Novo do Parecis explicitam um processo latente de concentração de terras através de grandes grupos de empresários agrícolas, percebendo-se uma redução do número de produtores individuais, ao passo de que a área ocupada por Sociedades Anônimas ou por Cotas de Responsabilidade Limitada cresceu exponencialmente, mesmo a quantidade desse tipo de estabelecimento não se alterando (IBGE, 2019).

Dados do Cadastro Central de Empresas (IBGE, 2019e), que leva em consideração o número de empresas e unidades locais formalmente constituídas e com registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), também indicam uma evolução no número de estabelecimentos ligados à atividade agropecuária no município de Campo Novo do Parecis (Tabela 11).

**Tabela 11** – Número de Unidades Locais em Campo Novo do Parecis relacionadas à agropecuária agrupadas conforme o CNAE 2.0 nos anos de 2007, 2011, 2015 e 2016

<b>Atividade de acordo com o Cadastro Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0)</b>	<b>2007</b>	<b>2011</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
Lavouras temporárias	17	17	26	29
Horticultura e floricultura	3	1	1	-
Sementes e mudas certificadas	-	-	1	2
Pecuária	-	2	4	5
Atividades de apoio à agricultura e à pecuária: atividades de pós-colheita*	13	35	48	48
<b>Total</b>	<b>33</b>	<b>55</b>	<b>80</b>	<b>84</b>

Fonte: IBGE (2019e). Elaborada pelo autor.

\* **Apoio à agricultura:** as atividades de apoio à agricultura realizadas sob contrato; a preparação de terreno, o cultivo e a colheita realizados sob contrato; o serviço de pulverização e controle de pragas agrícolas; o serviço de poda nas lavouras; o tratamento das lavouras - capinas manuais e químicas (aplicação de herbicidas); o plantio de mudas nos campos de cultivo; o transplante de mudas nos campos de cultivo; a operação de equipamentos e instalações para irrigação. **Apoio à pecuária:** as atividades de apoio à pecuária realizadas sob contrato; o serviço de inseminação artificial e a fertilização in vitro animal; a tosquia da lã de ovinos; o serviço de manejo de animais: condução, pastoreio; a limpeza de galinheiros e banheiros carrapaticidas e sarnicidas; a classificação de produtos de origem animal; o serviço de alojamento de gado de curta duração; as atividades de contratantes de mão-de-obra para o setor pecuário. **Atividades de pós-colheita:** a preparação primária de produtos agrícolas para o mercado realizada sob contrato; os serviços de limpeza, lavagem, classificação, desinfecção e ornamentação de produtos agrícolas; o descaroçamento do algodão realizado no estabelecimento agrícola sob contrato; o beneficiamento de arroz realizado no estabelecimento agrícola sob contrato; o serviço de secagem de cereais realizado no estabelecimento agrícola sob contrato; os serviços de sapeco, de secagem e de trituração, cancheamento, das folhas de erva-mate, realizado no estabelecimento agrícola sob contrato.

No cenário atual, percebe-se a predominância das Unidades voltadas para o cultivo de lavouras temporárias, responsáveis pela ocupação de 1.330 pessoas no ano de 2016. Além disso, destaca-se também o crescimento significativo das atividades de apoio à agricultura e pecuária, que em 2016 empregavam 183 pessoas<sup>5</sup> (IBGE, 2019e).

<sup>5</sup> Os dados de ocupação não levam em consideração os setores com menos de 3 informantes.

**Tabela 12** – Principais produtos cultivados em Campo Novo do Parecis (Censo Agropecuário 2017)

<b>Produto</b>	<b>Estabelecimentos</b>	<b>Qtd.</b>	<b>Área</b>
Soja (grão)	138	1.055.909,189 t	315.294,980 hec
Milho (grão)	121	1.062.551,358 t	165.766,370 hec
Algodão (herbáceo)	26	281.723,448 t	70.389,910 hec
Cana-de-açúcar	16	1.265.535,022 t	21.826,000 hec
Girassol (semente)	18	15.426,750 t	8.375,200 hec

Fonte: (IBGE, 2019). Elaborada pelo autor.

A Tabela 12 indica os principais produtos cultivados em Lavouras Temporárias na cidade de Campo Novo do Parecis, destacando-se, em número de estabelecimentos e área plantada, a Soja e o Milho e, em quantidade produzida, a Cana-de-açúcar. Trata-se de um dado relevante pois se relaciona diretamente as atividades desenvolvidas pelo setor secundário da economia campo-novense.

Sobre a atividade industrial no município, mensurada neste estudo através do banco de dados disponibilizado pelo Cadastro Central de Empresas (CEMPRE), embora ela ainda tenha uma posição coadjuvante na composição do PIB, destaca-se que sua relevância vem crescendo significativamente desde o ano de 2007. Em termos de quantidade, no ano de 2016 o município possuía um total de 111 unidades empresariais vinculadas ao setor industrial, um crescimento de 46,05% em relação ao ano de 2007, quando a cidade possuía um total de 76 unidades industriais. No âmbito do estado de Mato Grosso, atualmente a cidade coloca-se na 16<sup>o</sup> posição quanto ao número de Indústrias de Transformação, com destaque para os setores de fabricação de produtos de metal; fabricação de produtos alimentícios; manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos e fabricação de produtos minerais não-metálicos (IBGE, 2019e).



**Tabela 13** – Número de Unidades Locais em Campo Novo do Parecis relacionadas à Indústria agrupadas conforme o CNAE 2.0 nos anos de 2007, 2011, 2015 e 2016

<b>Atividade de acordo com o Cadastro Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)</b>	<b>2007</b>	<b>2011</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
<b>1. Indústrias Extrativas (Total)</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>7</b>	<b>7</b>
1.1 Extração de minerais não-metálicos	2	3	7	7
<b>2. Indústrias de Transformação (Total)</b>	<b>76</b>	<b>90</b>	<b>100</b>	<b>104</b>
2.1 Fabricação de produtos alimentícios	17	17	16	18
2.2 Fabricação de bebidas	2	-	-	-
2.3 Fabricação de produtos têxteis	6	5	7	6
2.4 Confecção de artigos do vestuário e acessórios	4	7	5	4
2.5 Fabricação de produtos de madeira	3	7	2	2
2.6 Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	2	-	-	-
2.7 Impressão e reprodução de gravações	1	1	2	2
2.8 Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	1	1	1	2
2.9 Fabricação de produtos químicos	4	-	1	1
2.10 Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	3	3	1	1
2.11 Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	5	7	10	11
2.12 Metalurgia	-	1	1	1
2.13 Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	10	15	22	20
2.14 Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	1	-	-	-
2.15 Fabricação de máquinas e equipamentos	1	1	1	1
2.16 Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	3	1	3	5
2.17 Fabricação de móveis	7	7	7	7
2.18 Fabricação de produtos diversos	-	2	4	6
2.19 Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	6	15	17	17

Fonte: (IBGE, 2019e). Elaborada pelo autor.

Através da Tabela 13 é possível notar que, ao longo do período entre 2007 e 2016, o maior número de indústrias se concentrou nos setores de fabricação de produtos de metal e produtos alimentícios. No setor de fabricação de produtos de

metal, destacou-se a atividade de fabricação de estruturas metálicas e obras de caldeiraria pesada (13un). Enquanto no setor de fabricação de produtos alimentícios, destacaram-se as atividades de moagem, fabricação de produtos amiláceos<sup>6</sup> e de alimentos para animais (7un) e de fabricação de óleos e gorduras vegetais e animais (4un) (IBGE, 2019e).

Ainda na intenção de definir o perfil socioeconômico da cidade de Campo Novo do Parecis, utilizou-se das informações disponibilizadas pela própria Secretaria de Planejamento e Gestão do estado de Mato de Grosso (SEPLAN/MT), que, ao longo do ano de 2017 e 2018, revisou o “Zoneamento Socioeconômico Ecológico do Estado de Mato Grosso” (ZSEE/MT), com o objetivo de “[...] repensar a ocupação do território mato-grossense, a apropriação de seus recursos naturais e o modelo de desenvolvimento [...]” para o futuro. Nesse estudo Campo Novo do Parecis compõe a Região de Planejamento “VIII – Oeste” junto aos municípios de Barra do Bugres, Nova Olímpia, Denise, Tangará da Serra, Brasnorte, Santo Afonso e Porto Estrela<sup>7</sup> (CORSINI; GOMES, 2018).

Sobre o aspecto econômico, o ZSEE/MT avaliou principalmente o grau de concentração e a relevância das diversas atividades econômicas presentes em cada município. Dessa forma, a título de esclarecimento metodológico, é importante ressaltar que o ZSEE/MT adotou como critério principal de classificação e estratificação dos municípios mato-grossenses o Faturamento Líquido<sup>8</sup> mensal informado à Secretaria de Estado de Fazenda (SEFAZ/MT) pelos contribuintes, por município e classe CNAE 2.0, no exercício financeiro de 2015, através do qual foi possível analisar todos os setores econômicos do estado (primário, secundário e

---

<sup>6</sup> Os alimentos amiláceos são aqueles considerados fontes de amido (carboidratos). Estes alimentos são provenientes de plantas que apresentam órgãos de reserva ricos em amido, considerados fonte de energia. O amido é extraído das partes amiláceas de cereais (ex: arroz, trigo, aveia, milho etc), raízes (mandioca) ou tubérculos (batata, batata doce, cará, inhame). A obtenção de farinhas provenientes de tais fontes é largamente usada na formulação de produtos de panificação (pães, bolos, biscoitos) e massas (BERTOLINI, 2019).

<sup>7</sup> Esse processo de regionalização considera o fato de que o espaço regional possui uma complexa lógica, onde cada região é composta por paisagens distintas e ao mesmo tempo integrada pelos seus aspectos socioeconômico ecológicos, conformando uma teia de relações planejadas pela influência de seus polos urbanos. Na identificação dessa regionalização foi considerado um conjunto amplo de fatores, como o fazer societário, a rede de cidades e suas infraestruturas como elemento organizador (influência das cidades, tipologia funcional dos polos, divisão políticoadministrativa, sistema de infraestrutura regional, área homogênea de produção “processo de ocupação”) e o meio físicoambiental como fator contingente de suporte (temas do meio físico e biótico) (CORSINI; GOMES, 2018, p. 11).

<sup>8</sup> [...] o Faturamento representa tudo aquilo que as empresas venderam (por meio de documentos fiscais), exceto as devoluções de saídas (CORSINI, 2018, p. 8).

terciário) (CORSINI, 2018, p. 8). Nesse sentido, no relatório há um detalhamento da metodologia:

Para mapear as atividades econômicas por municípios, identificando a concentração das mesmas e a espacialização dos aglomerados econômicos no estado, bem como hierarquizando os municípios segundo o tamanho de sua economia em relação ao estado e identificando a dependência da administração pública, foram calculados para os 141 municípios os seguintes indicadores: 1. Indicador de Concentração Econômica – Quociente Locacional (QL); 2. Índice de Atividade Econômica (IAE); e 3. Dependência Econômica da Administração Pública (CORSINI, 2018, p. 11).

O Índice de Concentração Econômica – Quociente Locacional (QL)<sup>9</sup> representa a concentração de segmentos econômicos nos municípios, determinando “[...] se um município em particular possui especialização em uma atividade ou setor específico”. Os municípios com  $QL \geq 4,0$  são considerados altamente especializados; os municípios com  $QL < 4,0$  e  $QL \geq 1,0$  são considerados especializados; os municípios com  $QL < 1,0$  e  $QL > 0,0$  são considerados não-especializados; e os municípios com  $QL \leq 0,0$  são considerados sem atividade.

O Setor Primário analisado no ZSEE/MT é composto por 10 segmentos, sendo: Agricultura Tecnificada, Agricultura Familiar, Pecuária Bovina, Pecuária Leiteira, Suínos e Aves, Apicultura, Pesca, Aquicultura, Produção Florestal e Extrativismo Vegetal. Nesse quadro, através da análise do QL, foi possível perceber que o município de Campo Novo do Parecis se destaca no segmento de Agricultura Tecnificada, classificando-se como especializado (Tabela 14).

---

<sup>9</sup> No cálculo comparam-se duas estruturas econômicas: no numerador tem-se a “economia em estudo” (municípios de Mato Grosso) e no denominador a “economia de referência” (estado de Mato Grosso) (CORSINI, 2018, p. 11).

**Tabela 14** – Quociente Locacional (QL) de Campo Novo do Parecis (Setor Primário)

<b>Segmento Econômico</b>	<b>QL médio</b>	<b>Classificação</b>
Agricultura Tecnificada*	$1,0 \leq QL < 4,0$	<b>Especializado</b>
Agricultura Familiar	$0,0 < QL < 1,0$	Não especializado
Pecuária Bovina de Corte	$0,0 < QL < 1,0$	Não especializado
Pecuária Leiteira	$QL = 0,0$	Sem atividade
Suínos e Aves	$0,0 < QL < 1,0$	Não especializado
Apicultura	$QL = 0,0$	Sem atividade
Pesca	$QL = 0,0$	Sem atividade
Aquicultura	$QL = 0,0$	Sem atividade
Produção Florestal	$0,0 < QL < 1,0$	Não especializado
Extrativismo Vegetal	$QL = 0,0$	Sem atividade

Fonte: (CORSINI, 2018, p. 16-20). Elaborada pelo autor.

\* Soja, Cereais, Algodão, Cana-de-Açúcar, Outras oleaginosas (girassol), Atividades de Apoio à Agricultura, de Pós-Colheita e Produção de Sementes Certificadas.

No setor primário, portanto, assim como ressaltado no Censo Agropecuário e no Cadastro Central de Empresas, destacam-se mais uma vez aquelas atividades relacionadas à agricultura de lavouras temporárias e também às atividades de apoio à agricultura e ao pós-colheita, demonstrando que tais atividades, além de possuírem um número representativo de unidades na região, também geram um grande volume de receitas (valor das vendas das empresas deduzidas as devoluções).

O Setor Secundário analisado no ZSEE/MT é composto por 19 segmentos:

[...] contendo empreendimentos industriais ligados ao beneficiamento dos produtos da Agricultura Tecnificada (como Esmagadora, Indústria Sucroalcooleira, Indústria do Biodiesel, Algodoeira, Frigorífico, Curtume, Indústria do Pescado, Outras Agroindústrias), dos produtos provenientes da pequena produção (como Preparação do Leite e Laticínios, Indústrias de Frutas, Beneficiamento da Farinha, Torrefação de Café, Beneficiamento do Mel, Beneficiamento da Borracha) e outros empreendimentos industriais (como Indústria Extrativa Mineral, Energia Gás e Gestão de Resíduos, Construção Civil, Indústria Madeireira, Outras Indústrias de Transformação) (CORSINI, 2018, p. 21).

Nesse quadro, através da análise do QL, é possível perceber que o município de Campo Novo do Parecis se destaca em três seguimentos do setor secundário: no seguimento de Indústria Sucroalcooleira, classificando-se como altamente

especializado, e nos seguimentos de Outras Agroindústrias e Indústria da Construção Civil, como município especializado (Tabela 15).

**Tabela 15** – Quociente Locacional (QL) de Campo Novo do Parecis (Setor Secundário)

Segmento Econômico	QL médio	Classificação
Esmagadora	$0,0 < QL < 1,0$	Não especializado
Indústria Sucroalcooleira*	$QL \geq 4,0$	<b>Altamente especializado</b>
Biodiesel	$QL = 0,0$	Sem atividade
Algodoeira	$0,0 < QL < 1,0$	Não especializado
Frigorífico	$0,0 < QL < 1,0$	Não especializado
Curtume	$QL = 0,0$	Sem atividade
Indústria Pesqueira	$QL = 0,0$	Sem atividade
Beneficiamento do Leite e Laticínios	$QL = 0,0$	Sem atividade
Beneficiamento de Frutas	$QL = 0,0$	Sem atividade
Beneficiamento de Farinha	$QL = 0,0$	Sem atividade
Torrefação de Café	$QL = 0,0$	Sem atividade
Beneficiamento da Borracha	$QL = 0,0$	Sem atividade
Beneficiamento do Mel	$QL = 0,0$	Sem atividade
Outras Agroindústrias**	$1,0 \leq QL < 4,0$	<b>Especializado</b>
Indústria Extrativa	$0,0 < QL < 1,0$	Não especializado
Energia, Gás e Gestão de Resíduos	$0,0 < QL < 1,0$	Não especializado
Indústria da Construção Civil***	$1,0 \leq QL < 4,0$	<b>Especializado</b>
Indústria Madeireira	$0,0 < QL < 1,0$	Não especializado
Outras Indústrias de Transformação	$0,0 < QL < 1,0$	Não especializado

Fonte: (CORSINI, 2018, p. 22-31). Elaborada pelo autor.

\* Fabricação de Açúcar em Bruto e Fabricação de Alcool.

\*\* Beneficiamento de Arroz e Fabricação de Produtos do Arroz, Moagem de Trigo e Fabricação de Derivados e Fabricação de Farinha de Milho e Derivados, Exceto óleos de Milho.

\*\*\* Construção de Edifícios, de Rodovias e Ferrovias, Urbanização de Ruas, Obras para Geração de Energia Elétrica, Construção de Redes de Abastecimento e Coleta, Obras de Terraplanagem, Instalações Elétricas e Hidráulicas, Obras de Acabamento e de Fundações, e Serviços Especializados para Construção.

Percebe-se, portanto, que a atividade agrícola de caráter primário possibilita o desenvolvimento e a geração de receitas também no âmbito do setor secundário,

principalmente com relação a cadeia produtiva da cana-de-açúcar e do milho, que são cultivados em larga escala no município de Campo Novo do Parecis.

Sobre as atividades vinculadas ao Setor Terciário que foram analisadas no ZSEE/MT, estão presentes 05 seguimentos: Comércio Atacadista; Comércio Varejista; Transporte e Armazenagem; Turismo; e Serviços. Nesse setor, percebe-se, através da análise do QL, que a cidade de Campo Novo do Parecis destaca-se, no âmbito do estado de Mato Grosso, quanto aos seguimentos do Comércio Atacadista, classificando-se como especializada (Tabela 16).

**Tabela 16** – Quociente Locacional (QL) de Campo Novo do Parecis (Setor Terciário)

<b>Segmento Econômico</b>	<b>QL médio</b>	<b>Classificação</b>
Comércio Atacadista	$1,0 \leq QL < 4,0$	<b>Especializado</b>
Comércio Varejista	$0,0 < QL < 1,0$	Não especializado
Transporte e Armazenagem	$0,0 < QL < 1,0$	Não especializado
Turismo	$0,0 < QL < 1,0$	Não especializado
Serviços	$0,0 < QL < 1,0$	Não especializado

Fonte: CORSINI (2018, p. 32-34). Elaborada pelo autor.

De forma geral, o município de Campo Novo do Parecis, no âmbito do Zoneamento Socioeconômico Ecológico do Estado de Mato Grosso, se mostra ancorado nas atividades do setor primário, através da agricultura tecnificada, que remete a um sistema produtivo “moderno”, contudo, que é implementado através de lavouras temporárias em grandes propriedades cuja produção é destinada principalmente à exportação, características de um modelo de negócio arcaico histórica e economicamente. Além disso, o município também se destaca no setor secundário, sobretudo nas atividades correlatas – que dão continuidade – às atividades desenvolvidas no setor primário (Indústria Sucroalcooleira e Outras Agroindústrias). Dessa forma, mesmo a indústria ainda possuindo lugar coadjuvante na composição do PIB do município, as atividades desenvolvidas no setor secundário o colocam em destaque no contexto econômico mato-grossense. Não por acaso, o conjunto das atividades econômicas presentes em Campo Novo do Parecis, o

colocam na 8ª posição no Ranking do Índice de Atividade Econômica (IAE)<sup>10</sup> dos municípios mato-grossenses, considerando o faturamento de 2015.

Sobre as características da população de Campo Novo do Parecis, destacam-se inicialmente alguns dados capturados pelo Censo de 2010 (IBGE). Na época a cidade de Campo Novo do Parecis possuía uma população de 27.577 pessoas, sendo 25.584 residentes em área urbana e 1.993 em área rural, o que representa um crescimento de 56,35% em relação a população mensurada no Censo realizado no ano 2000. A população estimada para o ano de 2018 é de 34.558 pessoas, o que coloca o município como o 22º mais populoso do estado de Mato Grosso (IBGE, 2019f; 2019g).

A cidade possuía, quando da realização do último Censo (2010), uma parcela majoritária do sexo masculino (52,59%), em sua maioria, com idade entre 20 e 34 anos, enquanto a população do sexo feminino (47,41%), se concentrava principalmente entre os 10 e os 34 anos. No que se refere a cor/raça da população, prevaleciam aqueles que se declaravam Pretos e Pardos (52,12%) e Brancos (46,06%), o que representou uma inversão quanto ao cenário do ano 2000, onde a população que se declarava branca na cidade era maioria, representando 52,96% do total naquela época (IBGE, 2019f; 2019g; 2019h).

A cidade ainda se caracteriza por um número representativo de migrantes, sendo que 7.688 pessoas que compunham a população do município, no ano de 2010, haviam ali fixado residência após 31 de maio de 2005, o que representava 27,88% da população de Campo Novo do Parecis. Além disso, mais da metade da população (52,30%) que residia em Campo Novo do Parecis sequer havia nascido na região Centro-Oeste do país, sendo: 6.478 nascidos na região Sul; 5.065 nascidos na região Nordeste; 1.788 nascidos na região Sudeste; 826 nascidos na região Norte e 20 em outros países, o que guarda relação com a recente colonização da região e confirma a intensa migração de famílias providas do Sul e do Nordeste do Brasil (IBGE, 2019i; 2019j).

No âmbito dos domicílios particulares permanentes localizados na cidade, 59,74% destes apresentavam, no ano de 2010, uma renda per capita entre 1/2 e 2,0

---

<sup>10</sup> O Índice de Atividade Econômica (IAE) “[...] é um índice sintético que classifica os municípios a partir do total de suas atividades econômicas agrupadas em setores: Primário, Secundário e Terciário. Para o cálculo do índice considerou-se o peso do faturamento de cada setor em relação ao Faturamento Total do estado” (CORSINI, 2018, p. 12).

salários mínimos. Além disso, 50,05% dos domicílios possuíam entre 1,0 e 2,0 moradores. Dentre as pessoas com 10 anos ou mais, com rendimento de trabalho, destaca-se que a população Branca recebe em média mensalmente 59,29% a mais do que a população Preta e Parda do município. Nesse sentido, considerando a relação entre o nível de instrução e a faixa salarial, constatou-se que a população Preta e Parda possui, em sua maioria, pessoas “sem instrução” ou com “ensino fundamental incompleto” (54,91%), enquanto a população Branca é formada, em sua maioria, por pessoas com “ensino médio completo” (24,86%), destacando-se o fato de que, enquanto existiam, no município de Campo Novo do Parecis, 1.179 pessoas Brancas com nível superior completo, existiam apenas 489 pessoas Pretas e Pardas com esse nível instrução. Em média, quem reside em Campo Novo do Parecis e possui nível superior completo, recebe R\$ 3.099,62, enquanto quem não possui instrução ou possui nível fundamental incompleto, recebe R\$ 1.182,43. Há também no município uma desigualdade salarial latente entre os gêneros masculino e feminino, pois, enquanto os homens recebem em média mensalmente um valor de R\$ 1.693,18, as mulheres recebem 42,12% a menos, que corresponde a um rendimento mensal médio no valor de R\$ 980,07, o que é alarmante, pois as mulheres são a maioria tanto com Nível Superior Completo, como com Ensino Médio Completo ou Superior Incompleto, significando que “elas” não usufruem da correlação direta entre nível de instrução e rendimento mensal médio (IBGE, 2019k; 2019l; 2019m; 2019n; 2019o).

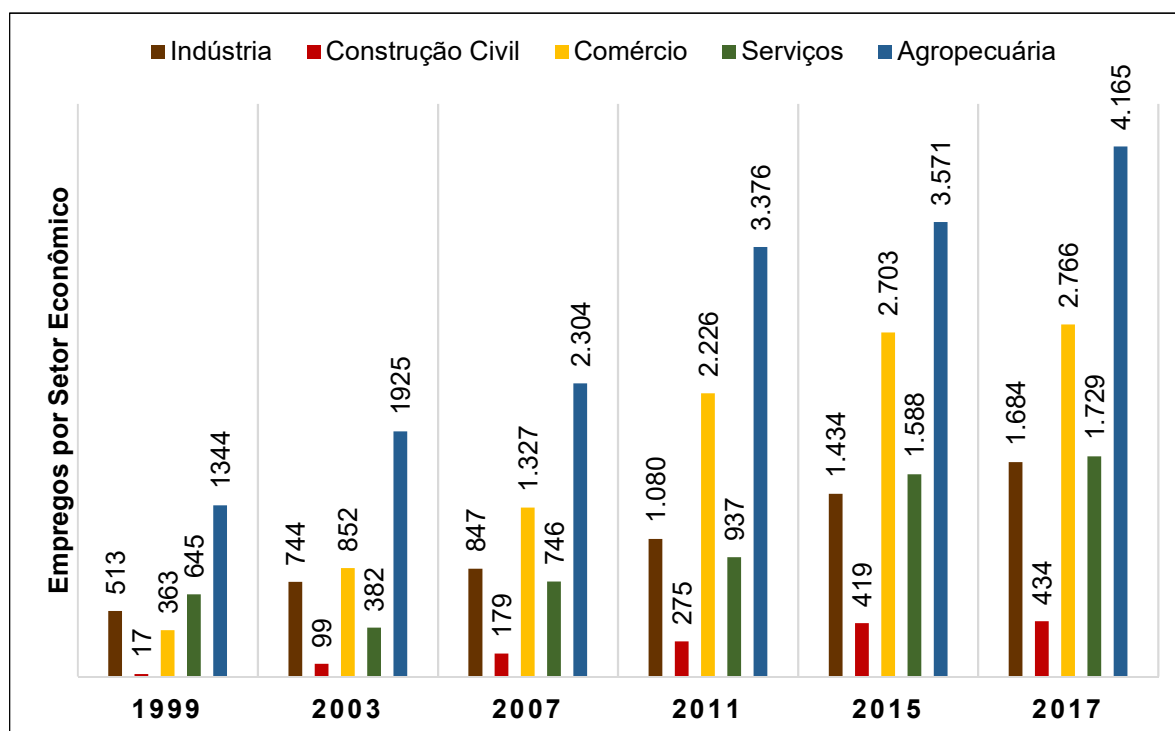
Ao se proceder uma análise do mercado de trabalho nos principais setores econômicos em Campo Novo do Parecis, através de dados coletados na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)<sup>11</sup>, percebe-se uma prevalência histórica, em número de vagas de emprego, no ramo da Agropecuária, destacando-se o setor do Comércio como o segundo maior empregador na cidade, enquanto a Indústria e o setor de Serviços empregam uma quantidade semelhante de trabalhadores no município. A tendência, de forma geral, entre o período de 1999 a 2017, foi de crescimento do mercado de trabalho (Gráfico 8), mesmo que, a partir de 2015, o ritmo de crescimento tenha diminuído, com exceção do setor Agropecuário, onde o número de vagas continuou crescendo significativamente (PDTE, 2016).

---

<sup>11</sup> Conjunto de dados estatísticos financiado com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador.



**Gráfico 8** – Empregos por setor de atividade econômica em Campo Novo do Parecis Campo Novo do Parecis (1999-2017)



Fonte: (PDTE, 2016). Elaborado pelo autor.

Levando em consideração as 10 funções, conforme o Cadastro Brasileiro de Ocupações (CBO), que mais possuíam empregados na cidade de Campo Novo do Parecis em 2017 (Tabela 17), percebe-se mais uma vez a prevalência do setor Agropecuário que, através da função “Trabalhadores da Mecanização Agropecuária” e “Trabalhadores de Apoio à Agricultura”, empregavam um total de 1.742 trabalhadores (PDTE, 2016).

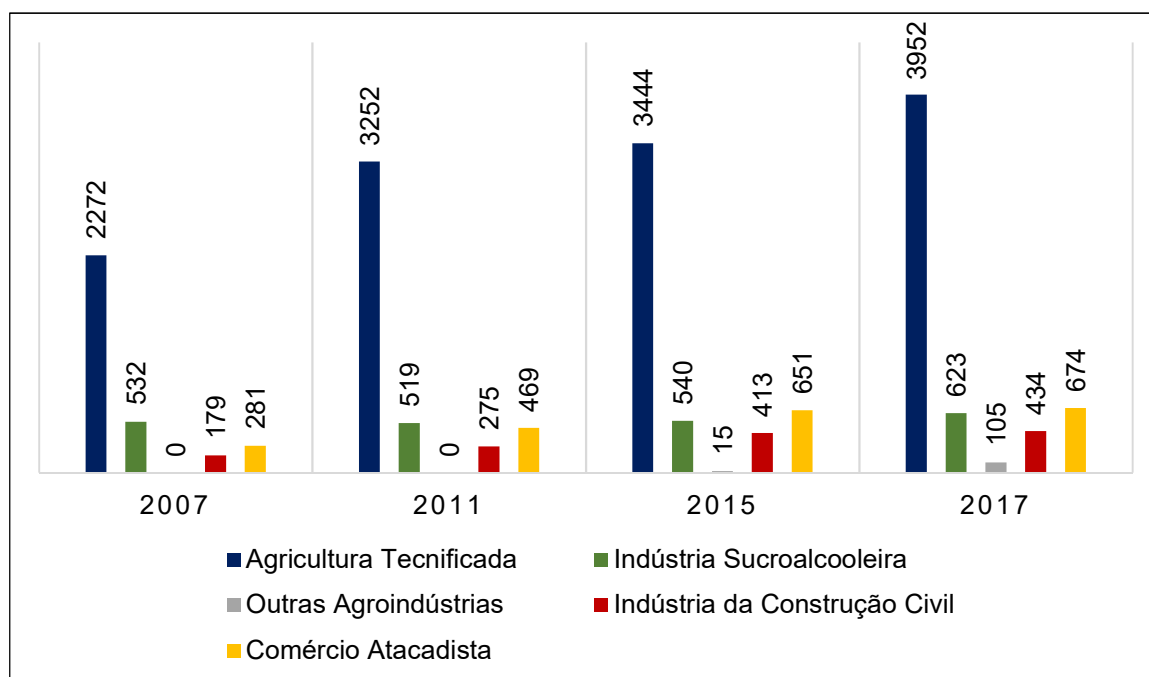
**Tabela 17 – Funções (CBO 2002-Família) com o maior número de empregados em Campo Novo do Parecis-MT (2017)**

<b>Função (CBO 2002-Família)</b>	<b>Número de Empregados</b>
Trabalhadores da mecanização agropecuária	1.187
Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos	926
Vendedores e demonstradores em lojas ou mercados	848
Trabalhadores de apoio à agricultura	555
Motoristas de veículos de cargas em geral	478
Trabalhadores de cargas e descargas de mercadorias	340
Trabalhadores nos serviços de manutenção de edificações	288
Cozinheiros	287
Alimentadores de linhas de produção	272
Caixas e bilheteiros (exceto caixa de banco)	226

Fonte: BRASIL (2016). Elaborada pelo autor.

Quando levada em consideração a movimentação no mercado de trabalho nos seguimentos econômicos nos quais a cidade de Campo Novo do Parecis se destacou (Gráfico 9), conforme o Zoneamento Socioeconômico Ecológico de Mato Grosso (2018), destaca-se o número crescente de trabalhadores vinculados às atividades do setor primário, que vem gerando, ao longo da história do município, a maior parte das vagas de trabalho. Já no setor secundário, o destaque fica por conta da Indústria de Construção Civil, que também vem apresentando desde 2007 um crescimento no número de trabalhadores, enquanto a Indústria Sucroalcooleira vem empregando uma quantidade relativamente estável de mão-de-obra. No âmbito do setor terciário, o Comércio Atacadista também vem apresentando crescimento, permanecendo, contudo, praticamente estável a partir de 2015 (PDTE, 2016).

**Gráfico 9** – Mercado de Trabalho nos principais seguimentos econômicos da cidade de Campo Novo do Parecis (2007-2017)



Fonte: PDTE (2016). Elaborado pelo autor.

Já quando se leva em consideração a movimentação no mercado de trabalho nas atividades industriais presentes no município de Campo Novo do Parecis (Tabela 18), percebe-se um crescimento de 96,67% no número de empregados formais, com destaque para as seguintes atividades: Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis; Fabricação de produtos alimentícios; Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos; Fabricação de produtos têxteis; Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos. Juntas, tais atividades foram responsáveis em 2017 pela contratação de 92,08% dos trabalhadores ligados às atividades industriais desenvolvidas na cidade (PDTE, 2016).

**Tabela 18** – Mercado de trabalho nas principais atividades industriais presentes em Campo Novo do Parecis, agrupadas conforme o CNAE 2.0, nos anos de 2007, 2011, 2015 e 2017

<b>Atividade de acordo com o Cadastro Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0)</b>	<b>2007</b>	<b>2011</b>	<b>2015</b>	<b>2017</b>
Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	532	519	540	623
Fabricação de produtos alimentícios	94	187	391	535
Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	19	49	95	199
Fabricação de produtos têxteis	75	117	158	119
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	32	53	74	47
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	18	25	67	44
Fabricação de produtos de madeira	37	25	12	20
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	6	24	11	14
Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	3	10	14	12
Fabricação de móveis	12	10	13	11
Fabricação de produtos diversos	0	5	7	11
Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	10	11	6	9
Impressão e reprodução de gravações	3	6	10	8
Fabricação de máquinas e equipamentos	0	14	6	2
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	0	0	0	0
<b>Total*</b>	<b>841</b>	<b>1059</b>	<b>1411</b>	<b>1654</b>

Fonte: BRASIL (2016). Elaborada pelo autor.

\* O total leva em consideração todas as atividades industriais, conforme a classificação CNAE 2.0 Div.

No âmbito da realidade referente ao emprego e renda no município de Campo Novo do Parecis, levou-se em consideração também o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM).

Criado em 2008, o índice tem como foco o acompanhamento do desenvolvimento socioeconômico dos municípios brasileiros. De maneira geral, avalia três áreas do desenvolvimento: Emprego/Renda, Educação e Saúde. Na área de Emprego/Renda, baseando-se exclusivamente em estatísticas públicas oficiais, o Índice considera as seguintes variáveis: a) geração de emprego formal; b) Taxa de formalização do mercado de trabalho; c) geração de renda; d) massa salarial real no mercado de trabalho formal; e) índice de Gini de desigualdade de renda no mercado formal (FIRJAN, 2018). A título de esclarecimento metodológico:

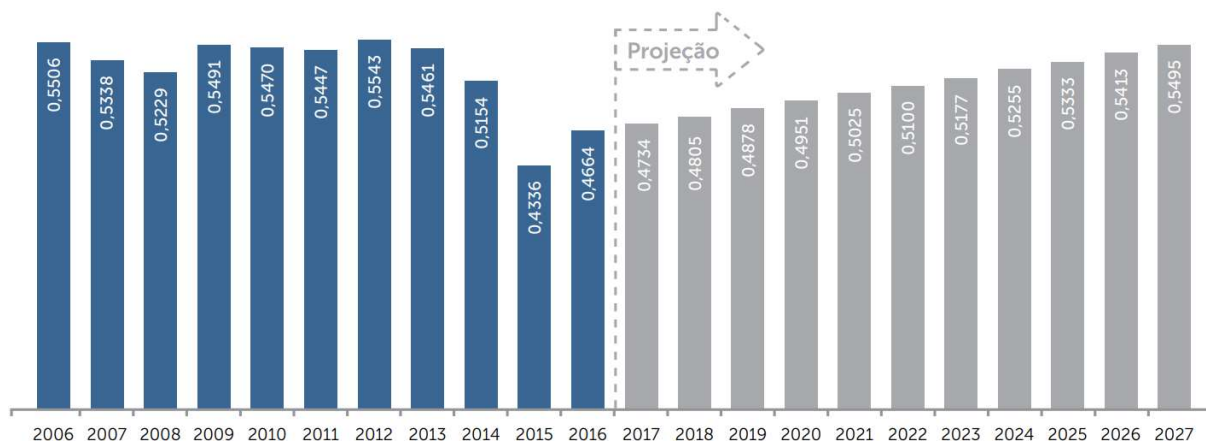
O IFDM Emprego & Renda é composto por duas dimensões: Emprego – que avalia a capacidade de geração de emprego formal e o nível de absorção da mão de obra local – e Renda – que acompanha a geração e sua distribuição no mercado de trabalho do município. Cada uma dessas dimensões representa 50% do IFDM Emprego & Renda. As fontes de dados são os registros da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (CAGED), ambos do Ministério do Trabalho, e projeções oficiais de população do IBGE (FIRJAN, 2018).

O relatório do IFDM de 2018 (Ano-base 2016) ressalta as consequências negativas, no âmbito do emprego e da renda, geradas pela crise e recessão econômica que se impôs à realidade brasileira. Nacionalmente, o relatório destaca o fechamento de quase 3 milhões de postos de trabalho formais, sendo que em 2016, mais de 60% das cidades brasileiras tiveram saldo negativo na geração de empregos. E a recuperação não será rápida, pois, de acordo com o relatório, caso o Índice volte a crescer na média de 1,5 – patamares de crescimento de 2009 a 2012 – o país alcançará o nível de 2013 apenas em 2027, conforme ilustrado na Figura 11 (FIRJAN, 2018b, p. 13).

Nesse cenário desalentador quanto a geração de vagas de emprego, o relatório destaca, entretanto, o crescimento do rendimento real do trabalhador formal em mais de 4 mil municípios brasileiros, atribuindo esse avanço à política de reajuste do salário mínimo acima da inflação (FIRJAN, 2018b, p. 13). Tal política, entretanto, vigorou até 1º de janeiro de 2019<sup>12</sup>, cabendo, a partir de agora, ao poder executivo federal definir se haverá ou não, a partir de 2020, reajuste do salário mínimo e sob quais critérios.

---

<sup>12</sup> Lei n. 13.152, de 29 de julho de 2015.

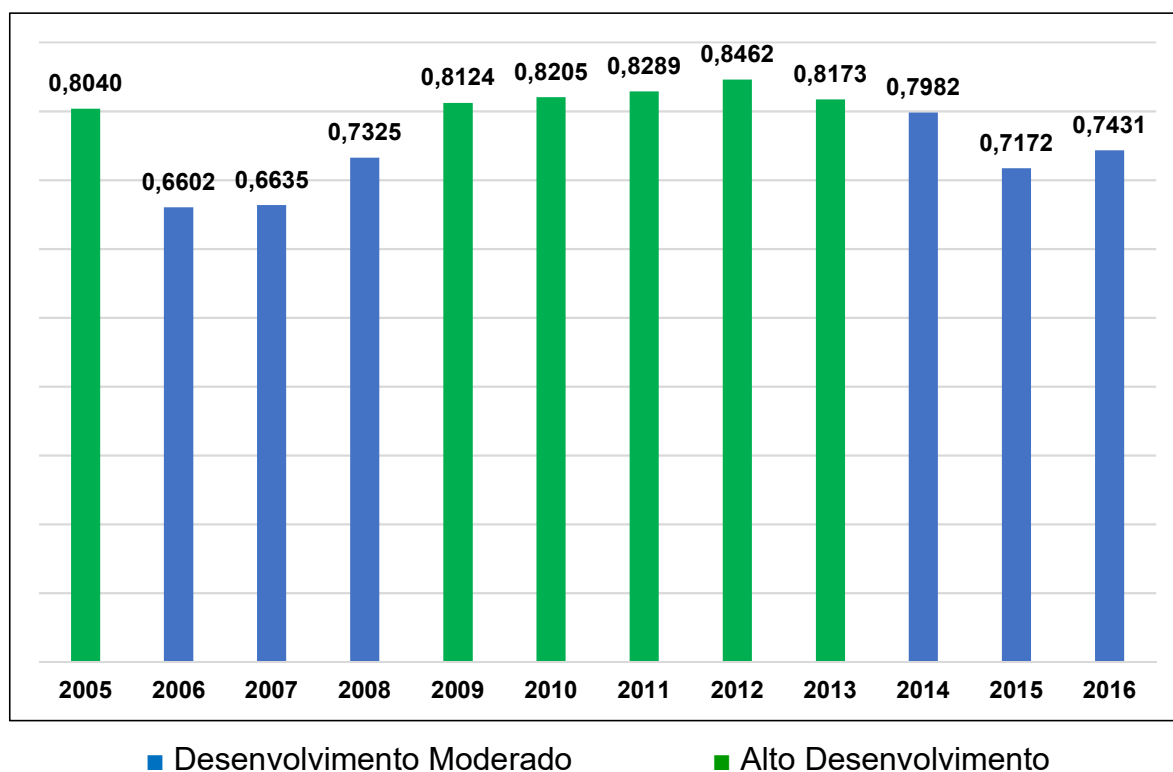
**Figura 11 – Evolução e Projeção do IFDM Emprego e Renda**

Fonte: FIRJAN (2018b, p. 13).

No período de 2006 a 2016, observa-se, portanto, uma queda geral do Índice referente ao Empregado e Renda, sendo que Mato Grosso especificamente teve um crescimento do número de municípios que caíram do patamar de “desenvolvimento moderado” para “desenvolvimento regular”. Aliás, em 2016 nenhum município de Mato Grosso figurou no patamar de “alto desenvolvimento”. Entretanto, a região Centro-Oeste (13,00%) se encontra em situação mais confortável quando comparada com a região Norte (48,00%) e Nordeste (41,10%), que possuem uma quantidade muito maior de municípios com “baixo desenvolvimento” no quesito Emprego & Renda.

Especificamente sobre o município de Campo Novo do Parecis, pode-se perceber que, no que se refere às variáveis do quesito Emprego e Renda, o pico de desenvolvimento se deu em 2012, sendo que, a partir de 2014, a cidade sai do patamar de “alto desenvolvimento”, classificando-se em “desenvolvimento moderado” (Gráfico 10), contudo, permanecendo em posição de destaque no âmbito do estado de Mato Grosso, figurando atualmente na 5ª posição entre os 141 municípios matogrossenses analisados. Esses dados, indicam, portanto, uma posição privilegiada de Campo Novo do Parecis, em decorrência de suas peculiaridades sociais e econômicas. Porém, indicam também que a realidade, quanto ao emprego e renda no município, vem sofrendo as consequências da atual crise econômica brasileira e mundial (FIRJAN, 2014; 2014b; 2018c).

**Gráfico 10** – Evolução do IFDM Emprego e Renda (2005-2016) – Campo Novo do Parecis/MT



Fonte: FIRJAN (2018c). Adaptado pelo autor.

As diversas fontes de dados e informações evidenciaram as características socioeconômicas da cidade de Campo Novo do Parecis, e como o seu perfil vem se comportando, em especial na última década, com relação ao contexto estadual e nacional. A cidade se mostra de fato uma referência na atividade agropecuária, que também possibilita o desenvolvimento de atividades industriais e comerciais, se posicionando “em destaque” no âmbito do estado de Mato de Grosso.

### 3.3 História e características do IFMT

Para compor a caracterização do IFMT, bem como do *Campus* Campo Novo do Parecis, foi analisado inicialmente o panorama apresentado no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) para o período 2019-2023. Além disso, a pesquisa levou em consideração alguns dados presentes no relatório final de autoavaliação institucional do IFMT referente ao período de 2018. Informações

complementares foram coletadas através do site oficial da instituição, utilizando-se também os dados disponibilizados na Plataforma Nilo Peçanha (Quadro 11).

**Quadro 12** – Fontes de dados e respectivas variáveis para montar o perfil institucional e socioeconômico dos discentes do IFMT e do *Campus* Campo Novo do Parecis

(Continua)

Fonte	Variável
Plano de Desenvolvimento Institucional (2019-2023)	-Perfil Institucional; -Organização didático-pedagógica do IFMT;
Site da Instituição (Reitoria)	-Institucional; <ul style="list-style-type: none"> <li>• Sobre o IFMT;               <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Apresentação e histórico;</li> </ul> </li> </ul> -Campus;
Site do Campus	-Ensino; -Cursos: Técnico em Agropecuária (Integrado); Técnico em Manutenção e Suporte de Informática (Integrado); Técnico em Administração (Proeja); Bacharelado em Agronomia; Licenciatura em Matemática; Tecnologia em Agroindústria; Tecnologia em Processos Gerenciais; <ul style="list-style-type: none"> <li>• Informações Gerais;</li> </ul> -Processo Seletivo;
Relatório de Autoavaliação Institucional do IFMT (2018)	-Perfil Institucional; -Consolidação dos dados; <ul style="list-style-type: none"> <li>• Perfil discente;</li> </ul>
Plataforma Nilo Peçanha (Ano-base 2018) – IFMT	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tipos de cursos;</li> <li>• Eixo tecnológico;</li> <li>• Situação da matrícula;</li> <li>• Cor, renda, sexo e faixa etária;</li> </ul>



(Conclusão)

Fonte	Variável
Plataforma Nilo Peçanha (Ano-base 2018) – IFMT	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Professor;</li> <li>• TAE;</li> </ul>
Plataforma Nilo Peçanha (Ano-base 2018) – Campus Campo Novo do Parecis	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tipos de cursos;</li> <li>• Eixo tecnológico;</li> <li>• Situação da matrícula;</li> <li>• Cor, renda, sexo e faixa etária;</li> <li>• Professor;</li> <li>• TAE;</li> </ul>
Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (2014)	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Eixo tecnológico (características);</li> <li>-Cursos: Técnico em Agropecuária; Técnico em Manutenção e Suporte Em Informática; Técnico em Administração;</li> <li>• Perfil Profissional de Conclusão;</li> <li>• Campo de atuação;</li> </ul>
Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (2016)	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Cursos: Tecnologia em Agroindústria;</li> <li>• Perfil Profissional de Conclusão;</li> <li>• Campo de atuação;</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelo autor.

Através do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) foi possível coletar informações relevantes acerca do perfil e história da instituição IFMT (complementados com informações presentes no site oficial da instituição), assim como compreender as principais características de sua organização didático-pedagógica. Nessa mesma linha de informações, o Relatório da Autoavaliação Institucional realizada no ano de 2018 contribuiu para esta pesquisa também com informações sobre o perfil do IFMT, além de trazer dados importantes sobre o perfil do corpo discente da instituição.

Pela Plataforma Nilo Peçanha, essa pesquisa teve acesso a um conjunto abrangente de dados, que permitiu a caracterização de diversos pontos tanto do IFMT como um todo como do *Campus* Campo Novo do Parecis especificamente, através das seguintes variáveis: i) tipos de cursos; ii) principais eixos tecnológicos; iii) situação

das matrículas; iv) cor, renda, sexo e faixa etária dos discentes; v) perfil dos docentes e vi) perfil dos servidores técnico-administrativos (TAE).

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT) foi criado em dezembro de 2008, nos termos da Lei n. 11.892, mediante a integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso, do Centro Federal de Educação Tecnológica de Cuiabá e da Escola Agrotécnica Federal de Cáceres, fazendo parte, portanto, da primeira leva de instituições federais de educação profissional que aderiram ao modelo IFET. Dessa forma, atua na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades e níveis de ensino: educação básica, superior e pós-graduação. Vinculada ao Ministério da Educação, possui natureza jurídica de autarquia, com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar (IFMT, 2019k, p. 32).

A história do IFMT está associada à história da rede federal de educação profissional e tecnológica brasileira, que passa a se delinear de forma destacada a partir do ano de 1909, quando:

[...] foi criada a Escola de Aprendizes e Artífices de Mato Grosso, onde atualmente funciona o *Campus* Cuiabá – Cel. Octayde Jorge da Silva [...]. Depois disso, no ano de 1943, foi concebido o Aprendizado Agrícola de Mato Grosso, em Santo Antônio do Leverger, onde atualmente funciona o *Campus* São Vicente. Já no ano de 1980, foi criada a Escola Agrotécnica Federal de Cáceres, atualmente *Campus* Cáceres (IFMT, 2019).

Em 2008, nos termos da Lei n. 11.892/08, portanto, seriam criados e começariam a ser implantados, além das instituições base que se uniram para compor o IFMT, os primeiros *campi* dessa nova fase institucional, que seriam instalados em: Bela Vista (Cuiabá), Pontes e Lacerda, Campo Novo do Parecis, Juína, Barra do Garças e Rondonópolis (IFMT, 2019).

Atualmente, o IFMT conta com 14 *campi* em funcionamento (Alta Floresta, Barra do Garças, Cáceres, Campo Novo do Parecis, Confresa, Cuiabá-Octayde Jorge da Silva, Cuiabá-Bela Vista, Juína, Pontes e Lacerda, Primavera do Leste, Rondonópolis, São Vicente, Sorriso e Várzea Grande) e possui ainda 5 *campi* avançados, nos municípios de Diamantino, Lucas do Rio verde, Tangará da Serra, Sinop e Guarantã do Norte, totalizando 19 unidades (Figura 12), com aproximadamente 25 mil alunos, nos mais de 100 cursos ofertados (IFMT, 2019k, p. 32).

Figura 12 – Disposição dos *campi* do IFMT



Fonte: IFMT (2019b). Elaborada pelo autor.

No ano de 2017, o IFMT ofertou 128 cursos técnicos presenciais; 47 cursos técnicos à distância; 62 cursos de graduação presenciais; 4 cursos de graduação à distância; 6 cursos de pós-graduação *lato sensu* presenciais; 6 cursos de pós-graduação *lato sensu* à distância e 2 cursos de pós-graduação *stricto sensu* presenciais (IFMT, 2019k, p. 161).

A oferta de cursos de graduação e especialização através da educação a distância pelo IFMT se dá por meio da Universidade Aberta do Brasil (UAB), contando com 26 polos presenciais: Água Boa, Alto Araguaia, Arenópolis, Aripuanã, Barra do Bugres, Canarana, Cáceres, Campo Verde, Colíder, Comodoro, Cuiabá, Diamantino, Guarantã do Norte, Jauru, Juara, Juína, Lucas do Rio Verde, Nova Xavantina, Pedra Preta, Pontes e Lacerda, Primavera do Leste, Ribeirão Cascalheira, São Felix do Araguaia, Sapezal e Sorriso) (IFMT, 2019l, p. 32).

No âmbito da instituição, destacam-se os *campi* de Cáceres, Campo Novo do Parecis, Confresa, Juína e São Vicente, que, por possuírem uma “vocação agrícola”, apresentam estruturas de escolas-fazenda, com alojamento (residência estudantil), “[...] restaurante e estrutura necessária para receber alunos internos. Os demais *campi*, de forma geral, “[...] possuem estrutura voltada para a área de presta o de serviços, indústria e comércio” (IFMT, 2019l, p. 33).

A história do *campus* Campo Novo do Parecis se inicia anteriormente   cria o dos Institutos Federais de Educa o, Ciência e Tecnologia. Uma vez que em 2007, o Centro Federal de Educa o Tecnológica de Cuiabá (CEFET Cuiabá) instalou em Campo Novo do Parecis uma Unidade de Ensino Descentralizada (UNED), em terreno e estrutura cedidos pela prefeitura da cidade, onde funcionara anteriormente a Escola Agrotécnica Municipal Dorvalino Minozzo. Essa UNED posteriormente, com a cria o do IFMT, através da Lei n. 11.892/08, viria a se tornar um *campus* dessa nova institucionalidade recém-criada (IFMT-Campus Campo Novo do Parecis, 2015, p. 9). Nesse contexto:

Ao iniciar o ano de 2009 o *Campus* já ofertava, anualmente, 280 vagas distribuídas nos cursos de Técnico em Agropecuária (140 vagas), Licenciatura em Matemática (35 vagas), Bacharelado em Agronomia (70 vagas) e Técnico em Agroindústria (35 vagas) (IFMT-CAMPUS CAMPO NOVO DO PARECIS, 2015, P. 9-10).

Atualmente, conforme consta no site do *Campus* Campo Novo do Parecis do IFMT, há na institui o um total de 09 cursos ativos (05 cursos técnicos e 04 cursos superiores), sendo: Técnico em Agropecuária (Integrado), Técnico em Manuten o e Suporte de Informática (Integrado), Técnico em Administra o (Proeja-Integrado), Técnico em Comércio (Proeja-Integrado), Técnico em Agropecuária (Subsequente), Bacharelado em Agronomia (Superior), Licenciatura em Matemática (Superior), Tecnologia em Processos Gerenciais (Superior) e Tecnologia em Agroindústria (Superior). Contudo, o curso Técnico em Agropecuária (Subsequente) e o curso Técnico em Comércio (Proeja) estão em fase de encerramento ou já foram encerrados, não havendo mais, dessa forma, o ingresso de novos discentes (IFMT, 2019c). Percebe-se, assim, que o rol de cursos ofertados pelo *Campus* Campo Novo do Parecis se ancora na realidade socioeconômica do município, seja quando diretamente vinculados aos setores econômicos pujantes da economia campovense ou mesmo quando se relacionam com as necessidades dos setores

secundários da economia, que são puxados pela atividade principal que é a agropecuária, através de cursos genéricos, que servem as diversas áreas econômicas.

Dados disponibilizados através da Plataforma Nilo Peçanha referentes ao ano de 2018 demonstram que a maioria dos cursos e matrículas, no âmbito do IFMT, se concentravam em cursos técnicos, que no período possuíam 13.668 matrículas (48,37%), distribuídas em 174 cursos (57,81%). Em seguida destacavam-se os cursos de graduação, representando 22,26% dos cursos oferecidos na instituição e abarcando 39,61% do total de matrículas. Dentre os cursos técnicos, destacavam-se os cursos integrados ao ensino médio, que possuíam 73,61% das matrículas, seguidos pelos cursos subsequentes com 26,05%. Sobre os cursos de graduação, a maior parte das matrículas eram em cursos de tecnologia (38,22%), seguidos por cursos de licenciatura e bacharelado, com 30,90% e 30,87% das matrículas de nível superior, respectivamente (Tabela 19) (SETEC/MEC, 2019).

**Tabela 19** – Quantidade de cursos e matrículas no IFMT conforme o “Tipo de Curso” (2018)

<b>Tipo Curso</b>	<b>Cursos</b>	<b>(%)</b>	<b>Matrículas</b>	<b>(%)</b>
Qualificação Profissional (FIC)	37	12,29%	1.225	4,34%
Técnico	174	57,81%	13.668	48,37%
Bacharelado	18	5,98%	3.456	12,23%
Licenciatura	18	5,98%	3.459	12,24%
Tecnologia	31	10,30%	4.279	15,14%
Mestrado Profissional	1	0,33%	23	0,08%
Mestrado	2	0,66%	73	0,26%
Especialização (Lato Sensu)	20	6,64%	2.074	7,34%
<b>Total</b>	<b>301</b>	<b>100,00%</b>	<b>28.257</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: SETEC/MEC (2019). Elaborada pelo autor.

O cenário do *campus* Campo Novo do Parecis não destoava do contexto geral da instituição, a não ser por ofertar uma quantidade menor de tipos de cursos, se restringindo a cursos técnicos e de graduação, nos quais em 2018 estavam matriculados um total de 1.581 discentes, sendo que a maioria em cursos técnicos (50,73%). Dentre estes destacavam-se também os cursos integrados ao ensino

médio, que concentravam 70,45% das matrículas, seguidos pelos cursos subsequentes ao ensino médio, que possuíam 29,55% das matrículas. Sobre os cursos de graduação, a maior parte das matrículas se concentravam em cursos de bacharelado (53,53%), seguidos pelos cursos de tecnologia e licenciatura, com 31,70% e 14,76% das matrículas de nível superior, respectivamente (Tabela 20) (SETEC/MEC, 2019).

**Tabela 20** – Quantidade de matrículas no IFMT-Campus Campo Novo do Parecis conforme o “Tipo de Curso” (2018)

<b>Tipo Curso</b>	<b>Matrículas</b>	<b>(%)</b>
Técnico	802	50,73
Bacharelado	417	26,38
Licenciatura	115	7,27
Tecnologia	247	15,62
<b>Total</b>	<b>1.581</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: SETEC/MEC (2019). Elaborada pelo autor.

Com relação ao eixo tecnológico<sup>13</sup> nos quais são organizados os cursos ofertados pela rede federal de educação profissional e tecnológica, destacavam-se aqueles ligados aos eixos de Desenvolvimento Educacional (23,61%), Recursos Naturais (16,72%), Gestão e Negócios (16,53%) e Informação e Comunicação (14,19%), que juntos abarcavam 71,05% das matrículas da Instituição. Já no *campus* Campo Novo do Parecis, os cursos concentravam-se nos seguintes eixos: Recursos Naturais, com 54,33% das matrículas; Desenvolvimento Educacional e Social, com 16,51% das matrículas; e Gestão e Negócios, com 14,99% das matrículas. Além disso, o *campus* atuava também em mais dois eixos de forma minoritária: Produção

<sup>13</sup> É o agrupamento de ações e das aplicações científicas às atividades humanas de mesma natureza, possuindo um núcleo de saberes comuns, embasados nas mesmas ciências e metodologias. São aplicados na classificação dos cursos da educação profissional, constante dos Catálogos Nacionais. Conforme definidos pelo CNE, são treze: Ambiente e Saúde; Controle e Processos Industriais; Desenvolvimento Educacional e Social; Gestão e Negócios; Informação e Comunicação; Infraestrutura; Militar; Produção Alimentícia; Produção Cultural e Design; Produção Industrial; Recursos Naturais; Segurança; Turismo, Hospitalidade e lazer. Os Tipos de Curso que não contam com catálogos nacionais foram agregados, por similaridade, aos Eixos Tecnológicos existentes. Para efeitos da Plataforma Nilo Peçanha, os cursos de Educação Básica, não profissionais, foram agregados ao Eixo Propedêutico (PLATAFORMA NILO PEÇANHA, 2019).

Alimentícia, com 8,10% das matrículas e Informação e Comunicação, com 6,07% das matrículas (SETEC/MEC, 2019). Segundo o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos:

O eixo tecnológico de RECURSOS NATURAIS compreende tecnologias relacionadas a extração e produção animal, vegetal, mineral, aquícola e pesqueira. Abrange prospecção, avaliação técnica e econômica, planejamento, extração, cultivo e produção de recursos naturais e utilização de tecnologias de máquinas e implementos.

O eixo tecnológico de DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL compreende tecnologias relacionadas a atividades sociais e educativas. Abrange planejamento, execução, controle e avaliação de ações sociais e educativas; construção de hábitos saudáveis de preservação e manutenção de ambientes e patrimônios, de respeito às diferenças interculturais e de promoção de inclusão social; integração de indivíduos na sociedade; e a melhoria de qualidade de vida.

O eixo tecnológico de GESTÃO E NEGÓCIOS compreende tecnologias associadas a instrumentos, técnicas, estratégias e mecanismos de gestão. Abrange planejamento, avaliação e gestão de pessoas e de processos referentes a negócios e serviços presentes em organizações e instituições públicas ou privadas, de todos os portes e ramos de atuação; busca da qualidade, produtividade e competitividade; utilização de tecnologias organizacionais; comercialização de produtos; e estratégias de marketing, logística e finanças (MEC, 2014, p. 67; 79; 225).

Com relação a situação da matrícula, o IFMT apresentou, no ano de 2018, uma taxa de Retenção de 19,24%, que corresponde a 5.557 discentes e uma taxa de evasão<sup>14</sup> de 11,87%, que corresponde a 3.430 discentes. Os cursos que apresentaram as maiores taxas de evasão foram os cursos de Qualificação Profissional (FIC), com 35,6% de discentes evadidos, os cursos de Licenciatura, com 16,6% de discentes evadidos, e os cursos Técnicos, com uma taxa de evasão de 12,8%. Com relação aos cursos técnicos, que podem ser ofertados em modalidades diferentes de integração com o ensino médio, destaca-se que as maiores taxas de evasão estão presentes nos cursos Concomitantes (32,6%) e Proeja-Integrado (32,5%), enquanto os cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio apresentam uma taxa de evasão menor, de 9,9% (SETEC/MEC, 2019).

Campo Novo do Parecis, por outro lado, apresentou, no ano de 2018, uma taxa de retenção menor (16,13%), que corresponde a 255 discentes e uma taxa de evasão maior (22,33%), que corresponde a 353 discentes, com destaque para a quantidade

---

<sup>14</sup> A taxa de evasão representa a somatória do número de abandonos, das matrículas canceladas, dos discentes desligados, dos discentes aprovados, das transferências externas e internas.

de abandonos (189 discentes), sendo o segundo *campus* em número de abandonos, ficando atrás apenas do *campus* Cuiabá-Bela Vista. De forma geral, todos os cursos ofertados no *campus* Campo Novo do Parecis apresentaram taxas de evasão superiores a 20%: Técnico (20,9%), Tecnologia (26,7%), Licenciatura (27,8%) e Bacharelado (20,9%). Quanto aos cursos Técnicos, as maiores taxas de evasão se referiram aos cursos Subsequentes (31,2%) e ao Proeja-Integrado (26,1%), sendo que os cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio apresentaram uma taxa de evasão de 14,2% (SETEC/MEC, 2019).

Através da Plataforma Nilo Peçanha, que possui dados referentes aos anos de 2017 e 2018, foi possível coletar também informações acerca da Cor, Renda, Sexo e Faixa Etária dos discentes matriculados na rede federal de educação profissional e tecnológica. Nesse sentido, em Mato Grosso, no ano de 2018, entre os discentes que declararam sua cor/raça (34,95%), o cenário é composto por uma maioria parda (54,39%) e, entre aqueles que declararam sua renda (21,95%), tem-se que 57,71% possuíam uma renda familiar *per capita* abaixo de 1,5 salário mínimo (Tabela 21) (SETEC/MEC, 2019).

**Tabela 21** – Número de discentes do IFMT conforme a Cor/Raça e Renda (2018)

<b>Renda Familiar Per Capita</b>	<b>Total</b>	<b>Amarela</b>	<b>Branca</b>	<b>Indígena</b>	<b>Parda</b>	<b>Preta</b>	<b>Não Declarada</b>
<b>Total</b>	28.887	167	3.079	109	5.491	1.250	18.791
<b>0&lt;RFP&lt;=0,5</b>	674	4	158	17	345	89	61
<b>0,5&lt;RFP&lt;=1,0</b>	1.287	22	281	31	662	181	110
<b>1,0&lt;RFP&lt;=1,5</b>	1.699	17	357	17	845	187	276
<b>1,5&lt;RFP&lt;=2,5</b>	847	9	202	5	373	82	176
<b>2,5&lt;RFP&lt;=3,5</b>	864	26	236	10	418	109	65
<b>RFP&gt;3,5</b>	970	23	383	3	374	70	117
<b>Não Declarada</b>	22.546	66	1.462	26	2.474	532	17.986

Fonte: SETEC/MEC (2019). Adaptada pelo autor.  
RFP: Renda Familiar *Per Capita*.

Sobre o *campus* Campo Novo do Parecis, em 2018, observa-se um índice de declaração de cor/raça de 52,56% e quanto a renda de 13,60%. Nesse cenário, prevalecia também a cor parda, que representava 51,50% dos declarantes, sendo que posteriormente figuravam os de cor branca (32,97%) e preta (13,84%). Sobre a renda,



a maioria (32,09%) declarou receber entre 0,5 e 1,0 salário mínimo (Tabela 22) (SETEC/MEC, 2019).

**Tabela 22** – Número de discentes do IFMT-Campus Campo Novo do Parecis conforme a Cor/Raça e Renda (2018)

<b>Renda Familiar Per Capita</b>	<b>Total</b>	<b>Amarela</b>	<b>Branca</b>	<b>Indígena</b>	<b>Parda</b>	<b>Preta</b>	<b>Não Declarada</b>
<b>Total</b>	1.581	10	274	4	428	115	750
<b>0&lt;RFP&lt;=0,5</b>	14	0	1	0	8	4	1
<b>0,5&lt;RFP&lt;=1,0</b>	69	0	12	0	42	13	2
<b>1,0&lt;RFP&lt;=1,5</b>	52	0	17	0	25	9	1
<b>1,5&lt;RFP&lt;=2,5</b>	30	0	9	0	12	8	1
<b>2,5&lt;RFP&lt;=3,5</b>	24	0	6	1	10	5	2
<b>RFP&gt;3,5</b>	26	1	5	0	15	4	1
<b>Não Declarada</b>	1.366	9	224	3	316	72	742

Fonte: SETEC/MEC (2019). Adaptada pelo autor.

Com relação ao sexo dos discentes, o perfil do IFMT era constituído por uma certa equivalência entre o público masculino (51,81%) e feminino (48,19%). Além disso, a maior parte das matrículas concentravam-se nas seguintes faixas etárias: 15 a 19 anos, com 37,90% das matrículas; 20 a 24 anos, com 16,46% das matrículas e 25 a 29 anos, com 13,07% das matrículas. No *campus* Campo Novo do Parecis, quanto ao sexo dos discentes, o equilíbrio era menor, sendo o corpo discente constituído por 53,57% do sexo masculino e 46,43% do sexo feminino, se concentrando nas seguintes faixas etárias: 15 a 19 anos, com 34,22% das matrículas; 20 a 24 anos, com 29,22% das matrículas; 25 a 29 anos, com 13,79% das matrículas (SETEC/MEC, 2019).

De forma a complementar o perfil discente do IFMT, levou-se em consideração também os dados coletados no último processo de autoavaliação institucional, realizado no ano de 2018. O relatório ressaltou que a maioria dos discentes estudavam durante o período diurno/integral (54,85%), seguidos por aqueles que estudavam no período noturno (22,81%) e no período matutino (17,07%). Quanto a forma de ingresso na instituição, entre os participantes da pesquisa de autoavaliação institucional, 93,59% declararam ter ingressado na instituição através de processo seletivo, sendo que apenas 4,34% ingressaram no IFMT pelo Sistema de Seleção

Unificada (SISU). Além disso, 30,27% declararam ter ingressado na instituição através do Sistema de Cotas. Por fim, sobre o exercício de atividade remunerada, apenas 25,41% declararam exercer algum tipo de atividade (IFMT, 2019I, p. 131-137).

Acerca do corpo de servidores que atuam no IFMT, a instituição possuía em 2018 um corpo docente formado por um total de 1.232 professores, sendo 1.044 efetivos (84,74%) e 188 substitutos/temporários (15,26%). Dentre os docentes efetivos, 97,03% atuavam em regime de dedicação exclusiva, enquanto, dentre os docentes substitutos/temporários, a carga horária predominante é de 40h/s (sem dedicação exclusiva), que corresponde a 90,95% do total de docentes substitutos/temporários. De maneira geral, quanto a titulação dos docentes da instituição, percebe-se que a maioria dos professores possuía Mestrado (48,86%), Especialização (22,97%) e Doutorado (19,24%), ou seja, mais de 68% dos docentes que compunham o IFMT possuíam pelo menos Mestrado ou Doutorado. No *campus* Campo Novo do Parecis, que contava com 96 professores, 77 eram efetivos (80,20%) e 19 eram substitutos/temporários (19,79%). Todos os docentes efetivos atuavam em regime de dedicação exclusiva e a maioria dos professores substitutos/temporários se submetia a uma jornada semanal de 40h (84,21%). Nesse cenário, o *campus* Campo Novo do Parecis apresentava um índice de  $\approx 17$  alunos para cada professor, enquanto a instituição, de maneira geral, apresentava um índice médio de  $\approx 23$  alunos para cada docente. Sobre a titulação dos professores que atuavam em Campo Novo do Parecis, a maioria possuía Mestrado (45,83%), Especialização (29,17%) e Doutorado (18,75%), apresentando assim um índice de professores mestres e doutores um pouco inferior à média geral do IFMT (SETEC/MEC, 2019).

O IFMT nasceu e continua se desenvolvendo de acordo com as matrizes econômicas do estado de Mato Grosso, principalmente a agropecuária, ressaltando-se que, das três instituições que se uniram para formar o IFMT, duas delas possuíam vocação agrícola. E é com base nesse quadro que se implanta um *campus* em Campo Novo do Parecis, uma região que se destaca no âmbito da atividade agropecuária, com predominância do cultivo de lavouras temporárias, conforme foi evidenciado neste tópico.

#### **4. OS DESAFIOS DA FORMAÇÃO PARA O TRABALHO NO ÂMBITO DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

Considerando que a sociedade capitalista continua a se reproduzir pelos princípios do neoliberalismo, diante das peculiaridades do cenário político e econômico brasileiro recente, na quarta seção deste estudo, foram analisados os desafios da formação para o trabalho no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, tomando como base as características deste período do desenvolvimento mundial e brasileiro, com relação aos contextos econômicos, político, social e educacional.

Sublinha-se a necessidade, no escopo desta pesquisa, de analisar os desafios da rede federal de educação profissional e tecnológica, especialmente do IFMT-*Campus* Campo Novo do Parecis, sob a égide do modelo de sociedade flexível em sua totalidade, avaliando as características do processo produtivo e do perfil dos trabalhadores como resultados de um conjunto de relações que se estabelecem nas diversas engrenagens de reprodução e desenvolvimento da sociedade capitalista.

As políticas públicas educacionais que foram analisadas nesta pesquisa são principalmente de caráter nacional cuja base, como ficou evidenciado, são os princípios do neoliberalismo. Dessa forma, ao se confrontar as características destas políticas com o contexto nacional, regional e local, elas se mostraram desvinculadas dessas realidades. Logo, os resultados, que culminaram numa série de desafios, podem servir de caminho para que as políticas públicas ou mesmo as ações vinculadas à educação sejam pensadas e implementadas conforme as necessidades e características socioeconômicas que estão sob influência da instituição de ensino.

##### **4.1 Agenda de desenvolvimento e as políticas públicas educacionais**

Culpabilizando a política de substituição de importações e a postura “populista” de governos, o neoliberalismo promoveu profundas alterações na economia dos países de capitalismo dependente, com influência no campo do comércio internacional e das políticas sociais, sendo que, enquanto o primeiro teve influência direta nas relações de trabalho e no perfil de trabalhadores dessas nações, enquanto a segunda delineou novos meios para a formação deste trabalhador.

Observou-se, acerca do paradigma de desenvolvimento, a prevalência da concepção de “dependência-associada”, com a economia brasileira se destacando em setores de menor valor agregado, sobretudo na produção e exportação de *commodities*, evidenciando a incapacidade e/ou desinteresse, por parte das classes sociais dirigentes (tanto a classe empresária como a classe política), em romper ou se alinhar a outros princípios que não os neoliberais. Essa percepção é extremamente importante ao clarear ou desvincular a análise dos demais contextos da sociedade brasileira da visão utópica acerca de determinados governos que vigoraram e/ou ainda vigoram. Logo, as alterações no contexto político brasileiro, a partir da década de 1980 até hoje, não rompendo com os princípios do neoliberalismo, vem possibilitando apenas algumas mudanças na agenda governamental (mudanças de caráter conjuntural), ora tendendo mais à uma concepção de esquerda, ora tendendo mais à uma concepção de direita ou mais recentemente de extrema direita.

Essa conjuntura fará com que as políticas públicas, de forma geral, e especialmente as políticas públicas educacionais sejam construídas e implementadas conforme o modelo e padrão delineado no âmbito dos países de capitalismo central, que assumem, na era neoliberal, a responsabilidade pelo planejamento do sistema capitalista global (ouvidas as nações emergentes). Tais concepções, disseminadas através de organismos internacionais, são implementadas nos países de capitalismo subdesenvolvido por meio da construção de um contexto político interno alinhado a estes princípios.

Nesse cenário, no ato de efetivação das políticas públicas, mormente as educacionais, tem-se o desafio de se estabelecer uma conexão com a realidade socioeconômica na qual determinada política pública está sendo implementada, de forma que não sejam levados em consideração apenas princípios genéricos, atrelados a interesses distantes da população que está sendo atendida.

Ao abordar de forma diferenciada o novo-desenvolvimentismo, foi possível evidenciar um aperfeiçoamento do papel intervencionista do Estado brasileiro, construído a partir da década de 1990 e realçado nos governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff. Dessa forma, é necessário reconhecer os resultados das políticas econômica e social implementadas durante os governos do PT, mesmo que tais políticas figurassem apenas como projetos de governo. No entanto, o caráter fragmentado e conjuntural dessas políticas coloca atualmente em risco a sustentabilidade de diversos programas e ações diante da transformação que vem

ocorrendo no espectro político brasileiro. Assim, as funções e finalidades assumidas pela rede federal de educação profissional e tecnológica, associadas a uma determinada agenda governamental, encontram-se atualmente em um campo de incertezas, que, aliás, toma conta de todo o campo educacional.

Vê-se, atualmente, no contexto do neoliberalismo extremo, o desenvolvimento da concepção de Estado mínimo, porém, forte, possibilitando a construção de um “mercado forte”. Essa concepção, no campo das políticas públicas, faz com que o governo continue direcionando altas parcelas do orçamento público às causas e políticas sociais e educacionais. No entanto, busca-se uma transformação dos meios de implantação e execução dessas políticas, priorizando modelos privados de instituições<sup>1</sup>. Nesse quadro, a partir do momento que a agenda governamental retira o foco de políticas públicas implementadas por entes públicos e passa a priorizar as políticas implementadas por entes privados, restam dois caminhos às instituições públicas: i) aderir aos princípios que regem o mercado privado ou ii) resistirem e serem paulatinamente “anuladas”, tanto pela ação governamental de corte de investimentos, como pela concorrência direta com as instituições de caráter privado. Esse movimento é latente no meio educacional, em especial nos cursos profissionalizantes e cursos de nível superior, onde as instituições privadas, adotando um modelo compacto de ensino (teoricamente eficaz), de cursos de curta duração e prioritariamente à distância, acabam cooptando um número relevante de matrículas<sup>2</sup>.

Os dados trazidos na seção I desta pesquisa evidenciaram que, a partir do século XXI, o que se tem não é uma mudança concreta no paradigma de desenvolvimento, prevalecendo como nunca os princípios do neoliberalismo. Dessa forma, o que se observa então é um processo eficiente (pelo menos até 2013) de

---

<sup>1</sup> Para o Estado e os organismos internacionais a garantia de acesso e permanência da população brasileira a educação básica com equidade e qualidade, nos seus diversos níveis (infantil, fundamental e médio), inclusive para aqueles que não tiveram esse acesso regular na idade correlata, implica, portanto, a implementação de um novo mecanismo de financiamento, o público não-estatal, mesmo que seja financiado pelo Estado, algo só possível no Brasil (Coutinho, 2008, p. 4).

<sup>2</sup> Desde 2010, o ensino a distância (EAD) se tornou o motor por trás da expansão no ensino superior brasileiro, e uma área se destaca entre as demais: a carreira docente, que inclui os cursos de pedagogia e das outras licenciaturas. Em 2017, quase dois terços dos novos universitários nos cursos de formação de professores se matricularam na modalidade EAD, segundo um estudo divulgado pelo Movimento Todos pela Educação. Os dados de 2017 são os mais recentes disponíveis, mas mostram que o salto foi de 34%, em 2010, para 61%, de acordo com o levantamento, feito com base no Censo da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), sendo que 86,20% das matrículas EAD, em formação de professores, estava em cursos da rede privada (MORENO, 2019).

conciliação de interesses, associado a um cenário econômico internacional favorável (pelo menos até 2008), visando garantir, no caso brasileiro, taxas elevadas de lucro à burguesia agropecuária e banqueira (*vide* gráfico 4). Esse processo de conciliação política, especialmente no que se refere às classes sociais mais pobres, foi articulado através da reformulação da política social implementada pelo governo federal, em parceria com estados e municípios. Contudo, a alteração negativa do cenário econômico e a mudança da agenda política após o término dos governos do Partido dos Trabalhadores sinalizam para a simplificação ou mesmo para a eliminação de uma série de ações voltadas para questões sociais, o que leva ao questionamento de quais mecanismos políticos, econômicos e sociais passarão a ser implementados para controlar essas classes, sendo necessário debater, por exemplo, acerca dos mecanismos de alienação que vêm sendo reinventados com o auxílio da tecnologia, cita-se a onda de notícias falsas, mais recentemente conhecidas como *fake news*.

A percepção inicial, já ao término do governo Dilma Rousseff, consolidada posteriormente com seu *impeachment*, é de abandono dos ideais defendidos pela corrente novo-desenvolvimentista, retomando-se a agenda “pura” do neoliberalismo. Quanto a conjuntura social que se apresentou ao longo dos governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff, foi demonstrado que as políticas sociais figuraram como um importante item incorporado na agenda governamental, responsável pela melhoria direta e indireta das condições de vida de milhões de brasileiros. Contudo, incapaz de competir com os interesses das classes sociais dirigentes (associadas ao neoliberalismo), a agenda social vem se desfazendo em alta velocidade. Nesse cenário, a rede federal de educação profissional e tecnológica, que vinha figurando como um importante instrumento da política macrossocial dos governos do PT, deve passar por um processo de redefinição de suas funções e responsabilidades, sendo imprescindível a construção de uma conexão entre as instituições e à realidade econômica e social que está sob sua influência. De forma que as funções, objetivos e finalidades da rede federal de educação profissional e tecnológica não se consolidem apenas como mais uma retórica legislativa, que acaba não se efetivando. Nesse sentido, o IFMT, de forma geral, e o *Campus* Campo Novo do Parecis, de forma específica, demonstram possuir uma carência de estudos embasados sobre a realidade econômica e social sobre a qual exercem influência. A título de exemplo, tanto o IFMT, como o *Campus* Campo Novo do Parecis não possuem uma política de

acompanhamento/conhecimento mais profundo do perfil dos discentes (e consequentemente) das famílias atendidas pela instituição.

#### **4.2 Projeto de sociedade flexível: as relações de trabalho e a formação do trabalhador**

O processo de reestruturação produtiva e implementação do modelo de sociedade flexível em uma espécie de inter-relação com o modelo de sociedade fordista, representa um dos aspectos mais práticos da reprodução do atual sistema capitalista-neoliberal. Nesse sentido, como estratégia de controle macroeconômico, a acumulação flexível vem implementando um novo sistema produtivo não totalmente desvinculado das características fordistas, gerando também, conforme explicado na seção I, novas formas de trabalho e um “novo” tipo de trabalhador, combinando, segundo Harvey (1992, p. 174), estratégias que visam à mais-valia absoluta e também à mais-valia relativa. Contudo, a pesquisa demonstrou que a principal estratégia do modelo de sociedade flexível parte da estratificação dos trabalhadores em classes distintas de formação e modalidade de trabalho, que culmina numa crescente desigualdade de direitos (crescente precarização) entre esses trabalhadores.

As características desse processo de precarização influenciam diretamente as políticas públicas educacionais, reproduzindo um modelo de cidadão que se adequa às necessidades do mercado e também esteja preparado para enfrentar relações de trabalho precárias ou totalmente informais, sem que tenha a oportunidade de buscar ajuda junto ao Estado para suprir suas necessidades. Logo, nesse cenário, um dos desafios para a rede federal de educação profissional e tecnológica é formar trabalhadores “qualificados” num quadro de precarização das relações de trabalho, no qual a “qualificação” é utilizada mais como meio de exclusão (daqueles trabalhadores que não a possuem) do que de beneficiamento dos trabalhadores que se encontram qualificados (porém desempregados). Essa situação coloca um outro desafio às instituições de formação para o trabalho, especialmente às da rede pública, que é prover os conhecimentos vinculados a essa nova realidade, sem, contudo, disseminar a falácia da meritocracia, especialmente em uma conjuntura de extrema desigualdade social. Trata-se, portanto, da necessidade de construir políticas públicas que, para além do campo econômico, considerem também o plano social, político e cultural.

Um dos pontos mais interessantes que foi evidenciado nesta pesquisa, acerca das diversas características da sociedade flexível, refere-se à forma como as organizações, mesmo reduzindo o custo do fator trabalho no processo produtivo através de sua flexibilização, vem conseguindo captar e desenvolver a capacidade de inovação em seus empregados, utilizando-se de diversas estratégias: diretas, como por exemplo a remuneração ou prêmios por produtividade e/ou inovação; ou indiretas, como por exemplo a conjuntura de concorrência entre os trabalhadores, que é consequência de um elevado índice de desemprego. Essas diversas estratégias visam cooptar por inteiro a capacidade laborativa e intelectual dos trabalhadores. Nesse quadro, um outro desafio que é colocado para o processo de formação do trabalhador é o esclarecimento de quais são os interesses específicos dos trabalhadores, quais são os interesses específicos dos empresários e quais são os interesses comuns entre ambos. Historicamente, ficou demonstrando que, no que se refere aos interesses dos empresários, o Estado irá atuar mais enfaticamente, pois é composto sobretudo por representantes do capital, sendo necessária uma maior “provocação” por parte do grupo de trabalhadores para que tenham seus interesses também ouvidos, quiçá atendidos.

Com relação a influência do modelo de sociedade flexível sobre o mercado de trabalho, de maneira geral, se destaca o enfraquecimento da classe trabalhadora e consequentemente das instituições que deveriam representar seus interesses de forma direta, os sindicatos. Tal enfraquecimento possibilita a implementação de uma agenda cujo intuito é impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis, diga-se: mais precários (com poucas ou nenhuma garantia). Nesse sentido, como a formação para o trabalho está diretamente associada às necessidades do mercado de trabalho, coloca-se como um outro desafio para as instituições que formam trabalhadores, promover uma qualificação no sentido relativista, que, mesmo ciente da necessidade de inserção no mercado de trabalho, não deixe de desenvolver mecanismos de união, luta e articulação política para a garantia e conquista de direitos à classe trabalhadora.

Na realidade brasileira, no âmbito desse desafio, deve-se levar em consideração ainda que a maior parte dos trabalhadores atuam no setor de comércio e serviços, que vêm apresentando, diante da estagnação da atividade industrial brasileira, os maiores índices de flexibilidade. Logo, é essencial que se tenha consciência das formas de influência do processo de reestruturação produtiva também sobre esses setores, uma vez que, na atual conjuntura econômica, eles serão



responsáveis por absorver grande parte do “exército de reserva” de trabalhadores qualificados que não encontram uma colocação no setor industrial. Isso remete a um próximo desafio para a rede federal de educação profissional, em especial no campo tecnológico, que é, junto aos seus discentes, desenvolver modelos de negócios alternativos, que se distanciem das características do neoliberalismo desenfreado.

A Reforma Trabalhista aprovada em 2017, no que se refere as modalidades de contrato, vem impactando principalmente as contratações nos setores de Comércio e Serviços, que, por suas características mais voláteis, acabam se beneficiando das possibilidades dos contratos flexíveis regulamentados ou aperfeiçoados pela reforma. A Indústria, em contraponto, está ancorada ainda em um modelo mais tradicional (fixo) de contratações. Esse fato está associado a baixa utilização, por parte das indústrias, de tecnologias que flexibilizem a linha de produção, conforme destacado na pesquisa realizada pela CNI. Dessa maneira, não é de todo benéfico ao modelo industrial majoritário atualmente – um modelo fordista mais tecnológico – a incorporação de trabalhadores intermitentes por exemplo, uma vez que atualmente, devido à baixa adesão do setor industrial a essa modalidade de contrato, isso pode significar na verdade a perda deste trabalhador.

A pesquisa realizada com as Indústrias brasileiras evidenciou que não se trata de uma tendência geral a adoção de tecnologias que visem a construção de um modelo de produção mais flexível, moderno e eficiente (CNI, 2018). Ficou demonstrado também que o processo de desenvolvimento e incrementação tecnológica se dá de maneira extremamente desigual, fazendo com que grande parcela das indústrias brasileiras permaneça vinculada ao modelo tradicional-fordista e às estratégias de obtenção de lucro através da exploração do trabalho humano vivo, em detrimento da dinamicidade organizacional e tecnológica. Logo, assevera-se que tecnologia não é sinônimo de flexibilidade, uma vez que, no campo das tecnologias utilizadas no processo produtivo, há aquelas vinculadas às características do sistema de produção flexível, como também aquelas vinculadas a um modelo de produção mais rígido e hierárquico. Nesse sentido, no contexto brasileiro, embora o investimento em tecnologias flexíveis tenha crescido, elas ainda figuram de forma restrita no conjunto das organizações. Um cenário de desigualdade que tende a se agravar em conjunturas de estagnação econômica e de crédito restrito, uma vez que a capacidade de investimento por parte das empresas também se torna limitada. No quadro nacional, a pesquisa da CNI demonstrou que os investimentos em tecnologias

digitais têm se concentrado na gestão da qualidade do processo produtivo e no desenvolvimento de novos produtos, em detrimento de tecnologias cujo objetivo é flexibilizar a linha de produção e transformar modelos de negócios. O que acarreta mais um desafio para a rede de formação de trabalhadores, que é conhecer os setores que se vinculam aos eixos tecnológicos trabalhados nas instituições, avaliando não somente a conjuntura atual, como também a tendência de incorporação de tecnologias digitais flexíveis nesses campos de atuação, uma vez que, para parte considerável das indústrias brasileiras, a dinamicidade organizacional e tecnológica não é tratada como caminho à mais-valia, enfatizando-se o processo de incorporação de tecnologias alinhadas aos modelos de negócios mais rígidos (fordistas). Neste sentido, Kuenzer (2016, p. 29) ressalta que a:

[...] demanda de formação mais intelectualizada, contrariando o discurso do capital, não se distribui por toda a cadeia produtiva, estando presente apenas nos setores tecnologicamente mais desenvolvidos. Para os trabalhadores que estão presos a tarefas desqualificadas ou pouco complexas tecnologicamente, o conhecimento tácito permanece fundamental.

Logo, esta pesquisa, ao evidenciar as características do processo de transição entre o fordismo e a sociedade flexível, possibilitou a análise das diversas concepções pedagógicas que vêm sendo aplicadas diante dessa conjuntura.

### **4.3 A sociedade fordista-flexível e a concepção de educação**

A educação associada à Teoria do Capital Humano vem servindo de ferramenta ideológica para as constantes reformas educacionais e para a implementação de políticas públicas alinhadas aos princípios e diretrizes do neoliberalismo. Nessa conjuntura, onde o individual se desenvolve em detrimento do coletivo, Saviani (2008, p. 437) demonstrou que o discurso pelo desenvolvimento de competências e habilidades (dos mais diversos tipos) segue protagonista. Além disso, a pedagogia da qualidade total e a pedagogia corporativa, que também são abordadas por Saviani, vão além do campo técnico das competências e habilidades, atuando diretamente no comportamento e hábitos do trabalhador, a fim de que este esteja apto a se fundir com os interesses da organização, nem que para isso seja necessário abandonar seus direitos. Dessa forma, assim como no modelo taylorista-fordista, na sociedade flexível

o trabalhador segue sendo o elo mais fraco da relação de trabalho, não somente pela força impositiva e hierárquica que o empresário possui, como também pelo “treinamento” para abdicar ou negligenciar seus próprios interesses.

Nesse cenário, o isolamento dos discentes se concretiza no campo educacional através da pedagogia do aprender a aprender, onde, segundo Duarte (2008, p. 214-215), os pilares são a desvalorização da figura do professor, questionando a necessidade e validade deste profissional no campo educacional; a desvalorização do conhecimento científico histórico-consolidado, como se este de nada acrescentasse à evolução da ciência; a ênfase nos interesses e necessidades individuais dos alunos; e a propagação do discurso de “sociedade-líquida”, caracterizada por um intenso ritmo de mudanças.

Sobre a política de formação de trabalhadores, os dados evidenciaram que o governo federal vinha optando por assumir o fornecimento da educação profissional técnica e tecnológica, com ênfase em cursos integrados ao ensino médio ou subsequentes a este, enquanto a iniciativa privada, no campo da educação profissional, vinha dominando a área dos cursos profissionalizantes, principalmente os de Formação Inicial e Continuada (FIC) e os concomitantes ao ensino médio, ou seja, cursos mais rápidos e de horários mais flexíveis, que os tornam, portanto, atrativos aos discentes que necessitam de inserção no mercado de trabalho de forma mais precoce. Logo, um dos desafios para a rede pública federal de educação profissional e tecnológica é conseguir atender o público trabalhador, que por suas características, fica impossibilitado de participar de cursos integrais e de longa duração. E a solução para este fato vai além da oferta de cursos FIC e concomitantes, uma vez que tais cursos, assim como os de PROEJA-Integrado, vêm apresentando elevado índice de evasão.

As diferenças na atuação do setor público e do setor privado, levam à conclusão de que as instituições públicas de educação profissional e tecnológica, de forma mais restrita, vem assumindo um modelo de formação mais alinhado com as características da sociedade flexível, calcado na polivalência, na inovação, na tecnologia e no empreendedorismo, sob a égide de uma “sopa de pedagogias”, composta pela pedagogia das competências, pela pedagogia do aprender a aprender, pela pedagogia da qualidade total, pela pedagogia corporativa e pela pedagogia empreendedora. Enquanto o setor privado, de forma mais abrangente, vem sendo responsável por formar trabalhadores alinhados ao modelo taylorista-fordista, calcado

na especialização, na hierarquia e na produtividade, sob a égide da pedagogia tecnicista e da pedagogia das competências. Dessa forma, a dualidade presente no próprio sistema de formação para o trabalho é latente quando se compara o setor público e o setor privado. Contudo, no âmbito específico do setor público, o que se observa nas últimas décadas é a implementação de um modelo educacional mais completo, no sentido de articulação entre o ensino geral e o ensino profissional. Nesse cenário, há de se ponderar, entretanto, que a rede privada detinha, no ano de 2018, 42% do total das matrículas de educação profissional de nível médio, em âmbito nacional, enquanto a rede federal possuía apenas 20%.

Uma das principais características que ficou evidenciada ao longo desta pesquisa acerca do modelo “IF” é a abrangência de suas ações, atuando em diversos níveis e modalidades de ensino, além de promover atividades de extensão e pesquisa, voltadas para o desenvolvimento tecnológico (pesquisa aplicada)<sup>3</sup>. No entanto, a atual política de desenvolvimento, consubstanciada em uma agenda ultraliberal, coloca um grande desafio aos Institutos Federais no que se refere a manutenção de suas abrangentes atividades, seja de ensino, de pesquisa (inovação tecnológica) ou extensão. Nesse cenário, destaca-se a entrada em vigor da Emenda Constitucional (EC) n.º 95/2016 que alterou as regras de construção do orçamento público, estabelecendo um teto para todos os gastos em âmbito federal, equivalente ao gasto do ano anterior corrigido pelo Índice Geral de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). A emenda em questão, ao engessar o orçamento público por vinte anos, coloca em risco políticas públicas que carecem ainda de muito investimento (ALEXANDRO MARTELLO, 2017).

Embora seja importante reconhecer os avanços ocorridos nas últimas décadas quanto à política federal de educação profissional, é necessário, contudo, ressaltar que as bases pedagógicas, especificamente no que se refere às formas de articulação entre a educação geral e o ensino profissional, vêm sendo constantemente atualizadas e consubstanciadas em reformas educacionais. Nesse sentido, através da análise da legislação que atualmente rege o sistema federal de educação profissional e tecnológica, verificou-se a referência ao trabalho como princípio educativo<sup>4</sup>. Contudo, tomando como base o conceito presente em Maciel (2018, p. 90-91), conclui-se que a educação vem se relacionando com o trabalho não como

---

<sup>3</sup> Vide § 1º, art. 4º do Decreto n. 6.095/2007.

<sup>4</sup> Vide Quadro 11.

“fundante da natureza humana”, e sim como fator de produção a ser desenvolvido no âmbito da sociedade capitalista. Ou seja, a rede federal de educação profissional e tecnológica, como política pública, é subserviente à teoria de desenvolvimento em vigor no Brasil atualmente, em articulação com a política econômica e social. Dessa forma, necessita-se avançar ainda, a fim de que o trabalho como princípio educativo seja implementado na forma da politecnia, englobando o desenvolvimento intelectual, o corporal, o tecnológico e o político. Neste aspecto, figura um dos mais complexos desafios da rede federal de educação profissional e tecnológica, que é formar para o trabalho conforme as características e necessidades imediatas da sociedade capitalista, tomando por base, contudo, uma concepção de trabalho que desenvolva seres humanos completos, de acordo com a teoria marxiana, visando objetivos mediatos de transformação da sociedade.

#### 4.3.1 Os resultados a partir da análise do contexto socioeconômico de Campo Novo do Parecis

As características que conferem um caráter privilegiado ao município de Campo Novo do Parecis são responsáveis pela atração de grandes investimentos provindos de grupos empresariais (nacionais e multinacionais) que visam explorar o potencial agrícola da região. Aliás, atualmente a atividade agropecuária é dominada por “grandes negócios” rurais, cuja tendência é a concentração de terras e diminuição da quantidade de pequenos produtores ou produtores individuais, que não encontram na região de Campo Novo do Parecis um ambiente econômico e social propício para desenvolverem atividades que não estejam relacionadas ao cultivo de lavouras temporárias.

As características topográficas permitem também que na região seja utilizado um forte contingente de maquinário, que não deve, contudo, ser associado necessariamente a um sistema produtivo moderno, uma vez que este não se resume apenas à utilização de tecnologias, mas sim às características das diversas relações estabelecidas ao longo da produção, como por exemplo, condições de trabalho, sustentabilidade, padrão de qualidade etc. Assim, o modelo agropecuário latifundiário, de lavouras temporárias e/ou permanentes, cuja destinação principal é a exportação, não é nenhuma novidade no cenário econômico brasileiro. Dessa forma, a simples

incorporação de tecnologia (mecanização/automação) e a utilização de recursos farma-químicos (agrotóxicos), não torna o sistema “mais moderno”, remetendo na verdade à combinação de novas estratégias para a obtenção de lucro, associada à inter-relação entre o modelo fordista e o modelo flexível.

O fato de as empresas brasileiras, especialmente as indústrias, ainda não estarem priorizando relações de trabalho flexíveis, não significa que elas permanecerão adotando tal postura, uma vez que as transformações que visam à mais-valia ocorrem constantemente. Conforme explica Kuenzer (2016, p. 30; 31):

Diferentemente do que ocorria no taylorismo/fordismo, onde as competências eram desenvolvidas com foco em ocupações previamente definidas e relativamente estáveis, a integração produtiva se alimenta do consumo flexível de competências diferenciadas que se articulam ao longo das cadeias produtivas. Estas combinações não seguem modelos pré-estabelecidos, sendo definidas e redefinidas segundo as estratégias de contratação e subcontratação que são mobilizadas tendo em vista atender, de forma competitiva, as necessidades do mercado, e assim assegurar as maiores margens de lucro possíveis, que, no processo de internacionalização, tendem a ser estreitadas. [...] A essência da flexibilização é a combinação ótima (nunca máxima, pois esta compromete o custo final do produto) entre investimento em ciência e tecnologia e consumo de competências desiguais e diferenciadas ao longo das cadeias produtivas. A estratégia, portanto, é o aumento de produtividade através da integração dos sistemas de produção, e não da mera implantação da automação; esta, quando adotada, é definida a partir das necessidades da integração dos sistemas de produção.

Constatou-se, nesse cenário, que o município de Campo Novo do Parecis, apesar das condições propícias à mecanização, ainda continua empregando uma grande quantidade de trabalhadores no setor agropecuário, já que há uma combinação das estratégias de mais valia absoluta e relativa, na qual o número de trabalhadores cresce (crescendo a produtividade associada à mecanização), contudo o nível salarial cai. Um fato que, para além da atividade agropecuária, se consolida de forma geral no município, onde, ao longo do período entre 2006 e 2016, a média de trabalhadores por empresa manteve-se estável, enquanto o salário médio mensal das pessoas ocupadas caiu de 3,2 para 2,5 salários mínimos. Nesse cenário, é preocupante o fato de que o IFMT, especialmente o *Campus* Campo Novo do Parecis, não possua um sistema de estudo e acompanhamento das condições socioeconômicas das regiões em que atua, bem como das condições

socioeconômicas de seus discentes, impossibilitando o cumprimento de sua função social como instituição pública de formação profissional e tecnológica.

A combinação entre as estratégias de mais valia absoluta e mais valia relativa se consubstancia no município de Campo Novo do Parecis através de dois pontos principais. Inicialmente, a necessidade (de pequena escala) por trabalhadores bem qualificados (polivalentes), recrutados para atuar na gestão, planejamento e em funções de caráter técnico e tecnológico, tanto nas empresas rurais, como também nas empresas agroindustriais. Por outro lado, tem-se o crescimento da contratação (em larga escala) de trabalhadores menos qualificados, que serão responsáveis por atuar também em funções técnicas ou em funções simples, que muitas vezes sequer exigem a conclusão da educação básica, seja no comércio, no setor de serviços, na indústria ou na agropecuária. Nesse quadro, Kuenzer (2016, p. 27) explica que, para o trabalhador de setores precarizados, ser flexível significa:

[...] adaptar-se ao movimento de um mercado que inclui/exclui, segundo as necessidades do regime de acumulação. A competência, nos pontos desqualificados das cadeias produtivas, resume-se ao conhecimento tácito, demandado pelo trabalho concreto. Não há, para estes trabalhadores que atuam nos setores precarizados, demandas relativas ao desenvolvimento da competência de trabalhar intelectualmente em atividades de natureza científico-tecnológica, em virtude do que não se justifica formação avançada.

Em Campo Novo do Parecis, a população trabalhadora é caracterizada por um elevado nível de rotatividade (temporadas de plantio e colheita) e baixo nível de escolaridade. Logo, o processo de implementação de políticas públicas deve levar em consideração essa “dualidade” populacional, que está diretamente vinculada à estratificação das relações de trabalho no âmbito da transição do fordismo para a sociedade flexível. É de extrema importância, portanto, conhecer as características e os anseios determinantes da classe trabalhadora como um todo, com atenção especial aqueles grupos que tendem a ter seus direitos sociais constantemente tolhidos. Pois, apesar de recorrente, não é concebível que, no âmbito educacional, sobretudo em um sistema que teoricamente preza pela inovação e desenvolvimento tecnológico, que se continue desperdiçando talentos, que não conseguem acessar e/ou se manter no sistema de ensino. Essa atitude se faz ainda mais relevante na realidade de Campo Novo do Parecis uma vez que, como foi demonstrado no Cap. III,

a cidade continua a receber um grande contingente de trabalhadores (migrantes) para atuar principalmente na atividade agropecuária.

Assim, embora as características econômicas da região gerem também diversas polêmicas e problemas graves, relacionados à questão social, ambiental e indígena, acabam consolidando o município de Campo Novo do Parecis em um lugar de destaque no âmbito da economia mato-grossense e brasileira, quando se trata de agronegócio. Aliás, as informações coletadas através do IFDM ressaltam uma conjuntura econômica ruim cujo processo de recuperação tende a ser moroso. Contudo, são ressaltadas também as condições privilegiadas tanto do estado de Mato Grosso como da cidade de Campo Novo do Parecis, que, até certo ponto, tem protegido tais regiões dos efeitos da estagnação econômica brasileira.

Os dados econômicos coletados através das pesquisas realizadas pelo IBGE e pela própria Secretaria de Planejamento do Estado de Mato Grosso (SEPLAN/MT) apontam para o protagonismo do setor primário, no qual as atividades que se destacam são aquelas vinculadas à agricultura tecnificada, que pode ser conceituada como uma atividade produtiva empresarial de larga escala e que utiliza um aparato maior de tecnologias. Dessa forma, especificamente com base nas informações presentes no Zoneamento Socioeconômico Ecológico do Estado de Mato Grosso, foi possível perceber a forte concentração e dependência do município das atividades vinculadas à agropecuária, que acabam, conseqüentemente, influenciando a atividade industrial no município, destacando-se também a indústria da construção civil.

Considerando o cenário econômico favorável quanto ao comércio de *commodities*<sup>5</sup>, a economia campo-novense goza de certo otimismo, guiada pela atividade agropecuária, que influencia positivamente os demais setores da economia. Por outro lado, a economia da cidade se vê fortemente atrelada à cotação dos preços das *commodities* no mercado internacional, o que pode representar um sério risco. Segundo Pasin (2007, p. 197-198):

Por tratar-se de uma *commodity*, o preço no mercado de destino é o fator determinante da viabilidade da plantação, e os grandes

---

<sup>5</sup> As *commodities* – ou *commodity*, no singular – é uma expressão do inglês que se difundiu no linguajar econômico para fazer referência a um determinado bem ou produto de origem primária comercializado nas bolsas de mercadorias e valores de todo o mundo e que possui um grande valor comercial e estratégico. Geralmente, trata-se de recursos minerais, vegetais ou agrícolas, tais como o petróleo, o carvão mineral, a soja, a cana-de-açúcar e outros (PENA, 2019).



diferenciais nessa matéria são a produtividade do solo e os custos dos insumos: terra, implementos agrícolas, mão-de-obra e custos de transporte.

Pereira *et al.* (2009, p. 57) ressaltam que as vantagens competitivas do estado de Mato Grosso, além de estarem diretamente vinculadas aos resultados obtidos pelo comércio de *commodities*, dependem também de outros fatores, se destacando “a importância dos incentivos governamentais destinados à exportação desses produtos, tais como a Lei Kandir (1996), que isenta de ICMS a comercialização no exterior de produtos primários e semielaborados”.

Uma das tendências percebidas, através dos dados presentes no Censo Agropecuário, é o processo de constituição de sociedades empresariais para a exploração da atividade agropecuária, com a significativa redução de empresários rurais individuais. O que remete à profissionalização desta atividade, em detrimento de modelos de cunho familiar. Nesse sentido, Pereira *et al.* (2009, p. 57), também explicam que:

Outro fator que tem garantido o expressivo aumento no volume de exportação dos produtos da economia mato-grossense é representado pelos ganhos de produtividade que as unidades produtivas do Estado vêm obtendo nos últimos anos, em particular, na agropecuária, decorrentes de inovações físico-químicas, mecânicas, biológicas e organizacionais.

Ao considerar o mercado de trabalho em Campo Novo do Parecis, percebeu-se que a indústria, embora gere uma quantidade relevante de empregos na cidade, possui uma elasticidade de oferta de vagas menor do que os demais setores da economia. Assim, não destoando da realidade econômica do município, o mercado de trabalho do setor primário apresenta uma maior elasticidade de demanda por mão de obra. Já no setor secundário da economia, destaca-se a quantidade de vagas geradas pela indústria de construção civil, que vem apresentando um crescimento maior inclusive do que o ramo sucroalcooleiro.

Tanto as características como a conjuntura privilegiada da cidade de Campo Novo do Parecis, no que concerne à atividade agropecuária, fizeram com que a região fosse uma das primeiras do estado de Mato Grosso a receber um *campus* do IFMT, fortemente calcado em uma “vocação” agrícola. Porquanto, retomando a explicação feita por Vasconcellos (2017, p. 43), percebe-se que a cidade de Campo Novo do

Parecis foi considerada na época como uma cidade polo e de forte relevância estratégica no processo de expansão do IFMT.

Diante das características e abrangência da atuação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, percebe-se, no que concerne ao ensino médio, com prevalência de cursos na modalidade integrada, que atualmente é priorizada a formação geral/intelectual cujo objetivo é possibilitar que os discentes consigam prosseguir nos estudos, acessando um curso de nível superior. Já no que se refere aos cursos superiores vê-se de forma mais latente a formação para o trabalho e/ou para o “empreendedorismo”, através da inovação tecnológica.

O fato de o ensino médio técnico nessas instituições estar sendo direcionado à continuidade dos estudos em detrimento da inserção precoce em uma determinada carreira profissional foi constatado também em pesquisa realizada por Santos Filho (2015, p. 167-170) no âmbito do Instituto Federal de Rondônia, *Campus* Porto Velho-Calama, onde foi possível perceber que:

Independentemente da condição social do alunado, os entrevistados demonstram, em sua maioria, o desejo de prosseguir os estudos em nível superior, inclusive em áreas diversas daquela do curso frequentado. Do total de alunos entrevistados, 84,7% mostraram-se indecisos sobre o que pretendem estudar no nível superior [...]. Já entre aqueles que sabem o que querem, embora não o tenham alcançado ainda, 28,2% desejam cursar Direito e 32,5% desejam cursar Medicina. [...] Os dados colhidos junto aos alunos, por meio de questionários, demonstraram, de forma clara, que o objetivo de grande número deles é prosseguir os estudos em áreas que, normalmente, se presume que irão garantir altos salários.

Segundo Kuenzer (2016, p. 27), no âmbito do sistema de acumulação flexível, é possível identificar trabalhadores que são formados para exercerem atividades intelectuais e trabalhadores formados para serem multitarefas. Além disso, ambos os grupos podem atuar tanto na ponta mais qualificada como na ponta mais precária das cadeias produtivas. De maneira geral, segundo a autora, “para os que exercerão atividades complexas na ponta qualificada das cadeias produtivas, a educação básica é rito de passagem para a educação científico-tecnológica e sócio-histórica de alto nível”. Por outro lado:

Ser multitarefa, para os trabalhadores que atuam nos pontos mais qualificados das cadeias produtivas, significa a capacidade de adaptar-se a múltiplas situações complexas e diferenciadas, que demandam o desenvolvimento de competências cognitivas mais

sofisticadas que permitam a solução de problemas com rapidez, originalidade e confiabilidade. Para tanto, há que assegurar formação avançada, que articule as dimensões geral e específica.

Dessa forma, constata-se que o modelo “IF” vem atendendo exatamente o que é preconizado pelo sistema de acumulação flexível, tanto na formação de trabalhadores que atuarão na ponta qualificada das cadeias produtivas, como na ponta mais precária, formando o trabalhador intelectual/flexível (para funções complexas) e o trabalhador multitarefa.

Essa conjuntura, segundo Kuenzer (2016, p. 27), vem garantindo que “[...] o conhecimento que permite a inovação, permaneça com o capital”, sendo que:

Ao invés da explícita negação das oportunidades de acesso à educação continuada e de qualidade, há uma aparente disponibilização das oportunidades educacionais, através de múltiplas modalidades e diferentes naturezas, que se caracterizam por seu caráter desigual e na maioria das vezes meramente certificatório, que não asseguram domínio de conhecimentos necessários ao desenvolvimento de competências cognitivas complexas vinculadas à autonomia intelectual, ética e estética.

Para além da questão que envolve a formação para o trabalho intelectual *versus* a formação para o trabalho simples, Kuenzer (2016, p. 30) ressalta que:

[...] os arranjos flexíveis, em substituição à polarização taylorista/fordista de competências, não podem ser compreendidos como mera oposição, rígida e formal, entre os que têm formação científico-tecnológica avançada, e por isso se incluem, e a grande massa de trabalhadores precariamente escolarizados, cuja força de trabalho é consumida predatoriamente em trabalhos desqualificados, ou é excluída. São combinações que ora incluem, ora excluem trabalhadores com diferentes qualificações, de modo a constituir corpos coletivos de trabalho dinâmicos, através de uma rede que integra diferentes formas de subcontratação e trabalho temporário, que, ao combinar diferentes estratégias de extração de mais-valia, asseguram a realização da lógica mercantil.

Sob essa lógica, é importante destacar que, no âmago da disseminação do modelo de acumulação flexível, a relação entre qualificação e emprego torna-se cada vez mais turva, a fim de aumentar a dinâmica do processo de inclusão/exclusão do trabalhador. Não que o foco no modelo taylorista-fordista fosse a qualificação em si, mas sim que, atualmente, as cadeias produtivas se integram e se transformam mais

rapidamente, alterando constantemente suas estratégias de obtenção de lucro. Com efeito, Kuenzer (2016, p. 30) afirma que:

Se há combinação entre trabalhos desiguais e diferenciados ao longo das cadeias produtivas, há demandas diferenciadas, e desiguais, de qualificação dos trabalhadores; contudo, os arranjos são definidos pelo consumo da força de trabalho necessário, e não a partir da qualificação. [...] O que determina a inclusão na cadeia, portanto, não é a presença ou a ausência de qualificação, mas as demandas do processo produtivo que combinam diferentes necessidades de ocupação da força de trabalho a partir da tarefa necessária à realização da mercadoria.

Em consonância com o cenário nacional, tanto o IFMT como o *campus* Campo Novo do Parecis, vêm priorizando os cursos técnicos integrados ao ensino médio, além de apresentarem elevados índices de evasão em cursos de caráter mais profissionalizante, como os cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) e os cursos técnicos concomitantes ou subsequentes.

O *campus* Campo Novo do Parecis conta com um corpo discente heterogêneo quanto a faixa de rendimento familiar, sendo que a maioria dos discentes (56,28%) compõem famílias com rendimento entre 0,5 e 1,0 salário mínimo mensal (*per capita*), 13,95% dos discentes vivem em famílias com rendimento entre 1,5 e 2,5 salários mínimos, 11,16% vivem em famílias com rendimento entre 2,5 e 3,5 salários mínimos e 12,09% vivem em famílias com rendimento superior a 3,5 salários mínimos. Destacando-se o fato de que, no IFMT como um todo, apenas 25,41% dos discentes que participaram da última autoavaliação institucional declararam exercer algum tipo de atividade remunerada. Esse cenário está vinculado a priorização de cursos técnicos integrados ao ensino médio, que funcionam em tempo integral.

A tendência de flexibilização guarda relação com a expansão do campo de atuação do *campus* Campo Novo do Parecis, que atualmente além de atuar em áreas vinculadas à agropecuária, fornece também cursos estratégicos, que se vinculam a todos os setores da economia, com ênfase aos eixos tecnológicos de “Informação e Comunicação” e “Gestão e Negócios”.

Sobre o contexto social, os índices referentes à pobreza, mesmo sendo questionáveis, são importantes na avaliação conjuntural de um país. Nesse sentido, nos últimos anos, principalmente a partir de 2014, o cenário brasileiro começa a apresentar sinais de piora das condições sociais. Segundo Menezes (2019):

Depois de uma notável redução da pobreza no país, que perdurou até 2014, constata-se outra vez seu crescimento. Os dados disponibilizados em dezembro de 2018 pela Síntese de Indicadores Sociais do IBGE mostram que, conforme a linha de pobreza monetária adotada pelo Banco Mundial, que possuem rendimento de até 5,5 dólares por dia ou 406 reais por mês, a proporção de pessoas pobres no Brasil era de 25,7% da população em 2016 e subiu para 26,5%, em 2017. Em números absolutos, esse contingente aumentou de 52,8 milhões para 54,8 milhões de pessoas. Já o contingente de pessoas com renda inferior a 1,90 dólares por dia ou 140 reais por mês, que estariam na extrema pobreza, representava 6,6% da população do país em 2016, contra 7,4% em 2017. Em números absolutos, elevou-se de 13,5 milhões para 15,2 milhões de pessoas, somente em um ano. Esta situação se manifesta de forma diferente nas regiões do país. Se no Norte e Nordeste os pobres são respectivamente 43,1% e 43,4% da população, no Sudeste, Sul e Centro-Oeste são 15,9%, 12,3% e 17% dessas populações.

O período que o Brasil atravessa atualmente não pode, contudo, ser tratado apenas como uma consequência de fatores econômicos. Trata-se na verdade de um projeto de sociedade e país, que submete economias emergentes, como a brasileira, a modelos econômicos arcaicos. Apresenta-se, assim, um cenário com influência direta na política de formação para o trabalho, sobretudo no que se refere aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia cuja uma das funções é exatamente edificar um modelo educacional que impulse o desenvolvimento tecnológico brasileiro. Contudo, não é possível concretizar tal objetivo em desarticulação com a realidade econômica do país.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alguns autores abordados nesta pesquisa apresentam os resultados e consequências do período neoliberal de uma forma que leva à compreensão de que essa fase já teria sido transcendida pelo novo-desenvolvimentismo. Contudo, o que se percebe, após a análise do contexto político, econômico e social das últimas décadas, é que, apesar da ineficiência econômica e das graves consequências sociais, o neoliberalismo vem conseguindo reproduzir seu modelo de sociedade, ganhando força inclusive, no contexto brasileiro, nos últimos anos. Uma evidência deste fato, em âmbito mundial, é o agravamento das condições sociais em países que historicamente consolidaram o chamado Estado de bem-estar social, e que por isso vivenciam, assim como o Brasil, o crescimento de forças políticas austeras e conservadoras. Nessa conjuntura, o pauperismo imposto à maior parte da população acaba sendo utilizado pelo próprio sistema hegemônico para justificar a implementação de medidas que, em última instância, acabam deteriorando ainda mais as condições de vida da população trabalhadora, que se vê coagida a se submeter à relações de trabalho cada vez mais precárias, cita-se a reforma trabalhista recentemente efetivada no ordenamento jurídico brasileiro<sup>6</sup>. Além disso, no campo educacional, esse movimento é percebido na disseminação da ideia “empreendedora”, onde, ao invés de se ressaltar o desenvolvimento tecnológico, tem-se na realidade a criação e potencialização das estratégias de exploração do trabalho humano vivo, associadas a um processo de romantização da pobreza e da informalidade.

Esta pesquisa nasceu da necessidade de compreender as características da sociedade pós-fordista, denominada neste estudo como sociedade flexível, a fim de evidenciar as características do cidadão trabalhador que são disseminadas através do sistema educacional, especialmente do sistema de educação profissional e tecnológica.

---

<sup>6</sup> Está em curso a implementação de um conjunto de medidas que buscam redefinir o papel do Estado e pretendem traçar um novo rumo ao País. Essas medidas estão explicitadas no documento “Uma Ponte Para o Futuro” (PMDB, 2015), que deu base para consolidar o apoio do “mercado” ao impeachment de Dilma Rousseff em 2016, e se traduzem no congelamento do gasto público por vinte anos, nas privatizações e nas concessões à iniciativa privada, na reforma do ensino médio, na política econômica ortodoxa, na tentativa da reforma da previdência e na reforma trabalhista (KREIN, 2018, p. 77).

Nesse quadro, diante dos resultados colhidos ao longo do processo de pesquisa, destacou-se, no contexto brasileiro, a construção de uma ampla e profunda política pública tanto de formação profissional como de inovação tecnológica, associada, entretanto, a um contexto econômico cuja prioridade se assenta no setor primário. Um processo, portanto, que, no âmbito da divisão internacional do trabalho, não prioriza o avanço da fronteira tecnológica, fazendo com que no Brasil a acumulação flexível, no que se refere às relações de trabalho e perfil dos trabalhadores, se consolide através de novas estratégias de exploração do trabalho humano vivo.

A flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo – na dinâmica capitalista – afetam os trabalhadores e cidadãos de forma extremamente desigual, onde, sem grande surpresa, apenas uma minoria da sociedade usufrui dos “benefícios” provindos deste novo modelo. Dessa forma, como consequência de um discurso pós-moderno, os trabalhadores passam a ser formados como se não houvesse mais objetivos e necessidades determinantes. Na prática, contudo, o que se evidencia é que as necessidades continuam mais infinitas e objetivas do que nunca, e o trabalhador se vê isolado e frustrado em seu próprio rol de competências e habilidades num modelo de sociedade edificado sob a exclusão.

Esta pesquisa teve como propósito analisar os desafios da formação para o trabalho, nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, no período de transição do Fordismo para a Sociedade Flexível. Assim, tomando por amostra o contexto socioeconômico da região de Campo Novo do Parecis, no estado de Mato Grosso, foi possível perceber que, historicamente, a região Centro-Oeste apresenta um menor número de estabelecimentos da rede federal de educação profissional e tecnológica, fazendo com que ela seja a região com a maior taxa de crescimento do número de instituições federais no período entre 2007 e 2016. Um dado relevante, ao se considerar que a implantação de instituições de ensino, sobretudo no que se refere à formação para o trabalho e a graduação, gera grande impacto social em localidades distantes de grandes centros urbanos, como em Campo Novo do Parecis por exemplo, pois leva a oportunidade de aprofundamento e continuidade dos estudos à uma parcela da população que não teria a possibilidade de se deslocar para outras cidades, contribuindo também para o desenvolvimento endógeno da região com ênfase nos arranjos produtivos locais. Por outro lado, o público-alvo de tais instituições também

se mostra restrito, e por isso seus resultados não podem ser analisados sob a mesma perspectiva aplicada aos centros urbanos, haja vista que a dinâmica socioeconômica dessas regiões apresenta diversas peculiaridades.

Os desafios decorrentes do caráter *multicampi* das Instituições de Nível Superior (IES) no estado de Mato Grosso foram alvo de discussão em pesquisa realizada por Nez (2016, p. 148-149), na qual, abordando as características da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), constatou que a IES integrada à comunidade:

[...] torna-se agente de transformação social, tendo como foco a promoção do desenvolvimento científico, tecnológico, artístico e cultural, visando a melhoria da qualidade de vida da população, preocupando-se com o desenvolvimento econômico e social da região. Da inserção territorial da estrutura *multicampi* (treze *campi*) emergem problemáticas geradas pelas distâncias geográficas que geram desafios da/na gestão. [...] Diante dos resultados obtidos, constatou-se que a gestão de uma universidade com modelo *multicampi*, apresenta dois elementos estruturantes: a organização acadêmica; e a dimensão regional, que atendem as comunidades que nem sempre possuem acesso à Educação Superior.

Campo Novo do Parecis representa um grupo de municípios brasileiros jovens, tanto na idade como no processo de desenvolvimento, distantes dos grandes centros urbanos e muitas vezes isolados em sua região. São municípios que nasceram, cresceram e vêm se desenvolvendo sob a toada do agronegócio brasileiro. O município está distante tanto da capital do estado de Mato Grosso, como de seus municípios circunvizinhos. Além disso, devido suas características topográficas “privilegiadas”, a cidade é rodeada por grandes propriedades de terra, utilizadas, em grande parte, para o cultivo de lavouras temporárias cuja destinação principal é a exportação.

A pesquisa demonstrou que a rede federal de educação profissional e tecnológica, através dos IF's, vem priorizando uma formação mais polivalente, empreendedora e tecnológica, em detrimento de uma formação com caráter mais profissionalizante. Tem-se como resultado desta postura, discentes com uma formação que lhes capacita tanto para serem trabalhadores multitarefas, como para atuar em funções mais intelectuais. Contudo, como ressalta Kuenzer (2016, p. 30), seja no modelo fordista ou no modelo flexível de produção, o nível de qualificação desses discentes será o fator determinante para acessarem o mercado de



trabalho, uma vez que o fator primário que condiciona esse processo é a demanda das empresas, definida conforme suas estratégias para a obtenção do lucro e de acordo com a conjuntura socioeconômica. Logo, os trabalhadores multitarefa poderão atuar tanto em setores mais qualificados como em setores menos qualificados, assim como os trabalhadores intelectuais, que podem também oscilar entre funções intelectuais ou multitarefa. Sendo que, em última instância, a classe trabalhadora como um todo está sujeita à subcontratação ou mesmo ao desemprego e à informalidade.

Com base nas características de Campo Novo do Parecis, especialmente as de caráter econômico, um dos desafios que é colocado para o IFMT é a diversificação e desenvolvimento de outras potencialidades do município, uma vez que as atividades econômicas, de forma geral, orbitam a agropecuária. Portanto, embora a agropecuária seja atualmente a principal atividade desenvolvida no município, não se pode negligenciar o papel do IFMT na identificação e desenvolvimento de outros arranjos produtivos locais, mesmo que estes possuam menor expressão econômica. É nesse aspecto que este trabalho representa uma contribuição relevante para aqueles que, na ponta do ensino, estão planejando a “formação para o trabalho” no atual contexto.

No que concerne ao contexto social do município, Campo Novo do Parecis apresentou um elevado índice de crescimento populacional nas últimas décadas, conforme iniciou seu ciclo de desenvolvimento, recebendo migrantes, em sua maioria jovens, principalmente da região sul e da região nordeste. Trata-se de uma população, portanto, que foi atraída pelas características e potencial de desenvolvimento do município, ou seja, pessoas que buscam a região devido suas características socioeconômicas, em especial aquelas vinculadas ao mercado de trabalho e renda. Contudo, tais migrantes, especialmente aqueles que possuem baixo nível de qualificação, encontram uma realidade não tão satisfatória atualmente, pois, embora o município ainda gere muitas vagas de trabalho, o nível salarial vem decaindo ao longo dos anos, agravando o contexto de desigualdade social. Assim, tal conjuntura deve ser alvo de ações por parte do IFMT, pois não se trata de uma minoria, todo contrário, trata-se da maior parte da população que, diante do cenário de agravamento da pobreza, vê seus direitos sociais, dentre eles os educacionais, cada vez mais distantes.

Embora esta pesquisa tenha tido como foco as políticas públicas federais voltadas à formação para o trabalho, através do conjunto de informações coletadas,

foi possível também perceber algumas características gerais acerca do movimento das políticas públicas educacionais das últimas décadas, com destaque para pontos positivos e negativos. Nesse sentido, destaca-se positivamente a construção de uma agenda governamental consistente voltada para o campo educacional, consubstanciada, por exemplo, no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)<sup>7</sup>. Contudo, mais uma vez ressaltando a questão econômica como fator condicionante, tal agenda vem sendo esvaziada nos últimos anos, colocando em risco itens básicos para a educação brasileira, como a formação de professores e a manutenção de escolas e universidades.

A ampliação da rede federal de educação profissional e tecnológica, associada à implementação de um novo modelo institucional, representou uma inflexão no âmbito das políticas públicas na era neoliberal, com o governo assumindo não só o financiamento, mas também a implementação, execução e manutenção de uma política pública educacional, que abarca, além do ensino superior e da pós-graduação, uma parcela da educação básica. Contudo, a conjuntura política vigente a partir de 2016 sinaliza para a mudança desta postura, representada na limitação (constitucional e política) dos investimentos públicos.

Quando se olha para a história da rede federal de educação profissional e tecnológica como política pública, é inquestionável o avanço e a relevância da implementação de um novo modelo institucional associado à uma forte expansão (quantitativa e qualitativa) da rede nos últimos anos, criando um aparato de mais de 600 instituições que atualmente atendem cerca de 1 milhão de estudantes. Além disso, devido ao cenário econômico positivo, aliado a agenda novo-desenvolvimentista dos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff, tais instituições receberam vultosos aportes financeiros voltados para investimentos em ampliação predial, construção de laboratórios, compra de equipamentos, ampliação e atualização de bibliotecas etc., contribuindo para a criação de uma rede de ensino que deveria se tornar um “padrão” a ser seguido no contexto brasileiro, ou seja, deveria se consolidar como uma política de Estado.

A conjuntura socioeconômica e política atual vem, entretanto, potencializando o empreendedorismo (enquanto falácia) no âmbito da formação superior e intensificando tal discurso no âmbito do ensino médio, de forma a torná-lo mais

---

<sup>7</sup> Oliveira (2011, p. 329)

“inovador”. O risco, nesse contexto, é que, sob a égide do sistema de acumulação flexível, se dissemine um discurso empreendedor (como um vírus) desvinculado da inovação tecnológica e que acabe minando as potencialidades do modelo de educação que vem sendo desenvolvido pela rede federal de educação profissional e tecnológica.

Por fim, ressalta-se que um dos principais desafios que a rede federal de educação profissional e tecnológica enfrenta atualmente está vinculado à restrição orçamentária, rompendo com um ciclo de forte incentivo e expansão. Historicamente a transição entre governos e a alteração da agenda política esteve ancorada em “pontos de crise” que deveriam ser combatidos para a retomada do desenvolvimento. Os governos do início do século XXI, conforme demonstrado ao longo desta pesquisa, ficaram caracterizados pela capacidade de manter uma ampla coalização de interesses, englobando grupos e classes sociais diferentes e divergentes. No entanto, essa coalização, começou a ruir em 2013, onde as classes, até então “unidas”, se dividem em dois blocos principais, o que contribuiu inclusive para a efetivação do processo de *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff. Resta, portanto, descobrir se, dentre as prioridades dos novos governos, estará a retomada desta ampla coalisão, e, caso sim, como será concretizada.

As conjunturas discutidas na seção I, especialmente quanto ao período neoliberal (e do novo-desenvolvimentismo), evidenciam que, embora o avanço das políticas sociais dependesse do contexto político, elas só assumiram papel de destaque a partir do contexto econômico favorável, dando sinais atualmente, diante da conjuntura econômica ruim, de enfraquecimento ou total paralização. Nessa conjuntura, resta um importante desafio político aos membros das instituições federais de educação profissional e tecnológica, que é, diante da polarização burguesa, se “aliar” àquela que melhor represente seus interesses.

## REFERÊNCIAS

- ALEXANDRO MARTELLO (Brasília). G1 (Ed.). Ministério da Educação sofre bloqueio de R\$ 4,3 bilhões no orçamento. 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/educacao-sofre-bloqueio-de-r-43-bilhoes-no-orcamento.ghtml>>. Acesso em: 16 jul. 2017.
- ANTUNES, R. **ADEUS AO TRABALHO? Ensaio sobre as metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho**. 8. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002. 200 p.
- ANTUNES, R. Trabalho e educação - da especialização à flexibilização: as formas da educação no modo de produção capitalista. In: PREVITALI, F. S. (Org.). **Trabalho, educação e reestruturação produtiva**. São Paulo: Xamã, 2012. p. 15-24.
- AZEVEDO, Janete. M. L. de. **A educação como política pública**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2004. 78 p.
- BATISTA, Paulo. **O Consenso de Washington**: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. Programa Educativo Dívida Externa - PEDEX, Caderno Dívida Externa, n. 6, 2. ed., nov. 1994.
- BAUMAN, Z. **Globalização**: as conseqüências humanas. — Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.
- BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social**: fundamentos e história. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009. 111 p.
- BELMIRO, C. M. B.; LUCENA, C. As formas de exploração e submissão do trabalhador no capitalismo: uma tentativa de entender a realidade do mundo do trabalho sob a égide do modelo toyotista. In: FRANÇA, R. L. (Org.). **Trabalho, educação e reestruturação produtiva**. Uberlândia, Mg: Navegando Publicações, 2017. p. 151-172.
- BERTOLINI, Andréa Curiacos. **Amiláceos**. Disponível em: <[https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/tecnologia\\_de\\_alimentos/arvore/CONT000fid57plx02wyiv80z4s4737lcrsun.html](https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/tecnologia_de_alimentos/arvore/CONT000fid57plx02wyiv80z4s4737lcrsun.html)>. Acesso em: 22 maio 2019.
- BOITO JR., A. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. In: FÓRUM DE ECONOMIA DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS, 9º, 2012, São Paulo: FGV EESP, 2012. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/16866>>. Acesso em: 26 abr. 2019.
- BOITO JR., A. **Reforma e crise política no Brasil**: os conflitos de classe nos governos do PT. Campinas, SP: Editora da Unicamp. São Paulo, SP: Editora Unesp, 2018. 336p.
- BRANCO, R. C. A “questão social” e o social-liberalismo brasileiro: contribuição à crítica da noção do desenvolvimento econômico com equidade. **Revista**

**Emancipação**, Ponta Grossa, 8(1): 21-35, 2008. Disponível em:  
<<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/1112>>. Acesso em:  
27 abr. 2019.

BRASIL. **Constituição (1934)**. Rio de Janeiro, RJ. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm)>. Acesso em:  
12 abr. 2019.

BRASIL. **Constituição (1937)**. Rio de Janeiro, RJ. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm)>. Acesso em:  
12 abr. 2019.

BRASIL. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Brasília, DF, Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D2208.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm)>. Acesso em: 05 set. 2018.

BRASIL. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Brasília, DF, Disponível em:  
<[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm)>.  
Acesso em: 05 set. 2018.

BRASIL. Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006. Brasília, Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/decreto/D5840.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/D5840.htm)>.  
Acesso em: 30 nov. 2018.

BRASIL. Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007. Brasília, DF. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6095.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6095.htm)>.  
Acesso em: 05 set. 2018.

BRASIL. Decreto nº 8.268, de 18 de junho de 2014. Brasília, DF, Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8268.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8268.htm)>.  
Acesso em: 05 set. 2018.

BRASIL. Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008. Brasília, DF, Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm)>. Acesso  
em: 05 set. 2018.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Brasília, DF. 2008b. Disponível  
em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm)>.  
Acesso em: 05 set. 2018.

BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Brasília, DF, Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm)>. Acesso  
em: 20 abr. 2019.

BRASIL. Lei nº 5.727, de 04 de novembro de 1971. Brasília, DF, Disponível em:  
<<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/medici/>>.  
Acesso em: 22 abr. 2019.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1993. Brasília, DF, Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm)>. Acesso em: 05 set. 2018.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Do ISEB e da CEPAL à Teoria da Dependência. In:  
TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). **Intelectuais e Política no Brasil: A Experiência**

do ISEB. São Paulo: Revan, 2005. p. 201-232. Disponível em:  
<<http://www.bresserpereira.org.br/documento/1534>>. Acesso em: 06 abr. 2019.

CAMPO NOVO DO PARECIS. PREFEITURA DE CAMPO NOVO DO PARECIS. 2019. **A Cidade: Dados Estatísticos**. Disponível em:  
<<http://www.camponovodoparecis.mt.gov.br/A-Cidade/Dados-Estatisticos/>>. Acesso em: 21 maio 2019.

CAMPO NOVO DO PARECIS. PREFEITURA DE CAMPO NOVO DO PARECIS. 2019b. **A Cidade: História**. Disponível em:  
<<http://www.camponovodoparecis.mt.gov.br/A-Cidade/Historia/>>. Acesso em: 24 maio 2019.

CANO, Wilson. Brasil – construção e desconstrução do desenvolvimento. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 2 (60), p. 265-302, ago. 2017. Disponível em:  
<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8650933>>. Acesso em: 15 abr. 2019.

CASTELO, R. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 112, n. 112, p. 613-636, dez. 2012. Disponível em:  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282012000400002&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282012000400002&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 08 abr. 2018.

COELHO, D. de S. **Ensaio sobre desenvolvimento econômico: Uma abordagem neo-schumpeteriana aplicada à economia brasileira**. 2010. 187 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Teoria Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12138/tde-20122010-120229/pt-br.php>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

COELHO, R. C. **Estado, governo e mercado**. Brasília: CAPES: UAB, 2014. 114 p. Disponível em:  
<<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/401330/1/PNAP%20-%20Modulo%20Basico%20-%20GP%20-%20Estado%20Governo%20e%20Mercado%20-%203ed%202014%20-%20WEB%20atualizado.pdf>>. Acesso em: 08 abr. 2018.

COGGIOLA, O. **O ciclo militar na América do Sul**. 2014. Disponível em:  
<<https://blogdaboitempo.com.br/2014/03/24/o-ciclo-militar-na-america-do-sul/>>. Acesso em: 15 abr. 2019.

COLISTETE, R. P. O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil. **Estudos avançados**. vol. 15, no. 41. São Paulo, jan./abr. 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142001000100004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000100004)>. Acesso em: 06 abr. 2019.

COUTINHO, A. F. Filantropia em educação no Brasil: a outra face da oferta de educação básica aos pobres ou demissão do Estado?. In: 31ª REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 2008, Caxambu-MG. **Trabalhos**. Caxambu-MG: Anped, 2008. p. 1 - 17.

Disponível em: <<http://31reuniao.anped.org.br/1trabalho/trabalho05.htm>>. Acesso em: 08 jun. 2019.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). **Investimentos em indústria 4.0**. Brasília, DF: CNI, 2018. 31 p. Disponível em: <<http://www.portaldaindustria.com.br/estatisticas/pqt-investimentos-em-industria-40/>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). Parecer CNE/CEB nº 14, de 05 de abril de 2004. Brasília, DF, Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf\\_legislacao/rede/legisla\\_rede\\_parecer142004.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/rede/legisla_rede_parecer142004.pdf)>. Acesso em: 02 maio 2019.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). PARECER CNE/CES 277, de 07 de dezembro de 2006. Brasília, DF, Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf\\_legislacao/rede/legisla\\_rede\\_parecer2772006.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/rede/legisla_rede_parecer2772006.pdf)>. Acesso em: 02 maio 2019.

CORSINI, E. (Org.). **Revisão do ZSEE-MT Zoneamento Socioeconômico-ecológico de Mato Grosso**: Caderno 4 Estudo Econômico. Cuiabá: Secretaria de Estado de Planejamento de Mato Grosso, 2018. 75 p. Disponível em: <[http://www.seplan.mt.gov.br/-/10951395-zoneamento-2018?ciclo=cv\\_gestao\\_inf](http://www.seplan.mt.gov.br/-/10951395-zoneamento-2018?ciclo=cv_gestao_inf)>. Acesso em: 22 maio 2019.

CORSINI, E. (Org.). **Revisão do ZSEE-MT Zoneamento Socioeconômico-ecológico de Mato Grosso**: Caderno 3 Estudo Social. Cuiabá: Secretaria de Estado de Planejamento de Mato Grosso, 2018b. 75 p. Disponível em: <[http://www.seplan.mt.gov.br/-/10951395-zoneamento-2018?ciclo=cv\\_gestao\\_inf](http://www.seplan.mt.gov.br/-/10951395-zoneamento-2018?ciclo=cv_gestao_inf)>. Acesso em: 22 maio 2019.

CORSINI, E.; GOMES, V. M. (Org.). **Revisão do ZSEE-MT Zoneamento Socioeconômico-ecológico de Mato Grosso**: Caderno 1 Metodologia Geral e Cenários. Cuiabá: Secretaria de Estado de Planejamento de Mato Grosso, 2018. 75 p. Disponível em: <[http://www.seplan.mt.gov.br/-/10951395-zoneamento-2018?ciclo=cv\\_gestao\\_inf](http://www.seplan.mt.gov.br/-/10951395-zoneamento-2018?ciclo=cv_gestao_inf)>. Acesso em: 22 maio 2019.

CUNHA, L. A. O ensino industrial-manufatureiro no Brasil. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 89-107, ago. 2000. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782000000200006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782000000200006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 24 abr. 2019.

DASSOW, C.; FIGUEIREDO, Adriano M. R.; MARTA, José M. de C. CRESCIMENTO ECONÔMICO E CICLOS DE NEGÓCIOS NO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS (MT) ENTRE 1990 E 2006. **Revista de Estudos Sociais**, Cuiabá, v. 2, n. 22, p.125-144, nov. 2009. Disponível em: <<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/about>>. Acesso em: 21 maio 2019.

DUARTE, N. Por que é necessário uma análise crítica marxista do construtivismo?. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. (Org.). **Marxismo e educação**: debates

contemporâneos. 2. ed. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR, 2008b. p. 203-211.

DUARTE, P. H.; GRACIOLLI, E. J. A Teoria da Dependência: Interpretações sobre o (sub)desenvolvimento na América Latina. In: **V Colóquio Internacional Marx e Engels**, Campinas: UNICAMP, 2007.

ESTENSSORO, L. **Capitalismo, Desigualdade e Pobreza na América Latina**. 2003. 286 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Sociologia, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-23102003-072125/pt-br.php>>. Acesso em: 15 abr. 2019.

FAGNANI, E. A política social do governo Lula (2003-2010): perspectivas históricas. **Texto para discussão**. IE/Unicamp, n. 192, junho 2011. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=3105&tp=a>>. Acesso em: 26 abr. 2019.

FALCÃO, L. Q.; CUNHA, L. A. IDEOLOGIA, POLÍTICA E EDUCAÇÃO: A CBAI (1946/1962). **Revista Contemporânea de Educação**, [S.l.], v. 4, n. 7, p. 149-176, jul. 2009. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/1579>>. Acesso em: 22 abr. 2019.

FALEIROS, V. de P. **O que é política social**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006. 83 p.

FERRETTI, Celso João. Considerações sobre a apropriação das noções de qualificação profissional pelos estudos a respeito das relações entre trabalho e educação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 401-422, ago. 2004. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302004000200006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302004000200006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 05 Sept. 2019.

FIRJAN. **IFDM 2018 - Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal**. Sistema Firjan, 2018b. 27 p. Disponível em: <<https://www.firjan.com.br/ifdm/downloads/>>. Acesso em: 24 maio 2019.

FIRJAN. **Índice de Desenvolvimento Municipal: Anexo Metodológico – IFDM 2018 – Ano base 2016**. 2018. Disponível em: <<https://www.firjan.com.br/ifdm/downloads/>>. Acesso em: 24 maio 2019.

FIRJAN. **Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal: Campo Novo do Parecis-2006**. 2014. Disponível em: <<https://www.firjan.com.br/ifdm/consulta-ao-indice/ifdm-indice-firjan-de-desenvolvimento-municipal-resultado.htm?UF=MT&IdCidade=510263&Indicador=2&Ano=2006>>. Acesso em: 24 maio 2019.

FIRJAN. **Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal: Campo Novo do Parecis-2012**. 2014b. Disponível em: <<https://www.firjan.com.br/ifdm/consulta-ao-indice/ifdm-indice-firjan-de-desenvolvimento-municipal-resultado.htm?UF=MT&IdCidade=510263&Indicador=2&Ano=2012>>. Acesso em: 24 maio 2019.



FIRJAN. **Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal**: Campo Novo do Parecis-2016. 2018c. Disponível em: <<https://www.firjan.com.br/ifdm/consulta-ao-indice/ifdm-indice-firjan-de-desenvolvimento-municipal-resultado.htm?UF=MT&IdCidade=510263&Indicador=2&Ano=2016>>. Acesso em: 24 maio 2019.

FONSECA, Paulo. R. C. F. e. **A nova educação profissional para o trabalho no Brasil no século XXI**. 2015. 129 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico, Centro de Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2015. Disponível em: <<http://tedebc.ufma.br:8080/jspui/handle/tede/617>>. Acesso em: 09 abr. 2019.

FONSECA, Pedro C. D.; SALOMÃO, I. C. O sentido histórico do desenvolvimentismo e sua atualidade. **Revista de Economia Contemporânea** [online]. Número Especial: p. 1-20. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-98482017000200205&script=sci\\_abstract](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-98482017000200205&script=sci_abstract)>. Acesso em: 06 abr. 2019.

FRANCISCO, W. de C. e. "Proálcool"; *Brasil Escola*. Disponível em <<https://brasilecola.uol.com.br/brasil/proalcool.htm>>. Acesso em 21 de maio de 2019.

FRIGOTTO, G. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. **Revista Brasileira de Educação**. v. 16. n. 46. jan-abr, 2011. p. 235-274. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1413-24782011000100013&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-24782011000100013&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 22 abr. 2019.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. Educação Básica no Brasil na Década de 1990: Subordinação Ativa e Consentida à Lógica do Mercado. **Revista Educ. Soc.**, Campinas, vol. 24, n. 82, p. 93-130, abril 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0101-73302003000100005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0101-73302003000100005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 15 abr. 2019.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. Educar o trabalhador cidadão produtivo ou o ser humano emancipado? **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 01, n. 01, p. 45-60, 2003b. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-77462003000100005&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-77462003000100005&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 20 abr. 2019.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009. 236p.

G1. Globo. **As curiosidades das 10 maiores rodovias do Brasil**. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/especial-publicitario/em-movimento/noticia/as-curiosidades-das-10-maiores-rodovias-do-brasil.ghtml>>. Acesso em: 21 maio 2019.

GEISSBAUER, R.; VEDSØ, J.; SCHRAUF, S. Guia estratégico para a Indústria 4.0. **Hsm Management**, Sorocaba, n. 117, p. 31-38, 2017.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992. 349 p.

IBGE. **Cadastro Central de Empresas**. 2019d. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/campo-novo-do-parecis/pesquisa/19/29761>>. Acesso em: 21 maio 2019.

IBGE. **Cadastro Central de Empresas: Tabela 6450 - Unidades locais, pessoal ocupado total e assalariado em 31.12, salários e outras remunerações, por seção, divisão, grupo e classe da classificação de atividades (CNAE 2.0)**. 2019e. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/cempre/tabelas/brasil/2016>>. Acesso em: 22 maio 2019.

IBGE. **Censo Agropecuário**. 2019. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/campo-novo-do-parecis/pesquisa/24/76693>>. Acesso em: 21 maio 2019.

IBGE. **Censo Agropecuário: Tabelas**. 2019b. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuaria.html?=&t=resultados>>. Acesso em: 21 maio 2019.

IBGE. **Censo Demográfico 2010: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por nível de instrução, segundo a situação do domicílio, o sexo, a cor ou raça e os grupos de idade**. 2019o. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/amostra-educacao-e-deslocamento>>. Acesso em: 27 maio 2019.

IBGE. **Censo Demográfico 2010: Pessoas de 5 anos ou mais de idade que não residiam no município em 31/07/2005, por sexo, situação do domicílio e grupos de idade**. 2019j. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/amostra-nupcialidade-fecundidade-e-migracao>>. Acesso em: 27 maio 2019.

IBGE. **Censo Demográfico 2010: População residente por cor ou raça, sexo, situação do domicílio e grupos de idade - Amostra - Características Gerais da População**. 2019h. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/amostra-caracteristicas-gerais-da-populacao-religiao-e-deficiencia>>. Acesso em: 27 maio 2019.

IBGE. **Censo Demográfico 2010: População residente, por sexo e lugar de nascimento**. 2019i. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/amostra-nupcialidade-fecundidade-e-migracao>>. Acesso em: 27 maio 2019.

IBGE. **Censo Demográfico 2010: População residente, por sexo, situação e grupos de idade - Amostra - Características Gerais da População**. 2019f. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/amostra-caracteristicas-gerais-da-populacao-religiao-e-deficiencia>>. Acesso em: 27 maio 2019.

IBGE. **Censo: Amostra – Resultados Gerais**. 2019m. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/campo-novo-do-parecis/pesquisa/23/26170?detalhes=true>>. Acesso em: 27 maio 2019.

IBGE. **Censo: Amostra Domicílios**. 2019k. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/campo-novo-do-parecis/pesquisa/23/47427?detalhes=true>>. Acesso em: 27 maio 2019.

IBGE. **Censo: Amostra Rendimento**. 2019l. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/campo-novo-do-parecis/pesquisa/23/22787?detalhes=true>>. Acesso em: 27 maio 2019.

IBGE. **Censo: Educação**. 2019n. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/campo-novo-do-parecis/pesquisa/23/22469?detalhes=true>>. Acesso em: 27 maio 2019.

IBGE. **Panorama**. 2019g. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/campo-novo-do-parecis/panorama>>. Acesso em: 23 maio 2019.

IBGE. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. 2019c. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/campo-novo-do-parecis/pesquisa/38/46996>>. Acesso em: 21 maio 2019.

IFMT. **Apresentação e Histórico**. 2019. Disponível em: <<http://ifmt.edu.br/conteudo/pagina/apresentacao-e-historico/>>. Acesso em: 03 jun. 2019.

IFMT. **Bacharelado em Agronomia: Informações Gerais**. 2019g. Disponível em: <<http://cnp.ifmt.edu.br/conteudo/pagina/informacoes-gerais-agronomia/>>. Acesso em: 08 jun. 2019.

IFMT. Comissão Própria de Avaliação - CPA. **Relatório Final** da 2ª Autoavaliação Institucional. 2019l. 229 p. Relatório (Autoavaliação Institucional) - CPA/PRODIN, IFMT Cuiabá-MT, 2019.

IFMT. **Licenciatura em Matemática: Informações Gerais**. 2019h. Disponível em: <<http://cnp.ifmt.edu.br/conteudo/pagina/informacoes-gerais-licenciatura-matematica/>>. Acesso em: 08 jun. 2019.

IFMT. **Os Campi do IFMT**. 2019b. Disponível em: <<http://ifmt.edu.br/conteudo/pagina/os-campi-do-ifmt/>>. Acesso em: 03 jun. 2019.

IFMT. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023**. Cuiabá-MT: IFMT, 2019k. 261 p.

IFMT. **Processo Seletivo: 2018**. 2019c. Disponível em: <<http://cnp.ifmt.edu.br/conteudo/pagina/2018-editaisselecao/>>. Acesso em: 05 jun. 2019.

IFMT. **Técnico em Administração (Proeja): Informações Gerais**. 2019f. Disponível em: <<http://cnp.ifmt.edu.br/conteudo/pagina/informacoes-gerais-proeja/>>. Acesso em: 06 jun. 2019.

IFMT. **Técnico em Agropecuária (Integrado)**: Informações Gerais. 2019d. Disponível em: <<http://cnp.ifmt.edu.br/conteudo/pagina/informacoes-gerais-agropecuaria/>>. Acesso em: 05 jun. 2019.

IFMT. **Técnico em Manutenção e Suporte de Informática (Integrado)**: Informações Gerais. 2019e. Disponível em: <<http://cnp.ifmt.edu.br/conteudo/pagina/informacoes-gerais-informatica/>>. Acesso em: 05 jun. 2019.

IFMT. **Tecnologia em Agroindústria**: Informações Gerais. 2019i. Disponível em: <<http://cnp.ifmt.edu.br/conteudo/pagina/informacoes-gerais-tecnologiaagroindustria/>>. Acesso em: 08 jun. 2019.

IFMT. **Tecnologia em Processos Gerenciais**: Informações Gerais. 2019j. Disponível em: <<http://cnp.ifmt.edu.br/conteudo/pagina/informacoes-gerais-processos/>>. Acesso em: 08 jun. 2019.

IFMT-CAMPUS CAMPO NOVO DO PARECIS. **Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Agronomia**. Campo Novo do Parecis: IFMT Campus Campo Novo do Parecis, 2015c. 173p. Disponível em: <<http://cnp.ifmt.edu.br/conteudo/pagina/bacharelado-em-agronomia-campus/>>. Acesso em: 08 jun. 2019.

IFMT-CAMPUS CAMPO NOVO DO PARECIS. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Matemática**. Campo Novo do Parecis: IFMT Campus Campo Novo do Parecis, 2016b. 190p. Disponível em: <<http://cnp.ifmt.edu.br/conteudo/pagina/licenciatura-em-matematica-campus/>>. Acesso em: 08 jun. 2019.

IFMT-CAMPUS CAMPO NOVO DO PARECIS. **Projeto Pedagógico do Curso de Tecnologia em Agroindústria**. Campo Novo do Parecis: IFMT Campus Campo Novo do Parecis, 2009. 98p. Disponível em: <<http://cnp.ifmt.edu.br/conteudo/pagina/tecnologia-em-agroindustria-campus/>>. Acesso em: 08 jun. 2019.

IFMT-CAMPUS CAMPO NOVO DO PARECIS. **Projeto Pedagógico do Curso de Tecnologia em Processos Gerenciais**. Campo Novo do Parecis: IFMT Campus Campo Novo do Parecis, 2013. 87p. Disponível em: <<http://cnp.ifmt.edu.br/conteudo/pagina/tecnologia-em-processos-gerenciais-campus/>>. Acesso em: 08 jun. 2019.

IFMT-CAMPUS CAMPO NOVO DO PARECIS. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Nível Médio**. Campo Novo do Parecis: IFMT Campus Campo Novo do Parecis, 2015. 208p. Disponível em: <<http://cnp.ifmt.edu.br/conteudo/pagina/tecnico-em-agropecuaria-campus/>>. Acesso em: 07 jun. 2019.

IFMT-CAMPUS CAMPO NOVO DO PARECIS. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Integrado ao Nível Médio**. Campo Novo do Parecis: IFMT Campus Campo Novo do Parecis, 2015b. 159 p.

Disponível em: <<http://cnp.ifmt.edu.br/conteudo/pagina/tecnico-em-manutencao-e-suporte-de-informatica-campus/>>. Acesso em: 05 jun. 2019.

IFMT-CAMPUS CAMPO NOVO DO PARECIS. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Administração Integrado ao Nível Médio: Modalidade Proeja**. Campo Novo do Parecis: IFMT Campus Campo Novo do Parecis, 2016. 84 p. Disponível em: <<http://cnp.ifmt.edu.br/conteudo/pagina/tecnico-em-administracao-campus/>>. Acesso em: 06 jun. 2019.

IGNÁCIO, Paulo C. de S. Do modelo agrário-exportador ao capitalismo urbano-industrial: as políticas de formação da força de trabalho no âmbito da educação escolar no Brasil entre 1930 e 1945. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, número especial, p. 131-153, ago. 2010. Disponível em: <<http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/38e/>>. Acesso em: 06 abr. 2019.

INEP. Ministério da Educação (MEC) **Sinopses Estatísticas da Educação Básica (2007/2012/2016/2018)**. INEP/MEC: Brasília. 2019. Disponível em: <<http://inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em: 03 maio 2019.

KORNIS, Mônica. **LIGA ELEITORAL CATÓLICA (LEC)**. FGV CPDOC. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/liga-eleitoral-catolica-lec>>. Acesso em: 12 abr. 2019.

KREIN, José Dari. O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva: consequências da reforma trabalhista. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 77-104, abr. 2018. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20702018000100077&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702018000100077&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 03 set. 2019. <http://dx.doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2018.138082>.

KUENZER, A. Z.; GRABOWSK, G.A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO CAMPO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO REGIME DE ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL. **Holos**, Natal, v. 6, n. 32, p.22-32, 2016. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=481554870003>>. Acesso em: 30 jul. 2019.

LAGO, Luís Aranha Correia do. **MILAGRE ECONÔMICO BRASILEIRO**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/milagre-economico-brasileiro>>. Acesso em: 15 abr. 2019.

LEHER, R. Um Novo Senhor da Educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. **Outubro Revista**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 19-30, 1999. Disponível em: <<http://outubrorevista.com.br/um-novo-senhor-da-educacao-a-politica-educacional-do-banco-mundial-para-a-periferia-do-capitalismo/>>. Acesso em: 22 abr. 2019.

LIMA, A. B. de; OMENA, A. C. Capital, trabalho e política social - uma relação (extra)conjugal. In: PREVITALI, F. S. (Org.). **Trabalho, educação e reestruturação produtiva**. São Paulo: Xamã, 2012. p. 75-90.

LOMBARDI, J. C. Crise do Capitalismo e Educação. Algumas Anotações. In: LOMBARDI, J. C. (Org.). **Crise capitalista e educação brasileira**. Uberlândia, MG:

Navegando Publicações, 2016. p. 62-94. Disponível em:  
<<https://www.editoranavegando.com/copia-temas-em-educacao-1>>. Acesso em: 15 abr. 2019.

MACIEL, A. C. Marx e a politecnia, ou: do princípio educativo ao princípio pedagógico. **Revista Exitus**, Santarém/PA, Vol. 8, N° 2, p. 85 - 110, mai/ago 2018. Disponível em: <  
<http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/530>>. Acesso em: 24 abr. 2019.

MANFREDI, S. M. **Educação profissional no Brasil**: Atores e cenários ao longo da história. Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2017.

MARCONI, N.; BRANCHER, M. A POLÍTICA ECONÔMICA DO NOVO DESENVOLVIMENTISMO. **Revista de Economia Contemporânea**, [S.l.], dez. 2018. ISSN 1980-5527. Disponível em: <  
<https://revistas.ufrj.br/index.php/rec/article/view/22047> >. Acesso em: 26 abr. 2019.

MARTINS, C. E. O pensamento de Ruy Mauro Marini e sua atualidade para as ciências sociais. In: ALMEIDA FILHO, N. (Org.). **Desenvolvimento e dependência**: cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: Ipea, 2013. p. 15-48. Disponível em:  
<[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=18337](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=18337)>. Acesso em: 26 abr. 2019.

MARX, K. **Contribuição à crítica da econômica política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 288p.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 119p.

MATHIS, Adriana de Azevedo et al. Desenvolvimento, neodesenvolvimentismo e impactos sobre o trabalho na Amazônia brasileira. **Novos Cadernos NAEA**, [S.l.], v. 19, n. 1, jun. 2016. ISSN 2179-7536. Disponível em:  
<<https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/2490>>. Acesso em: 26 abr. 2019.

MATTEI, L. Gênese e agenda do novo desenvolvimentismo brasileiro. **Revista de Economia Política**, vol. 33, nº 1 (130), p. 41-59, janeiro-março/2013. Disponível em:  
<<http://www.scielo.br/pdf/rep/v33n1/a03v33n1.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2019

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. A ECONOMIA BRASILEIRA NO NOVO MILÊNIO: CONTINUIDADE E MUDANÇAS NAS ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO. **Revista de Economia Contemporânea**, [s.l.], v. 21, n. 2, p.1-16, 21 dez. 2017. Disponível em:  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1415-98482017000200207&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1415-98482017000200207&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 15 abr. 2019.

MELO, Adriana Almeida Sales de. Os organismos internacionais na construção de um novo bloco histórico. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). **A nova pedagogia da hegemonia**: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005. p. 69-82.

MELO, Marcelo Paula de; FALLEIROS, Ialê. Reforma da aparelhagem estatal: novas estratégias de legitimação social. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005. p. 175-192.

MELLO, C. M. **A educação profissional e tecnológica no contexto da expansão dos institutos de educação, ciência e tecnologia (Lei 11.892/08)**. 2017. 232 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Educação, Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2017. Disponível em: <[http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UTP\\_5401f88120aea5cbbc2927971dae6a6b](http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UTP_5401f88120aea5cbbc2927971dae6a6b)>. Acesso em: 09 abr. 2019.

MENEZES, Francisco. **O que deixaremos de saber com os cortes nas perguntas do Censo**. 2019. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/05/opinion/1562281810\\_659998.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/05/opinion/1562281810_659998.html)>. Acesso em: 02 ago. 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia**. Brasília: Ministério da Educação, 2016. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/catalogo-nacional-dos-cursos-superiores-de-tecnologia->>. Acesso em: 03 jun. 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**. 3. ed. Brasília: Ministério da Educação, 2014. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/publicacoes-para-professores/30000-uncategorised/52031-catalogo-nacional-de-cursos-tecnicos->>. Acesso em: 03 jun. 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Expansão da Rede Federal**. 2016. Disponível em: <<http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal->>. Acesso em: 06 abr. 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Galeria de Ministros**. 2019. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/institucional/galeria-de-ministros->>. Acesso em: 01 maio 2019.

MINTO, L. W. **MEC-USAID**. Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb\\_c\\_mec-usaid%20.htm](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_mec-usaid%20.htm)>. Acesso em: 15 abr. 2019.

MORENO, Ana Carolina (Ed.). **Futuros professores: 61% dos calouros de pedagogia ou outra licenciatura estudam a distância**. 2019. Disponível em: <[https://g1.globo.com/educacao/guia-de-carreiras/noticia/2019/08/15/futuros-professores-61percent-dos-calouros-de-pedagogia-ou-outra-licenciatura-estudam-a-distancia.ghtml?fbclid=IwAR2hP2egC3QJMUoXFI3tsa46A0nVpfmKpRwT8\\_JZDijJowpQeGIRx7Ko3mc->](https://g1.globo.com/educacao/guia-de-carreiras/noticia/2019/08/15/futuros-professores-61percent-dos-calouros-de-pedagogia-ou-outra-licenciatura-estudam-a-distancia.ghtml?fbclid=IwAR2hP2egC3QJMUoXFI3tsa46A0nVpfmKpRwT8_JZDijJowpQeGIRx7Ko3mc->). Acesso em: 22 ago. 2019.

NASCIMENTO, M. N. Relações de produção e qualificação da força de trabalho na agroindústria canavieira. In: PREVITALI, F. S. (Org.). **Trabalho, educação e reestruturação produtiva**. São Paulo: Xamã, 2012. p. 165-182.

NEZ, Egeslaine de. Os dilemas da gestão de universidades multicampi no Brasil. **Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL**, Florianópolis, p.

131-153, maio 2016. ISSN 1983-4535. Disponível em:  
<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2016v9n2p131>>.  
Acesso em: 04 set. 2019.

NIEDERLE, P. A. et al. Estado, Desenvolvimento e Neodesenvolvimentismo. In: NIEDERLE, A.; RADOMSKY, Guilherme F. W (Orgs). **Introdução às teorias do desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 75-91.

NOGUEIRA, Sílvia C. C. **II Fase da política de expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica no Amazonas: acesso ampliado e precarizado à educação pública**. 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, Amazonas, 2016. Disponível em: <<https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/5107>>. Acesso em: 10-02-2018.

OLIVEIRA, C. E. de. FRONTEIRAS DIVERSAS EM REGIÕES DE COLONIZAÇÃO RECENTE DE MATO GROSSO: TANGARÁ DA SERRA, CAMPO NOVO DOS PARECIS E SAPEZAL. **Revista História e Diversidade**, Cáceres-mt, v. 1, n. 9, p.74-95, 2017. Disponível em:  
<<https://periodicos.unemat.br/index.php/historiaediversidade/article/view/2748/0>>.  
Acesso em: 21 maio 2019.

OLIVEIRA, D. A. Das políticas de governo à política de estado: reflexões sobre a atual agenda educacional Brasileira. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 32, n. 115, p. 323-337, junho-2011. Disponível em:  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302011000200005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302011000200005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 01 mai. 2019.

OLIVEIRA, R. de. Empresariado industrial e a educação profissional brasileira. **Rev. Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 249-263, jul./dez. 2003. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022003000200004&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022003000200004&script=sci_abstract&tlng=pt) >. Acesso em: 20 abr. 2019.

OTRANTO, C. R. Criação e implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFETs. **Revista RETTA (PPGEA/UFRRJ)**, Rio de Janeiro, v. 01, n. 01, p.89-110, fev. 2010. Disponível em:  
<<http://www.ufrrj.br/SEER/index.php?journal=retta&page=article&op=view&path%5B%5D=3128>>. Acesso em: 02 mai. 2019.

PASIN, Jorge Antonio Bozoti. A logística de exportação de soja em grãos de Mato Grosso. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, p.195-212, jun. 2007. Disponível em: <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/12136>>. Acesso em: 02 ago. 2019.

PASSOS, M. M. dos; DUBREUIL, V.; BARIOU, R. Evolução da fronteira agrícola no centro-oeste do Mato Grosso. **Geosul**, Florianópolis, v. 21, n. 41, p. 67-85, jan. 2006. ISSN 2177-5230. Disponível em:  
<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/13168>>. Acesso em: 21 maio 2019.



PEREIRA, Benedito Dias et al. Especialização e vantagens competitivas do estado de Mato Grosso no mercado internacional: um estudo de indicadores de comércio exterior no período 1996-2007. **Revista de Economia**, Curitiba, v. 35, n. 2, p.41-58, set./dez. 2009. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/economia/article/view/16707>>. Acesso em: 02 ago. 2019.

PENA, Rodolfo F. Alves. **Commodities**. Disponível em: <<https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/commodities.htm>>. Acesso em: 02 ago. 2019.

PDTE. **Acesso Online**. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://pdet.mte.gov.br/acesso-online-as-bases-de-dados>>. Acesso em: 24 maio 2019.

PDTE. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) jan.2018-dez.2018**: Sumário Executivo. Brasília: Ministério do Trabalho, 2019. Disponível em: <<http://pdet.mte.gov.br/caged/caged-meses-anteriores>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

PDTE. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) 2007-2010**: Principais Resultados. Brasília: Ministério do Trabalho, 2018b. Disponível em: <<http://pdet.mte.gov.br/rais/rais-anos-anteriores>>. Acesso em: 11 jun. 2019.

PDTE. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) 2017**: Sumário Executivo. Brasília: Ministério do Trabalho, 2018. Disponível em: <<http://ftp.mtps.gov.br/pdet/rais/2017/nacionais/3-analisedosprincipaisresultados.doc>>. Acesso em: 11 jun. 2019.

PREVITALI, F. S.; FRANÇA, R. L. de; FAGIANI, C. C. Trabalho e reestruturação produtiva na agroindústria sucroalcooleira. In: PREVITALI, F. S. (Org.). **Trabalho, educação e reestruturação produtiva**. São Paulo: Xamã, 2012. p. 145-165.

RAMOS, M. **História e política da educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. 121p.

ROMANELLI, O. de O. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986. 271 p.

SANDRONI, P. (Org.). **Novíssimo dicionário de Economia**. São Paulo: Editora BEST SELLER, 1999. 650 p.

SANTOS, Terezinha F. A. M. dos. A Educação no desenvolvimento da Amazônia. In: **IV CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO / VII CONGRESSO LUSO BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO**. Porto, Portugal. Anpae, 2014.

SANTOS FILHO, Raimundo José dos. **O ensino profissional no IFRO e seu atendimento às necessidades socioeconômicas e regionais**: um estudo do perfil dos discentes egressos 2015. 178 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação Mestrado Acadêmico em Educação. Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, RO, 2015. Disponível em: <<http://www.ri.unir.br/jspui/handle/123456789/1986>>. Acesso em: 12 set. 2019.

SAVIANI, D. Educação socialista, pedagogia histórico-crítica e os desafios da sociedade de classes. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. (Org.). **Marxismo e educação: debates contemporâneos**. 2. ed. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR, 2008b. p. 223-274.

SAVIANI, D. Política educacional no Brasil após a ditadura militar. **Rev. HISTEDBR On-line**, Campinas, v.18, n.2 [76], p. 291-304, abr./jun. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8652795>>. Acesso em: 24 abr. 2019.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**. v. 12. n. 34. Jan./abr. 2007. p. 152-180. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782007000100012&script=sci\\_abstract&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782007000100012&script=sci_abstract&lng=pt)>. Acesso em: 10 abr. 2019.

SAVIANI, D. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. 474 p.

SCHWENK, L. M.; CRUZ, Carla B. M. Conflitos socioeconômicos-ambientais relativos ao avanço do cultivo da soja em áreas de influência dos eixos de integração e desenvolvimento no Estado de Mato Grosso. **Acta Sci., Agron.**, Maringá, v. 30, n. 4, p. 501-511, Dez. 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1807-86212008000400009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1807-86212008000400009&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 21 mai. 2019.

SETEC/MEC. **Plataforma Nilo Peçanha 2019**: Ano base 2018. 2019. Disponível em: <<http://resultados.plataformanilopecanha.org/2019/>>. Acesso em: 03 jun. 2019.

SILVA, J. V. da. **Análise espaço-temporal do avanço agrícola no município de Campo Novo do Parecis nos períodos de 1990, 2006 e 2009 e os reflexos inerentes nas APPS e reservas legais**. 2011. 112 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento Regional, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2011. Disponível em: <<http://www.geografiaufmt.com.br/index.php/pt-br/biblioteca-dissertacoes/download/30-dissertacoes/166-analise-espaco-temporal-do-avanco-agricola-no-municipio-de-campo-novo-do-parecis-nos-periodos-de-1990-2006-e-2009-e-os-reflexos-inerentes-nas-apps-e-reservas-legais>>. Acesso em: 21 maio 2019.

SILVA, Paulo. A. D. da; MACIEL, A. C. Pedagogia das competências e construtivismo: aproximações no contexto da reestruturação produtiva. **Semana Educa**, Porto Velho-RO, v. 01, n. 01, p. 01-12, jan. 2010. Disponível em: <<http://www.periodicos.unir.br/index.php/semanaeduca/index>>. Acesso em: 09 abr. 2019.

SISCÚ, J.; PAULA, L. F. de; MICHEL, R. Por que um Novo-Desenvolvimentismo?. **Jornal dos Economistas**, n. 186, janeiro de 2005, p. 3-5. Disponível em: <[http://www.ie.ufrj.br/moeda/pdfs/novo-desenvolvimentismo\\_jornal](http://www.ie.ufrj.br/moeda/pdfs/novo-desenvolvimentismo_jornal)>. Acesso em: 26 abr. 2019.

SOUZA, M. M. **Imperialismo e educação do campo**. Araraquara-SP: Cultura Acadêmica, 2014. 328 p.

TEIXEIRA, R. A.; PINTO, E. C. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. **Econ. soc.**, Campinas, v. 21, n. spe, p. 909-941, dez. 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-06182012000400009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182012000400009&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 27 abr. 2019.

TOURNEAU, François-Michel Le. Oeste do Mato Grosso, sul de Rondônia: visões cruzadas sobre uma região amazônica: A configuração socioambiental da região de estudo. **Hal: Sciences de L'Homme et de la Société**, [S. l.], 2007. Disponível em: <<https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00139103>>. Acesso em: 24 maio 2019.

VARGAS, Ana C. L. **A política de educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: novos marcos para antigas práticas de (con)formação da classe trabalhadora**. 2013. 70 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

VASCONCELLOS, I. S. de. **Institutos federais, educação e desenvolvimento: o instituto federal do Triângulo Mineiro e suas formas de inserção na sociedade**. 2017. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/18318>>. Acesso em 06 abr. 2019.